

Helena e Chrys Chrystello (org.)

Galiza: Berço da Lusofonia

Actas do V Colóquio Anual da Lusofonia



arcosonline

Título

Galiza: Berço da Lusofonia

Autores

Helena e Chrys Chrystello (org.)

Editor

Victor Domingos
editor@arcosonline.com

Data de edição

17 de Maio de 2007

Edição



Edição apoiada por:



Este e-book é distribuído gratuitamente com a devida autorização do autor. É autorizada a sua impressão e redistribuição em papel ou em formato digital, desde que todo o seu conteúdo se mantenha inalterado. Se pretender incluir alguma parte deste trabalho nalguma publicação digital ou em papel, por favor entre em contacto com o autor ou com a instituição editora.

V Colóquio Anual da Lusofonia

Bragança, 2-4 de Outubro de 2006

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Dr. CHRYS CHRYSTELLO

[University of Brighton, UK (ACL Mentor, Assoc. for Computational Linguistics,
Information Technology Research Institute) e Helsinki University, Finland
(Reviewer Translation Studies Department Publications)]

Vogais:

Dr ÂNGELO CRISTÓVÃO, Associação de Amizade Galiza-Portugal

Dra. HELENA CHRYSTELLO, (Mestre) Escola EB1 Maia

Dr. ELEUTÉRIO ALVES, Director do Departamento Sociocultural da CMB
(Câmara Municipal de Bragança)

SECRETARIADO E APOIO LOGÍSTICO

Presidido por:

HELENA CHRYSTELLO

Coadjuvada por:

CÉLIA CÁRMEN CORDEIRO

Com o apoio do Departamento Sociocultural da CMB:

Dr. Alexandre Castro, DSC, CMB

Anabela Pereira, Posto de Turismo Municipal

Voluntários:

Alunos e Ex-Alunos do IPB, liderados por Marco Paz

Moderadores:

Ângelo Cristóvão

Célia Cármem Cordeiro

Chrys Chrystello

Helena Chrystello

Índice

Ficha Técnica	2
Índice	4
Discurso de abertura do presidente da Comissão Executiva <i>Chrys Chrystello MA</i>	6
Prólogo <i>Ângelo Cristóvão</i>	19

Tema 1. Galiza

A língua da Galiza no quadro jurídico estatutário e as suas perspectivas num novo estatuto autonómico <i>Alexandre Banhos</i>	29
A língua galega: perspectiva histórica e contributo para a sua compreensão <i>António Bento</i>	62
Aos 100 anos da <i>Real Academia Gallega de la Coruña</i> : Mais uma análise de discurso <i>António Gil Hernández</i>	71
A promoção da língua portuguesa no sistema educativo da Comunidade Autónoma Galega. Uma política linguística de fronteira. <i>Carlos Figueiras</i>	88
Fazer jornalismo em português na Galiza <i>Gerardo Uz (Minho M.)</i>	98
Caminhos para a reintegração: os média portugueses na Galiza. <i>Héctor Canto (Plataforma)</i>	111
O dicionário electrónico Estraviz <i>Isaac Alonso Estraviz</i>	120
Introdução à historiografia do folclore galego-português <i>José Luís do Pico Orjais</i>	128
Integração linguística e desenvolvimento dos povos: o caso das interacções do galego com o português <i>Lino Moreira da Silva</i>	138
Vantagens e desvantagens de cada norma ortográfica em uso na Galiza <i>Luís Fontenla Figueroa</i>	158
Visión e revisión de Rosalía de Castro na historiografía literaria <i>Maria Vilariño</i>	169
Os marcadores conversacionais como marca de cortesia no Galego actual <i>Marisa Moredo Leirado</i>	185

Um novo projecto: a Academia Galega da Língua Portuguesa <i>José-Martinho Montero Santalha</i>	199
O Corpus Musicum Gallæciæ <i>Rudesindo Soutelo</i>	202
A actividade do Movimento Defesa da Língua e as suas propostas para a promoção da língua e cultura galego-portuguesas <i>Teresa Carro</i>	209
A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística. <i>Xavier Vilhar Trilho</i>	213
A língua do romanceiro transmontano e a sua proximidade com o galego: algumas questões sintácticas <i>Xosé Manuel Sánchez Rei</i>	228
Algumas considerações a propósito do português na Galiza <i>Xosé Ramón Freixeiro</i>	243
Dicionário da língua portuguesa arcaica – uma tentativa de resgatar o idioma galaico-português <i>Zenóbia C M Cunha</i>	258

Tema 2: Tradução

O <i>Schriftstella</i> (sic!) Zé do Rock, ou de como a diversidade na língua alemã é útil para a Lusofonia, e vice-versa <i>Adelaide Chichorro</i>	266
A edição bilingue <i>Anabela Mimoso</i>	294
Línguas minoritárias e a importância da tradução <i>Barbara Terseglav</i>	301
O lugar do tradutor no mundo hodierno <i>Isabelle Oliveira</i>	309
Os Cursos Superiores de Tradução no Brasil e uma Proposta para Introdução do Ensino dos Aplicativos Computadorizados de Auxílio à Tradução <i>Kelson Santos Araújo & Jacqueline H. Araújo</i>	319
O tradutor e o problema da multiculturalidade <i>Regina Célia Carvalho Pereira Da Silva</i>	331
Dados biográficos dos conferencistas	346
Algumas obras de autores galegos	359

Discurso de abertura do presidente da Comissão Executiva

Chrys Chrystello MA

Senhor Dom Xosé Carlos Sierra, Delegado em Ourense da Consellaria de Cultura da Xunta de Galicia

Sr. Vice-Presidente da Câmara, Engenheiro Rui Caseiro

Sr. Presidente do IPB (Instituto Politécnico de Bragança), Dr. Sobrinho Teixeira

Sra. Vereadora da Cultura, Dra. Fátima Fernandes

Demais entidades

Ilustres Conferencistas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.

Antes de mais quero dar graças ao Eng.º Jorge Nunes, Presidente da Câmara por continuar a dar o seu patrocínio a este raro evento cultural do panorama português. Pelo quarto ano apoia, sem hesitações, esta iniciativa com carácter anual numa panóplia de eventos culturais, cada vez mais vasta, que é actualmente proporcionada aos habitantes de Bragança.

Agradecimentos são igualmente merecidos ao Dr. Eleutério Alves, director do Departamento Sociocultural e ao Dr. Alexandre Castro do mesmo serviço.

É igualmente devido o nosso reconhecimento à Câmara Municipal de Miranda do Douro que todos os anos se associa a nós promovendo livros e cultura mirandesa. O nosso obrigado aos artesãos que aqui estão presentes e o nosso muito apreço pelos alunos e ex-alunos da Escola Superior de Educação, voluntários do nosso secretariado, respectivamente, Marco Paz, Alexandra Machado Reis, Ana Botelho.

Por fim, os nossos agradecimentos para o Dr Ângelo Cristóvão que conseguiu reunir este importante leque de oradores que nos vão falar do tema principal: a Galiza,

durante dois dos três dias do Colóquio sem esquecer uma palavra de lembrança pelo nosso patrono desde o início, o embaixador professor doutor José Augusto Seabra que nos deixou há pouco mais de dois anos e a cuja memória dedicamos sempre o primeiro dia de trabalhos destinados aos Estudos de Tradução.

Todos os anos tem sido norma minha evocar a história, e falar um pouco da Bragança ancestral. Sem o conhecimento da História de nada serve o saber contemporâneo e devemos servir-nos daquilo que a História nos deixou para não repetirmos erros do passado que deram lugar à extinção de grandes civilizações as quais não souberam aprender os ensinamentos dessa mesma história que se repete e perpetua.

Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por milhares estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes decorrentes da sua rica história, e a sua modernização está bem patente. Do Teatro ao Centro Cultural Municipal, Bragança dispõe já dum apreciável leque de oferta cultural.

Vamos pois partilhar convosco um pouco da História desta terra.

A antiga Cidade de origem neolítica, foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona actual da Sé. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que ora podem ser observados em mostra na sala de exposições aqui neste piso.

Mais se sabe que ao avizinhar de meados do século X, –contemporaneamente, portanto, ao repovoamento da região vimaranense pelo conde Ermenegildo Gonçalves e por sua consorte, a célebre Mumadona – as terras de Bragança eram senhoriadas por um irmão daquele, o conde Paio Gonçalves. Com o andar dos tempos, essa tenência veio a encabeçar-se num dos ramos dos Mendes, e em Julho de 1128 senhoriava-a aquele Fernão Mendes, cunhado de Afonso Henriques, que um documento de 7 de Julho desse ano mostra integrado na corrente política de apoio ao movimento de independência que se afirmava sob a égide do moço infante. Ainda no mesmo século

mas já nos seus fins, em 1199, as desavenças de D. Sancho I com o rei de Leão Afonso IX – motivadas por razões políticas e acentuadas por ter este repudiado sua esposa, a infanta D. Teresa, filha do monarca português – estenderam a luta a Bragança, sofrendo a terra, e as fortificações então porventura existentes, os efeitos do cerco posto pelo rei leonês, até serem disso libertadas pela acção de D. Sancho.

Depois duma tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família do primeiro Rei de Portugal, o Rei D. Sancho I no intuito de fixar moradores concedeu a Bragança em 1187, um foral com grandes privilégios, tendo sido construído nessa época o castelo no lugar de Benquerença, pertencente aos frades beneditinos do Mosteiro de Castro de Avelãs.

No reinado de D. Afonso IV (1325-57), são atribuídas à vila as terças das igrejas da região "para repairamento dos muros". Este facto é confirmado numa carta escrita por D. Fernando, onde afirma que a cerca está deteriorada e a requerer muitos trabalhos, finalmente levados a cabo em finais desse século. A Torre de Menagem é então construída tendo demorado 30 anos a concluir. De arquitectura gótica, distinguindo-se pela elegância as janelas em ogiva, ameias e seteiras, as suas linhas apresentam semelhanças com alguns castelos ingleses, do mesmo período.

Em 1464, recebe de D. Afonso V, o foral de cidade a pedido do 2º Duque, D. Fernando de Bragança, e a partir daí cresceu depressa. Em 1560 construí-se o colégio dos Jesuítas.

Bragança desenvolveu-se ao abrigo do seu castelo, aninhada num terreiro de quase três hectares, defendido por uma linha de muralhas com o vértice orientado a Oeste, sentido em que cresceu o arrabalde, depois incorporado na vila. Aí, entre dois dos torreões que lhe servem de reforço, rasga-se a Porta chamada de Santo António, defendida por uma barbacã, na qual se situa, a Porta da Vila, denominação que deve ter sido anterior aquela – pois a barbacã é de construção posterior à muralha, como sugere a diversidade de estilos das referidas entradas, de volta redonda a primeira e ogival a segunda.

Na face oposta a esse lado, abria-se a Porta da Traição, habitual saída de recurso de volta para os campos, porta esta que, conjuntamente com a adjacente muralha, foi há pouco reconstruída. Adossada exteriormente à muralha, na sua face norte, acha-se a

Torre da Princesa, que é tudo quanto resta do paço do alcaide, cenário de tragédias íntimas. Destas tragédias sobressaem a da infanta D. Sancha, irmã de Afonso Henriques, humilhada pelo adultério do marido e senhor da terra, Fernão Mendes, e a de D. Leonor, infeliz esposa, e injusta vítima, do muito ciumento D. Jaime, Duque de Bragança.

Na face sul, um saliente quadrangular termina pelo chamado Poço d'el-rei, construção de defesa duma cisterna, da qual lhe adveio o nome. Aqui se viria a edificar a famosa Domus Municipalis, Com uma forma de pentágono irregular, a sua singularidade não se limita à arquitectura, de que é exemplar único em toda a Península Ibérica. De origem misteriosa, os historiadores não conseguem datar com precisão a época da sua construção. Enquanto alguns autores a situam no século XII, outros defendem a teoria de que terá sido erguida no século XV, sendo o seu estilo românico civil tardio.

Outras teses chegam a atribuir-lhe uma raiz romana ou grega. Ao certo, sabe-se que foi sobretudo um importante reservatório de água, com um subterrâneo composto por uma cisterna abobadada – a "Sala d'Água" –, tendo o piso térreo sem divisões e com uma bancada de granito ao longo das paredes – a Casa da Câmara – servido como lugar de reunião dos "homens bons" do concelho, a partir do século XVI. Poderá igualmente ter albergado os peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela, já que a cidade era um importante ponto de passagem.

Ultrapassado o século XIII, e quando recentemente falecido D. Dinis, cuja acção se fizera sentir no incremento dos trabalhos construtivos do castelo, novamente esteve este em estado de alarme. Com efeito, D. Afonso IV, subindo ao trono em 1325, logo moveu perseguição contra o mais idoso dos seus irmãos ilegítimos, D. Afonso Sanches, confiscando-lhe os bens que possuía em Portugal; e este, em defesa dos seus interesses, moveu guerra ao monarca, vindo da vila de Albuquerque, onde então residia, invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo, até que, por intervenção da Rainha Santa, se fez a paz.

Século e meio depois, no decurso da campanha de 1369, movida contra D. Fernando por Henrique I de Castela, a resistência de Bragança e seu castelo foi dominada pelas tropas castelhanas, que se assenhorearam da vila, tudo voltando, porém, a posse portuguesa ao assentar-se a paz de Alcoutim (1371). Nos anos de crise

dinástica e de guerra que se seguiram à morte de D. Fernando, as versatilidade políticas do alcaide João Afonso Pimentel fizeram mudar de mão, por mais de uma vez, o castelo de Bragança. Partidário da herdeira do trono, D. Beatriz, e de seu marido, o rei de Castela, só em 1386, e por diligências do condestável reconheceu a autoridade de D. João I; porém, doze anos depois, tendo o rei deixado sem castigo o assassinato de sua filha, D. Brites, praticado pelo marido, alcaide de Évora, Martim Afonso de Melo, resolveu, como represália, voltar ao partido do monarca castelhano, e, emigrando para Castela, fez-lhe menagem do seu castelo, o qual, com a povoação, só em 1400 foi restituído a Portugal, pelo assentamento de tréguas negociado em Segóvia.

Nos séculos seguintes ainda se mantiveram as vicissitudes de Bragança e de seu castelo inseridas na história geral da Nação. Em 1580, por ocasião da segunda crise dinástica portuguesa, subsequente à morte do cardeal-rei D. Henrique, foi aquela terra uma das primeiras que patrioticamente reconheceram a realeza do Prior do Crato, D. António. Em 1762, sofreu o assalto das tropas espanholas, enviadas pelo Marquês de Sarria à invasão de Trás-os-Montes, em 1808, ergueu-se valorosamente contra o invasor napoleónico.

Situada no alto da colina da Nossa Senhora do Sardão, a Cidadela de Bragança é um dos núcleos muralhados mais harmoniosos e bem preservados de Portugal, Extinto em 1958, o Batalhão de Caçadores n.º 3 que ocupava o castelo, alberga actualmente o Museu Militar, nos cinco pisos da Torre de Menagem. Percorrê-los é ficar a conhecer um pouco mais da nossa História e ter oportunidade de reflectir como todo o equipamento bélico usado era afinal tão inofensivo, se comparado com as novas armas de destruição maciça.

Vale a pena começar pela cripta para descer a acanhada escada de caracol até às antigas masmorras. O primeiro piso, além da cisterna, apresenta, na Sala do Gugunhana, interessantes artefactos utilizados por diversos povos africanos e a história do célebre chefe tribal que ousou desafiar o poder colonial em África. A partir do segundo piso, as exposições sucedem-se por ordem cronológica, num total de 14 divisões, desde a Sala D. Afonso Henriques até à Sala da Primeira Guerra, estando patente em cada uma, o armamento utilizado na época correspondente.

Assim, às cotas de malha medievais seguem-se as bestas e armaduras quinhentistas, as espadas e mosquetes do século XVII, as carabinas e sabres do século

seguinte. O primeiro conflito mundial termina a extensa colecção, com uma série de fotografias e postais mostrando soldados portugueses na frente da batalha.

No Centro da Cidadela, nas pequenas hortas rodeadas de muros baixos crescem figueiras, cerejeiras e legumes, mas a ânsia de verdura dos seus moradores não parece satisfeita pelos extensos contornos do Parque Natural de Montesinho que se avista do cimo das muralhas. Os jardins prolongam-se nas vielas estreitas, em vasos muitas vezes improvisados onde crescem flores de todas as cores. Logo que chega a Primavera, cada pedaço de solo bravio enche-se de papoilas e malmequeres, sobrevoados por bandos agitados de pardais.

Junto à fachada oeste do castelo, abrigado agora por uma alameda de grandes plátanos, encontra-se o velho pelourinho, onde eram castigados os criminosos da época medieval. Curiosamente, a coluna está assente sobre uma figura suíno-mórfica, a que os locais chamam de "Porca da Vila", e que representa um berrão. Os berrões eram um ídolo pré-histórico, sendo o seu culto uma prática característica dos povos transmontanos. O monumento é encimado pelo escudo das armas de Bragança e um capitel do qual partem quatro braços, cujas extremidades são decoradas com carrancas.

Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguado. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e no séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo.

Infelizmente a Inquisição mostrou-se particularmente activa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos segundo averiguou o sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais bem demonstrada pela presença

altiva do Parque Natural de Montesinho (<http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html>).

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à Catedral Velha, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade.

Da Rua Direita, subindo pela “Costa Grande” entramos no labirinto da Cidadela com ruas de aspecto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa “A Porca da Vila,” um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal.

Depois de admirada a Domus Municipalis devemos parar a admirar as janelas góticas da Torre de Menagem, onde existe hoje o valioso Museu Militar.

Não vos falarei aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet.

Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre Museu Abade de Baçal (<http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt>), que aguarda a vossa prolongada visita.

Outra das lendas diz que na Igreja de S. Vicente se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal.

Em 1906 chegou o comboio a Bragança. O Espaço Museológico de Bragança fica situado no centro da cidade, na área da antiga estação ferroviária e ocupa a antiga cocheira de carruagens da que foi estação terminos da linha do Tua. A exposição inclui diverso material ferroviário da Companhia Nacional e do Porto à Póvoa e Famalicão. Durante a década de 60 constroem-se a Escola Industrial e o Liceu Emídio Garcia. Em 2004 foi inaugurado o local onde hoje estamos. O novo Centro Cultural Municipal de Bragança veio dar uma nova vida ao antigo edifício, com cerca de 400 anos, onde

funcionou a Escola Preparatória Augusto Moreno. O edifício reconstruído – que também foi um Colégio de Jesuítas até 1759 e Seminário Diocesano até 1766 – dá agora lugar a um espaço adaptado às novas valências “orientadas para a promoção de actividades artísticas e culturais, como a escultura, a pintura, dança, fotografia, literatura, teatro, música, artesanato, entre outras”.

Na Casa da Cultura de Bragança está instalada uma biblioteca municipal, um conservatório de música e um espaço dedicado à “memória da cidade”. A biblioteca municipal ocupa uma área de 1.830 metros quadrados. O conservatório de música ocupa uma área de 591 metros quadrados. Já o espaço dedicado à “memória da cidade” é uma área onde se poderá ver, através de registos gráficos, documentação histórica, maquetas interactivas e outras exposições, a “evolução” de Bragança enquanto cidade.

Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas de habitações da região ou dos caretos, as máscaras de madeira tipicamente transmontanas e aqui disponíveis como tiveram oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes.

*** *** *** *** ***

Quando em 2001 preparamos o início destes COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA – sob a égide do nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra – queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsídio-dependentes. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as problemáticas da língua portuguesa no mundo.

De 2002 em diante os Colóquios têm-se realizado em Bragança, graças ao apoio da CMB na sua aposta de combate à insularidade em termos culturais. Portugal, como toda a gente sabe, é um país macrocéfalo; cada vez mais existe Lisboa e o resto progressivamente passou a ser apenas paisagem. É muito raro os locais do interior, os locais mais remotos como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua. Com a saída de serviços vitais à fixação de pessoas no interior, com todos os poderes decisórios radicados em Lisboa, cidades como Bragança estão por vezes mais perto de Madrid do que de Lisboa. Por outro lado

conseguiu-se que estes colóquios se tornassem graças à nossa persistência na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática. Os Colóquios caracterizam-se pela sua independência de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua “independência” através do simbólico pagamento das inscrições dos participantes contando com o apoio, ao nível logístico, da autarquia que fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual.

"O povo de Bragança tem ainda uma curiosidade. Neste distrito fala-se um português ainda mais vernáculo do que o português corrente. O certo é que em Bragança, fruto do seu isolamento ao longo de 400 anos – a via IP4 chegou a Bragança em 1991 – permitiu que se mantivesse um falar mais próximo do português originalmente correcto do que aquele que se fala nas grandes urbes e que serve normalmente depois para padrão da língua portuguesa falada"

"A intenção destes colóquios é diferente da maioria das realizações congéneres. Pela sua independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Por outro lado, ao contrário de outros encontros e conferências de formato tradicional em que as pessoas se reúnem e no final há uma acta cheia de boas intenções com as conclusões, estes colóquios visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Ou seja verifica-se a criação de uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolonga ao longo dos anos, muito para lá do colóquio em que intervieram. "

Estes Colóquios podem ser ainda marginais em relação às grandes directrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se acabou de ver na edição de 2005, com a campanha para salvar o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa e com o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa.

Pelo quarto ano consecutivo teremos o apoio inequívoco da Câmara Municipal de Bragança que vai editar em livro as Actas dos quatro últimos Colóquios.

Este ano, pela primeira vez teremos dois concertos (Piano e Guitarra) no seio dos Colóquios n(hoje e amanhã, aqui mesmo pelas 21.00 horas) mostrando que a realidade da Lusofonia – tal qual a entendemos – não se restringe à mera discussão linguística. Igualmente se manteve uma pequena Mostra de Artesanato e haverá uma Mostra de Livros, o que só vem demonstrar a vitalidade e a – cada vez mais lata – abrangência destes Colóquios.

Por outro lado, a componente lúdica e cultural destes Colóquios tem permitido nos últimos anos, algo que não sucede em eventos deste tipo: a confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caracterizada por almoços entre participantes e passeios culturais ao Parque Natural de Montesinho, a Rio de Onor e à Cidadela, em que do convívio saíram reforçados os elos entre as pessoas, elos esses que se têm perpetuado a nível pessoal e profissional. As pessoas conseguem dispor de tempo para trocarem impressões, falarem de projectos, partilharem ideias e metodologias, fazerem conhecer as suas vivências e pontos de vista, alargando esta rede informal que são os Colóquios Anuais da Lusofonia que neste momento já movimentam cerca de duas mil pessoas através da sua rede.

Este ano estão representadas as seguintes Universidades: Corunha, Vigo, Santiago de Compostela, Valhadolid, Salamanca, Coimbra, Minho, Évora, Madeira, Açores, Ljubljana (Eslovénia), Université Lumière Lyon2 (França), Università Degli Studi Suor Orsola Benincasa de Nápoles (Itália), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) do Brasil e Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, e as seguintes Associações: MDL (Movimento de Defesa da Língua (Galiza), Associação de Amizade Galiza-Portugal, AGAL, Plataforma para a emissom das rádios e televisons portuguesas na Galiza, Confraria Queirosiana, Arte Tripharia (Galiza)

Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que “de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português”. Por isso “não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países”.

Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania.

Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Temos o que merecemos, porque a sociedade responde com o mediatismo, o espectacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma convivência. Detestamos o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. Nestes colóquios alertámos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Nas comunidades PALOP as novas gerações falam os dialectos locais e aprendem inglês relegando o Português para níveis residuais.

Portugal e Brasil continuam a valorizar o acessório e a subestimar o essencial. O tão apregoado Acordo Ortográfico, ao contrário do que muitos defendem tem uma importância diminuta; até pelo próprio número de falantes o Português do Brasil será o mais importante. Devemos deixar que a língua siga o seu rumo natural e seja cada vez mais viva em vez de a amordaçarmos a Acordos Ortográficos. A língua não se decreta!

Todos nos entendemos mesmo com grafias diferentes. A língua deve evoluir ao sabor de cada país com palavras distintas, grafias e vivências diferentes.

Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objectivos através duma CPLP adormecida enquanto franceses e ingleses estão bem activos. O actual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por acção dos outros. A R. P. da China prepara os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusófonos. Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do colonizador Portugal. A língua portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, etc. Dos países onde está instituída que estão geograficamente distantes uns dos outros. A Língua Portuguesa pode ser o veículo de aproximação entre os países lusófonos e as comunidades lusofalantes.

Como me dizia Henrique Salles da Fonseca há dias: Um escritor é, por definição, um pensador. Ao escrever o que pensa, o escritor traz para a praça pública a sua ideia e põe-na à consideração dos leitores. Ou seja, põe os leitores a pensar. Ora, pensar é um exercício muito menos praticado do que o desejado pois há muita gente que age automaticamente aos estímulos que lhe chegam. O pensamento multiplica as ligações entre os neurónios e é precisamente a densidade dessa rede que permite ao cérebro aumentar as capacidades originais. O Professor António Damásio, autor do livro "O erro de Descartes" – demonstrou que o cérebro de um adulto analfabeto é significativamente diferente (menor capacidade) do de um letrado (maior capacidade). O desenvolvimento das sociedades tem a ver com a capacidade mental dos seus membros e não com os exauríveis recursos naturais. Vejam-se os casos do Japão em comparação com Angola, da Suíça com o Afeganistão ou ainda o caso de Singapura. Isto permite-nos afirmar que o escritor é o motor do desenvolvimento.

Há 5 anos que sonho com este colóquio dedicado a este tema tão especial. Desde o primeiro ano que temos tido uma representação da Galiza em todos os Colóquios. Porém, até hoje nunca os galegos se mostraram com forças para aceitarem o desafio. Estou convencido de que uma vez por todas serão capazes de deixarem de olhar para o próprio umbigo e pensarem no que é melhor para todos e participarem construtivamente neste evento. Urge-me registar que pela primeira vez se conseguiram

reunir debaixo dum mesmo tecto, as correntes intelectuais divergentes da Galiza, que têm passado os anos de costas voltadas uns para os outros, sem conseguirem estabelecer uma união e convergência na luta comum que é a preservação da língua de todos nós. Para tal muito devemos ao incansável trabalho do Dr Ângelo Cristóvão membro dos Comitês destes Colóquios e presença habitual em colóquios anteriores. Resta-me apelar aos presentes para que saibam escutar e debater de forma tolerante as opiniões divergentes que aqui se irão expor, na certeza de que só o compromisso, a concertação e a união de esforços poderá levar ao engrandecimento da grande pátria universal que é a língua portuguesa, independentemente da nacionalidade dos seus falantes, independentemente das suas convicções políticas ou religiosas.

É neste momento histórico de viragem que se espera surjam os grandes inspiradores, capazes de aglutinar sob uma plataforma comum vários pontos de vista divergentes. Sabemos que a divisão só favorece aqueles que não acreditam na vitalidade e no relevo da língua que falamos. Ainda no ano passado aqui se discutiu como a língua do povo colonizador português serviu para aglutinar a resistência timorense contra os invasores indonésios e actualmente serve para enriquecer o próprio idioma local Tétum. Tal como os timorenses que lutaram durante mais de 24 anos pela sua independência podem os galegos aspirar a que a sua língua seja universalmente falada no seio da Comunidade Autónoma da Galiza como membros de pleno direito daquela Lusofonia em que acreditamos.

Espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão que com a nossa podem coabitar.

Prólogo

Os Colóquios da Lusofonia têm tratado, desde 2001, a situação da língua portuguesa nas suas diversas perspetivas. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as suas problemáticas no mundo. A organização decidiu dedicar a edição de 2006 à Galiza sob o título «Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza».

Além de outorgar-lhe a máxima difusão pelos canais habituais, foram enviados convites de participação a um amplo leque de entidades públicas e privadas, cujas respostas estão refletidas nas comunicações que agora são publicadas. Existia o convencimento de que a convocatória do Colóquio e a cidade de Bragança constituíam um contexto apropriado e atraente para a participação, num mesmo espaço, das diversas sensibilidades existentes a respeito da língua da Galiza, das diversas entidades culturais que, em linhas de atuação semelhantes, mantêm divergências sobre a forma de escrever, defender e promover o galego, o português da Galiza.

É justo agradecer a participação de todos os oradores, e lamentar a ausência de outros que, querendo participar, por diversos motivos ficaram excluídos. Para o sucesso do Colóquio contribuíram também os intérpretes Isabel Rei e Yerko Ivánovic, guitarrista e pianista cujos concertos e estreias musicais merecem todo o respeito e gratidão.

Os depoimentos reproduzidos neste livro permitem obter uma ideia geral sobre a situação, posicionamentos e perspectivas do português na Galiza. O debate produzido teve lugar por decisão dos participantes. Naturalmente, o colóquio não pretendeu substituir nenhuma função nem encerrar nenhum tema. Antes ao contrário, tentou servir como contexto para o início ou consolidação da colaboração entre as diversas entidades associativas participantes. As comunicações sobre o tema das traduções têm sido constantes em todos os colóquios, constituem um elemento de continuidade e uma janela aberta para outras culturas e realidades lingüísticas, que nos enriquecem mutuamente.

Se for preciso ressaltar uma iniciativa entre as apresentadas esta é sem dúvida a proposta de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Defendida pelo Professor Doutor Martinho Montero Santalha, que lembrava a antiguidade da ideia e a adequação do contexto de Bragança para o seu lançamento, este ambicioso projeto recebeu a maior quantidade de comentários no debate posterior. O texto, a gravação da intervenção e a transcrição dos debates receberam uma ampla difusão em diversos meios da internet, e constitui um empreendimento de grande envergadura cuja consolidação poderá significar um salto qualitativo para a Galiza na defesa e ilustração da sua língua nacional.

Para um cidadão português comum pode resultar difícil perceber a problemática do português na Galiza, começando por não identificar o galego como uma das variedades do português. Mesmo no caso de ter alguns conhecimentos sobre a questão, e admitir que «o galego», com os seus sotaques e léxico diferenciados, é uma das formas da língua portuguesa, a afirmação contradiz o discurso político «correto», tornado em hábito cultural maioritário, que se resiste a reconhecer a Galiza como nação lusófona. Então, que fazem estes galegos, no fim de contas, espanhóis, a quererem aprender português? A questão perde essa simplicidade aparente quando começamos a observar a realidade sem preconceitos e com alguma atenção.

No caso de um sociolinguista notável, e provavelmente o mais importante do âmbito peninsular, o catalão Lluís Aracil, o seu interesse pelas línguas como factos sociais surgiu quando, indo pela rua, sentiu uma mãe a falar em catalão com as amigas, enquanto falava só em castelhano ao filho. Era claro –razoava ele– que, se todos os pais se comportassem assim, o catalão desapareceria numa geração. A pertinência desta cita reside em que, na Galiza de 2006, sob diversas formas, continuam a produzir-se esses comportamentos. É essa espécie de esquizofrenia social que tem lugar no terreno da língua, a história, a música ou política, que motivou diversos esforços de investigação e reflexão dos estudiosos galegos presentes no V Colóquio da Lusofonia.

As dificuldades para os portugueses, em geral, perceberem em toda a sua dimensão a questão da língua na Galiza não se explicam pela singularidade galaica, mas pela especificidade portuguesa, pelos hábitos linguísticos e culturais de uma nação unilíngue ou, dito por outras palavras, sem experiência de convivência com outras

línguas no seu território (se exceptuarmos o astur-leonês de Miranda do Douro). As situações de contacto linguístico, a implicarem a necessidade de aprender mais de uma língua ou mais de uma variedade da mesma língua, não apenas como opção pessoal, mas principalmente como norma social estabelecida, transmitida e reproduzida, são um caso muito frequente, em todo o planeta. Quanto uma situação de contacto de línguas se torna continuada no tempo, estabelece-se uma norma de actuação social e, por consequência, pessoal, em resposta a essa situação, que se torna rotineira até tornar-se inconsciente, não reflexiva. Por exemplo, até há poucas décadas, os galegos, em geral, não refletiam, não punham em questão a obrigação social de aprender castelhano, e a exclusão total da sua língua do sistema de ensino, da igreja, da justiça, da comunicação social, etc. Eram os hábitos aprendidos, transmitidos principalmente pela família, a escola, a igreja e a administração pública, alicerçados na repressão política do estado espanhol, que garantiam a reprodução desse comportamento linguístico de submissão ao castelhano, que puniam qualquer tipo de dissidência através de diversos mecanismos de coacção.

A tomada de consciência de grupos pequenos, mas activos, de pessoas organizadas em associações culturais e políticas, já a começos do século XX, mas especialmente desde a década de 1960, iniciou um processo de mudança na situação do português galego, primeiro nas camadas mais ativas e conscientes de intelectuais, transmitido depois a todas as ordens da vida social, num processo que continua na hora presente e demorará algumas décadas em atingir o seu alvo. As questões que em 1980 se apresentavam publicamente a respeito da língua, a chamada *questão do galego*, tinham a ver com o rango legal da língua e, secundariamente, com a discussão sobre normas para a escrita. É claro que, se a luta do século XX se concentrou em conseguir a oficialidade do galego, a pergunta e o debate sobre qual galego se deveria difundir e ensinar ficou preterida por diversos motivos, num segundo plano, ou “para momentos mais propícios”. Na altura da queda do regime franquista, em 1975, era um problema não apenas pendente, mas escassamente esboçado, tratado e discutido.

Se na altura de 1980 se registam duas linhas linguísticas claramente diferenciadas e divergentes nos níveis universitários, o debate não chegava suficientemente ao público em geral, e a consigna na comunicação social era “poupar essa discussão à população”. Foi esse atraso, e essa indefinição, o contexto que aproveitou a Aliança Popular, depois Partido Popular - que tomaria as rédeas do governo da Junta da Galiza -

para promover a castelhanização gramaticalizada, institucionalizada, sob a cobertura “científica” do Instituto da Língua Galega e Real Academia Galega.

O CONTEXTO LEGAL

Vejamos qual é o rango do galego no plano legal. A década de 1980 começa no plano institucional com a criação da Comunidade Autónoma da Galiza, cujo estatuto de autonomia foi concedido pela constituição espanhola de 1978, instrumento principal da chamada *transición española*. No *Estatuto de Autonomía para Galicia* o galego fica à par do castelhano no rango oficial, mas várias sentenças do Tribunal Constitucional espanhol assinalaram, em 1986, a hierarquia linguística indiscutível: nas comunidades autónomas com duas línguas oficiais, só o castelhano é sujeito do direito e dever de ser aprendido. Para o galego, basco e catalão foi denegado explicitamente, em sentença do Tribunal Constitucional espanhol, o *dever* de os cidadãos o conhecerem. Em rigor, estas línguas e o seu uso só podem ser sujeito de direito. No caso da Galiza, este direito, nas relações com a administração, está condicionado à coincidência de o receptor - o interlocutor - conhecer igualmente o galego, e de ter vontade de o utilizar. Basta, no âmbito administrativo, o funcionário alegar desconhecimento da língua da Galiza para anular este direito ao cidadão. Por outro lado, os organismos públicos têm o dever de ensinar “o galego” mas não podem obrigar a utilizá-lo. Por conta, sempre que um cidadão espanhol solicitar o uso do castelhano, na Galiza, as administrações públicas estão obrigadas a atendê-lo nessa língua. Em último caso, o uso do galego depende da vontade dos cidadãos residentes na Comunidade Autónoma.

Em suma, os galegos continuam a ser discriminados por uma legislação antidemocrática, endereçada a conseguir a inveterada pretensão do estado espanhol, a supremacia do castelhano, e a aniquilação ou, pelo menos, a subordinação das outras línguas. Permanece, contudo, o *prémio de consolação*, porquanto é reservado para “las demás lenguas” (ignominiosamente anónimas na *Constitución*) o rango de *legua propia*, neologismo e eufemismo do que antes era denominado língua popular, regional, vernácula ou *patois*.

DA EXCLUSÃO À APROPRIAÇÃO: O CASTELHANO COMO MODELO DA “LÍNGUA GALEGA”

Para entendermos o processo de padronização do português da Galiza deveríamos ter em conta os antecedentes, que se remontam aos fins do século XIX. A literatura demonstra que a necessidade de aproximação do português era comumente admitida entre os escritores galeguistas mas, na prática, o uso mais estendido era a aplicação da ortografia do castelhano, por ser esta a língua em que era alfabetizada a população, mesmo os escritores. Isto acontecia na primigénia Real Academia Galega (instituída em 1906) e nas Irmandades da Fala históricas (nascidas em 1916). Esta situação deve ser entendida no seu contexto, em que não havia possibilidade de levar a termo um projecto galeguizador real. Nas décadas seguintes, desde âmbitos oficiais do Estado Espanhol e da República Portuguesa, foram promovidos, esporadicamente, eventos culturais para salientar a unidade da língua e a cultura galego-portuguesa, como os Encontros Galaico-Minhotos da década de 1960. Tratava-se de actos folclóricos, frequentemente apoiados ou organizados pelas autoridades franquistas e salazaristas, sem maior transcendência.

A cultura do galeguismo, quer na primeira fase, quer na sua etapa antifranquista, incluía uma noção do galego como *fala do pobo*, como língua popular, o que em grande medida se situa nos antípodas de toda e qualquer língua nacional. Isto pode ser facilmente demonstrado, quer pelas análises de discurso, quer por uma leitura atenta dos textos. Esta noção foi assumida pela generalidade dos dirigentes do nacionalismo galego desde a década de 1960, em que iniciaram um labor político que, com o passar do tempo, seria finalmente capitalizado pelo Bloque Nacionalista Galego, especialmente a partir da década de 80.

É verdade que durante o século XX se registaram várias controvérsias em revistas especializadas e correio privado sobre a *questione della língua*. Mas foi só nos fins da década de 1970 que a discussão sobre o modelo de galego, especialmente sobre a ortografia, se tornou objecto de controvérsia pública. A razão parece evidente: era a altura em que, pela primeira vez na história, existia o contexto político para a língua da Galiza se tornar oficial e, por consequência, existirem âmbitos de poder académico, político e económico. Nesse contexto de queda da ditadura, as instituições espanholas

decidiram mudar a estratégia política. O estado não podia manter a velha política explicitamente repressiva contra as línguas diferentes do castelhano. Era preciso mudar as formas para manter os velhos privilégios, a antiga hierarquia. No nosso caso, o que antes da *Transición Española* era desprezo e exclusão do galego em todas as ordens da vida pública, como discurso e prática oficiais, foi mudado para uma política planificada de apropriação académica e institucional, para promover uma forma do galego extremamente castelhanizada, o que garantia a continuidade da hegemonia linguística e ideológica, os velhos privilégios provenientes da ditadura. O passo principal nesta política foi o chamado Decreto Filgueira (decreto de castelhanização), produzido de costas viradas ao Parlamento Autónomo, em 1983, dando carácter oficial às normas do ILG, assumidas pela RAG em 1982. Nesse contexto iniciaram um processo com duas vertentes: por um lado, os intentos de coacção da «dissidência linguística» oposta à castelhanização; por outro, a apropriação da legitimidade académica e institucional. O galego tem rango de língua oficial mas, de facto, esse direito não pode ser exercido pelos cidadãos em muitos aspetos da vida pública, pela oposição institucionalizada contra qualquer progresso no uso do galego em âmbitos anteriormente exclusivos do castelhano, com é o caso justiça.

Em contradição com a legalidade e as suas declarações, os sucessivos governos da Junta da Galiza, do Partido Popular, dedicaram mais esforços à defesa das normas galaico-castelhanas, do que à defesa do direito real dos utentes ao uso do galego. Isto concretizou-se no início, pela inspeção escolar, de expedientes sancionadores contra professores do ensino primário e secundário que incluíam nos conteúdos explicações sobre a existência da tendência reintegracionista, sobre o português ou a lusofonia. Pessoas como Jesus Sanches Sobrado, Manuel Zebral, António Gil, Manuel Alonso Nozeda, João Guisan, Isaac Estravís ou Jesus Peres Bieites, foram objeto de intimidação ou repressão, por motivos linguísticos. Há também casos de pessoas que perdem o seu emprego pelo facto de serem «lusistas».

A respeito da chamada *luta normativa*, Pérez Barreiro-Noya, num artigo publicado na revista em *Portuguese Studies* (Londres, Volume 6, 1990), comentava o contexto produzido pelo Decreto de Castelhanização de 1983 (traduzo):

Dada a complexidade da situação [inícios da década de 80], incluindo a ausência de entusiasmo popular pelo uso da língua, a única atitude sensata teria sido promulgar um conjunto de regras como tentativa provisória e meramente indicativa, no intuito de incorporar gradualmente de todas as variedades individuais do Galego que poderiam provar o seu valor à luz da experiência e grau de aceitação. Teria sido necessário um longo debate, em que as vozes a favor da persistente orientação do processo cara ao Português teriam tido a oportunidade de ser ouvidos e, dado o peso das razões históricas, filológicas e, no fim de contas, também práticas para a sua aceitação, poderiam atingir o objetivo da reintegração». (P. 203)

Pérez acertava no diagnóstico, mas a história da normativização da língua da Galiza apanhou o caminho contrário. Os detentores do poder político e académico não pretendiam qualquer acordo, mas uma imposição por todos os meios possíveis dos seus pontos de vista. Um assunto que devia ser debatido publicamente, foi fechado apressadamente nos começos da década de 80. O debate foi negado, e a orientação na linha do português foi objeto de perseguição pública.

No nível académico, os promotores do galaico-castelhano decidiram, em meados da década de 80, que lhes prejudicava debater publicamente sobre a questão da língua. Foi quando tiveram a constatação de que o poder político os apoiava decididamente e colocava o ILG no centro das decisões sobre o galego. O último debate formal e em igualdade de condições, entre concepções contrapostas sobre a *questione della língua* foi a dos Encontros Labaca (1984, as ponências foram publicadas por Ediciós do Castro, Corunha), sob o título “Que Galego na escola?”. Durante os últimos 25 anos o desprestígio dos castelhanistas galegos cresceu em toda a parte, dentro e fora da Galiza, em Portugal e especialmente nas comunidades autónomas de Catalunha e València, por semelhança com o isolacionismo valenciano. Neste contexto difícil cresceu e desenvolveu-se o reintegracionismo linguístico.

O paradoxo da noção de língua que promove o movimento reintegracionista, ou a *lusofonia galega*, consiste em que, pretendendo recuperar para a língua e o país o modelo clássico - em que se faz uma clara distinção entre oralidade e escrita; língua popular e língua culta- está a introduzir uma espécie de revolução, indo da desagregação dialetal ao fomento da unidade, do populismo à língua nacional. Este paradoxo não define tanto o movimento de recuperação linguística, como a situação

da Galiza. O seu *leit-motiv* é aplicar ao galego os critérios das línguas nacionais e, neste sentido, manter-se afastado das modas, os oportunismos políticos e as necessidades partidaristas. Os processos que desenvolveu o movimento lusófono galego durante os últimos 30 anos têm duas vertentes principais. Em primeiro lugar, a legitimação académica, através de inúmeras publicações e revistas especializadas, como Nós, O Ensino, Temas de O Ensino, Cadernos do Povo, Agália, etc., e por outro, a criação de um forte movimento associativo, que realiza uma ampla atividade de dinamização sociocultural, através de congressos, seminários, aulas de língua, e fomento da cultura em geral.

A participação galega nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa marcou um ponto de inflexão e um distanciamento entre associações que fizeram uma opção claramente lusófona, e outras que permaneceram num reintegracionismo que ainda não aceita as convenções gráficas da língua comum. Com os Acordos de 1986 no Acordo do Rio de Janeiro, e de Lisboa em 1999, inicia-se o discurso da lusofonia galega. Na Galiza de 2006 continua a ser objeto de controvérsia a existência de dois modelos, em parte coincidentes, em parte divergentes. Por um lado, o discurso reintegracionista de *uma língua com três normas autónomas*, reticente à unidade da língua escrita, e o lusófono, de *uma norma com variações*. Neste sentido, o Acordo de 1990 incluía a realização de um vocabulário ortográfico comum da língua, com participação de todos os países de língua portuguesa, incluída a Galiza, em que cada palavra incluísse os significados e variações na escrita existentes.

As diferenças entre as associações lusófonas galegas podem explicar-se atendendo ao intuito ideológico inerente às suas atividades, situado entre dois pólos aparentemente contraditórios: a procura da legitimidade interna e a integração plena na lusofonia. Apesar de todo o trabalho realizado nestas décadas, o movimento ainda tem de demonstrar que a Galiza merece fazer parte da lusofonia. Para além das considerações sobre direitos históricos, que ninguém põe em causa, ou do mérito da participação da Comissão Galega nos Acordos Ortográficos, que muito poucos discutem já, o futuro só pode ser ganho com organizações sólidas e solventes nos níveis académico e social. Como disse inúmeras vezes o professor António Gil, é preciso criar textos para construirmos contextos adequados. As pessoas e entidades implicadas deveriam propiciar a colaboração nos âmbitos em que for possível. No meu entender, e cada vez no de mais gente, a disputa sobre o modelo de língua para o

português da Galiza só pode resolver-se com a aceitação generalizada das convenções gráficas da língua comum, e a assunção do discurso da unidade como garante da unidade e do futuro, conjugado com o reconhecimento das pronúncias, os sotaques, as especificidades lexicais e também, se for o caso, verbais, que têm o seu lugar de expressão privilegiado na literatura.

Ângelo Cristóvão

Tema 1

Galiza

A língua da Galiza no quadro jurídico estatutário e as suas perspectivas num novo estatuto autonómico

Alexandre Banhos, sociólogo

1. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE “OFICIALIZAÇÃO” DO PORTUGUÊS DA GALIZA, MODERNAMENTE

O século XIX começa com a guerra peninsular contra do francês, chamada da *Independência* em puros termos espanhóis. O primeiro antecedente dessa guerra peninsular foi a Guerra das Laranjas em 1801, da que ainda fica a vergonha da ocupação ilegítima de Olivença¹, nunca reconhecida por Portugal nem pelo direito internacional. Porém, em Portugal o assunto não está na mesa da política, um feito muito esquisito olhado desde a outra beira da raia.

A guerra produziu a quebra do poder central-castelhano-(espanhol) e os galegos tiveram que agir por eles mesmos. Para mover o povo galego à resistência, a *Junta de Galicia* permite a difusão de cantigas populares que incitem ao patriotismo. Esse é o primeiro momento, o proémio do que a partir do 1830-50 vai dar lugar, em palavras de Murguía, ao *Rexurdimento*.

Todos os galegos, homens e mulheres, eram analfabetos na sua língua, desconheciam a sua história, os textos medievais... Os escritores mais cultos que iniciam o *Rexurdimento* v.g. Joam Manuel Pintos, levantam, ao começarem a escrever, o debate ortográfico. De facto, Pintos escreve *A Gaita Gallega* com g e j, seguindo a pauta que corresponderia a partir do latim, evidência que ficou oculta nas edições actuais *deturpadas/normalizadas*.

Aí começa o nosso debate ortográfico, que salvo nas pessoas mais cultas de funda formação latinista, é levado a cabo por quem só conhece as normas ortográficas da língua castelhana, que funcionam para eles como verdadeiras normas “naturais”.

A fins do século XIX, diversos estudiosos começam a recuperar a literatura e o galego medieval, e pedem que se volte a uma escrita mais etimológica e mais ligada à tradição histórica da língua. Entre outros muitos exemplos pode pôr-se o de Manuel R. Rodrigues, ao analisar a “Crónica Troiana” em 1899.

As falas da Galiza, ou português da Galiza, conhecido popularmente como galego, não eram nem são – e assim o vão mostrar –, uma língua sem história dum povo sem história, mas uma velha língua romance cheia de história, e na que não se podia estar partindo de zero, pois também não éramos nenhum povo da periferia mundial do século XIX, descoberto por “europeus”.

O cerne do debate sempre era o mesmo e muito simples: ao serem os galegos, em grande medida, analfabetos -e os poucos alfabetizados estão-no na língua de Castela- ter-se-á que aguardar a que esta situação tenha remate para podermos pôr o remédio.

No *nacionalismo galego* o debate acompanha todo o seu que fazer; se olharmos, por exemplo, o jornal *A Nosa Terra* histórica (1917-22), agora reeditado, e se começarmos pelo seu primeiro volume, o leitor olhará, praticamente em todos os números, o debate ortográfico.

O debate, como não podia ser de outra maneira, era uma questão não fechada, e não vou cansar agora com todas as polémicas, discussões e opções que sobre tão importante tema se deram entre 1850 e 1936, só vos direi uma cousa: todos os que defendiam sempre utilizar o modelo ortográfico do espanhol, usavam um único argumento, o citado antes, o que continua a ser utilizado presentemente: – *na Galiza todos somos alfabetizados só em espanhol, e isto é o que nos ensinaram. Quando chegar o momento de termos escolas galegas já se resolverá o assunto.* Mas alguns dos polemizadores com muito siso apontavam: olhai, quem defende a incúria fica na incúria!

Para o nacionalismo galego tudo isto, até datas muito recentes, independentemente do seu comportamento na escrita, representava uma tautologia: galego e português são a mesma língua, é dizer, falas e variedades dum único diassistema.

Isso fora afirmado por Murguía nos Jogos Florais de Tui 1890, e ele que foi o primeiro Presidente da Real Academia Galega mantê-lo-ia sempre. Não há nenhum vulto no nacionalismo desta altura a afirmar algo diferente.

No ano de 1906² nasce a *Real Academia Gallega*, impulsada pelos emigrantes na Havana. Não nasce, nem pretende, nem figura nos seus Estatutos, para ser uma *academia da língua*, ainda que entre os seus objectivos figura a edição dum dicionário.

Poucos anos depois e muito devagarinho, começa a fazer um dicionário do que foram editando cadernetas mas que não chegou a rematar-se nem a publicar-se, e fazia-se sendo o *Dicionário da Academia*, em ortografia histórico-etimológica. Em Vigo estão as cadernetas, e a cumprida informação histórica sobre o *debate*, na Fundação Penzol. Se o leitor puder, vá, e olhará como estes factos históricos que semelham tão desconhecidos (ou melhor dito, tão ocultados), apareceram com total normalidade.

Nos anos 20 segue este prometeico debate da Galiza sobre normativização nos média galeguistas/nacionalistas (logicamente aos alheios a esse credo, o galego ou português da Galiza nada lhes importa), e a fins dos anos vinte começa a dar-se uma certa política, uma “Koiné” sobre achegamento gráfico ao Português³. Quer dizer, ao velho tronco, ao galego histórico. Assim temos usos escritos como a separação do pronome por traço, vocabulário técnico comum...

No Congresso de 1934 do Partido Galeguista acorda-se impulsar essa via. Cria-se uma comissão para elaborar umas normas de escrita para o galego e um dicionário no Seminário de Estudos Galegos⁴. No 1933, seguindo esse modelo, as Irmandades da Fala publicam o seu vocabulário castelhano-galego. O seu modelo vai ser o da escrita histórica, que é adoptada pela *Mocidade galeguista*⁵ no mês de Abril de 1936.

1.1. O FRANQUISMO

A ditadura franquista⁶ estendeu o seu manto do terror sobre os cidadãos; diz *Paul Preston* na sua excelente biografia de Franco que ele, por cima de qualquer outra coisa ou consideração, foi um mestre no manejo do terror, do terror como arma política ao serviço do poder, de controlo de vontades. E diz o professor *Ramón Maiz* na sua tese,

minuciosa obra de contagem de assassinados/as no terror incivil, que na Galiza o número dos “passeados” chega a uma cifra situada entre vinte e cinco, e trinta mil pessoas. Ainda no ano 52 na memória anual do Fiscal Geral do Estado, este lembrava, que a magnanimidade de Franco fizera que nos anos passados, os milheiros e milheiros de condenas a morte pelo aparelho judiciário apenas ultrapassaram os 12.800 *agarrotados*⁷.

A ditadura estendeu a ignorância sobre o próprio na Galiza, a gente nova ficou cortada na sua comunicação com tudo o criado no nosso país antes da guerra, e com os vultos de antes, que estavam fugidos ou mortos. Uma outra vez como Prometeu, na Galiza tínhamos que recomeçar de zero.

No dia da pátria do ano 1950 nasce em Compostela a editorial *Galaxia*. Na realidade, esta editorial era a limitada estrutura que ficava no país do Partido Galeguista⁸, concretamente das suas mocidades. E será esta editorial, dentro da sua pequena anarquia ortográfica, que vai ter um role relevante na configuração escrita do galego na Ditadura.

A respeito do galego utilizado pela editorial, esta não empregou um padrão uniforme, ainda que na documentação interna nem se conheciam segundas formas do artigo, e usava-se uma base vocabular que agora chamariam de raiz “lusista”, e a respeito da ortografia dos autores, em geral respeitava-se o seu particular idiolecto ortográfico, editando-se livros também em ortografia plenamente reintegrada com farda histórica e comum com o além-Minho. No prólogo de “*Lua a Além-Mar*” do saudoso professor *Guerra da Cal*, figura uma nota da editora que diz: “*Empregamos grafia portuguesa para todos os fonemas galegos que por meio dela podem ser representados sem se deturpar o caraiter da nosa peculiaridade idiomática. Moveu-nos a isto duas razóns, ao nosso ver validamente justificadoras: — a primeira, a evidência de que o sistema gráfico vigente até hoje entre nós non tem base alguma respeitável nem histórica nem científica; a segunda, e ainda mais importante, é o considerarmos inadiável o restabelecimento dos vencellos tradicionais das nossas letras com o âmbito amplo e rico da cultura luso-brasileira, à cal, tanto pola verba, canto pelo espírito pertencemos. non fazemos nisto senóm seguir o conselho venerável do patriarca Murguia que já recomendou a unificaçóm linguística com Portugal, apontando que nela estava o porvir do nosso idioma*”.

Até o ano 72 na revista da editorial, GRIAL, na que se plasma o ideário Galaxia, vai ter artigos em distintas normativas, incluídas as plenamente reintegradas ou padrão português.

Na metade dos sessenta, na editorial dera-se um debate, para duma vez por todas, começar a ser sérios no aspecto da normativa, e adoptar um padrão mais homologável com as formas do galego oficiais no além-Minho, o próprio Ramon Pinheiro, firma-se como um dos mais “lusistas” nesse momento, mas depois, o facto de estimar que o povo galego esteja só alfabetizado em espanhol, punha-lhe dificuldades à tarefa, e decidiu-se seguir da mesma forma, mas com o compromisso de no futuro encetar duma vez esse caminho. Porém tudo acabou numa deriva na que se aceitou um padrão ortográfico regional espanhol plenamente assumido.

A década de 70 significa um processo de *aggiornamento* da editora, com um papel como o de qualquer uma empresa editorial, e um achegamento do “Pinheirismo”⁹, que esqueceu todo velho compromisso galeguista, e o trabalho que este exigia, de restabelecimento do partido galeguista na clandestinidade, para mudar num achegamento às forças espanholas da *transição* política, pois tentava-se conseguir algo de sombra dos novos poderes que institucionalmente emergiam¹⁰.

Esse role do *Pinheirismo* significou a renúncia a qualquer proposta normativa que reintegrasse o galego na sua farda histórica, e a aceitação implícita de as normas do castelhano “*língua nacional espanhola*”, ser as normas *per se* do galego por ser uma língua do estado espanhol; e que toda a deturpação do galego pela pressão esmagadora do espanhol, constituía uma *pura evolução natural*. Se o galego era, sob o nome de português, língua normal noutros estados (afirmação tautológica do nacionalismo galego sempre), esta nova *aceitação* significava, em consequência, que o português e o galego eram línguas distintas e estranhas uma da outra, e que qualquer fala d’além das fronteiras administrativas espanholas era, obviamente, algo estrangeiro, o que de acordo com a sua raiz etimológica, significa *estranho*¹¹. Esta percepção da língua será assumida pelos poderes espanhóis entusiastas da mesma, e pelas autoridades regionais.

2. A NORMATIVIZAÇÃO PÓS-FRANQUISTA DO PORTUGUÊS DA GALIZA, E A NORMALIZAÇÃO DOS USOS DA LÍNGUA

Suponho que as pessoas da Galiza, que estejam entrando na faixa dos cinquenta anos e mais, lembrarão os debates que havia no nacionalismo sobre a língua e a norma na altura dos setenta, que podem ser resumidos assim: O primeiro é a libertação social e o socialismo, o demais virá depois.... (sic) – *per se* –. E por enquanto, a incúria continuava a governar-nos.

Que norma se usava no português da Galiza? Graficamente direi que uma inconcreção com duas variedades. Quer dizer, o português da Galiza tinha normas por aproximação ou por distanciamento entre espanhol e português, dependendo do grau de formação pessoal de quem escrever (ou a sua concepção do que devia ser a Galiza e o seu povo), porque a língua na Galiza continuava a carecer de norma formalizada e padronizada.

Também deve ser dito que no país não se reclamava socialmente a formalização padrão do português, coisa que sim acontecia nos anos anteriores à guerra. No fim de contas, depois de quarenta anos de ditadura e cortada a comunicação, éramos mais analfabetos do próprio, ou melhor dito, muito mais e profundamente alfabetizados em espanhol, língua que cada vez era mais internalizada em muitos galegos e galegas, como também sua.

Ao longo da década de 70, que na Galiza pode afirmar-se ter encetado com as mobilizações universitárias do 68 em Compostela, fazia-se cada vez mais patente que o franquismo estava nos seus derradeiros momentos, e que o pós-franquismo ou o que vier logo, dalgum jeito deveria reger a utilização das línguas não castelhanas, pois o principal problema do estado espanhol continuava a ser a integração das nações não-castelhanas.

O português da Galiza estava como estava, e começou-se a perceber a importância da sua formalização, curiosamente, mais por sectores ligados – por dizê-lo de alguma maneira – ao *“espanholismo”*, melhor dito ao *stablishment institucional*, do que ao nacionalismo.

O que era o galego naquela altura para a ciência linguística? Melhor do que responder é dar-vos este exemplo: antes do ano 1970 não existe nenhum livro de linguística publicado no estado espanhol e, por suposto, no mundo¹², que afirme as falas galegas constituírem um idioma diferente do português. Todos confirmam que

fazia parte do mesmo diassistema do português. A Academia Galega, na sua história, nunca se atreveu a fazer uma afirmação rotunda contra a unidade da língua. Defender essa tese vai ser o eixo da existência do ILG, elemento fulcral na formalização do galego como variedade regional espanhola e distinta do português (*é para eles outra língua*).

2.2 O PROCESSO DA FORMALIZAÇÃO DAS NORMAS

No ano 1971 produz-se o primeiro intento de publicitar uma norma, pois pela Academia Galega forma elaboradas outras, sobre as que afirma Carvalho Calero no livro “Conversas em Compostela” (pag.182) *“a minha aportacom a estas normas foi tam particular como geral, pode-se dizer que as figem quase na sua totalidade, tendo em conta algumas observacons doutros colegas”....e segue “ há que ler com olhos desprovidos de teas de aranha e observará-se que estam implícitas nesta codificaçom as linhas gerais que depois se desenvolverom dentro dumha política linguística de aceitaçom do sistema geral (o do português) ao que o galego pertence”* .

No ano 72 cria-se a cátedra de filologia galego-portuguesa na Universidade Compostelana, e é nomeado titular o Professor Carvalho Calero. Esta Cátedra dá lugar pela primeira vez, à existência de pessoal qualificado em língua galega e, claro, ligado com tal Cátedra, *já não todos vão ser analfabetos*. Nos anos 70 na Universidade de Santiago, ganham força à medida que se pesquisa e se estuda o galego, as propostas de cara a reintegração da nossa língua, numa farda própria e coerente com a sua história e a sua realidade presente como português da Galiza.

Por outra banda, unido ao departamento de Hispânicas, e ao institucionalismo no quadro espanhol, no ano 71 cria-se o *Instituto de la Lengua Gallega* (ILG)–como instituto universitário de investigação- por um professor asturiano, Constantino Garcia, que é membro da Academia Asturiana além de o ser agora da Galega¹³, e que concebe o galego - língua que não falava e nunca chegará a dominar - como um *bable*, uma variedade regional.

Em 1971 como uma encenação, o ILG tirou do prelo o *famoso* (pelo seu sucesso) *Gallego I*”, que seria seguido em 72 pelo *Gallego II* e, em 74, *Galego III*. Os livros pretendiam afrontar a carência social de falta de formação *dos galegos no galego*, e de

manuals de formação, para adequá-los às necessidades dos novos tempos que já se sentiam. Concebiam a formação na língua dentro do sistema linguístico central espanhol, negando as relações das falas galego-portuguesas.

Neste método estudo de galego do ILG, apresenta-se um modelo de língua galega separada do romance ibérico ocidental, com inventos de palavras muito peculiares – *televexo, guiandeiro...*(eis o seu *diferencialismo*), e um modelo de escrita baseado nas normas da “língua por essência para os galegos desta concepção, o castelhano; e virada contra as normas da Academia Galega de 1971 (eis o “*oficialismo tão particular*” do ILG desde as origens).

No *Galego III* é antológica a definição e aclaração do que é lusismo, sobre todo olhando as escolhas terminológicas de apoio como muito bem tem examinado o professor Valentim Fagim¹⁴.

Em 77, (faço recordação de que o ditador Franco morrera em Novembro de 1974) aparece a primeira proposta formalizada de norma do ILG (já visível nos seus *gallegos*), num livrinho intitulado “*Bases prá Unificación das Normas Lingüísticas do Galego*” sob o guarda-chuva do limiar do Presidente da Academia Domingos Garcia-Sabell¹⁵. Esta será a única norma do ILG na que participaram pessoas alheias a esse organismo, o que se nota nos comentários e pegadas que se acham na mesma, v.g. nela aparecem entre outras, formas como *amábel*, que nunca seria utilizado pelo ILG.

Em 1977 nasce a ASPG¹⁶ organizada, fundamentalmente, por professores ligados ao BNPG. A recém nascida associação estava imersa no debate da língua (qual modelo) pois os professores que davam aulas naqueles dias de duros conflitos, pediam umas normas claras a respeito da formalização. No curso 79-80 o galego passa a ser uma matéria optativa, e à ASPG, os seus associados reclamam uma norma para ministrar nas aulas. Em 1979 a ASPG faz uma proposta (*as primeiras mecanografadas*) de normas sob o título de “*Orientacións para a Escrita do Noso Idioma*” destinadas ao professorado nacionalista adscrito ao BNPG, que seriam reeditadas em 1980¹⁷.

2.3. A FORMALIZAÇÃO DESDE AS INSTITUIÇÕES AUTONÓMICAS

No momento da concessão à Galiza dum regime pré-autonómico, havia uma língua própria o português da Galiza, em processo de formalização ortográfica com

vários modelos: o modelo da Cátedra de Galego, o do ILG, o da Academia, e um modelo híbrido, o da ASPG.

Disse que no reino de Espanha não se legisla sobre língua¹⁸, pois são instituições independentes as que fixam as normas, as modificam e aplicam, sem que o poder político as discuta; não há um espanhol oficializado por lei frente a outro que não for. Existem a Academia Espanhola e as academias dos países americanos com o seu dicionário e gramática normativos comuns.¹⁹

Em 79 institui-se a pré-autonomia, e começa a utilizar-se internamente o galego acastrado e diverso (o de cada utente), pois na realidade o português na Galiza era uma língua sem normalizar e sem arroupamento formal para a sua apresentação externa (e *interna*) de uma *auctoritas* admitida por todos. Aqui tínhamos um totuum revolutum. Para o poder político ficou claro que era necessário regular essa situação, simples questão de viabilidade no caminho que se abria de descentralização e de reconhecimento parcial dos direitos nacionais da Galiza.

O segundo Conselheiro em aceder à responsabilidade da pasta da Cultura, Alejandro Fernandez Barreiro, decide a criação duma Comissão Linguística²⁰ para estabelecer uma norma ortográfica para o galego, e cuja constituição e objectivos foi publicada no Boletín Oficial da Xunta de Galicia (BOXG) nº 3 de Junho 1980)²¹. A Comissão estava formada por catedráticos e professores técnicos em linguística, ligados a universidades, a Academia e o ILG. No BOXG n.º 10, Publicam-se: *As normas ortográficas do idioma galego*.

No seu limiar, formosíssima peça literária, é onde está a filosofia da que se tira a ideia da expressão ***normas de mínimos***, por permitir a própria norma um avanço para formas coerentes com a história linguística da nossa língua, a do romance ibérico ocidental a que pertence, e convidando nas próprias normas, às instituições mais cultas, e dizer às universidades, a utilizar a forma histórica própria do galego. Nesse mesmo BOXG nº 10, figurava a reunião da Comissão Mixta que generalizava a aula de galego no curso 1980-81.

Em 1980 o ILG, que participara na elaboração das normas da Junta de Galiza, tentará travá-las re-publicando as “*Bases Pra Unificación das Normas Lingüísticas do Galego*”, (uma forma de questionar as normas da Junta)²². Na apresentação se diz que

são a reedição das de 1977, mas de facto têm mudanças fundamentais, e começa-se a mover um monte de fios, para que o Ministério de Educação, que fazia geral o galego como optativa no ensino (aprovado pela Comissão Mixta BOXG nº 10), sendo naquela altura do Ministério que dependia o ensino); não aceite as normas da Junta da Galiza, e assim, a meio de Resolução do Ministério (BOE Agosto do 1980) acaba-se declarando que as normas da Junta da Galiza só servem para eles, e juridicamente a administração do estado nenhuma dependência tem deles.

Na própria Comissão Mixta *Estado-Junta*, inclui o Ministério os membros do ILG, e sob o peregrino argumento, de que não há que criar traumas aos nenés formados em espanhol (*com algo um chisco dissimil*).

Pelo seu lado a ASPG, em 1981, reforma as suas *Orientacións* radicalmente, *para fazê-las verdadeiramente reintegracionistas*. Foi curioso o facto de o cerne do debate da reforma para convencer a maioria dos membros, tenha sido, por um lado, que o reintegracionismo era o desenvolvimento lógico da norma de mínimos, e que havia que pular pelo seu avanço; por outro, *que nos não podemos ficar atrás das normas da Junta, ao fim de contas é espanholismo da UCD*²³.

3. O ALCANCE DAS NORMAS DA JUNTA DA GALIZA: ASPECTOS JURÍDICOS

Que alcance tinham aquelas normas da Junta da Galiza?: A resposta é muito simples, a que lhe derem os utentes.

A administração pode impor umas normas a si própria ao não existir norma concreta e *real* alguma para as falas portuguesas da Galiza, *mas o seu alcance social é o que os galegos quiserem*²⁴, dado que o galego é língua oficial mas não se estabelece legalmente (sobre isso já falei que não se legisla) que tenha que ter uma forma determinada.

Na norma chamada *de mínimos*, a da Junta de 1980, editou-se muita coisa, desde o melhor dicionário actual do galego, o *Sotelo Blanco* (Estravís), até à melhor gramática para o ensino prático (Via Lactea: *Gramática para a Aprendizaxen da Língua Galega*), ou os trabalhos gramaticais e linguísticos de Freixeiro Mato.

Esses *mínimos*, como leva visto o leitor, receberam uma oposição radical de toda a “*intelligentsia*” espanhola, - *A Galiza por este caminho deixa de ser Espanha, e põe-se-lhe dificuldades adicionais aos nenos e nenas....* Há uma tautologia na Sociolinguística, “quanto mais próximo é o código duma língua a respeito de outra com a que está em contacto (ou misturada) ou, se além disto o código de B é o de A, mais difícil é a sua conservação, por não dizer impossível, e ainda mais se o modo de vida que sustinha a língua se está derrubando”. E isso sabe-o qualquer estudioso honrado a respeito do que são as cousas.

O ano 1982 é de transferência das competências em matéria do ensino do Governo Central à Junta da Galiza. E no mundo do ensino, apoiado na norma de mínimos, avançava o uso dum galego que ia recuperando a sua farda histórica, porém frente a isso produziu-se o Decreto 173/82 de 17 de Novembro de “*Normativización*” publicado no DOG de 20 de Abril de 1983²⁵, imposto com fortíssima resistência social dos sectores mais comprometidos com a normalização da língua e o seu avanço social, estávamos ante outro trabalho *cañ*²⁶ da pena Filgueira Valverde²⁷.

Joam Coromines, – o mais grande romanista e linguista peninsular – daquela ainda vivo, numa carta ao jornal *La Voz de Galicia* denunciou o facto com estas palavras – *galegos assim caminhaís cara ao vosso suicídio linguístico...*

O Decreto 173/82 derroga as normas publicadas no Boletín Oficial da Xunta de Galicia nº 10 e nele, como anexo²⁸ aprovam-se umas normas em que se declara ser elaboração conjunta e por acordo do ILG e da Academia Galega²⁹. Curiosamente estas duas instituições nos seus próprios estatutos não têm competência alguma sobre norma da língua galega. A Academia Galega não é da Língua até ao BOE (Boletín Oficial del Estado) de 4 Março de 2000, em que aparece a reforma dos seus velhos Estatutos para dar-lhe competência, parcial, na matéria.³⁰

Que alcance têm estas normas do ponto de vista legal? Como dizia, a que quiserem dar os utentes; nelas não há o sintagma *galego oficial*. A Administração pode exigir o seu uso internamente³¹ (o que não é pouco) e mais nada, ainda que muito fazem pela via dos subsídios, prémios, compras de publicações, censuras jornalísticas, sempre interpretando-as do jeito mais restrito.

O Tribunal Superior de Justiça de Galiza tem vindo a aclarar parcialmente a questão, pois o intento de imposição deu lugar a diversa jurisprudência, na sentença sobre os Estatutos da Universidade de Vigo, e em várias sentenças sobre a língua no ensino e o direito de cátedra. Reproduzo um *considerando* para que possa ser observado o alcance disso que alguns chamam *norma oficial*:

Tribunal Superior de Justiça da Galiza (Proceso nº 01/0001112/1995)
“Considerando que, en principio no resulta función de la Sala la de valoración ortográfica de los escritos procesales —determinando el de Galicia en su artículo 5 que la lengua propia de esta es el gallego, ahora bien, esta específica designacion alude a una de las modalidades existentes en el área lingüística llamada ibérica occidental de las varias que presenta. (gallega, portuguesa, brasileña, angolana, etc.); en paralelo - a lo que ocurre en el área lingüística denominada, ibérica, central con sus respectivas variedades (castellana, andaluza, peruana, argentina, etc.); y, por supuesto, en el área, lingüística, ibero oriental con las suyas (catafana, valenciana, balear); una prueba de esa amplitud en el enjuiciamiento al respecto há sido la aceptación a efectos de validez procesal, dentro ambas de la variante idiomática gallega, de las corrientes llamadas normativista y reintegracionista; la primera patrocinada a efectos de la Administración Pública, por una norma de ella emanada (con soluciones que ofrecen mayor facilidad para las personas escolarizadas en la ortografía castellana y dirigidas sobre todo a lectores del propio país gallego) y la segunda patrocinada por la Associação Galega da Língua (con soluciones acordes con la etimología de las palabras, tratando también de reintegrar al idioma, las que le pertenecen de cuando el uso notarial, judicial y literario del mismo, lo que da como resultado. coincidencias parciales con otras variantes del área y, por tanto un alcance internacional); de esa postura abierta es muestra el hecho, no solo de haber sido la sala, -formando parte de la Audiencia Territorial-, el primer Organo jurisdiccional que dictó en la época moderna una sentencia en gallego (la de 27 de marzo de 1985), sino el haber continuado, poniendo. otras varias después, indistintamente en una, u otra de las dos corrientes ortográficas de mención; —“

Como se pode ver-se, a Sentença faz referência a duas normas: a da Junta da Galiza e à da AGAL^{32 33}, estas são actualmente as únicas duas verdadeiras normas que se utilizam no país. O que temos, pois, são aproximações ou afastamentos duma ou da outra. É dizer, a gente normalmente não vai desde a primeira – na que o espanhol é o padrão de correcção por essência – até à segunda, sem um período de aprendizagem e treino.

Pelo demais o sucesso da norma *Xunta 1982*, verdadeiro elemento chave da chamada *normalización lingüística* dos nossos governos, temo-lo à vista: No ano 79, segundo o informe FOESSA, na Galiza o 81 per cento da população tinha de língua habitual o galego, no ano 98 segundo estudo do Conselho da Cultura Galega só é habitual no 56 % per cento da população. No ano 81 o galego era maioritário em todas as faixas etárias. No ano 98 o galego é língua manifestamente minoritária em todos os menores de 20 anos. (e as cifras desde então demonstram-se pavorosas). Nos últimos vinte anos perdeu-se o 70 per cento dos falantes. Eis o resultado de 20 anos de *normalização*. Eis o resultado de todo um mundo de miúdos, moços e moças, que experimentaram o processo de “*normalización*”, e que comprovaram aquele *galego* no ensino.

Chegados aqui, acho ter explicado o termo *ortografia de mínimos*, equivalente a *ortografia oficial* da Junta 1980, pois tal e como figurava no limiar das normas do 1980, estas sabiam-se no início dum processo que só poderia ter êxito se rematava a *ortografia* do galego reintegrando-se na sua farda histórica, e a sua origem era tão oficial como a do *lindo* castrapo no que foça actualmente o DOG³⁴ – e que com precisão matemática, resulta paralelo ao espanhol.³⁵

3.1. A REGULAÇÃO LEGISLATIVA DA LÍNGUA DA GALIZA

No ano 1981, mediante a Lei Orgánica 1/81 de 6 de Abril, aprova-se o *Estatuto de Autonomia da Galiza*.

O seu artigo 5 refere-se ao reconhecimento dos direitos linguísticos dos galegos, neste artigo determina-se:

5.1- A Língua própria da Galiza é o Galego.

5.3- *Garantem-se os direitos dos falantes na comunidade autónoma a dirigirem-se à administração e a serem atendidos em galego ou castelhano.*

5.4- *A não serem discriminados por isso.*

Mas essa obriga de serem atendidos... não é oposição para que uma das línguas, o galego, tenha o carácter de própria, como vem repetidamente estabelecendo a jurisprudência, e de cara à língua própria tem especiais obriga a administração pública.

No art. 27, e dentro do título de *competências* está a competência exclusiva nas seguintes matérias... no ponto 20: promoção e ao ensino da língua galega.

Em desenvolvimento desta competência estatutária, e de garantia dos direitos dos cidadãos galegos, no ano 1983 publica-se a Lei 3/83 de *Normalización Lingüística* (DOG.14.7.83).

Nos artgs. 1º, 2º e 3º recolhe-se in extenso o artg. 5 do Estatuto de Autonomia, engadindo o direito a actuar em galego ante os Tribunais de Justiça.

No artg. 4.1 Declara-se o galego como a *língua oficial das instituições da comunidade autónoma, da sua administração, da administração local e das entidades públicas dependentes*.

No artg. 6.3 Fixa a obriga de promover os poderes públicos, o uso normal oral e escrito da língua galega como meio de relação com os cidadãos.

No artg. 10.1 Fixa a toponímia em galego

O artg. 11.1 Implica para a administração a obriga de capacitar o pessoal da administração no conhecimento e domínio da língua galega.

Como pode ser observado, nas leis com referência ao idioma próprio da Galiza fala-se do galego; e a esse galego não se lhe adicionam adjectivos alguns.

Pelo demais na Galiza não existem mais leis que tratem especificamente do idioma nacional, salvo algum artigo em outras leis como a reguladora da função pública, (artg. 33), onde se faz referência, para os empregados públicos, da obriga de acreditar o conhecimento do galego³⁶, porém fazendo-se sempre uma interpretação tão restritiva desta obriga de tal jeito que a mesma se entende como *obriga de entender e interpretar um texto administrativo*, num galego que agora se converteu na prática administrativa, numa língua exactamente paralela à castelhana no âmbito semântico

das palavras, e sem esquecer que como dizia Lluís Aracil, qualquer palavra castelhana pelo facto de o ser já pode ser galega, e não estará nunca acusada do pecado de lusismo³⁷.

E no âmbito do ensino, onde se tem desenvolvido mais a normativa, se, além disto, valorizamos o papel fundamental que tem esta actividade na socialização de conteúdos linguísticos, e se sabemos que o ensino foi o elemento fulcral da socialização do espanhol na Galiza, entendemos a sua necessidade qualquer que for o objectivo linguístico final.

Ora, se partirmos do princípio que no processo selectivo dos professores não há que acreditar o conhecimento da língua galega, e que esta se limita aos professores específicos dessa matéria, é muito fácil compreender que o ensino continua a ser um elemento fulcral na socialização de usos do espanhol entre os galego-falantes, como tem posto de relevo os mais recentes trabalhos de pesquisa sociológica, nos que se constata que os nenos que entram na escola falando em galego, são, com grande sucesso, socializados no espanhol, porém nada se produz no sentido contrário. Não consegue garantir aos galego-falantes a permanência e a instalação normal na sua própria língua, nem sequer dentro do que a *ideologia oficial substitucionista* chama *bilinguismo harmónico*.

Em todos estes processos, o debate normativo, serviu para utilizar perfeitamente aos validadores da conceição ilhada e regional do galego, como elementos ideológicos de apoio das políticas substitucionistas, ao além da vontade que, alguns persoeiros de entre eles, manifestarem (mas os feitos são teimudos).

No ano 2001 o Director Geral de Política linguística da Junta da Galiza, o Sr. E. Moreiras³⁸ impulsou a elaboração dum plano de normalização linguística, cousa já feita na Catalunha e no País Vasco, dentro do que se vem chamando *language Planning*.

O resultado foi um verdadeiro desideratum, onde os pontos fracos da língua eram a vez os fortes, e no que falta toda temporização, e isso enquadrado num modelo substitucionista como bem é exprimido na apresentação do Plano. O tal Plano foi aprovado pela unanimidade do Parlamento galego o dia 22 de Setembro de 2004, sem que até agora se tenha traduzido em mudanças efectivas da política linguística

substitucionista, nem no impulso às medidas estabelecidas timidamente no Plano, e isso com independência de acharmos na Galiza um governo de coligação socialista-nacionalista, onde a língua própria, frente à imposta, era constante e retoricamente citada no acordo de governo que deu luz à coligação³⁹.

3.2. AS MODIFICAÇÕES NORMATIVAS. A INTEGRAÇÃO DO BLOCO NACIONALISTA GALEGO E AS SUAS ORGANIZAÇÕES NO QUADRO INSTITUÍDO PARA O PORTUGUÊS NA GALIZA.

A normativa do ILG sofreu de jeito constante modificações ao longo dos anos, sempre ante a pressão social, e sempre no sentido da integração de formas e termos considerados antes por essa normativa como lusismos inadmissíveis.

No ano 92 republicam-se as normas com modificações substanciais a respeito das originais de 10 anos antes. Porém, as organizações mais numerosas do nacionalismo galego continuavam sem aceitar esse modelo de normativa, e defendendo retoricamente, ainda que sem muito valor prático, as normas de mínimos, não as da Junta pré-autonómica, mas as elaboradas pela ASPG no ano 99, não como uns mínimos de reintegração, de voltar à farda comum, mas como um objecto ossificado e do que inconsequentemente não se desenvolveu nenhum aspecto formativo na própria militância.

A fins dos anos 90 pessoas da ASPG reúnem com outras do ILG, que depois da integração de Esquerda Galega no Bloco Nacionalista Galega estavam já caminhando cara à sua órbita, para fazer uma proposta de consenso normativo. No ano 2001 estava elaborada uma modificação das normas, que se apresentavam como *de concordia*, ainda que tecnicamente implicava a aceitação de todo o processo normativo levado a cabo até daquela com o aval do ILG. Levada essa proposta *de concordia* entre o Instituto da Língua Galega e a Asociación Socio-Pedagógica Galega com a bênção de Francisco Rodrigues e Pilar Garcia Negro – dirigentes do partido que controla a Frente BNG, que decidem nesta matéria –, foi rejeitada pela Real Academia Galega, sob as pressões do Partido Popular, quer dizer, a vontade de Manuel Fraga⁴⁰

ILG e ASPG, não desistirão do consenso normativo. Reúnem-se de novo, a ASPG, quer dizer, o entorno Bloco, com as gentes do ILG, e aceitam capar a proposta de concórdia naqueles aspectos que fazia que as normas até daquela usadas ficaram como

não normativas, reduzindo substancialmente as modificações, em muitos aspectos em inferior medida que as introduzidas na republicação do ano 92. Esta norma de concórdia, devidamente capada, foi aprovada pela RAG no ano 2003.⁴¹

4. A SITUAÇÃO JURÍDICA DO PORTUGUÊS DA GALIZA. MUDANÇAS QUE SE ALVISCAM NO FUTURO.

O acordo de governo da coligação PSOE-BLOCO tem muita referência à língua; mas as necessidades normativas da língua galega estão absolutamente ausentes, limitando-se o acordo à vontade de aplicar o Plano de Normalização que citava antes.

A ausência de um compromisso para elaborar uma lei da língua nacional da Galiza, de reforma da Lei do Conselho da Cultura, e a ausência do Bloco no anteprojecto de Lei de Reforma da Lei da Função Pública, de tanta importância neste campo, falam infelizmente mal do que nos pode trazer este governo nesta matéria: a simples continuação da política de substituição só que com um sócio, se cabe na Galiza, mais *vilego*⁴² e jacobino (o PSOE espanhol).

Desde o nacionalismo governante apresentam-se todas as esperanças na modificação do Estatuto de Autonomia da Galiza, de aí que para fazer uma análise de futuro, sejam os aspectos jurídicos da proposta estatutária do Bloco, como máximos da reclamação, o melhor guia.

Reproduzo a seguir a análise feita por mim recentemente, posta à disposição dos cargos do Bloco, abstendo-me do estudo de aspectos políticos como são os de oportunidade ou as questões das possibilidades reais de sacar algo avante, que possa pelo menos parar a desfeita substitutiva na que vive submersa a sociedade galega.

5. ANÁLISE JURÍDICA DA PROPOSTA ESTATUTÁRIA DO BNG NO CAMPO DA LÍNGUA, E MEDIDAS QUE ENTENDO DEVERIAM INFORMAR O NOVO ESTATUTO.

Um estatuto autonómico é uma lei orgânica, que vai mais alo, pois forma parte do entravado constitucional. As disposições estatutárias, salvo aquelas medidas que pela sua precisão sejam imodificáveis e alicerce sobre que montar as futuras normas; não são directamente aplicáveis senão, que o jeito como se apliquem virá estabelecido

nas leis de desenvolvimento; ou até pode ser pior, pois nunca se chegarem a aplicar por não ser desenvolvida a legislação que faria essas disposições reais. Por pôr um exemplo, no Estatuto galego de 81 em vigor, no artigo 27 estabelece-se, que a Galiza estrutura-se (politicamente e organizativamente) em freguesias e comarcas. Passaram 25 anos e ainda nada está desenvolvido com respeito a esse mandato estatutário.

Todos os elementos declarativos e enfáticos do Estatuto, são como ao final fiquem nas leis de desenvolvimento e naquelas normas que precisam e fixam as declarações enfáticas do Estatuto.

Na proposta de estatuto elaborada por unha comissão do BNG e posta no Parlamento a disposição dos outros grupos como elemento de debate, vou apontar todos as referencias a ver com a língua e aquelas aspectos que no debate parlamentar deverão ser completados, para tentar introduzi-las no processo de debate no relatório parlamentar; visando assim fixar uns elementos que deveriam ter um certo carácter absolutamente infranqueável para nós.

5.1. O TEXTO ESTATUTÁRIO E A LÍNGUA NACIONAL

Na proposta de Estatuto do BNG, concentra-se de jeito bastante exaustivo o tema da língua no artigo 3, ficando ao além do artigo, só aspectos que dum jeito colateral mas que deveriam ser importantes, tocam o tema; passa um algo, como no estatuto de autonomia em vigor, que concentra o tema da língua no artigo 5 (artigo que estava copiado literalmente do Estatuto Catalão de Sau),.

O Artigo 3 tem 11 apartados, nos que dum jeito avançado com respeito a redacção do artigo 5 actual tenta-se fixar as extremas linguísticas duma administração, e aparato público, que se entende há funcionar, e ainda mais vendo as características sociolinguísticas da Galiza, como elemento galeguizador. (Não vou comentar os apartados que acho não dão lugar a debate)

O artigo 3.1 diz: “O galego é a língua própria da Galiza. Todos os cidadãos e cidadãs têm a obriga de conhecê-lo e o direito de usá-lo”

Simplesmente fazer um apontamento, esse apartado pode ser a trampa saduceia parlamentar para que se retirem finalmente outros apartados muito mais importantes sob a óptica de que tendo já o dever, a cousa está feita.

Pois o dever, no caso de o T. Constitucional não botar um jarro de água fria ao povo galego com esse assunto⁴³ é algo a interpretar pelos tribunais de justiça e não pelas autoridades políticas, é dizer o Superior Tribunal de Justiça da Galiza na via contenciosa, e o Constitucional. E poderíamos estar no paradoxo, (e a alguma sentença já ditada me remeto), de que já o cento per cem dos galegos e galegas cumpriram o dever de conhecer a língua, item mais que quase o cento per cem dos cidadãos do estado cumprirem o dever de conhecer a língua, pois o que pode ser galego nalguns casos não passa infelizmente duma modalidade dialectal do castelhano, (há quem faz castelhano até em galego). Pois numa sentença do STG do 99 fixa-se em grande medida o que é conhecer galego, como algo igual, a ser-se capaz de entender um texto galego e entender uma comunicação em galego. (e que galego?)

⁴⁴, ⁴⁵

O dever está bem, quando há medidas que vão no caminho de fazer necessária a língua, para igualar o status jurídico dum jeito que vai cara igualdade real com a língua castelhana, porém se isso vai ser moeda de câmbio e vai servir para desfazer outras propostas mais importantes não podemos fazer aí a guerra.⁴⁶

O apartado 3.3, diz: *“Os poderes públicos garantirão os direitos linguísticos dos galegos e galegas, potenciarão o emprego da língua em todos os campos da vida pública, cultural e informativa e disporão os médios necessários para facilitar o seu conhecimento. Todos os funcionários e trabalhadores ao seu serviço têm a obrigação de o usar no desempenho das suas funções. O emprego do castelhano realizara-se a emprego de parte.”*

Todo neste apartado implica desenvolvimento legislativo posterior que indicará, o como é que isso se vai levar a cabo; é dizer: uma Lei da Língua da Galiza, uma Lei da Função Pública... Acho por tanto que para dar eficácia, como logo explico, há que precisar já alguns aspectos dos citados neste apartado, noutros artigos do Estatuto.

O apartado 3.5, vem a precisar o apartado 3.3 dum jeito relevante, este apartado é mui importante, e ainda que a concretização vai dar-se no desenvolvimento legislativo posterior, mas nele estão-se fixando alicerces futuros. Cumpre já que logo reflectir esta concreção nalguns outros artigos, como logo exporei.

O apartado 3.6. trata da língua nacional do ensino. Não vou citar o relevante que é o ensino no processo de socialização da língua galega, como o foi e o está sendo no processo de substituição linguística que vivemos. O feito de ser o galego língua oficial do ensino em todos os níveis educativos concretiza-se nos sub-apartados que vou sinalar:

a) O alunado tem o direito a receber o ensino em galego no primeiro ensino.

O facto de estabelecer que é um direito e não um dever, (os deveres são exigíveis e os direitos renunciáveis), da a possibilidade ao legislador de fixar como se exerce esse direito e com quem, etc... e que falam os pais sobre direitos?.

Ademais ao tratar a universalidade dos alunos nos centros e não a necessária existência de centros em galego, ligado com o direito em todos os lugares, a termos centros exclusivos em galego (direito linguístico que logo comentarei ao pedir o alargamento do apartado de direitos, junguido ao objectivo socio-linguístico da <compactação dos falantes>), faz bastante fraco este direito.

b) O pessoal docente, deverá fazer uso da língua galega no exercício das suas funções educativas conforme se estabelecer legalmente.

Este sub-apartado ademais de estar em condicional, assunto nada superficial em questões jurídicas, não fixa em realidade um mínimo sobre o que se construir a futura norma, em realidade está deixando todo a disposição do legislador futuro, pois esse é o sentido do CONFORME.

c) A língua galega será objecto de ensino obrigatório...

Teria muita mais força jurídica a prol do galego, estabelecer que a língua castelã será de ensino obrigatório, pois esse ensino obrigatório da língua castelã, em realidade estaria excluindo-a de ser a língua do ensino⁴⁷. E se pormos em relação isto, com o apartado d), vemos que a língua veicular no ensino vai ser o castelhano (como é actualmente) pois,

o apartado d) disse: *Que as administrações promoveram o uso progressivo do galego como língua veicular em todos os níveis educativos.*

A redacção toda em condicional sem marcar nenhum mínimo ao legislador, faz que o apartado da língua galega não suponha nenhum câmbio radical do que há.

O 3.7 diz *"O conhecimento da língua galega será requerimento obrigado para o exercício na Galiza da representação política e das funções administrativas, notariais, registrais e judiciais"*.

Acho que se teria que separar a função política das funções administrativas (já estão no 3.5), e notariais e judiciais (sobre todo vista a leitura no parlamento espanhol do estatuto catalão), e ligar estas últimas com os direitos dos galegos e galegas.

Este apartado ao centrar-se no conhecimento (juridicamente conhecimento e uso são cousas totalmente distintas), em realidade se não se conectar com direitos exigíveis e que devem que (in)formar as leis, está-se debilitando os apartados anteriores.

A função administrativa, ao dar aqui essa nova leitura, desconectada dos direitos linguísticos, e segundo pela difícil constitucionalidade da representação política e a simples obriga de conhecer.

Já citava antes, que a obriga, segundo o Supremo Tribunal da Galiza, pode cumpri-la praticamente qualquer espanhol (sou consciente que exagero, mas é para fazer luz).

Acho que na redacção definitiva do estatuto o relatório parlamentar teria que regular estes aspectos nos artigos do âmbito judicial e notarial.

O apartado 3.9. Acho que em vez de dar esse grande poder a RAG, que não é unha Academia Normativa da língua, conforme aos seus próprios estatutos e por tanto juridicamente⁴⁸.

Penso que aí a redacção mais acaída e que se deveria tentar no relatório parlamentar, era determinar que a RAG e as demais Instituições dedicadas ao estudo e fomento da língua e a sua padronizaçãom, e estabelecer um conselho da língua nacional (por ex. nos termos do anteprojecto de Lei de reforma do Conselho da Cultura elaborado e entregue a Conselheira), como elemento fixador do padrão. E como esse anteprojecto de lei está sem aprovar, incluir uma disposição final onde se precise esse conselho social da língua.

O 3.10 diz: *“O governo Galego fomentará o emprego do galego nas zonas galegofalantes do exterior de Galiza”*

Penso que isso também há que recolhe-lo no apartado dos direitos dos galegos e galegas, neste ponto, pode ser para o relatório também de utilidade, trabalhos como os do Fórum Carvalho Calero⁴⁹.

Quiçá a palavra fomento não é juridicamente a mais acaída, pois a Galiza carece de competências nesses territórios, já que logo, este tipo de cousas há que faze-las de forma indirecta e com um respeito escrupuloso às administrações desses territórios ainda que sejam como som. O governo galego conveniará com as administrações desses territórios o respeito aos direitos linguisticos dos seus moradores. O “Fomento” há que fazê-lo com vias indirectas, ajudas as associações, organizações e outras galegófonas desses territórios, o estabelecimento neles do sistema político galego⁵⁰ etc. Escrever o fomento nesses termos, poderia ser declarado inconstitucional.

O apartado 3.11 diz: *“A língua galega, como parte do sistema Galego-português, será difundida, em toda a sua produção cultural, nos países de língua portuguesa”*

Na primeira parte do apartado fai-se a única definição do galego que há no estatuto. Entendo que é mui positiva, porém o corolário a essa definição deveria ser: e as instituições galegas assinaram acordos de colaboração em matéria linguística coas autoridades dos Palops e solicitaram o participarem nos organismos internacionais a ver com o sistema galego-português (língua). (de aí a colaboração nos termos desse Conselho da Língua citado antes)

A segunda parte do apartado a ver coa difusão, mudaria-a do lugar, pois como está, em realidade funciona juridicamente debilitando a definição que se acaba de fazer.

Que é difundir a língua nos países de língua portuguesa? Os leitorados de política linguística? A difusão tipo recente expo-língua de Lisboa?. Ademais como se difunde? Como parte do sistema galego-português?

Além do artigo 3, centrado na língua, na proposta de Estatuto do BNG há outros artigos a tratar da língua, eis:

Disposição adicional segunda

Primeiro parágrafo *“O Parlamento da Galiza reclamará das Cortes gerais que declarem a língua galega idioma oficial dos órgãos centrais do estado”*

Acho que no debate do relatório parlamentar deve mudar-se, o declararem oficial dos órgãos centrais do estado, por declara-la oficial no estado. Declarar oficial no estado não tem porque significar nenhum novo estatus para o espanhol na Galiza nem para o galego em Espanha. Oficial no estado significa que os galegos e galegas podem se dirigir aos órgãos do estado na sua língua, e que nos órgãos de representação esta é língua dos mesmos. Não que os galegos tenham direito algum a serem atendidos em galego em Madri (O modelo europeu e mundial de

reconhecimento de várias línguas oficiais num estado vai normalmente ligados ao reconhecimento de espaços territoriais próprios da de cada língua (ex. Bélgica, Suíça, Índia, Sul-África, União Europeia. O modelo distinto, no que parece estar-se pensando no caso da proposta, só existiu na URSS e até há pouco em Canada, e que na prática enfraquecia as línguas das “minorias estaduais”, mas não seria esse modelo aceitável no estado espanhol).

O Segundo parágrafo diz: *“Como língua da Galiza, será de uso oficial no Senado, em quanto que câmara de representação territorial, assim como, no seu caso, no congresso dos deputados.*

Reconhecerá-se ademais o seu emprego pelos representantes galegos nas instituições da União Europeia como língua Oficial da mesma”.

Este segundo parágrafo está bem até o ponto onde começa o sublinhado. Porém entendo que a parte sublinhada há que suprimi-la no debate do relatório parlamentar, a não ser que se procurem pejos onde não existem.

Na União Europeia são oficiais as línguas que o são nos seus estados. No 3.11 dizíamos que o galego é parte do sistema galego-português e sob essa forma mais ou menos aproximativa nada de problemas temos tido os galegos para usa-la na Europa, pois o galego sob o nome de português é língua oficial europeia. Não vou lembrar os deputados nacionalistas no Parlamento Europeu, e pessoas por eles convidadas ao mesmo, como se exprimiram em galego sem nenhuma dificuldade. Eu próprio em Bruxelas na Direcção Geral de Educação no ano 2002, reclamei interprete de português num encontro e expressei-me em galego sem problema algum; não ponhamos barreiras onde não as há, dando razão com este boomerang a todos os que vem defendendo no processo de substituição, a espanholização do galego.

Pois ademais do nulo valor jurídico na matéria, que tem o facto de escrever isso no estatuto, ao ser isso uma competência da União Europeia, que já tem estabelecido

numa directiva o procedimento de oficialização, a qual diz, que são línguas oficiais as que o sejam dos estados membros.

Na Disposição adicional segunda aparece: “O parlamento da Galiza reclamará dos parlamentos das comunidades autónomas às que actualmente pertencem comarcas limítrofes de fala galega, que a declarem co-oficial no território dos concelhos dessas comarcas e nos órgãos institucionais centrais das respectivas comunidades autónomas”

Parece-me excelente esta disposição adicional, que está relacionada com o artigo 3.10 . Ainda que o jeito no que está redigida, pode ser melhorada. Porque só dirigir-se aos parlamentos?

O Tema da Galiza negado, acho que é um no que há que ser firme e flexível a vez para ser eficaz⁵¹. O modelo do artigo 12 do estatuto catalám, parece excelente, eis:

ARTICLE 12. ELS TERRITORIS AMB VINCLES HISTÒRICS. LINGÜÍSTICS I CULTURALS AMB CATALUNYA.- *La Generalitat ha de promoure la comunicació, l'intercanvi cultural i la cooperació amb les comunitats i els territoris, pertanyents o no a l'Estat espanyol, que tenen vincles històrics, lingüístics i culturals amb Catalunya. A aquests efectes, la Generalitat i l'Estat, segons que correspongui, poden subscriure convenis, tractats i altres instruments de col·laboració en tots els àmbits, que poden incloure la creació d'organismes comuns.*

OUTROS ASPECTOS DO ESTATUTO PROPOSTO POLO BNG

Na proposta de estatuto há ademais em muitos apartados, carências fulcrais e falta de concreção a ver com o português da Galiza, mas acho que aqui e nesta breve nótula, ultrapassa a simples análise jurídica do que há.

NOTA FINAL

Neste breve trabalho não entro na situação jurídica da língua portuguesa da Galiza na Franxa Leste, por figurar segundo acredito, que entre os participantes neste

Colóquio vão estar pessoas que tratarão o assunto dum jeito especializado e com mais pormenor.

Finalmente a análise feita não move muito a esperança sobre o futuro do português na Galiza, mas para umas gentes ocultadas em Portugal, e para quem leva tanto tempo remando contra a corrente e sobrevivendo nalguma medida, sempre cabe a possibilidade dum milagre.

¹ O território ocupado pelos espanhóis, corresponde-se exactamente ao que ocupam os actuais municípios da Estremadura espanhola, de Olivenza e Taliga.

² A iniciativa começara em 1904 na Havana.

³ Dizia Ramon Vilar Ponte, que quanto melhor era o galego mais português seria. “Quanto mais galego o galego é, mais português é; quanto mais português o português é, mais galego é”.

⁴ Seminário de Estudos Galegos sim era uma verdadeira academia, será por isso que as suas dependências e fundos, criação do melhor do nosso país continuam sem ser devoltos, é dizer: trespassados à administração autonómica galega. E do que sobreviveu, muito continua apagado pelo estado que se apoderou dos seus fundos.

⁵ As juventudes do Partido Galeguista.

⁶ Não confundir coa ditadura do general Franco em Portugal, durante três anos da primeira década do século XX.

⁷ Garrote Vil, sistema tradicional castelhano de executar.

⁸ Declarações de Julio Garcia Santiago, um dos galeguistas fundadores de Galaxia, num encontro da AGAL.

⁹ Ramon Pinheiro, foi o líder do Partido Galeguista no interior, que guiou o seu processo de desartelamento organizativo reduzindo-o a actividade cultural (Galaxia). A sua dura estadia no cárcere franquista e a sua ideologia temerosa do comunismo que percebia ameaçador sobre o mundo, influiu decisivamente no seu comportamento.

¹⁰ Ramon Pinheiro foi deputado do PSOE na 1ª legislatura do Parlamento Galego, num PSOE liderado por Paco Vázquez, com posterioridade alcaide memo e colonial na cidade da Crunha, a qual infelizmente sob o seu mandato, não deixou de piorar todos os seus rubros comparando-a com outras semelhantes. Foi a Crunha a cidade onde algum *galáctico* (de *Galaxia*) Domingos Garcia Sabell sob o guarda-chuvas de realidade Galega e apoiado na UCD e AP e logo PSOE, sempre os partidos espanhóis, gabou o pacovasquismo e ocupou o triste fado de delegado do governo espanhol na Galiza, levando-o isso a fazer vários recursos contra do português da Galiza. O verdadeiramente bobo nesta personagem, consiste ter sito, ao mesmo tempo, Presidente nessa mesma altura da Academia Galega.

¹¹ Isto está também presente no tratamento que da língua galega fazem instituições como o ILG, que para o galego de fora do território administrativo, das quatro provincias do ministro Isabelino Javier de Burgos, (agora comunidade autónoma), andam fazendo subnormas específicas. Pelo contrario, o Estatuto republicano, afirmava a natureza nacional galega da Faixa Leste (territórios do Eu-Návia, Berzo, Portelas...) e punha as bases para que aquela divisão administrativa do estado não se convertesse em divisora da nação galega, e tratar de reintegrar esse espaço na comunidade autónoma galega republicana.

¹² Fora do estado espanhol ainda continua a ser basicamente assim, apesar do esforço do PP e as suas pitorescas cátedras de galego nas mais diversas universidades, enquanto aqui se nega, e até chegaram a anular o curso de galego da Universidade da Crunha porque o percebiam como variedade do diassistema galego-português.

¹³ É um facto muito curioso a enorme quantidade de relações pessoais que existem entre a Academia de la Llingua Asturiana e a Galega, vários da Galega, são membros ou correspondentes; mas com certeza não há na RAG nenhum correspondente com instituições similares de Portugal...

¹⁴ Fenómenos diferenciatiistas (IV) Instituto da Lingua Galega -Gallego III- Universidade de Compostela 1974 <O Lusismo>

“Tódolos diferencialismos se esplican por unha fuxida da identidade ou semellanza co castelán e, como o galego e o portugués son polas diverxentes dun mesmo toro, coidan moitos que a renovación do galego ten que vir a través do portugués.

Os lusizantes, xá que logo, razonan mais ou menos deste xeito: sendo como foron galego e portugués a mesma cousa, ó quedaren politicamente separados Galicia e Portugal, produciuse un estancamento no cultivo do galego que durou hastra mediá-lo século pasado. Mentres tanto o portugués continuou facéndose unha lingua culta importante, enriquecendo o seu vocabulario con préstamos latinos, gregos, franceses, amerindios, asiáticos, africanos, ingleses, etc.. e pulindo outros medios de expresión.

Sendo así, lóxicamente, o portugués culto de hoxe, tamén constituirá o estrato culto do galego.

Pró a realidade lingüística bota abaixo esa apreciación teórica; porque desde hai 600 anos pra acó tanto a lingua portuguesa popular, coma a galega, tiveron a súa propia deriva, diverxente en moitos casos. Lembremos, por exemplo, as diferencias notables que se abriron no terreo da fonética e mesmo no da morfoloxía.

Por outra banda, non convén esquecer que en Galicia síntese desde hai moito tempo a influencia do adstrato castelán, que ven operando como lingua de cultura na nosa terra. Isto provocou que o galego popular se fixera permeable a certas diverxencias entre as polas galega e portuguesa.

Pra sermos, xá que logo, consecuentes co noso principio de no xerbrar excesivamente o galego culto do popular (de xeito que aquel non sexa letra morta prós galegos), témonos que pronunciar contra a portuguesización do galego. Se queremos ter unha norma operante teremos que estraela do uso.

Non quixéramos, por outra (sic) banda, que o noso antilusismo fora interpretado como antilusismo integral. Ben ó contrario, sómo-los primeiros en estimá-lo admirable pobo portugués. Ora ben, en materia lingüística somos radicalmente enxebristas, é dicir, «separatistas» no primitivo sentido da palabra. Vede tamén a nosa postura con respecto ó castelán en leccións de mais adiante.

Non se pode facer unha clasificación sistemática dos lusismos porque os escritores galegos, en xeral, conocen bastante mal o portugués, razón pola que sóio entranlusismos esporádicos, á maioría deles pertencentes ó léxico.

Exemplos: podemos considerar como mostra de lusismos fonéticos aqueles que consisten na eliminación dun yod: estudar, estudante, muto, truta...; morfolóxicos: ele no canto de «el». a desinencia verbal -ste no canio de -ches (cantaste por cantaches, o sufixo -bel ou -vel no canto de -ble {amável} entre outros; léxicos: achar «atopar» xornal «diario» «periódico», ar «aire», termo «término», diabo «diablo», degredar «decretar», banir «desterrar», xanela «ventano», isolado «aislado», só «soío». garavata «corbata», rédea «ramal», rosto «rosto», liberdade «libertade», ate «hastra», paixón «pasión». comezar «comenzar», sen «sin», estrada «carretera», próprio «propio», mas «pró», coñecer «conocer», cidade <<ciudad», esquecer «esquecer», etc.

¹⁵ A Academia Galega tem toda a sua documentação interna desde 1936 até a década de 90 em espanhol.

¹⁶ Inicialmente tentou-se legalizar como *Instituto Socio-Pedagógico galego*, adoptando o nome de Associação ao não ser aceite legalmente o de Instituto.

¹⁷ Um bocado antes de que apareceram as normas da Junta 1980, as *de mínimos*. Que seriam saudadas desde a ASPG e desde o nacionalismo como magníficas

¹⁸ Cita de António Gil Hernández.

¹⁹ O modelo do castelhano é de enorme sucesso para manter a unidade internacional da língua, com o grande valor que isso supõe. O Institut de Estudis Catalans, que pretende usar o mesmo modelo, formaliza as normas de Castelló em 1938. Na altura escritores valencianos aceitam pequenas modificações unificadoras.

²⁰ Para uma história da ortografia galega (Agalia n.º 2 pag 223). O relatório de 1979 por Ricardo CARVALHO CALERO:

“Durante a realização da Primeira Reunião Galega de Estudos Clássicos, que tivo lugar em Santiago e em Pontevedra, do 2 ao 4 de Julho de 1979, o Conselheiro de Educação e Cultura da Junta da Galiza, Dom Alejandro Fernández Barreiro, estabeleceu contacto comigo a fim de conversar a propósito dos problemas da língua galega que afectavam ao seu Departamento.

O Conselheiro solicitou a minha colaboração para o tratamento de aqueles problemas. Mas estes estavam já postos, e de algum modo conduzidos, por entom, pois o Sr Fernández Barreiro *fixera algum nomeamento e recabara alguma informação sobre o particular, e o seu antecessor no cargo, dom Marino Dónega Rozas, é de supor que nom se despreocupasse totalmente dessas questons. Mas até a data indicada, ninguém solicitara de mim tipo algum de assessoramento ou concurso.*

Expressei ao senhor Fernández a minha opinião sobre a condução do assunto no passado, tanto polo seu antecessor como por el mesmo; e como tal opinião nom coincidissem com as reflexões na política seguida, especialmente pola concepção do idioma como realidade à vez geográfica e histórica, o Conselheiro propux-me a designação, para integrar-se no aparato da Conselharia, de uma pessoa que representasse a postura crítica que eu manifestava, para que esta postura gravitasse devidamente no campo das resoluções que se adoptassem no futuro. Dei-lhe entom o nome de um lingüista que poderia encher essa função —que nunca chegou a desempenhar- e mostrei-me disposto a nom negar ao Conselheiro o assessoramento pessoal que me fosse, em cada caso, requerido, sem que isto supusesse adscrição pola minha parte à titularidade de posto algum na burocracia autonómica.

Sem embargo, sucessivas entrevistas revelarem que o senhor Conselheiro desejava constituir uma Comissão de Linguística, integrada por técnicos, que elaborasse umas normas ortográficas às que se ativesse a Junta, e que a minha disponibilidade nom oficial como eventual assessor nom se avinha com os seus planos, nos que me assinava a função de presidente da projectada Comissão.

Discutimos essa possibilidade e chegamos a um acordo, segundo o qual se formaria uma Comissão integrada por professores com título de doutor ou licenciado, expertos em lingüística, que fôrom quatro professores numerários de universidade e quatro do ensino médio. A Comissão ficou organizada como segue:

Dom Ricardo Carvalho Calero, Catedrático de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago.

Dom José Luis Pensado Tomé, Catedrático de Filologia Românica da Universidade Salamanca

Don António Santamarina Fernández, Agregado de Filologia Românica Universidade de Santiago.

Dom José Luís Rodríguez Fernández, Adjunto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Santiago.

Dom Ramón Martínez López, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado.

Antigo professor da Universidade de Austin, Texas (U. S. A.).

Dom José Filgueira Valverde, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado.

Dom Isidoro Millam González-Pardo, Catedrático de Grego do Instituto Rosalia de Castro, de Santiago.

Dom Manuel Vidám Torreira, Agregado de Latim do Instituto de Bacharelato de Monelos (A Corunha).

Os nomeamentos fôrom resultado de um acordo entre o Conselheiro e o Presidente da Comissão. Da exclusiva responsabilidade de aquel fôrom as designações de Dom Ricardo Carvalho Calero, Dom José Filgueira Valverde, Dom António Santamarina Fernández e Dom Manuel Vidám Torreira. Eu propuxem, e o Conselheiro aceitou sem discuti-los, os nomes dos restantes membros da Comissão. Mesmo eu fixem as gestões que conduzirem à aceitação desses nomeamentos polos senhores designados à proposta minha. Como é evidente, inspirei-me no feito de que todos e/er erãoconhecidos como investigadores no campo da filologia galega. Lembremos, por exemplo, as edições de Sarmiento por Pensado, da tradução da Grande e General Estória por Martínez, de Joám Airas por Rodríguez, ou os Comentários a antifona da Cantiga de Cabanilhas por Millam. Em questons de normatização da língua, alguns trabalharam algo, outros nada. Mas todos se consideravam aptos para o labor de assessoramento técnico que caracterizava à Comissão

Como era natural, a proposta de normativa ortográfica devia elaborar-se mediante a formulação duma ponência que logo passasse ao pleno da Comissão. Por aconselharem-no asserazons de facilidade e eficácia, propuxem que aquela ponência estivesse constituída polos três professores da Universidade de Santiago que formavam parte da Comissão: o Catedrático Carvalho, o Agregado Santamarina e o adjunto Rodríguez. Os três pertenciam à Faculdade de Filologia, e, portanto tinham os seus despachos na mesma planta do mesmo edifício, a planta quinta do edificio numero 1 da Praça de Maçarelos, antigo Colégio de Exercitantes fundada polo arcebispo Yermo, cujas armas ostenta a fachada.

Aceitada por unanimidade e sem discussom esta proposta, começamos imediatamente as sessom de trabalho no despacho do Presidente, Chefe do Departamento de Filologia Galega. Trabalhamos arreu, e chegamos a acordos unânimes que, por suposto, erãoresultado muitas vezes de transacções, pois na ponência estavam representados distintos pontos de vista sobre a orientação da ortografia do idioma. Mas devo dizer que jamais se negárom por ninguém os princípios que alguém professasse. Havia matizes na valorização que procedia dar aos 'feitos históricos ou à sincronia actual, à atenção às normas vigentes noutras áreas galego-portuguesas e à receptividade social. Mas todo o mundo -os três que éramos- considerava todos esses factores dignos de ser tidos em conta. Jamais houve votação, de jeito que os acordos se tomarom por unanimidade, como dizem. Nalguns casos certamente depois de prolongados debates. Mas sempre se achou uma fórmula que assumirem todos os presentes. Nengum dos membros da Ponência esteve ausente em sessom alguma das celebradas. Houvo, pois, frequentes transacções, mas nada se acordou por maioria -que teria de ser de dous votos contra um -senom por geral consenso. Quando nalgum ponto nom se logrou a unanimidade, o que nunca orcorreu em questons fundamentais, esse ponto nom se incluiu no texto com o que se entende ser opcional a solução. Nom lembro mais que um caso desta classe. Quando uma forma verbal acabada em consoante nasal vai seguida do pronome de terceira pessoa, que representa o objecto directo da acção transitiva, ou um predicado atributivo, esse pronome o, a, os, as, antigamente lo, la, los, las, conserva, assimilada por aquela consoante nasal final do verbo, a própria consoante inicia/ (l>n). Entom caberia escrever, dentro do sistema da ponência, mataron-no (forma mais etimológica), ou mataron-o, e mesmo mataro-no (forma mais fonética). O mesmo son-no (so-no): Es ti: professor? Son-no. Claro que o son. Nom ficando convencida a ponência, como unidade, da superioridade duma grafia sobre a outra, nom se incluiu esse ponto na preceptiva,

²¹ BOXG (Boletín Oficial da Xunta de Galicia), no que toman estado as normas e disposicións

²² -Publicam-se ao mes e pico de ser aprobadas as “oficias” da Xunta. As da ASPG, do 80 em cámbio foram públicas dous meses antes, e ASPG uma vez saídas as “oficiais”, falou já a prol de estas.

²³ - Entre os impulsores da nova orientación figuravam vultos como Francisco Rodrigues (actual parlamentário do Bloco no Parlamento de Madrid) e Pilar García Negro, que menos dum ano depois moveram a organização dividindo-a e expulsando da mesma aos mais dos reintegracionistas, e obrigando-a a renunciar a esse avanço, voltando às *Orientacións para a Escrita do Noso Idioma*, curiosamente, não para as normas Junta 1980; e atribuindo-lhe a condição de *mínimos*, sem caminhar para nenhures, a essa proposta ossificada da ASPG. Isto será defendido polo BNG e o seu entorno social até a aceitação da política oficial com a língua e a sua história da “Xunta” sob o guarda-chuvas da reforma das normas do 2003, e para esse caminho voltaram a ser decisivos a intervenção desses dous importantes vultos políticos.

²⁴ - Toda norma ortográfica é em princípio uma convenção, a sua força é a que lhe derem os seus utentes; toda norma deve fazer-se dentro do que é a história interna da língua, e para ter êxito deve ser aceite e ter a seu favor as pessoas mais comprometidas com a língua, aquelas que vão gerar as dinâmicas para o sucesso na sua implantação. Partindo desses princípios, a norma de mínimos, a da Junta 1980, reunia essas características, foi feita com consenso, teve o apoio de todos os sectores comprometidos com a língua, especialmente do entorno nacionalista (que é fulcral), afirmava-se reintegracionista, no sentido que a própria dinâmica da norma encaminhava os utentes para o rego do português internacional, de onde não deveria ter saído o galego. Esta norma foi boicotada por todos os comprometidos decisivamente com a nossa estatalização (regionalização). No galego dá-se um facto muito particular a respeito de línguas como o catalão ou o basco. A língua deaquém-Minho está num estado chamado Espanha, e a língua do além-Minho num estado chamado Portugal onde tem o ornamento da normalidade estatal (nacional), semelha para os castelhano-espanhóis, que qualquer feito racional que rompa um pouco essa barbaridade cultural de não permitir a língua funcionar como uma, está a pôr em perigo a “integridade de Espanha”, a pouco que se investigue, vê-se que a fronteira política é a causa determinante de decisões político-culturais que se tomam no país.

Frente à norma de mínimos de 1980, a norma de 1983, elaborada sem consenso, é defendida ferrenhamente por aqueles que não acreditam no galego nem o usam. É buque ensenha da “normalización lingüística” que realiza um governo galego indiferente ao galego e à Galiza, tem em contra a totalidade de pessoas que no país estão comprometidas com a língua, incluídas as suas forças político-sociais. Como me dizia um dia um alto cargo da *Junta* relacionado com o tema, “dedicamos imensa quantidade de dinheiro, presões e energias, não a promover o galego e a sua recuperação, mas a garantir que, na Galiza a norma de 83 se implantava e se rejeitava o lusismo”.

²⁵ - O problema que se apresentava, no período chamado de *transição*, no que à recuperação de pautas democráticas se refere, é que levava necessariamente à recuperação de usos das línguas antes negadas, mas nom todas tinham construída uma farda, que dizer, um modelo de escrita ortográfica apresentável e respeitado. Além da nossa, havia outras línguas nas que não existia uma verdadeira formalização.

Já comentei o curioso facto da abundante comunidade de relações que se produz entre a Real Academia Galega e Academia de la Llingua Asturiana, acrescentado ainda mais agora pelo facto de os homens e mulheres do ILG terem entrado em grande número na Real Academia Galega; vou deter-me um pouco e fazer uma pequena análise do caso Asturiano, por ter muito de elucidativo a respeito do que se passa na Galiza, e infelizmente não ser muito conhecido.

Nas Astúrias, sob o nome de falas *bables* há vários retalhos da velha língua leonesa, da que ficam restos nalguns vales do norte de Leão, algo no Berço nororiental, e na zona Mirandesa em Portugal, achando-se pegadas do leonês nos falares de gentes do norte da Extremadura, Salamanca, Samora, e Leão, especialmente na metade ocidental desses territórios. O Leonês não tem nenhuma proposta normativa uniforme, e neste momento a única zona que realmente tem um certo grau de normalidade, pode dizer-se que é a que ocupa o Mirandês (35.000 pessoas), para quem o galego-português funciona como língua tecto, e do que está tirada a sua ortografia (curiosamente nas últimas publicações asturianas afirma-se literalmente que o asturiano se fala nas Astúrias, nos vales do norte de Leão e na área de Miranda do Douro).

O astur-leonês, segundo definição de Méndez Pidal, ou *galor* (galaico oriental; galego-português e galor procedem, ambos, duma única variedade de baixo latim conhecida como proto-galaico, segundo definição de Coseriu), nas Astúrias está dividido em três dialectos fundamentais, com bastantes sub-variedades locais, conhecidas pelos seus falantes como *bables*. EoO Central, que ocupa a zona demográfica mais importante, pode dizer-se que vai de oeste a leste, de Grau até às Arriónes/Cangas de Onís. Do Oriental, que vai desse ponto até ao território que os asturianistas chamam a *fastera oriental*, e alguma das suas características linguísticas acham-se em falas do occidente Cántabro, e do norte oriental de Leão. A variedade ocidental, do centro para o oeste, vai desde Grau, desembocadura do Nalom/Narcea, até à Serra do Ranhadoiro. Esta variante ocidental tem quatro subdialectos principais nas Astúrias.

Nas Astúrias ao oeste da Serra do Ranhadoiro temos já falas do português da Galiza (*para o galego português do território do Eu-Návia -aquem do Ranhadoiro- o ILG tem elaborada uma subnorma) quando o mesmo critério poderia estendê-lo a todas as outras comarcas da Galiza, basta estudar as isoglossas. Muito esforço dedicam os do ILG à procura de diferenças, e pouco a defender a língua no seu conjunto, e justinho ao revés do que fazem os linguistas do espanhol*).

Na segunda metade do século XX, curiosamente a partir da década de 60, começou a haver nas Astúrias quem começou a chamar-lhe *asturiano* às falas conhecidas como *bables* polos falantes, esquecendo-se totalmente do velho leonês, ou galor; astur-leonês, se for procurada uma clara definição geográfica. A começa da década de setenta (1974) nasceu a entidade político-cultural Conceyu-Bable em Madri, que na sua curta vida teve o grande sucesso de popularizar o nome de Asturiano como substituto do Bable.

A chegada do regime pre-autonómico, que afastou Astúrias e Leão (leão, Samora, Salamanca) – e uniu este último com Castela-, significou o nascimento da Academia de la Llingua Asturiana em Dezembro de 1980 –criada por Decreto do Conseyu Rexional. O primeiro que pede a recém nada Academia é a elaboração duma norma de escrita da *llingua*, para que possa ser usada polos utentes (administração, ensino, escritores...).

No ano 1981, quase dous anos antes de sair à luz as normas que correspondem ao conhecido como *Decreto Filgueira*, viram a luz as normas elaboradas pola Academia Asturiana, baseadas nas variedades centrais dos *bables* (com muita pegada vocabular oriental, e escasa das variedades ocidentais, pois noutro caso podia-lhes sair um asturiano muito achegado às falas galegas), facto que reconhece a Academia, já no prólogo de apresentação da norma.

Essas normas são de muito interesse, polo que segue: São muito semelhantes na sua estrutura e estilo às do ILG; têm um tratamento das consoantes cultas (g,j) distinto de todas as línguas românicas, e só comum com o que se produz no galego *rexional*. Tanto na concepção do asturiano como do galego *rexional*, o castelhano-espanhol deve continuar a ser a língua de interrelação. Obviamente, não se aspira a nenhuma verdadeira normalização. As regras da Academia Espanhola funcionam como verdadeiras normas que estão sobre todo o processo de elaboração de normas: acentuação, uso e nome das letras, etc (disto foi verdadeira mostra um programa especial da Televisão Galega em que interrogava os académicos da Academia Galega, a propósito de a Academia Espanhola tornar o “ch” e ao “ll” em dígrafos e, por tanto, deixarem de ser letras do alfabeto espanhol). O sucesso do galor corre paralelo ao do galego, contudo vai mais avançado. Olhemos para esse êxito: do ponto de vista sociológico a situação do processo de normalização, ou melhor, da especial protecção que o Estatuto de Autonomia dispõe para o bable, pode-se definir por poucas palavras: que esta língua em Astúrias se esvaece, melhor dito dissolve-se por cima (não há ninguém em Astúrias não pertencente a sectores muito populares que a use), desaparecendo totalmente por baixo, ficando pegadas no peculiar castelhano do principado, onde se rastejam os giros “*bables*”.

A única variedade que resiste um chisco melhor é, curiosamente, a ocidental e nas zonas de contacto com o galego, na medida em que este resiste. Há, de todos os jeitos, um aspecto cheio de enorme interesse nas duas normas, galega e asturiana: o tratamento dos grupos cultos: Na norma galega (ILG), de início força-se a pronúncia ordinária dos falantes, para manter as formas castelhanas, (ver *Estudo Crítico das Normas -Agal-*). Na norma asturiana inicialmente trata-se de manter certo verniz “*rexional*” (copio literal polo seu interesse) ponto 1.4: *Grupos Consonánticos Cultos:palabres emprestaes del llatin y griegu sobre tou, que tienen combinación de delles consonantes que nun se dan asina na fala la xente....*cita os grupos... continua com uns comentários sobre o que faz o povo e depois diz: *Hai que tener bien nidies estes oservaciones: A) convién mantener el grupo consonánticu cuandu puea dase equivocu: ex: polípticu/políticu, constar/costar, acta/ata. B) Convién buscar la palabra asturiana afayaiza ensin necesidá de dir a la gueta'l cultismu. C) Dellos cultismus que nel momentu presente mos lleguen pel castellán foron ya adataos al asturião munchayá y ye esa la espresión que taría bien caltener seye tonicu'l ditongu. Ex.: direutu, perfeutu, reutu, pauto, aición, direición, preceuto, proyeuto...correutu, esauto, efeutu, conceuto, afeutu, impautu...*

²⁶ Gíria madrilenha,

²⁷ Numa entrevista ao Sr. Filgueira (o Sr. era membro da Comissão das normas Junta '80), no jornal *La Voz De Galicia*, ao dia seguinte da publicação do Decreto (21-4-1983), manifesta, *que as normas eram necessárias porque os nenos estão alfabetizados em espanhol e não se lhe pode criar confusões e problemas, um mesmo sistema vai facilitar o avanço do galego*. E digo eu, deste jeito, procede-se a separar o galego do aquém-Minho do galego do além-Minho, que deveria funcionar como elemento vivificador e de correcção, cordão umbilical necessário com o mundo na nossa língua. (eis a nossa regionalización espanhola).

²⁸ O anexo do Decreto foi sofrendo contínuas modificações, não publicadas sistematicamente até à reedição desse anexo no ano 1999, essa pequena reforma do anexo é em geral desconhecida, deve-se basicamente à pressão social dos que não estão na linha da norma, e nela estenderam as terminações patrimoniais em “-zom” e outros aspectos definidos em 82 como *pecados de lusismo*.

²⁹ Confirmo que a nossa moribunda Academia nada teve a ver com o texto.

³⁰ Porém a Lei 3/83 da Galiza, numa disposição adicional, sim fixa a Academia Galega como critério de autoridade em matéria de escrita.

³¹ As normas que têm a resistência dos utentes, das pessoas mais comprometidas com a língua, não têm defesa. Olhai a quantidade de esforços e dinheiro dedicado à sua imposição, e olhai o resultado nos usos linguísticos. As normas são a outra cara da moeda do processo estupecificante de substituição linguística vivido na Galiza.

³² A Associação Galega da Língua (AGAL) é uma organização que nasce em Setembro de 1981, com missão estatutária na codificação da língua contribuindo a normalização do padrão do galego, entre outras. Entre os seus órgãos têm uma Comissão lingüística.

Da AGAL fizeram e fazem parte os mais importantes vultos e estudiosos da língua da Galiza e aliás do estrangeiro: Carvalho Calero, Manuel Rodrigues Lapa..... Durante os seus 20 anos de existência tem uma produção sem comparação na Galiza, como 5 impressionantes Congressos Internacionais sobre a Língua, com participação de professores de todos os continentes.

Em 83 publica uma análise científica pormenorizada das Normas da Junta de 82. Em 85 o *Prontuário Ortográfico*, e logo *Guia prático dos verbos galegos conjugados*; *Manual de galego científico*; *Dicionário quadrilingue de Zoologia*; *Curso prático de galego*; *Actas dos Congressos*, e a sua revista científica trimestral *Agália*, entre outra muitíssima coisa, sem esquecermos o PGL: <http://www.agal-gz.org> Hoje em dia, a nível de criação científica no debate sobre a língua, o posicionamento do ILG é insustentável (que seria dessa postura sem o apoio – por vezes cenoura- dos partidos espanhóis e dos seus psicofantes) a pouco que se olhar à luz da ciência. O reintegracionismo ganhou muitos espaços sociais, porque tem detrás todo um imenso trabalho, a AGAL funcionou nestes anos como a verdadeira Academia do país.

³³ As normas da Agal, olhadas sem óculos, são basicamente as normas da Academia de Ciências de Lisboa, com pequenas diferenças (til de nasalidade, e pouca coisa mais) são por tanto umas normas de transição de cara ao estabelecimento pleno da norma portuguesa (na que se exprime com toda naturalidade o galego com todos os seus particularismos, e de facto usa-se também na revista AGALIA); tê esse pequeno clique de separação com a norma padrão portuguesa, simplesmente para na altura real na que estamos na Galiza, não posa ser apresentada como não galega. É perfeitamente integradora para os seus utentes no espaço lusófono, e mantendo certos sinais identitários que no momento presente são fáceis de explicar teoricamente, mas incapazes de o poder fazer praticamente. A norma da AGAL é também, por outra banda, na realidade, o desenvolvimento radical da normativa de mínimos da Junta de 1980; numa leitura aberta da mesma, até pode entender-se incluída nessa norma de mínimos.

³⁴ *Diario Oficial de Galicia* – jornal oficial onde se publicam as normas legais para vigorar.

³⁵ Isso é a negação da linguística, mas que se lhe vai fazer.

³⁶ A interpretação que fazem as autoridades da obriga de acreditar o conhecimento do galego é tão chamativa, que a nenhum castelhano de nação lhe casusa dificuldades para conseguir a sua acreditação.

³⁷ Lluís Aracil, revista *Agalia* nº 17.

³⁸ Para fazer isso foi determinante a minha relação pessoal com o Director Geral, o convencimento para tomar a iniciativa e até o contributo dum rascunho de plano para a administração e ensino da minha autoria.

³⁹ Neste governo de coligação socialista-nacionalista, a qualidade da língua que se usa polos conselheiros (ministros) do governo é bastante deficiente, incluídos os nacionalistas, e todos eles exprimem-se com muita mais qualidade e cuidado em espanhol, que no português da Galiza, no que qualquer coisa serve, e nada indica socialmente, nem positiva nem negativa de quem fala.

⁴⁰ Comentário humorístico sobre este feito da minha autoria, publicado no jornal A Nossa Terra naquela altura: O ASUNTO NORMATIVO

São muitas as pessoas que se têm dirigido à CIG de São Caetano solicitando alguma aclaração sobre o assunto engraçado do acordo normativo *concordial*, v.g.- um Subdirector Geral de Mergulho e Interiores com Vistas para o Mar com destino em comissão de serviços em Política Linguística, ouvido o Sr. Currás, diz-nos que os seus chefes não se aclaram, e diz, “sabendo como sei que aí tendes conexões directas com o Mosad, e além disto, assessorais ao mediador Cabo-Verdiano para o assunto da guerra mais-do-que santa no território afegão” prego-vos que me esclareçais.

Tras umha detida pesquisa, olhai o resultado:

1-Consultado o Cambrige Linguistic Atlas, o Guinnes of Knowledge, Rheinische Zeitung -Corpus Linguarum-” e multiplas conexões na Internet, descobrimos que o galego é o português. São cientificamente duas variedades, ou falas dum mesmo diassistema: o galego-português-brasileiro, é dizer codialectos dumha mesma língua.

2- A Galiza histórica está dividida em dous estados, Hespanha e Portugal, na Hespanha os galegos (praticamente) todos são alfabetizados em espanhol e analfabetos na sua língua.

3- Na Galiza do aquém-Minho há quem defende “para que imos complicar aos galegos e galegas conhecendo a sua língua, pois sejá conhecem o espanhol, e todo o que seja de interesse está em castelhano ou nele lhe virá”

4- Segundo informe da ONU, na Galiza administrativa espanhola (ainda que não o pareça) ha certa autonomia política e, claro, alguma cousa fazem em galego, vejamos que fixo essa autonomia.

a)- No ano 80-Junho (BOXG nº 10) publicou umhas normas, nas que participaram todos, e foram chamadas de mínimos, pois nas mesmas se diz que pouco a pouco (a medida que nos desanalfabetizarmos) usaremos o galego bem e fêtem, e poderemos ir contentos polo mundo.

b) Em Abril de 83 (DOG nº 36), anulam-se as anteriores normas, para não complicar a vida aos galegos e galegas. E não importa muito o galego à oficialidade, sempre que se pode come-lo caldo, o caldo da sopa boba que comem alguns com a normativa.

5- As normas de 83 foram elaboradas só polo ILG, e aprovadas pola RAG, numha sessão plenária de 10 minutos, com ausência de mais dum terço dos membros. A Academia Galega, que não o é da língua, faz o que o poder dixit.

6- O grande sucesso da norma do 83. Olhai: qualquer cousa que for espanhol é galego (pois noutro caso seria estrangeira ou portuguesa), logo vem a deriva cara o espanhol, - fonética e morfossintáctica -. Isso sim nas escolas aprende-se que o português é tão estrangeiro quanto o Russo.

Que se passou com esta política, que além de ir a nossa língua cara abaixo, todo aquele que crê no galego não a usa: não a usam nem escritores, nem professores, nem partidos políticos galegos, nem sindicatos..., ninguém que acredite no galego a usa. Quem a defende, pois, os da sopa boba, os cicutas da norma, Paco Vasques e amigos. Onde se vai assim ?

7-Como não se vai a nengures, e até parecia que o BLOCO (polo que diziam) podia governar já, e no seu programa figurava restabelecer a oficialidade das normas de consenso, (as da Xunta 1980), propõem-lhe os do ILG aos do Bloco um acordo onde se aceita algo do que figurava nas normas do 80, sem tocar a acentuação castelhana, nem a ortografia castelhana, e assim eles fazem-se da mesma vezeira, e santificam o destrabalho feito no galego.

8- Se o Bloco governasse aprovavam-se para pexar qualquer avanço, mas como não ganhou o professor Fraga, dixit, não imos mudar, nem umha vírgula, a nossa política de substituição linguística que tanto sucesso está a ter. E a singular Academia assentiu, pois tanto lhe tem o futuro do galego; e o povo, a continuar a ser analfabeto, que para algo há de servir o espanhol: para dissimulá-lo

Informação proporcionada por Isaac Ibrahim, agente do Mossad infiltrado com progesterona, por não sei que de não ficar prenhado.

⁴¹ O mais simpático do assunto, se não fosse dar-se a rendição nesta matéria do Bloco, se tivesse mantido uma atitude mais coerente, é provável que no ano 2001o poder político espanhol tivesse admitido aquele pequeno avanço normativo.

⁴² *Vilego*, na Galiza, apresenta-se contrário a *de aldeia*, os das vilas castelhanizados, as aldeias fieis à língua.

⁴³42.- Na lei 3/83 de normalização linguística figurava esse dever no artigo 1º; não teve efeito social e sim levou a um grave revés social a interpretação que fez o constitucional no 85, quando o anulou.

⁴⁴ Porque os castelhanos não entendiam o galego dos nossos labregos do XIX como conta Pintos, para eles era o mesmo sotaque do português, que tampouco entendem. A modificação da fonética nos últimos tempos foi demolidora.

⁴⁵ Nos últimos anos o modelo ortofónico ensinado do galego baseia-se assim mesmo no do castelhano. Ao faltar um modelo culto de língua não só escrito senão também ortofónico, o baleiro e ocupado polo modelo da língua dominante. De facto não é que se fale menos galego, é que a sua qualidade prosódica diminuiu radicalmente. E interessante ao respeito ler o artigo de Aracil publicado no n.º 17 da revista Agália.

⁴⁶ Recentes declarações do porta-voz parlamentar do PSOE aceitando esse dever, parecem ir nesse sentido

⁴⁷ Na proposta de Estatuto do Fórum Carvalho Calero, fórum do que sou Presidente (texto elaborado por 9 pessoas das que sete pertencem ao BNG), utilizava-se este tipo de circunlóquio reforçador indirecto da língua galega, quando se sinalava por ex. que na administração garantirão-se escritórios de atendimento preferente ou exclusivo em castelhano, etc.

⁴⁸ A forma de sinalar que o é, do seu artigo 2, em realidade tira esse valor, pois di: somo-lo porque outros o dizem (disposiçom adicional lei 3/83).

⁴⁹ O Fórum Carvalho Calero é um organismo da sociedade civil que elaborou uma proposta de reforma Estatutária que está a disposição da sociedade galega e do Parlamento da Galiza

⁵⁰ O BNG nas suas 11 assembleias nacionais leva opondo-se ao reconhecimento dos territórios da Faixa Leste como de açom política galega, o que faz ainda mais chamativa a proposta.

⁵¹ Da proposta do Fórum Carvalho Calero que trata bastante estes temas pode-se tirar alguma ideia para melhorar o projecto no debate do relatório parlamentar.

A Língua Galega: perspectiva histórica e contributo para a sua compreensão

*António Maria Veloso Bento
(Universidade da Madeira, Portugal)*

Enquanto que até meados ou fins do séc. XIV, podemos falar de um galego-português (Galaico-Português) devido a uma quase total identidade entre a língua de Portugal e a do Noroeste da Península ou seja da província da Galiza, a partir dessa altura quebra-se essa unidade e cada língua segue separadamente a sua evolução.

De facto, a falta de individualidade política da Galiza fez estagnar o Galego na sua evolução, fazendo-o sofrer uma certa influência do espanhol que todavia, não apagou o parentesco com o português.

É a partir da constituição do governo autónomo da Junta em 1981 que se estabelecem medidas para proporcionar o conhecimento e o uso do Galego. O Estatuto de Autonomia de 1981 declara o Galego língua oficial a par do castelhano, outorgando aos cidadãos o direito de conhecer e usar o galego, e estabelece as competências do governo autónomo no uso do galego na educação.

Pode-se dizer que a comunidade Galega aspira a preservar o Galego como um símbolo da sua diferença cultural, social, e histórica.

A presente comunicação pretende perspectivar a evolução histórica da língua Galega e argumentar que a preservação da língua Galega tem importantes implicações sociológicas, culturais e psicológicas para toda a comunidade Galega.

INTRODUÇÃO

“... o nome de Galiza substituiu ao de Gallæcia e que Galiza nasce da loba romana e que se nutre dos seus úberes uberrimos”.

Ricardo Calero (1981, pág. 5)

A Galicia é uma região autónoma situada a noroeste de Espanha na qual as línguas Galega e Espanhola têm um estatuto oficial. A política de Espanha confere um estatuto oficial e igual a ambas as línguas, protege o direito de todos os Galegos de usarem qualquer língua e encoraja a promoção da língua galega.

A língua galega derivou do latim no canto noroeste da Península Ibérica. Nos primórdios da Idade Média a língua galega era um meio de expressão oral naquela região e, depois, em consequência da expansão dos Reinos Católicos, na região que é actualmente Portugal.

A língua galega era, no início, como todas as línguas latinas uma língua normalizada usada por todas as classes sociais no país (Rodrigues, 1991).

A identidade também é um factor chave na manutenção da língua como se pode ver no estudo de Vega Ballesteros sobre o galego em Zamora:

El mantenimiento del gallego refuerza el grado de adhesión al grupo con el que está lingüística, histórica y culturalmente, es decir, con el bloque oriental gallego de la provincia de Orense y la lengua funciona como um marcador que determina la distancia com respecto a la lengua y la identidade castellano-leonesa. (1998, p. 254)

Noções de lealdade linguística estão-se a tornar mais prevalentes ao mesmo tempo que a comunidade aspira a preservar o Galego como um símbolo da sua diferença cultural, social, e histórica.

O desenvolvimento do Galego nos últimos cinquenta anos tem mudado completamente o seu prestígio de uma língua usada somente nos espaços rurais para uma língua usada nos jornais, filmes, administração e Governo.

A partir da constituição do governo autónomo da Junta em 1981 estabeleceram-se medidas para proporcionar o conhecimento e o uso do Galego. O Estatuto de Autonomia de 1981 declara o Galego língua oficial a par do castelhano, outorgando aos cidadãos o direito de conhecer e usar o galego, e estabelece as competências do governo autónomo no uso do galego na educação. Além disso a Real Academia Galega estabelece-se como um organismo regulador da língua galega.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Embora o galego partilhe as suas origens e desenvolvimento inicial com o Português, a independência formal de Portugal no fim do século XII efectivamente cortou o seu contacto e colaboração.

Em 1095, a área que agora compreende Galiza e Portugal foi dividida em duas por Afonso VI de Castela o qual deu as terras a sul do rio Minho a Henrique de Burgandy como um dote para sua filha. Quando o seu filho, Afonso Henriques assegurou a posseção desta terra e se proclamou primeiro rei de Portugal em 1128, um ponto de viragem na história da parte oeste da península histórica foi marcado. A partir daí, a história da Galiza passaria a ser interligada com a dos reinos das Astúrias, Leão e Castela.

Em 1143, Portugal tornou-se independente. Contudo, a Galiza permaneceu parte do Reino de Leão até à morte do seu rei Afonso IX em 1230. A subsequente ascensão ao trono do seu filho, Fernando III, Rei de Castela uniu a Galiza definitivamente ao seu Reino. A partir daí, a orientação política e linguística da região passou a ser para Este e Espanha porque se tornou integrada definitivamente com Castela e Leão.

As consequências subsequentes sociolinguísticas e linguística para a Galicia desta integração e unificação foram consideráveis. Do século XII ao século XV foi a idade áurea da literatura Galega, e a língua Galega tornou-se a língua por excelência para a poesia lírica trovadoresca através da Península Ibérica. Contudo, no fim do período medieval, a literatura galega entrou em declínio. A nobreza da Galiza, vencida na batalha depois de apoiar os vencidos nas batalhas dinásticas pela Coroa de Castela, foram despojados das suas terras pela nobreza Castelhana recentemente empossada pelo casamento entre Fernando, herdeiro da Coroa de Aragão e Isabel, irmã do rei de Castela.

Conhecidos pelos Reis Católicos, a sua estratégia política era de centralizar o Estado Espanhol à volta de Castela através da monarquia absoluta, Catolicismo e imposição de uma cultura oficial castelhana e a língua castelhana em todas as regiões incluindo a Galiza. Este processo de unificação teve sucesso em restaurar a legitimacia do poder real na nobreza e pela subjugação, em parte acabou com a desordem interna

entre os vários reinos dentro da Península, abrindo assim as fundações do Estado Espanhol.

Deste modo, a nobreza Castelhana, indiferente à cultura e língua galega, estabeleceram a língua Castelhana como a oficial na Galiza e como um símbolo de estatuto social para as classes dominantes. Esta imposição de uma língua estrangeira que partilhava uma origem comum no Latim levou a contactos e interferências entre as duas. Esse facto, por sua vez, teve um grande impacto no sistema fonético e lexical da variedade galega. Consequentemente, começou a diversificar-se do Português mas mantendo-se muito menos inovativo que o Castelhana.

A política intervencionista de Castela deu ímpeto ao processo de declínio do Galego nas classes altas da sociedade e impediu a consolidação do Galego como uma língua literária. De facto, durante os séculos XVI, XVII e XVIII o galego perdeu o seu estatuto social como veículo da lírica Hispânica dentro de Castela.

Enquanto que a língua Castelhana se tornou consolidada e codificada, e embora a língua galega continuasse a ser o normal meio de comunicação para praticamente para toda a população local, era raramente usada na escrita. Assim, a língua tornou-se extremamente fragmentada e enfraquecida, aparecendo pelo fim do século XVI como antiquada, rústica e até cómica. Assim, aparecendo o castelhano como a língua de prestígio e poder, as classes baixas e as populações rurais da região começaram a equacionar o seu uso do galego com o seu baixo estatuto social. Esta situação manteve-se até muito recentemente na Galiza. O castelhano era considerado dominante, usado em contextos formais e o galego, dominado, reservado para o uso dentro de casa e em contextos informais.

IMPORTANTES DATAS HISTÓRICAS:

Eis alguns marcos cronológicos importantes na evolução da língua galega:

- 1228 – Documento mais antigo escrito em galego “Foro do bo do Castro Caldelas” outorgado por Afonso IX
- 1905 – Criação da RAG (Real Academia Galega)
- 1931 – Foi criado o Partido Galeguista
- 1939 – Franco sobe ao poder
- 1975 – Morte do General Franco
- 1981 – Estatuto de Autonomia
- 1982 – Lei de Normalización Lingüística
- 1984 – O galego passou a ser usado no Parlamento da Galicia
- 1985 – Foi criada a Radio Autonómica Galega
- 1985 – Foi criada a Televisão Galega

Por volta de 1860, a língua galega começou a ser usada em trabalhos literários. No início de 1900, a língua galega começa a parecer em actos públicos.; finalmente, em 1936, foi elaborada legislação (Estatuto de Autonomia) garantindo um estatuto igual ao galego e ao espanhol na região administrativa. A iniciativa legislativa foi estrangulada pela erupção da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), ao fim da qual se estabeleceu uma forte ditadura centralizada de tipo militar e patriótico (General Franco). Foi apenas depois da morte de Franco, em 1975, e com a aprovação da Lei para a reforma Política de 1976 que a estrutura legal se estabeleceu para a oficialização e promoção e defesa da língua galega (assim como da língua Catalã e Basca).

Após a morte de Franco em 1975, a Galicia começou a sair da sua identidade inferiorizada como uma região retrógrada e pouco desenvolvida: a urbanização e a industrialização desenvolveram-se rapidamente e em 1978 foi ratificada a Constituição, com o estatuto de Autonomia e a criação do governo autónomo (Xunta). O artigo número cinco do Título Preliminar do Estatuto de Autonomia define claramente as aspirações linguísticas da região:

A lingua propia de Galicia é o galego

Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar.

O s poderes públicos de Galicia garantirán o uso normal e oficial dos dous idiomas e potenciarán o emprego do galego en tódolos planos da vida pública, cultural e informativa, e disporán os medios necesarios para facilita-lo seu coñecemento.

Ningún poderá ser discriminado por causa da lingua

A criação das Normas Ortográficas requereu o ensino obrigatório do Galego através da região e o seu uso pelo governo e mass media, de acordo com os Artigos 12 e 18 da Lei de Normalização Linguística:

Artigo 12: O galego, como lingua propia de Galicia, é tamén lingua oficial no ensino en tódolos niveis educativos.

Artigo 18: O galego será a lingua usual nas emisoras de radio e televisión nos demais medios de comunicación social sometidos a xestión ou competencia das institucións da Comunidade Autónoma.

A lealdade à língua é um pré-requisito indispensável para evitar a interferência e a sua subsequente mudança de valores e domínios para a variedade dominante. O optimismo geral em relação à sobrevivência do Galego deve-se potencialmente aos esforços da Xunta em instilar o sentido de lealdade na população nos últimos 20 anos. A perda da língua galega significaria perder uma identidade colectiva.

Parece que alguma mudança em relação à re-aceitação e re-uso da língua Galega em domínios inicialmente reservados somente ao Castelhana está ocorrendo e a geração mais jovem está pelo menos a reconhecer o Galego como um símbolo da sua identidade regional.

SITUAÇÃO SOCIO-POLÍTICA

Das três línguas regionais Espanholas, a galega, falada na parte noroeste da Península Ibérica, mostra a maior dimensão numérica. O galego é falado por cerca de

68.6% da região da Galiza comparado com 52% do Catalão e a menos de 30% da língua Basca (O'Donnell, 2000).

Factores históricos, económicos e políticos influenciaram a situação sociolinguística da Galiza e causaram o seu desenvolvimento em diferentes direcções das regiões Catalã e da Basca. O isolamento da Galiza do resto de Espanha, assim como o seu pobre desenvolvimento económico fez com que a região fosse pouco atractiva para os migrantes falantes do espanhol.

Estes factores (isolamento geográfico, privação económica, pobreza e fraco desenvolvimento) favoreceram a manutenção da língua galega.

È de notar que grande progresso foi feito pelos “revivalistas” da língua galega na última parte do século XIX e primórdios do século XX que tiveram sucesso em restaurar a língua galega na forma escrita para fins educativos e literários. Os seus esforços atingiram o seu ápice em 1936 através de uma proposta de um Estatuto de Autonomia para a Galiza altura em que foi dada equiparação á língua espanhola. Houve depois um interregno, durante a ditadura de Franco, para se reconhecerem em 1981 (transição para a democracia) diferenças regionais, culturais e linguísticas.

Há autores (O'Rourke, 2003) que argumentam que apesar da dimensão numérica dos falantes galegos, a manutenção da língua galega está longe de ser certa e definitiva. O'Rourke considera que o número decrescente dentro das novas gerações em conservarem o galego é preocupante.

Paulston (1994) apresenta um quadro conceptual para a predição da manutenção ou perda de uma língua minoritária. No geral, ela afirma que os grupos étnicos dentro de um estado não moderno, dada a oportunidade e incentivo, geralmente mudam para a língua do grupo dominante.

De acordo com Paulston, tradicionalmente, estudos sobre a sociologia da língua identificaram três factores principais que levam à manutenção de uma língua minoritária: 1) limites auto-impostos 2) isolamento geográfico e limites impostos externamente na forma de negação a cesso a produtos e serviços, especialmente ,

trabalho e 3) situação diglósica onde duas línguas existem numa situação de distribuição funcional.

A segunda e a terceira – falta de mobilidade social, isolamento geográfico das áreas rurais, e persistência de uma relativamente estável diglossia, é responsabilizada pela manutenção da língua galega através dos anteriores quatro séculos.

CONCLUSÃO:

Esta comunicação tinha como objectivo essencial fazer uma breve retrospectiva histórica da língua galega e reflectir sobre a importância da manutenção da língua em termos culturais, ideológicos e identitários.

Joshua Fishman afirma que cada língua que desaparece é uma parte importante da história que morre. Por outro lado, ele também defende as várias vantagens para o indivíduo de manter as capacidades bilingues.

A constituição espanhola (artigo 3) é bem clara na defesa da língua galega assim como das outras línguas minoritárias. Artigo 3 da Constituição Espanhola:

- 1 O Castelhana é a língua espanhola oficial no Estado. Todos os espanhóis têm a obrigação de o saber e o direito de o usar.*
- 2 O resto das línguas espanholas também será oficiais nas suas respectivas Comunidades de acordo com os seus Estatutos.*
- 3 A riqueza das diferentes variedades linguísticas de Espanha é um património cultural e será objecto de um respeito especial e protecção.*

Numa sociedade onde duas ou mais línguas estão em conflito, se a língua menor beneficia da lealdade dos seus falantes a população envidará esforços para assegurar o direito de a usar no seu dia a dia e manterá a sua forma mais “pura” (a forma standardizada). Assim, a língua torna-se numa questão simbólica. Se, contudo, a população como um todo, sente pouca ou nenhuma lealdade pela língua menor, então usá-la-ão cada vez menos. Por último, será ou esquecida ou relegada para o uso idiossincrático por uns poucos defensores dela.

Parece que as atitudes positivas da população e dos poderes institucionais sobre a sua língua galega têm sido um factor chave no desenvolvimento e manutenção do Galego.

BIBLIOGRAFIA

- Baker, C. (1996). *Foundations of Bilingual Education and Bilingualism*. Clevedon: Multilingual Matters
- Beswick, J (2002). Galician Language Planning and Implications for Regional Identity: Restoration or elimination? *National Identities* 4 (3).
- Edwards, J. (1994). *Multilingualism*. Routledge. New York.
- Fishman, J. (1980). Bilingualism and Biculturalism as Individual and Social Phenomena. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 1, 3-17.
- Fishman, J. (1990). What is Reversing Language Shift (RLS) and how can it succeed? *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 1, (1-2), 5-36.
- Fishman, J. (1994). Critiques of Language Planning. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 15 (1-2), 91-99.
- O'Donnell, P. (2000). Crossing the Line in Quebec and Catalonia: The Consequences of the Linguistically Mixed Marriage. *Language Problems and Language Planning* 24 (3), 239.
- Paulston, C. B. (1994). *Linguistic Minorities in Multilingual Setting: Implications for Language Policies*. John Benjamins: Amsterdam
- Rodriguez, F. (1991). *Conflito Lingüístico e Ideologia na Galiza*. Laiovento, Santiago de Compostela: Espanha.
- Vega Ballesteros, F. (1998). "El multilingüismo en Sanabria (Zamora). Situación lingüística actual del Gallego Exterio". Problemas Sociolingüísticos. *Interlingüística* 7.
- Touriño, A. (2002). Gallegos en Madrid: Actitudes y mantenimiento de la lengua gallega. *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos* 7

Aos 100 anos da *Real Academia Gallega de La Coruña*: mais uma análise de discurso

António Gil Hernández
www.lusografia.org

Sobre os textos proferidos na «Sesión inaugural del 30 de Septiembre de 1906» realizada na «Reunión Recreativa e Instructiva de Artesanos» para a «Constitución de la Academia» analiso as dúas tendencias discursivas dominantes:

a) A representada nas palabras de Manuel Murguía, «Señor académico Presidente» e na exposición de Manuel Lago González, que poderíamos considerar “reintegracionista”. Assim diz Murguía: «[...] no se borra tan fácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, que es la que hablan y entienden cerca de tres millones de gallegos, dieciocho millones de habitantes en Portugal y sus dominios, doce en el Brasil.»

b) A representada no «Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega dirige a tan docta Corporación con motivo de su inauguración oficial» e no «Discurso del Excelentísimo Señor Don Leandro de Saralegui y Medina». Explica la citada Directiva: «[...] la política en España, particularmente en la última década del pasado siglo, tiene el triste privilegio de representar todos los desastres que al presente afligen a la Patria, razón por la cual, [...] sería torpeza insigne llevar su maléfica influencia al único paraje a donde no deben llegar las rivalidades y ambiciones del personalismo: al umbral académico [...] Descartados, pues, por inofensivos, los ataques de los eternos enemigos del progreso moral y material de nuestra patria nativa, reconcentrad vuestras fuerzas y acometed de lleno la edificación del glorioso monumento confiado a vuestra sabiduría y patriotismo.»

Acrunha, 27 de Junho de 2006

0. BREVE HISTÓRIA

Tomo do sitio RAG: os seguintes dados:

A necesidade da creación dunha Academia [...] non chegará a frutificar ata o 30 de setembro de 1906, data oficial da súa constitución de iure no salón da Reunión Recreativa e Instructiva de Artesanos. [...]

Anteriormente, no ano 1895, atopamos un antecedente próximo na constitución da Comisión Xestora para a creación da Academia Galega sobre a base dunha sociedade, Folklore Gallego, presidida por Emilia Pardo Bazán. [...]

*[A emigração] seguiu moi estreitamente a loita da cultura galega por acadar un **espazo diferenciado** no que reivindicar unha **identidade propia**. [...]*

Em 1905, Fontenla Leal e Curros Enríquez tomam a iniciativa de fundar na Havana a *Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega*, cujos correspondentes na Galiza são os integrantes da *Cova Céltica*. Manuel Murguía presidia as suas reuniões na *Livraria Regional* de Ugio Carré Aldao, situada na rua Rego de Água.

Esta primeira etapa da Real Academia Galega (1906-1923) marcada pola presidencia do Patriarca non estará exenta de polémicas e duros enfrontamentos.

Desde o 20 de Maio de 1906 é publicado o *Boletín de la Real Academia*.

A «segunda etapa da Real Academia Galega (1923-1936)» foi presidida por «Andrés Martínez Salazar (1923) [«astorgano pero plenamente integrado en la cultura gallega, con una importante obra en su haber y sobre todo con una extraordinaria capacidad empresarial siempre en relación con la cultura» (J. R. Fernández B. 1986: 340)], Francisco Ponte Blanco (1923-1926), Eladio Rodríguez González (1926-1934) [«autor de importantes obras y, sobre todo, del *Diccionario de la Lengua Gallega*» (ib.)] e Manuel Lugo Freire (1934-1935) [«de Sada, pero incorporado al grupo intelectual de La Coruña, autor de muchas composiciones, debiendo destacarse su dedicación al teatro gallego» (ib.)].

A terceira etapa (1942-1977), marcada pela guerra civil (1936-1939), é definida pela «semiclandestinidad»: «Acceden á presidencia Manuel Casás Fernández (1942-1960) e Sebastián Martínez Risco y Macías (1960-1977)». Do primeiro, que fora “alcalde de La Coruña” de 1915 a 1917 e de 1925 a 1927 (ib.: 401 e 406) diz o atual presidente da RAG:

En el año 1936, el 24 de diciembre, es nombrado accidentalmente [...], sin duda por las buenas relaciones con el nuevo régimen [...]. En 1940 pasa de Presidente accidental a Presidente Interino hasta que em 1942 adquiere la Presidencia con carácter definitivo. (J. R. Fernández B. 1986: 340)

Na quarta etapa (1977-...) Domingo García Sabell (1977-1997) verifica as seguintes atuações:

a) o acordo, no 1982, entre a Real Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega en materia de Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego, [...]; b) o recoñecemento á RAG na Lei de Normalización Lingüística; c) a creación, primeiro, do **seminario de lexicografía** [...] e, máis tarde, do **seminario de sociolingüística** (que realizaría o Mapa sociolingüístico galego, [...]).

Francisco Fernández del Riego (1997-2001) e Xosé R. Barreiro Fernández (2001-...) são os últimos presidentes da RAG.

1. DISCURSO DOMINANTE E DISCURSO DOMINADO

1.1. ORDENS OU MODOS DE SER

Em A. Gil Hernández 2006: 160-162, sobre as reflexões de A. Wilden (por sua vez sobre as análises de Lacan), referi a Nação à *Ordem do Simbólico*, enquanto à *Ordem do Imaginário* adscrevi o Estado (ou em geral tudo o atinente ao estado [moderno]). Tento agora concretizar essas referências e confrontá-las com os discursos sobre a *Galeguidade*, em que os textos inaugurais da RAG se acham inscritos, mas habituais na Galiza (= “Comunidad Autónoma de Galicia” [CAG], e faixa ocidental do “Principado de Asturias” [PA] e da “Comunidad Autónoma de Castilla y León” [CACyL]; alguns incluem os “Tres Lugaris” da “Comunidad Autónoma de Extremadura” [CAE]).

As reflexões de A. Wilden induzem-me a conferir a situação sociopolítica da Galiza com os modos de ser —**real** ou primário, **imaginário** ou secundário e **simbólico** ou terciário—, interdependentes (A. Wilden 1972.1979: 212), que, aliás, podem ser confrontados, na teoria de Charles S. Peirce, com os interpretantes dos signos icónico [**ícones**], deíctico [**índices**] e linguístico [**símbolos**] respetivamente (A. Tordera 1978: 128-134); deixo o tema para outra ocasião.

1.1.1. MODOS DE SER INDIVIDUAIS E SOCIOPOLÍTICOS

1.1.1.1. MODO DE SER REAL

O **modo real** abrange o que costuma entender-se por real ou diretamente perceptível. Como no estágio da história em que nos achamos é privilegiado o

indivíduo e o que o indivíduo valida, julgo, ao caso, a hipótese de na Galiza tomar por reais (ainda) os fenómenos que o indivíduo assim estima. Assinalo, entre outros possíveis:

- 1.º As falas galegas percebidas como diferentes das castelhanas.
- 2.º O povoamento rural notoriamente disperso na Galiza, a respeito do castelhano.
- 3.º As festas populares, a fomentarem a convivência dum jeito peculiar.

1.1.1.2. MODO DE SER IMAGINÁRIO

O **modo imaginário** é «o reino das imagens, das duplicidades (da doblez, do fingimento, da hipocrisia até) e da identificação especular.» Neste modo «não há o Outro, mas apenas os outros» (A. Wilden 1972.1979: 96). A essência do modo imaginário fica expressa na disjunção *aut* / *aut*.

Como acima disse, do ponto de vista sociopolítico, atribuo este modo à organização estatal, que, ao caso, é o RdE, em processo avançado de “estatalização nacional”. Em correspondência com os fenómenos referidos no *modo real*, assinalo:

- 1.º A imposição da língua castelhana como oficial do estado, factualmente nacional do RdE.
- 2.º As demarcações municipais e provinciais, segundo a legalidade do RdE.
- 3.º As festas nacionais, estatuídas no RdE, ultimamente o *Día de la Fiesta Nacional* (12 de Outubro) e o *Día de la Constitución Española* (6 de Diciembre).

1.1.1.3. MODO DE SER SIMBÓLICO

No **modo simbólico** «o sujeito pode dizer *eu*: ele ou ela passam da relação imaginária de sujeito-objeto e de objeto-objeto à que os fenomenólogos denominam *intersubjetividade* do Simbólico» (A. Wilden 1972.1979: 60). O modo simbólico fica exprimido na reciprocidade *et* / *et*.

Do ponto de vista sociopolítico, confiro este modo com a nação e, ao caso, com os traços nacionais que, embora definhados, ainda persistem entre as gentes galegas:

1.º A percepção de os indivíduos galegos falarem um idioma diverso da língua castelhana, embora duvidem como deva ser caracterizado.

2.º A evidência de o povoamento rural disperso distinguir, no RdE, a Galiza, apesar de não ser reconhecido no ordenamento legal espanhol.

3.º A convivência que (ainda) pervive nas festas populares, mesmo nas municipalizadas ou institucionalizadas. Curiosamente em bastantes delas é celebrado um produto próprio do lugar.

1.1.2. “DESORDEM” INCUTIDA NOS MODOS DE SER

É comumente admitido o facto de na Modernidade o estado ser instrumento do Capital, que, ao longo do tempo, desde a Revolução industrial na Inglaterra (séc. XVIII), o configura sobre o modelo revolucionário francês (1789-1804) reformado por Napoleão (1804-1814). Seja como for, o estado moderno reordenou as relações entre pessoas para as descarnar ao jeito das relações entre objetos (A. Wilden 1972.1979: 71). A reciprocidade (*et / et*), que define o modo de ser simbólico e se patenteia nas *relações de solidariedade*, foi subsumida na disjunção (*aut / aut*), que define as *relações de poder* próprias do modo de ser imaginário, dominante no estado do Novo Regime.

As *nações*, dantes reinos coexistentes amiúde sob um mesmo monarca, ficam subordinadas aos interesses, políticos, do estado, tornado em “Nation”, *per se* República, sem monarca. Destarte, o **modo de ser imaginário**, distintivo do estado, subsume e ajusta gradualmente as formas do **modo de ser simbólico**, próprio da *nação*, de modo que a mediação, procurada e realizada nela como comunidade, fica atravancada por o *estado*, que se erige em coletividade única, excludente e digna de ser representada como tal, em razão do fim e do meio, simultâneos e absolutos. A seguir tento exemplificar o discurso sobre tal processo substitutório nalgumas citações de textos jornalísticos, publicados nos dias em que redijo estas notas.

1.º Muitos são relativos à língua castelhana, imposta na Galiza como oficial do estado e nacional do RdE, sobre a “propia”, a “galega”, dentre os quais apenas cito

umas afirmações de Esperanza Guisán: «Cómo ser buen gallego» (LVG, 05 de Julho de 2006):

Que se aleguen razones culturales para conservar determinadas costumbres y tradiciones me parece aceptable [...]. Pero el recurso a la descalificación moral me parece deleznable. ¿Cómo y quién puede demostrar que se es mejor gallego por hablar en gallego? ¡Como si los caciques de antes y de siempre no hablaran en gallego! ¡Como si nuestros enemigos fueran los de más allá de Piedrafita. [...] Ser buen gallego es ser ciudadano del mundo y tener las ventanas abiertas para la comunicación con todos los demás. Ello no impide que trabajemos y nos esforcemos por enriquecer la cultura, en castellano y en gallego, que hemos recibido como un legado histórico los ciudadanos nacidos en Galicia.

2.º As demarcações municipais e provinciais do RdE foram impostas ao povoamento rural, notoriamente disperso na Galiza, em 1833. Eis alguns dos critérios com que o afrancesado Javier de Burgos y del Olmo (Motril, Granada 1778 Madrid 1849), secretário de estado de fomento em 1833, «estableció la división territorial por provincias, basándose en los planteamientos del Nuevo Régimen pero tomando como base la antigua división en reinos de España»:

En el proyecto [...] subyace la idea de las provincias como estructuras territoriales, que no políticas o históricas, el diseño provincial, siendo principalmente funcional, era el reflejo de la política uniformada liberal propia de 1833.

Su proyecto carecía de censo oficial de población [...], su aportación se reduce a su carácter de afrancesado [ao modo das prefecturas francesas] [...].

Su criterio basado en elementos de juicio como la salubridad, la influencia de las sedes episcopales o la parcialidad de aceptar presiones de las ciudades en su lucha por la capitalidad, hacen del Real Decreto de Javier de Burgos el modelo provincial que permanece vigente en 2004. (Vid. «El siglo XIX y la revolución liberal»)

3.º As festas nacionais, estatuídas no RdE, como podem ser o *Día de la Fiesta Nacional* (12 de Outubro) e o *Día de la Constitución Española* (6 de Diciembre), opõem-se às festas populares, a fomentarem a convivência da gente.

A) Cito uma notícia em que «A Mesa critica la ausencia de la cultura gallega en fiestas» (LOC, 3 de Agosto de 2006); ligam-se nela o não uso da língua “propia” e a sobreposição institucional:

A Mesa pola Normalización Lingüística ha denunciado la ausencia del gallego y de grupos gallegos en las fiestas. [...]

El alcalde negó ayer las acusaciones de A Mesa y recordó que el pregón de las fiestas, a cargo de la artista Teté Delgado, fue en gallego: “Si empezamos el día 31 con Berrogüeto y ayer (el martes), que yo sepa, escuchamos un pregón en un magnífico gallego. En la inauguración de la Feria del Libro, salvo que tenga un problema disléxico, hablé en gallego”, matizó Losada.

B) Na seção «Encuesta» (LOC, 2 de Agosto de 2006), à pergunta “¿Cree que un mes es demasiado tiempo para las fiestas?” Carmen Figueroa, “ama de casa”, responde:

No sé si deberían durar más, pero yo tengo la sensación de que no son las fiestas tradicionales. Para mí no son fiestas. No hay barracas, únicamente conciertos. Antes la gente bajaba y tomaba algo, salían todos beneficiados. Desde los hosteleros hasta los niños, que disfrutaban más de todo.

1.2. DISCURSOS REFERIDOS À LÍNGUA DA GALIZA

Passo a examinar os discursos sobre a língua na Galiza (“española”). Para melhor entendê-los, lembro o conceito de *língua oficial* e de *língua nacional*, que defini em A. Gil Hdez 1987: 247-334, sobre R. A. Hudson (1980.1981: 131-139) e R.E. Dowse-J. A. Huges (1972.1975: *passim*):

*A **língua oficial** acha-se ligada ao exercício do Poder num dado território [...]. Os seus usos, explicitamente institucionalizados, sobrepõem-se a determinados processos comunicativos e interferem os restantes; neste sentido cabe afirmar que obedece[m] a um certo princípio de mediação, objetivável enquanto rende efeitos de validação jurídica aos cidadãos. Por outro lado, a **língua nacional** [...] define a pertença dos indivíduos à Comunidade Linguística e garante a existência diferenciada desta num território dado. Os seus usos não apenas possibilitam a comunicação “espontânea”, mas sobretudo evidenciam a solidariedade entre os usuários; neste sentido pode dizer-se que se rege[m] por um certo princípio de imediação (ib.: 280-281; Vid. 278-285).*

Os usos da *língua nacional* (acho) condizem com o **modo simbólico**, que alicerça na conjunção *et / et*, até ao ponto de exprimirem a convivência entre pessoas, circunstanciadas por *relações de solidariedade*, de regra satisfatórias (ou ocasionalmente insatisfatórias).

Porém, os usos da *língua oficial* quadram com o **modo imaginário**, que se baseia na disjunção *aut / aut*. Evidencia-se neles o relacionamento dos órgãos do estado com o cidadão, cuja característica dominante é a abstração (ou inconcreção), a explicar e exprimir relações de poder, únicas admissíveis nos âmbitos institucionais.

Apesar de o estado-RdE procurar que a *língua oficial* exerça as funções da *língua nacional*, de facto nos discursos sobre a língua, emitidos em ocasiões institucionais, prevalece a inconcreção. Em A. Gil Hernández 1984.1986: 98-120, ao examinar o discurso sobre a “língua galega”, analisei duas séries de **procedimentos retorizadores**, abstrativos, que denominei **constritivos** (a *elipse do agente e/ou do instrumento*, a *qualificação redutora* e a *negação parcial*) e **translativos** (a *metonimização* ou *translação abstrativa e consequencial*, e a *metaforização*).

Julguei então que esses procedimentos foram utilizados pela “filoloxía oficial”, assente nas Universidades “españolas” da CAG, apenas para conformar a “língua galega” como “língua rexional”. Porém, hoje acho que são também empregados para particularizar a língua oficial e nacional do RdE com a diferença, aqui só apontada, de que, aplicados à “língua rexional”, ocultam traços distintivos essenciais e portanto a aviltam, enquanto, aplicados à língua oficial-nacional, a singularizam em excesso e conseqüentemente a magnificam.

Seja como for, esses procedimentos amostram o facto de os discursos Filológico e “filolórico” procurarem dous géneros de legitimação: pelo primeiro, a língua castelhana fica declarada oficial e nacional do RdE; pelo segundo, a “galega”, “língua de seu” não-portuguesa, é conformada como “lengua también oficial”, mas de nenhum jeito língua nacional. Destarte tais discursos não apenas convêm, mas sobretudo patenteiam a “nova” organização sociopolítica do RdE, de que a CAG é parte do todo que o reino é.

Contudo, nos textos sobre a língua castelhana parecem elaborados com retorização paradoxal, porque, sendo de preferência diretivos e informativos, neles predominam procedimentos que esperavelmente seriam utilizados para exprimir as relações de solidariedade.

2. DISCURSOS ACADÉMICOS (1906)

Paso a considerar quatro textos lidos ou ditos no ato inaugural da RAG em 30 de Setembro de 1906, que distribuo em duas seções. Na primeira examino a «Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega dirige a tan docta corporación con motivo de su inauguración oficial» e o «Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina». Na segunda reflito levemente sobre o «Elogio de la lengua gallega», do Manuel Lago González, na altura presbítero e depois arcebispo de Compostela, e sobre o «Discurso del Señor Académico Presidente», Manuel Murguía.

2.1. TEXTOS REFERÍVEIS AO MODO DE SER IMAGINÁRIO

a) «MENSAJE [da] DIRECTIVA DE LA ASOCIACIÓN INICIADORA Y PROTECTORA DE LA ACADEMIA GALLEGA...»

No início afirma-se com retórica de contundência quase militar, ao jeito do séc. XIX:

¡Adelante, señores Académicos! Las huestes intelectuales que foran la cruzada de patriotas, reconocen en vosotros a sus jefes irreemplazables, y al proclamaros sus caudillos invictos y rendiros acatamiento y pleitesía, depositan en vuestras manos la enseña, cuyo lema: Todo por y para la cultura de Galicia, es garantía de acierto y nuncio de visctoria en las incruentas lides modernas. (BRAG 6-7: 132)

Imediatamente, com igual retórica, faz-se esta observação:

Os atribuirán finalidades políticas; tal vez designios criminales; pero esto es tan absurdo, tan inconcebible, que ni siquiera merece refutarse. Para hacer política, no es ciertamente un centro educativo lo más indicado: la política se hace en el partido, en el mitin, en la plaza pública, nunca en el sereno recinto académico, cuya atmósfera esterilizada, propia sólo para desarrollar el polen fecundo de la vida culta, rechaza como otros tantos gérmenes de muerte todo fermento de pasión y origen de disputa. (Ib.: 133)

A oposição, genérica, de “cultura” (na letra «desarrollar el polen fecundo de la vida culta») face a “política” (cuja verificação decorre, respetivamente, no «centro

educativo» e no «partido», no «mitin», na «plaza pública») e a oposição, particularizada, de «atmosfera esterilizada» face a «gérmenes de muerte» (dentre os possíveis, são citados «fermento de pasión» e «origen de disputa») permitem deixar elidida a identificação dos acusadores ao tempo que no cotexto se acumulam as metáforas relativas a «cultura» (e língua).

Nas alíneas seguintes situa-se a Galiza-Galicia no lugar nacionalitário que lhe corresponde:

Por otra parte, la política en España, particularmente en la última década del pasado siglo [XIX], tiene el triste privilegio de representar todos los desastres que al presente afligen a la Patria, razón por la cual, y aunque no sea más que por eso, sería torpeza insigne llevar su maléfica influencia al único paraje a donde no deben llegar las rivalidades y ambiciones del personalismo: al umbral académico, cuya independencia de acción es garantía, la más firme, de la regeneración de nuestro pueblo, hoy por esas causas sumido en la ignorancia, desorientado, vacilante, y casi sin noción de sus deberes y derechos colectivos.

Descartados, pues, por inofensivos, los ataques de los eternos enemigos del progreso moral y material de nuestra patria nativa, reconcentrad vuestras fuerzas y acometed de lleno la edificación del glorioso monumento confiado a vuestra sabiduría y patriotismo.

Galicia, si quiere fijar su personalidad como región de ilustre abolengo; si, celosa de sus tradiciones, abriga la legítima aspiración de conservar su peculiar fisonomía, lo primero que necesita es unificar su lenguaje, su dulcísima habla, que de día en día va perdiendo su pureza a fuerza de mixtificarse, ya con la adopción de voces exóticas, bien con la caprichosa aplicación de los vocablos, ora con el abuso de neologismos —de procedencia dudosa—, y, sobre todo, una sintaxis arbitraria que, de no ponerse coto, daría al traste con el idioma predilecto de Alfonso X, del Sabio. (Ib.: 133-134)

A oposição «Patria» [Espanha] vs. «patria nativa» [“Galicia”] esclarece, dentro do modo de ser imaginário (aut / aut), o lugar que ocupa a «dulcísima habla» perspectivada desde a “estatalidade”, quer dizer, desde a língua oficial, a castelhana, que também não é denominada no texto:

Tócaos ahora entrar libremente en el ejercicio de vuestra altísima misión. Bajo el lema «Colligit, Expurgat, Innovatque», inspirándoos en sus elevados preceptos, acometeréis en primer término la formación de un Diccionario y la Gramática oficial de nuestra lengua; y tanto para

éste como para los demás fines, deberéis solicitar el apoyo y protección del poder central [do RdE] que viene prestando, con excelente sentido nacional [de “España”], a las Academias provinciales que florecen en Andalucía, Aragón, Valencia y Cataluña. (Ib.: 134).

b) «Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina»

Vale a pena ler com atenção o parágrafo inicial:

Galicia, tan rica en recuerdos, poseedora de tantos tesoros históricos, literarios y artísticos, tan apta para los avances de la cultura y el progreso humano, y, en una palabra, no menos digna de ser estudiada y enaltecida, por todos los conceptos, que la primera de nuestras distintas regiones peninsulares, es, tal vez, si no la última, una de las menos atendidas y más olvidadas de todas ellas, hasta el extremo de no haberse borrado todavía el común pensar y sentir del resto de España —por mucho que nos hagamos la ilusión de creer lo contrario—, las viejas y tenaces preocupaciones de que hemos sido objeto mucho tiempo y de que debiera haber desaparecido ya hasta el recuerdo. (Ib.: 141)

Saliento a identificação, persistente hoje, de “Península” e “España”, com preterição de Portugal. Aliás, “Galicia”, “región española”, não deve tomar-se como expressão habitual na época, mas como concepção, dominante então e hoje, do todo (“España”) a incluir a parte (“región”). Por don Leandro conhecer a organização da “España” do Medievo, pode afirmar a seguir:

[...] Galicia no está todavía, ni con mucho, a la altura del progreso científico y literario de otros antiguos estados independientes de la Península, con los que puede y debe aspirar a competir dignamente. (Ibídem)

Deixo de lado umas preciosas citações e transcrevo as que melhor evidenciam o meu intento:

Porque si no ha tenido jamás la significación política y militar de algunos otros reinos o señoríos de la España cristiana de la Reconquista y pudo haber dejado, por lo tanto, de figurar en primer término en los anales de la patria común, Galicia se relaciona por la crítica de nuestros días como uno de los principales factores de la vida nacional, bajo el punto de vista de su influencia en el proceso de la cultura y civilización ibéricas, hasta el extremo de que, sin estudiar primero los

hábitos y los monumentos, las instituciones y las costumbres, la historia y la tradición del país gallego, jamás será posible remontarse al origen de muchos y muy importantes caracteres del orden social, literario y artístico de los grandes pueblos hermanos de la Península. (Id.: 144-145)

Acabo com o parágrafo conclusivo:

Lejos de infundir temores de que debamos preocuparnos por un solo momento siquiera, la realización del santo ideal que perseguimos nos aproximará cada vez más, en el éxtasis de fecundas emulaciones, a las restantes provincias de España, elevando a la altura de los suyos los preciados y hoy desconocidos títulos de nuestras antiguas grandzas; rico y copioso venero de riqueza histórica y de cultura nacional que abre ancho campo a la noble ambición de la Academia Gallega, cuyos primeros frutos no han de hacerse esperar mucho tiempo [...] (Ib.: 164)

Em suma, o discurso do modo imáginario (estado, “España”) domina em todo o caso o discurso do modo simbólico (nação, Galiza), porquanto, sendo a Galiza apenas parte do estado, a entidade que lhe poder ser atribuída tem de alicerçar justamente no reconhecimento dela que fizer o estado.

2.2. TEXTOS REFERÍVEIS AO MODO DE SER SIMBÓLICO

a) «Elogio de la lengua gallega»

Manuel Lago González, arcebispo de Compostela por entre 1924 e 1925, elevou um elogio da língua galega, de que cito alguns trechos, significativos. Diz quase no início do discurso:

[...] Se ha constituido esta Academia para estudiar juntamente con la Historia y la Literatura de Galicia, la Lengua dulcísima que pronuncian nuestros labios, esta lengua que por su constitución íntima, si bien no por su desarrollo en el campo de las letras, me ha parecido siempre (y perdonadme si juzgáis que exagero) la más hermosa de las lenguas neolatinas y aun acaso la más bella de cuantas se hablan en el mundo. (Ib.: 137-138)

É desde o entusiasmo pela sua língua que deve entenderse o que, depois de fazer um breve percurso pela história da língua da Galiza, a respeito da castelhana, afirma:

El descubrimiento de los antiguos cancioneros gallegos ha traído al campo de la literatura y de la filología románicas tesoros de valor inapreciable, que antes sólo nos era permitido vislumbrar en una frase del Marqués de Santillana. (Ib.: 138)

Reflete abaixo sobre as relações entre a língua nacional, a castelhana, e a “regional”. A meu ver, a observação de partida, e fulcral, acha-se na seguinte observação:

[...] El gallego va entonces a la cabeza de la literatura del Mediodía de Europa, y de tal modo absorbe las energías de la inspiración ibérica, que hasta los poetas del Cancionero de Baena rinden tributo a la lengua galaica y componen sus versos más primorosos en el habla de Macías. (Ibídem)

A seguir aponta para a língua, símbolo da nação, capaz de ultrapassar as fronteiras e limitações do estado, como na realidade aconteceu, ao longo da história, com o Galego:

Con el predominio del castellano desaparece por largo espacio el gallego literario, pero la lengua se conserva pura y evoluciona poco a poco en los labios de nuestros aldeanos, y antes de surgir de nuevo ataviada con galas de fiesta, palpita de gozo, sin duda viendo como a portuguesa, su hija, adquiere grandeza y cobra bríos para dar al mundo la epopeya de O Lusíadas, que con la gloria del reino de D. Manuel esparce por las naciones civilizadas acentos y palabras y frases nacidas en el corazón de Galicia. Era un gallego nuevo, un gallego transformado el que sonaba al otro lado del Miño y subía a las tablas con Gil Vicente y a los púlpitos con Vieira, pero gallego al cabo en su origen con la mayor parte de las bellezas de la lengua galaica. (Id.: 140)

b) «Discurso del Señor Académico Presidente»

Seja como for, é Murguia (acho) quem exprime com maior certeza as relações entre o Galego e o castelhano, enquanto língua nacional e oficial, respetivamente:

Nueva es la Academia, cosa naciente, de la cual el país gallego tiene derecho a esperar que a su amparo florezca cuanto es nuestro y nos pertenece en el dominio de la inteligencia, esto es, lengua, poesía, historia, arte, cuanto se relaciona con nuestro pasado, cuanto constituye nuestro presente, cuanto tiene el deber de preparar el porvenir de este pueblo combatido por los destinos contrarios. (Ib.: 126)

Murguía situa-se numa perspetiva, reiterada no discurso, que, abrangendo passado, presente e porvir, invoca a concreção, própria do modo de ser simbólico, face à abstração, característica do modo de ser imaginário. É nesse sentido que pode entender-se o seu intento de interpretar a «Mensaje [da] Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega...». Veja-se:

Ellos nos lo han dicho: quieren que empecemos por el estudio del idioma que hablamos hace más de diez siglos. Hacen bien; pueblo que olvida su lengua es un pueblo muerto. Quieren asimismo que penetremos en los abismos de la producción popular gallega, pues en ellos viven todavía las creencias, los sentimientos, el alma entera de Galicia. [...] Quieren, en fin, que recogiendo las reliquias del pasado e iluminándolas con la clara luz de los conocimientos actuales, tratemos de estudiarlas y darlas a conocer, haciéndolas propias y tan amables del hombre actual como lo fueron de los que nos han precedido, una vez nos hablan con voz potente, de su pasado, —para nuestro conocimiento, más que oscuro—, pero tan lleno de la vida de nuestro pueblo, que, de conocerlas por entero, de haberlas estudiado bajo todos los aspectos, podíamos decir que conocíamos el alma entera de esa familia de hombres pacientes. (Ibidem)

Adiante, num como eco do discurso pronunciado nos Jogos florais de Tui (24 de Junho de 1891) e para reivindicar a língua galega como nacional, torna-se em testemunha do acontecido durante o séc. XIX na Galiza, “región” duma “España” em processo de vertebração dolorosa:

Lo primero nuestra lengua.

Puedo decirlo, porque de ello soy por mis años testigo irrefutable. Cuando yo era niño, todos a mi alrededor hablaban gallego. Cincuenta años bastaron para que las clases elevadas, que antes no entendían cometer falta, usando el lenguaje que todos entendían, hayan cambiado. No les bastó abandonar la casa paterna y desertar del campo de combate, sino que habiendo sido los que iniciaron este movimiento de regeneración, pusieron bien pronto entre lo que nos pertenece y los nuevos pensamientos, que vienen a ampararlo, una profunda y dolorosa barrera. Siguiéronles en esta obra de exterminio, los insensatos, el mundo oficial con su fuerza incontrastable, la ignorancia de muchos, el despego de algunos, la petulancia de unos cuantos y, sobre todo, el creciente trato con los extraños, a quienes llegamos hasta permitir que maltraten el habla de nuestros padres, cubriéndola con el lodo de sus invectivas y proclamando a cada instante que un paso más y la lengua gallega desaparece.

No será así, no se borra tan fácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, que es la que hablan y entienden cerca de tres millones de gallegos, dieciocho millones de habitantes de Portugal y sus dominios, doce en el Brasil. No puede perecer un lenguaje que tiene una literatura gloriosa, y nombres que son orgullo de la inteligencia humana. Por eso, y para recoger en Galicia su verdadero léxico, das a conocer su gramática, y afirmar su existencia, se fundó esta Academia. Porque el idioma de cada pueblo es el característico más puro y más poderoso de la nacionalidad. Gentes que hablan la lengua que no les es propia, es un pueblo que no se pertenece. (Ib.: 128)

Acho que ficou suficientemente apontado o facto de Murguía se situar no modo de ser simbólico, quando procura compreender e enaltecer a língua da Galiza ao longo da história, mas com perspectiva de futuro.

3. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS (PROVISÓRIAS)

Nesta comunicação ao 5º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA: A LÍNGUA NA GALIZA, tentei mostrar a longa tradição dos discursos sustidos entre os interessados na Galeguidade:

1) Um (que não conflitua o discurso nacionalista espanhol, antes deriva dele) alicerça no *modo de ser imaginário* a constituir e distinguir o RdE, identificado com «la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles» (art. 2 da CE 1978). Nele se acham elementarmente inscritos a «Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega...» e o «Discurso del excmo. Sr. D. Leandro de Saralegui y Medina».

2) Outro (baseado num discurso [re-] nacionalizador da Galiza e não raro interferido pelo anterior dominante no RdE) alicerça no *modo de ser simbólico* à procura de continuidade nos elementos e factores nacionais da Galiza. Apesar da distância temoral e sociopolítica, acho representativos dele o «Elogio de la lengua gallega», de Manuel Lago González, e o «Discurso del Señor Académico Presidente», Manuel Murguía.

3) Tristemente continuam confrontados os dous discursos, embora cada vez menos confusos. O primeiro, se não foi gerado, está assumido pelas instituições do RdE

na CAG e nas «Comunidades Autónomas» limítrofes, como, aliás, era esperável e consta nos Estatutos reformados da RAG.

4) O discurso que sustinham Manuel Lago e Manuel Murguía é hoje sustido, nem sempre com esclarecimento, por pessoas e entidades não institucionais, mas com peso na sociedade da Galiza.

5) Acho que este é o discurso que mais simpatias suscita entre pessoas e, chegado o caso, também entre determinadas instituições da Lusofonia.

O antropólogo Pierre Clastres publicou em 1974 *La société contre l'état*. Acho que a inversão do título resume bem o que pretendi patentear na comunicação: É o estado o que está (sic) contra a sociedade, entendida como nação. Continuarei a refletir pela via dos comportamentos humanos.

BIBLIOGRAFIA

AGAL (1984.1986), *Actas. I Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Ourense, 20-24 de Setembro de 1984, AGAL, Acrunha-Ourense.

I. Alonso Estravis (1987), *Estudios filológicos galegoportugueses*, Ed. Alhena, Madrid.

J. R. Barreiro Fernández (1986), *Historia de la ciudad de la Coruña*. La Voz de Galicia, Biblioteca Gallega (Serie Nova), Acrunha.

Boletín de la Real Academia Gallega, nums. 6-7 (Acrunha, 20 de Novembro de 1906). Cita-se por BRAG.

P. Clastres (1974), *La société contre l'état. Recherches d'anthropologie politique*, Les Éditions de Minuit, Paris.

R.E. Dowse-J. A. Huges (1986), *Sociología Política*, Alianza Editorial, Madrid. Versão castelhana de R.E. Dowse-J. A. Huges (1972.1975), *Political Sociology*, John Wiley & Sons, London, New York, Sydney, & Toronto.

«El siglo XIX y la revolución liberal», pode consultar-se em <http://club.telepolis.com>

A. Gil Hernández (1984.1986), «Aproximação à análise do[s] discurso[s] sobre a língua em textos da “filoloxía oficial” na Galiza (Traços fascistóides no discurso e prática [dos] isolacionistas sobre o galego)» in *Actas* 1984.1986: 81-126.

A. Gil Hernández (1987), «Sobre dicionários galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estravís, diretor e autor do *Dicionário da Língua Galega* comum» epílogo a I. Alonso Estravís 1987: 247-334.

A. Gil Hernández (2006), *Temas de Lingüística Política*, Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

R. A. Hudson (1981), *La sociolingüística*, Ed. Anagrama, Barcelona. Versão castelhana de R. A. Hudson (1980), *Sociolinguistics*, Cambridge University Press, Cambridge.

M. Lago González (1906), «Elogio de la lengua gallega» in BRAG: 137-141.

«Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega dirige a tan docta corporación con motivo de su inauguración oficial» (1906), in BRAG: 132-135.

M. Murguía (1906), «Discurso del Señor Académico Presidente» in BRAG: 125-129.

L. de Saralegui y Medina (1906), «Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina» in BRAG: 141-164.

A. Wilden (1979), *Sistema y estructura. Ensayos sobre comunicación e intercambio*, Alianza Editorial AU 215, Madrid. Versão castelhana de *System and Structure. Essays in Communication and Exchange*, Tavistock Ltd., Londres, 1972.

A promoção da Língua Portuguesa no sistema educativo da Comunidade Autónoma Galega: uma política linguística de fronteira

Carlos G. Figueiras

(Universidade de Santiago de Compostela, Galiza)

www.mdl-galiza.org

INTRODUÇÃO

Por otra parte, la plena integración de España en el contexto Europeo comporta una mayor apertura y exige un mayor grado de flexibilidad del sistema educativo. Exige también que los alumnos puedan adquirir destrezas que, como la capacidad de comunicarse –también en otras lenguas-, la de trabajar en equipo, la de identificar y resolver problemas, o la de aprovechar las nuevas tecnologías para todo ello, resultan hoy irrenunciables. Estas competencias les permitirán sacar el máximo provecho posible, en términos de formación, de cualificación y de experiencia personal, del nuevo espacio educativo europeo. Los compromisos adoptados en el marco de la Unión Europea con respecto a los sistemas de educación y formación de los países miembros requieren, además, la efectiva adaptación de la realidad educativa de cada país a las nuevas exigencias, de conformidad con los procedimientos de cooperación existentes.¹

Este trecho pertence às disposições gerais da *Ley Orgánica de Calidad de la Educación* (LOCE). Neste preâmbulo apresenta-se uma lei que tem como objectivo fundamental o aumento da qualidade do sistema educativo na medida em que impulsionará a realização pessoal e o progresso social e económico do indivíduo, aumentando desta maneira o seu bem-estar individual e o bem-estar social da comunidade. O renovado sistema educativo pretender-se-á assim qualificador, integrador do maior número de alunos e, na medida do possível, ponte para a integração do aluno no mercado laboral. Um dos motivos fundamentais da reforma é a carência de destrezas que apresenta o alunado para o aproveitamento das novas possibilidades que abre a integração do Estado Espanhol no novo contexto socioeconómico europeu.

Conforme com estes pressupostos, o nosso trabalho atende à conveniência da docência da língua portuguesa nos centros de ensino galegos e compara a situação do

português como segunda língua no ensino secundário galego e estremenho, pois achamos que pode ser uma boa maneira de comparar a eficácia com que o sistema educativo de ambas as administrações autonómicas se prepara para o aproveitamento das vantagens socioeconómicas que se lhe pressupõem ao novo quadro socioeconómico nascido da Europa das euro-regiões. Posteriormente, passaremos a analisar o posicionamento e o trabalho, nos últimos anos, das associações de língua e partidos políticos na Galiza a respeito desta situação.

AS AJUDAS COMUNITÁRIAS

O APAGAMENTO DAS FRONTEIRAS CULTURAIS

No novo quadro socioeconómico da Europa das euro-regiões, os fundos FEDER, de ajuda para o desenvolvimento das regiões europeias, cobraram uma especial importância, pois é deles que se nutre o programa INTERREG², orientado a disponibilizar aos estados ajudas económicas para investimentos destinados à cooperação transfronteiriça. Estas ajudas procuram eliminar as barreiras que dificultam a conversão das euro-regiões em espaços económicos homogéneos que facilitem a presença das empresas e a mobilidade dos trabalhadores entre os estados que integram estes novos espaços económicos.

Assim podemos comprovar como dentro da Vertente A, ou de cooperação transfronteiriça, do INTERREG III se encontra a seguinte disposição:

A cooperação transfronteiriça visa desenvolver pólos económicos e sociais transfronteiriços a partir de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável. Os Estados-Membros consagram pelo menos 50% da sua dotação total INTERREG III a esta Vertente.

Se fizermos uma análise pormenorizada do documento que regula o INTERREG III poderemos comprovar como o texto aconselha que, para além de incentivar a cooperação económica entre os estados, estes devem impulsionar uma aproximação cultural entre os territórios incluídos dentro da área da euro-região, atendendo especialmente ao que diz respeito à formação linguística dos seus cidadãos.

A cooperação entre os estados levar-se-á também aos domínios da investigação, do ensino, da cultura e da comunicação. Assim este documento alenta para a:

-Criação e utilização nesses domínios de recursos conjuntos para reforçar a competitividade da zona transfronteiriça, organização de manifestações culturais (exposições, festivais) de efeitos duradouros de cooperação e emprego...

Portanto, a situação que se nos apresenta depois da análise dos fundos europeus para a cooperação transfronteiriça dentro das euro-regiões parece muito alentadora para a promoção de destrezas que facilitem a plena ou maior integração das pessoas dentro dos novos espaços interestatais europeus, em que a LOCE justifica a necessidade da reforma do sistema educativo e promulga como um dos seus objectivos principais.

A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EXTREMADURA UM EXEMPLO DO APROVEITAMENTO DO NOVO ESPAÇO SOCIOECONÓMICO EUROPEU

Utilizaremos como ponto de partida para a nossa comparação o exemplo da política linguística seguida pela *Junta de Extremadura* para a língua portuguesa porque se apresenta como um modelo capaz de conjugar, dentro do ensino secundário, esses objectivos pretendidos na LOCE e os meios económicos que para a sua consecução fornecem os fundos disponibilizados pela União Europeia.

Não podemos, nem pretendemos, esquecer que a política euro-regional transfronteiriça europeia tem e depende fundamentalmente de uns objectivos meramente económicos. Mas para a consecução desses objectivos parece inegável que os cidadãos das diferentes áreas integradas dentro de projectos interregionais devem estar capacitados para comunicar-se com fluidez (domínio linguístico) com os seus vizinhos pertencentes a outro estado, e para saber conhecê-los e compreendê-los (domínio cultural).

Nesta linha de acção enquadram-se os projectos e actividades desenvolvidas pelo *Gabinete de Iniciativas Transfronterizas da Comunidad Autónoma de Extremadura*:

Si bien es cierto que las relaciones comerciales, cada vez más importantes entre Extremadura y Portugal, constituyen una razón de peso para aprender portugués, la motivación de los extremeños no es sólo económica, sino que actualmente saber expresarse en portugués es una aptitud muy valorada en el mercado de trabajo extremeño, especialmente en el sector sanitario y en el de la hostelería y restauración.³

Parece então que desde a *Junta de Extremadura* existe a vontade de ultrapassar essas deficiências de adaptação ao novo quadro socioeconómico europeu, que, como o preâmbulo da LOCE aponta, sofrem os alunos do Estado Espanhol.

Se considerarmos que a política linguística da *Comunidad Autónoma de Extremadura* pode ser um exemplo a seguir no referente à eliminação de barreiras idiomáticas, não é simplesmente por uma questão de vontades ou possíveis pressupostos de actuação. Uma breve documentação sobre a questão permite-nos ver como nesta região se tem impulsionado o estudo da língua portuguesa nos últimos anos, de uma maneira eficiente do ponto de vista qualitativo e quantitativo:

O número de alunos de português na Extremadura cresceu, em apenas oito anos, de 467 alunos para nove mil, fazendo da região aquela que, em toda a Espanha, tem maior concentração de estudantes da língua portuguesa em toda a Espanha (66%).⁴

O ensino da língua portuguesa tem aumentado nos últimos anos na comunidade autónoma da Extremadura, o que as autoridades locais justificam com a proximidade geográfica e com razões de carácter cultural e profissional.⁵

Estes dados materializam essa vontade de interacção entre culturas anteriormente citada, introduzindo no ensino secundário não só a língua europeia mais próxima geograficamente dos alunos mas também aquela que está em condições de oferecer-lhes uma melhor integração no mundo laboral. A política linguística aplicada pelo governo autonómico estremenho prioriza desta maneira os interesses meramente práticos, oferecendo dentro do desenho curricular base a possibilidade de implantação nos centros de uma cadeira optativa de língua portuguesa.

O sucesso inicial deste tipo de experiências levou à *Junta de Extremadura* a disponibilizar maiores orçamentos destinados a estas iniciativas, provindo uma parte dos mesmos dos fundos europeus e a outra da própria administração autonómica:

A expansão verificada, que levou à ultrapassagem da aprendizagem do Francês, levou a Junta de Extremadura a aumentar para 210 mil euros o valor do apoio concedido, sendo contemplados 101 cursos. Parte do financiamento provém de

fundos do Programa Operativo de Desenvolvimento e Cooperação das Regiões Fronteiriças de Espanha e Portugal, no âmbito do Interreg II.⁶

Contudo, não devemos esquecer que os resultados satisfatórios obtidos com estas medidas não provêm exclusivamente da boa apresentação e publicidade destinada à sociedade que a *Junta de Extremadura* possa ter-lhes dado, pois devemos valorar também o papel activo jogado pelos próprios receptores desta iniciativa, que faz com que a língua portuguesa se tenha situado nesta comunidade à frente de outras línguas com mais tradição dentro do sistema educativo espanhol, como pode ser o francês, que embora goze de um alto prestígio cultural, tem para os habitantes desta região uma menor utilidade prática e objectiva.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA UMA APROXIMAÇÃO AO ESTADO DA QUESTÃO

De início, poderia parecer que a existência desse novo quadro socioeconómico da Europa das euro-regiões e as ajudas disponibilizadas pela União Europeia para a aplicação de políticas de aproximação transfronteiriça por parte dos estados, levaria, lógica e inevitavelmente, à assunção por parte das diferentes administrações de políticas linguísticas e culturais similares à desenvolvida pela *Junta de Extremadura*.

O quadro geográfico e social da euro-região Galiza-Norte de Portugal parece equiparável ao contexto anteriormente descrito. Mas como veremos a continuação, a realidade galega é bem diferente do que inicialmente a lógica nos faria pressupor.

A dia de hoje, na Galiza, a situação do ensino do português na secundária é bem diferente do caso estremenho. Embora as condições prévias sejam similares, ou mais do que isso, melhores pela proximidade linguística existente entre as duas comunidades implicadas, encontramos com que a presença da língua portuguesa nos liceus se reduz a iniciativas particulares dos centros educativos e não a iniciativas da administração.

Exemplo disto é a *Proposta para introduzir o ensino do português como segunda língua*⁷, redigida em Janeiro de 2001 por professores do IES Sam Paio de Tui e aprovada pelo claustro deste centro, que apontava entre as suas motivações principais a “expansão de empresas galegas que iniciam a sua aventura em Portugal”, a saída de

“profissionais da saúde preparados nas nossas universidades [...] pela falta de oportunidades que encontram aqui [na Galiza], em oposição à enorme demanda que existe actualmente em Portugal” ou o facto de que “empresas galegas radicadas aqui [na Galiza] tenham um elevado número de clientes e / ou abastecedores portugueses, o que obriga aos trabalhadores destas empresas a dominar a língua portuguesa se querem comunicar com eles com garantia de êxito”. A proposta acabou por ser aceite pela resposta da Conselharia de Educação⁸ em Abril de 2002 e o liceu de Tui foi o primeiro centro da Galiza em leccionar aulas de língua portuguesa acolhendo-se à inclusão da segunda língua estrangeira no catálogo das matérias optativas da ESO. A ele somaram-se posteriormente outros oito centros de primária e secundária, por vontade sempre do próprio professorado, conformando uma pequena rede que cresce lentamente e à que, no próximo ano académico, incorporará o IES compostelano Gelmires I.

A ainda reduzida presença da matéria dentro do ensino primário, sobretudo em vilas fronteiriças da província de Ourense, está impulsionada pelo Governo Português ao abrigo do programa LALO⁹. Estas aulas inicialmente destinadas para os filhos de emigrantes portugueses, contam hoje em dia com uma boa acolhida entre os alunos galegos destes centros.

O bom funcionamento das cadeiras de língua portuguesa, tanto nestes centros de educação primária como naqueles centros de educação secundária que optaram por ofertá-la pela sua própria iniciativa e sem nenhum tipo de ajuda económica por parte da administração, faz com que não pareça errado supor que é a própria administração a que deve assumir a responsabilidade da potenciação deste tipo de políticas linguísticas euro-regionais.

A SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE O DESCONHECIMENTO E DESORGANIZAÇÃO

Neste trabalho apresentam-se duas respostas políticas bem diferentes para duas comunidades que apresentam uma situação socioeconómica similar, facto que afecta de maneira muito importante os alunos galegos, pois diminui o seu leque de possibilidades de acesso ao mundo laboral face às maiores oportunidades que, pertencendo todos ao mesmo estado, têm os alunos estremenhos. Assim o que parece

resultar de tudo isto é um sistema educativo desigual do que a administração autonómica galega é responsável, uma vez que não contribui para dotar os seus cidadãos das ferramentas necessárias para a sua adequada socialização dentro do novo contexto europeu.

É por isso que, ante o actual estado das coisas, deve ser o governo galego a responder ante esta situação de desigualdade. Tem-se produzido, durante os últimos anos, um certo debate entre os diferentes grupos parlamentares da câmara autonómica, como amostra do qual apresentamos a proposta não de lei feita pelo Bloque Nacionalista Galego (BNG) em 2003:

O Parlamento de Galiza insta a Xunta de Galiza a:

1.- Estudar e prever, con aplicación no curso 2003-2004, a implantación xeneralizada, nos I.E.S. e en todos os centros onde se imparte educación secundaria de todo o país, o ensino, como matéria optativa, da Língua e de Literatura Portuguesa.

2.- Programar, desde a Consellaria de Educación e Ordenación Universitaria, con eventual colaboración doutras Consellarias, viaxes e intercâmbios escolares entre os centros de ensino da Galiza e de Portugal.

3.- Enviar aos centros de ensino secundário do noso país materiais didácticos, incluídos audiovisuais, que podan resultar de proveito para o ensino da(s) disciplina(s) mencionadas no ponto 1.

Santiago de Compostela, 3 de Febreiro de 2003

Asdo.: Maria Pilar Garcia Negro

Deputada do G.P. do BNG¹⁰

Mas o debate parlamentar que se seguiu a esta proposição, não contribuiu em medida alguma para aumentar a presença da língua portuguesa dentro do ensino secundário galego. O executivo autonómico, longe de aceitar para si o modelo de política linguística euro-regional levado a cabo na Extremadura, argumentou que correspondia aos centros educativos a oferta de uma língua estrangeira, e não ao governo. Após o debate, levou-se a cabo a votação que impediu a aprovação da proposta com a abstenção dos deputados do Partido Socialista de Galicia (PSdG) e o voto em contra do Partido Popular (PP), que representava a maioria na câmara.

Em 2006, e depois de mais de um ano de governo bipartido, PSdG-BNG, não podemos falar numa mudança real da situação, pois se bem durante os primeiros meses da legislatura parecia que o novo executivo tinha a intenção de promover aulas língua portuguesa, não existem a dia de hoje medidas, nem desenvolvidas nem projectadas pela administração, para a sua promoção no ensino obrigatório.

Desta maneira, a equiparação das possibilidades entre alunos galegos e estremenhos fica a expensas do voluntarismo dos professores do ensino secundário, que sem nenhum tipo de organização, orientação ou ajuda, têm a possibilidade, que não a responsabilidade, de inverter a situação actual.

De outra parte não podemos esquecer que uma outra das hipóteses para a implantação da língua portuguesa no ensino obrigatório seria a solicitude maciça por parte da população, principalmente pelas associações de mães e pais de alunos, da abertura da cadeira nos seus centros de ensino. Facto que se torna complicado pela falta de informação que sobre este tema existe nos meios de comunicação galegos, embora as possibilidades de trabalho a Sul do Minho continuem a crescer dia a dia.

PARA A SOCIALIZAÇÃO DE UMA NECESSIDADE A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO REINTEGRACIONISTA

Para atingir uma política linguística que coloque a língua portuguesa no sistema educativo galego, no mínimo, ao mesmo nível de promoção que na *Comunidad Autónoma de Extremadura*, parece necessário, ante a falta de compromisso da classe política, que parte da sociedade civil se empenhe na reivindicação dos direitos dos alunos galegos a receber a educação que melhor possa contribuir para colocá-los no mercado laboral.

É pela via da informação e a organização a este respeito que o movimento reintegracionista poderia vir a tornar-se fundamental para a consecução deste objectivo e, portanto, de utilidade evidente para o conjunto da sociedade galega. Mas nos últimos anos, os colectivos reintegracionistas não passaram, na sua maioria, de expressar publicamente o seu apoio para a implantação da língua portuguesa no ensino obrigatório, sem acometer qualquer tipo de grande campanha de promoção pública dirigida àqueles que realmente têm a chave que permitirá colocar este assunto no

centro do debate político, os pais e alunos que devem exigir à administração o melhor dos sistemas educativos possíveis.

É certo que desde o ano 1998, com a sua campanha “Português no ensino desde já!”, o Movimento Defesa da Língua (MDL) tentou colocar no âmbito público, com maior ou menor sucesso, o debate sobre a inclusão da língua portuguesa no ensino obrigatório, chegando a algumas escolas e liceus com material informativo e mesmo conseguindo, em 2005, depois de uma suposta manifestação de boas intenções do governo PSdG-BNG a respeito desta problemática, aumentar com o seu trabalho a atenção da imprensa para este tema.

Contudo, a reunião celebrada, a 25 de Janeiro de 2006, entre a Directora Geral da Conselharia de Educação e representantes do MDL, veio a confirmar que a imprensa tinha exagerado as intenções da Conselharia a esse respeito e que a possibilidade de que, em 2006, a administração fosse, por iniciativa própria, fomentar ou animar de maneira generalizada os centros para a escolha de português era inexistente, aludindo a administração dificuldades económicas derivadas da dispersão territorial da população para o desenvolvimento dessa iniciativa.

Também em Janeiro de 2006, a *Confederación Intersindical Galega do Ensino* (CIG-Ensino), sindicato do âmbito do educação, anunciava uma campanha para a promoção do estudo da língua portuguesa no ensino galego centrada, inicialmente, na recolha de informação sobre a realidade actual dos estudos de língua portuguesa em território galego e os procedimentos a seguir para a implantação das aulas. Numa segunda fase, CIG-Ensino tem prevista a elaboração de um relatório encaminhado a orientar os centros com interesse em ofertar estes estudos e o envio de um inquérito aos centros em que já são ofertados que permita valorizar as possibilidades de futuro que o ensino da língua portuguesa possa ter na Comunidade Autónoma Galega.

Com este estado da questão, parece que, quer por uma ou outra razão, o grau de implicação do movimento reintegracionista, ou de outro tipo de organizações, com o ensino da língua portuguesa nos centros galegos não é, a dia de hoje, suficiente para impulsionar a petição de soluções por parte de uma população que no futuro verá, sem qualquer tipo de dúvida, como os seus filhos serão os grandes beneficiados das hipotéticas mudanças na política educativa da Junta da Galiza a respeito da língua portuguesa.

Concluímos assim animando as organizações reintegracionistas para cumprir o seu papel na sociedade galega, enfrentando o problema de maneira organizada e programática e procurando soluções úteis e em positivo que contribuam, de uma parte, para aumentar as possibilidades de trabalho dos jovens galegos e, de outra, para que no futuro, uma população melhor formada, mais culta e conhecedora da variante linguística portuguesa se implique finalmente na reintegração das falas da Galiza no sistema linguístico português.

LIGAÇÕES RELACIONADAS:

Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P): <http://www.lusografia.org>

Associação Galega da Língua (AGAL): <http://www.agal-gz.org>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN): <http://www.ccr-norte.pt>

Confederación Intersindical Galega do Ensino (CIG-Ensino): <http://www.cig-ensino.com>

Movimento Defesa da Língua (MDL): <http://www.mdl-galiza.org>

1 in Ley Orgánica de Calidad de la Educación. B.O.E. núm. 307, 24-12-2002, pág. 45189/2002.

2 in <http://www.ccr-norte.pt/outrosic/inteiiia.php>

3 in www.gitextremadura.com/frame.asp?pagina=7&id=12

4 in www.diariodetrasosmontes.com

5 in www.público.pt

6 in www.diariodetrasosmontes.com

7 in <http://www.agal-gz.org/noticias/2002/20020208.htm>

8 in <http://sindominio.net/mdl/?sec0=cmp&sec1=uma&sec2=ptensino&sec3=doc3>

9 Programa destinado a filhos de emigrantes para proporcionar-lhes o ensino da sua língua e cultura.

10 in <http://www.lusografia.org/amizadegp/relatorio.htm>

Fazer jornalismo em Português na Galiza

GERARDO UZ
(*Novas da Galiza*)
www.novasgz.com

Hoje em dia, a maioria dos meios de comunicação na Galiza são elaborados em castelhano. Os jornalistas galego-falantes não podem realizar o seu trabalho na sua língua habitual, e as instituições públicas subvencionam os média em espanhol se cobrirem uma quota de uso do galego – ou português da Galiza –, pelo que este idioma fica relegado a determinadas secções ou conteúdos – cultura, formações sindicais ou entidades vinculadas com o nacionalismo.

Ambas as duas dinâmicas fazem com que o uso do galego na maioria dos meios fique politizado, ritualizado e marginalizado, banindo-se a sua presença de secções 'sérias', como a informação económica; 'importantes', como a política; ou 'populares', como os desportos.

No meio deste contexto hostil criou-se em 2002 o periódico 'Novas da Galiza', que no seus princípios fundacionais se define "ao serviço da liberdade de expressão, para defender o direito da cidadania à informação plural e honesta", ao serviço da cultura e das manifestações artísticas, independente, comprometido com os movimentos sociais e soberanista, quer dizer, entendendo que a soberania nacional reside no povo galego, pelo qual "alentará o debate social que conduza para a conformação do nosso país como uma nação de pleno direito na Europa".

Embora a sua equipa inicial estava formada sobretudo por não profissionais, paulatinamente foi-se dando um processo de substituição das pessoas com militância política por jornalistas, e actualmente a maioria dos integrantes do projecto estão licenciados em jornalismo.

Nesta altura, o principal repto do periódico é assentar a sua presença nas zonas da Galiza onde actualmente se distribui e facilitar a sua recepção por parte do público português -o 'Novas' pode ser mercado nas principais cidades do país, e uma modesta cifra de subscritores procedem de Portugal- para continuar sendo um meio autogerido e autenticamente livre, para lá de continuar no caminho da profissionalização.

1. INTRODUÇÃO

Devido a que o objecto desta comunicação é esboçar qual é que é a situação do jornalismo em português na Galiza, consideramos que é necessário aclarar duas circunstâncias que em boa parte estruturam este discurso.

A primeira delas, que o país chamado Galiza vive uma situação de dupla anormalidade. Por uma parte, porque está em questão a identidade do idioma, chamado de muitas formas diferentes –'galego', 'português', 'galego-português', 'português galego', 'português da Galiza', etc.-, cientificamente é impossível dissociá-lo

da língua nacional de Portugal, mas que o *establishment* galaico continua a considerar como ‘língua de seu’. A outra razão desta anormalidade é que a Administração galega destina despesas orçamentares a subvencionar diferentes actividades cujo objectivo for a “promoção efectiva da língua galega”, chegando-se ao absurdo de não auxiliar meios de comunicação integralmente escritos em galego por não se adequarem ao padrão escrito espanholizante, mas sem qualquer problema para subsidiar meios que mormente utilizam o castelhano.

A segunda das circunstâncias a aclarar, é que o jornalismo em galego –ou ‘português da Galiza’- não deixa de ser jornalismo. Nem melhor nem pior. Isto, que parece lógico, é algo que na Galiza muitas pessoas parece que não acabam de perceber. E com o genérico ‘pessoas’ refirimo-nos tanto a pessoas de dentro quanto de fora dos meios de comunicação que ainda hoje se admiram porque alguns profissionais escrevem informações ‘sérias’ em português galego.

Dizer também que nesta comunicação, com excepção de que se indicar o contrário, os termos ‘galego’ e ‘português’ serão considerados sinónimos. Portanto, quando falarmos de ‘jornalismo em português na Galiza’ ou ‘jornalismo em galego’, estaremos nos referindo à mesma realidade. Todavia, num dos apartados deste artigo abordar-se-á a dualidade do jornalismo em galego-isolacionista e em galego-reintegracionista; mas essa questão ficará estritamente circunscrita ao seu apartado.

2. O GALEGO NOS MEIOS: QUOTA DE MERCADO

Actualmente, fazer jornalismo em português da Galiza – independentemente de se esse ‘português’ seguir as normas ortográfica e morfológicas espanholizantes ou as chamadas luso-reintegracionistas – é quase impossível. Na maior parte dos meios de comunicação da Galiza, a língua veicular é o castelhano, e é a que os profissionais do jornalismo devem utilizar, e tanto faz se é a sua língua mãe ou aquela na que melhor poderiam exercer a sua competência profissional.

No melhor dos casos, o idioma fica relegado a secções com um tratamento marginal, nomeadamente Cultura. A ninguém lhe passa despercebido que isto o que faz é transmitir a ideia de que o galego não serve para fazer informações ‘sérias’, como as de Política ou Economia. Tampouco passou despercebida a situação para os autores

do Plano de Normalização da Língua galega – ver bibliografia –, que citam entre os objectivos a antigir a necessidade de “iniciar um processo de incremento anual e constante do uso do galego nos meios de comunicação públicos e privados que supere a actual situação de marginalização e de acantonamento no eido cultural”.

Relegar o galego a secções com pouco peso parece obedecer apenas a uma estratégia para cobrir quotas linguísticas e optar ao dinheiro público. A modo de exemplo, citar um fragmento de um editorial da Associação de Meios em Galego – consultar na bibliografia –:

“Vivem os meios editados em galego uma anómala e paradoxal situação. São um instrumento fundamental no avance e consolidação da nossa normalização linguística e cultural mas, ao tempo, ficam fora de umas políticas governamentais a favor da normalização no espaço comunicacional que seguem a preferir como destinatários principais dos seus incentivos e ajudas os meios informativos feitos em castelhano.

O estado de coisas tem essa anormal traça. Os meios que mais se comprometem com a normalização do galego são os mais desfavorecidos pelas políticas normalizadoras dos meios. Essa assimetria derrama muitos esforços e ilusões e enche de sem-razão as políticas que invariavelmente levam praticando os governos galegos desde 1981”.

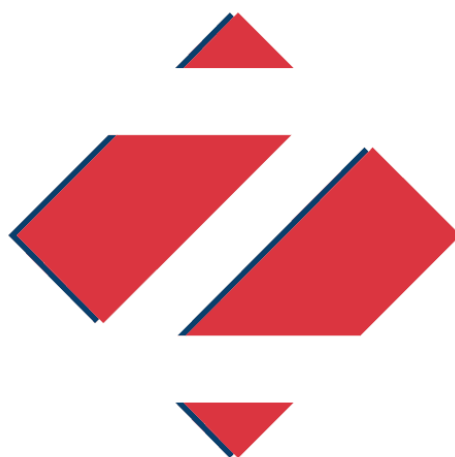


Imagem 1.

Logótipo do Novas da Galiza

A explicação que se dá é que os clientes – sejam os leitores/ouvintes/telespectadores ou directamente outros meios de comunicação – não demandam informação em galego. Ainda, na imprensa escrita diz-se também que o público objectivo tem dificuldades para ler galego. Um argumento muito semelhante utilizou-se em seu dia quanto começaram as emissões da CRTVG – Companhia de Rádio-Televisão da Galiza –, e era habitual a gente admirar-se pelo facto de escutar galego e assegurar que lhe custava perceber o que se dizia – um choque até certo ponto lógico se pensarmos que na Galiza, durante mais de trinta anos, apenas se podia escutar rádio

ou televisão em castelhano –. Seja como for, é difícil de acreditar neste argumento hoje em dia, quando faz mais de vinte anos que nos planos de estudo são obrigatórios o ensino da língua galega e o leccionamento de diferentes matérias neste idioma –ver tabela 1.

Tabela 1.

Competência linguística em galego dos cidadãos
da Comunidade Autónoma da Galiza segundo os Censos de 1991 e 2001

ANO	Percebem	Falam	Lêem	Escrevem
1991	96,96 %	91,39%	49,30%	34,85%
2001	99,16%	91,04%	68,65%	57,64%

Fonte: Instituto Galego de Estatística (<http://www.ige.eu>)

O que pode ser, porém, é que o público de maior idade siga sem estar afeito a ler ou escutar informação em galego. Mas a falta de costume não se deve equiparar automaticamente com rejeição. Por exemplo, na Catalunha existem mais meios integralmente em catalão dos que em galego na Galiza e, ainda, todos os meios catalães com preferência pelo castelhano designam um alto número de páginas –ou tempo de emissão no caso do audiovisual- na língua vernácula. Porquê não acontece igual na Galiza? Uma das mais poderosas razões é que, contrariamente ao que vem acontecendo na Catalunha, na Galiza não houve umas elites políticas, académico-científicas e sociais comprometidas com o idioma e com o país. No caso do Executivo autonómico é tanto mais claro quando se vê a facilidade com a que meios e iniciativas em castelhano e espanholizantes recebem despesas orçamentares enquanto as autóctones e com vocação de serviço ao país devem, quase, esmolar de porta em porta.

Colocando de novo o fio de debate na porta dos meios de comunicação, é preciso lembrar que, mália aos vazios legais, os meios de comunicação recebem no Reino da Espanha a consideração de ‘serviço público’ –sobretudo no caso dos audiovisuais, posto que o espectro radioelétrico é “propriedade do Estado”- e contam com um regime especial dentro do que é o âmbito empresarial. Precisamente, no caso galego, ofertar informação com perspectiva galega e na língua nacional também deveria ser considerado como uma função “de serviço público”, já que do que se trata

é de priorizar os conteúdos de relevância para o público ao qual se pretende ‘servir’. Dizer que “o público não demanda informação em galego” é subordinar o galego(-português) a regras de mercado, o qual implica uma flagrante contradição com a função de serviço público.

Ademais, também não devemos esquecer que os meios de comunicação exercem um importantíssimo papel como socializadores, mediadores e também alfabetizadores; três campos onde é necessário agir para a normalização de um idioma e, por extensão, de um país. E dizemos normalização do país, porque um país não pode estar normalizado quando a sua língua própria está marginalizada nos seus meios de comunicação, e quando essa situação está amparada directa ou indirectamente pelos poderes públicos à hora de adjudicarem subvenções.

3. FAZER JORNALISMO EM GALEGO(-PORTUGUÊS): QUESTÃO DE MILITÂNCIA?

Com este contexto, poder-se-ia dizer que são uns privilegiados os galegos galego-falantes que podem desempenhar a sua profissão em galego e, ainda, ganharem a vida com isso e obterem, ademais, reconhecimento; porque actualmente, as únicas possibilidades de fazer jornalismo em português na Galiza parecem ser a empresa pública galega CRTVG, iniciativas empresariais independentes – *Vieiros.com*, *Tempos Novos*, *A Peneira*, *Novas da Galiza*, *A Nosa Terra* –, pequenas publicações sectoriais ou corporativas – como o mensal *Fouce* do Sindicato Labrego Galego – ou meios que funcionam por militância e sem qualquer ânimo de lucro – como o próprio Portal Galego da Língua, www.agal.gz.org.

Precisamente, durante muito tempo fazer jornalismo em galego foi uma questão de militância.

Muitas outras pessoas – não apenas jornalistas –, com uma mínima sensibilidade linguística, devem optar por uma tarefa não-lucrativa para desenvolvermos uma faceta da nossa profissão no idioma do nosso país. É o que se passa, em parte, com o «Novas da Galiza» ou o PGL, cujos redactores estamos aí de jeito altruísta e porque acreditamos nestes projectos como peças-chave da normalização do país e já não apenas da língua.

Isto leva a pensar que o facto de fazer jornalismo em galego continua a arrastar os velhos defeitos estruturais do passado. Entre eles, a crença de que quem faz jornalismo em galego é simplesmente por militância. Desde logo, algo disso há, posto que quem informa em galego –sabendo que não receberá facilidades e que tudo serão atrancos- é porque acredita no idioma. Ademais, muitas das iniciativas jornalísticas –com um certo sucesso- em português da Galiza foram postas em andamento, nos seus duros começos, por pessoas política ou linguisticamente militantes. Mas muitas vezes a militância linguística não passou de primar a quantidade pela qualidade, em boa parte devido a que a pessoa militante deve fragmentar os seus tempos e dedicações. Cremos bem explicada esta circunstância pelo Antom Santos (2003:55-56), também redactor do «Novas da Galiza»:

“Como militantes, somos pessoas vinculadas subjectivamente a certos processos, ligadas a estes em relação aos nossos tempos vitais. É mui difícil assumir este desajustamento entre tempos biográficos e tempos políticos: a nossa luta transcende-nos, é difícil enxergar desde a brevidade dumha vida a verdadeira dimensão dum êxito, soma de centenas e milhares de esforços conjugados que, de certeza, não veremos inteiramente materializados (...)”.

Actualmente, embora exista o componente da militância –do qual não se tem porque renegar-, o que se procura cada vez mais é profissionalizar estes projectos; intenta-se dignificar o idioma já não só aumentando a sua presença nas informações, mas gerando conteúdo jornalístico relevante, de qualidade, com vocação de serviço público e, na medida do possível, independente, não alienado e crítico. É isto -os factos- que dignifica um idioma e dá valor agregado a um projecto.

4. O NASCIMENTO DO “NOVAS DA GALIZA”:

JORNALISMO EM PORTUGUÊS DA GALIZA

Se a situação já é suficientemente hostil para o jornalismo feito seguindo as normas ortográficas e morfológicas espanholizantes – susceptíveis de serem subvencionadas –, mais ainda o é para uma iniciativa jornalística como o «Novas da Galiza», que não alinha com a tendência mais estendida no país de considerar as falas galegas e as portuguesas como pertencentes a idiomas diferentes – razão que automaticamente exclui esta publicação de todos os concursos públicos, como veremos.

O «Novas da Galiza» é uma publicação mensal nascida em 2002 como soma dos esforços de um conjunto de pessoas política e/ou linguisticamente militantes. O periódico definiu-se no primeiro ponto dos seus Princípios Fundacionais – ver bibliografia – como um meio “ao serviço da liberdade de expressão” para “defender o direito da cidadania à informação plural e honesta”. Não foi, portanto, a defesa da língua galega o primeiro dos objectivos atingir, e é aqui que começa a sua diferenciação no que diz respeito de outros projectos nascidos na militância.

A denúncia das lógicas esmagadoras do capitalismo e das suas contradições erigiu-se também como um dos sinais de identidade desta publicação. A sua renúncia de raiz à submissão a lógicas de mercado e capitalistas chega ao ponto de o periódico disponibilizar de graça todos os seus números em formato digital desde a hemeroteca da sua página web – <http://www.novasgz.com/html/hemeroteca.html> – um mês depois da saída do número.



Imagem 2.

Aspecto do sítio web do *Novas da Galiza* (www.novasgz.com), em cuja hemeroteca figuram todos os exemplares de graça

No respeitante ao idioma, o periódico configura-se como uma publicação luso-reintegracionista, e isto deve-se perceber enquadrando-o na vontade de dedicar “nas

súas páginas (...) espaços preferentes à informação e à reflexão sobre o idioma galego-português que nos une aos países do mundo da Lusofonia”. Esta escolha de base provoca, por exemplo, que a nossa publicação seja automaticamente excluída de quaisquer ajudas públicas –que tampouco reclamamos-, mesmo que essa decisão incumpra a letra da Lei de Normalização Linguística – ver bibliografia –, cujos artigos 18 e 19 – do título quarto, referido ao uso do galego nos meios – dizem assim:

Art.18: O galego será a língua usual nas emisoras de radio e de televisão e nos demais meios de comunicação social submetidos a gestão ou competência das instituições da Comunidade Autónoma.

Art. 19: O Governo Galego prestará apoio económico e material aos meios de comunicação não incluídos no artigo anterior.

A concepção linguística também suscita rechaço por parte de outras publicações que teoricamente deveriam apoiar o projecto. Como exemplo deste tipo de situações, assinalar apenas que quando a finais de 2005 se constituiu a base da «Asociación de Medios em Galego», o «Novas da Galiza» foi um dos primeiros meios de comunicação em solicitar a sua adesão. A solicitude, por enquanto, nem foi respondida, e hoje em dia são parte da associação meios que solicitaram mais tarde a sua entrada.

Duas das características das quais mais se orgulha a equipa redactora do «Novas da Galiza» também aparecem nos princípios fundacionais. Por um lado, que se dedique “especial atenção aos movimentos sociais que com os seus actos e propostas conformam a Galiza do século XXI”. Pelo outro, o facto de se alentar “o debate social que conduza para a conformação do nosso país como uma nação de pleno direito na Europa”.

Nos seus inícios, como dizíamos, o projecto foi impulsionado por um grupo militante linguística e/ou politicamente. Isto condicionou, em boa medida, a inevitável vinculação do periódico com diferentes tendências políticas ou sociais, condicionando também em parte os seus conteúdos. Isto, que pode parecer coarctador para um projecto nascente, não foi tal: possibilitou que as pessoas que mais reclamavam uma publicação com o ideário do «Novas da Galiza» se achegassem com agrado a ela. Isto permitiu também a popularizar a iniciativa e a conseguir colaboradores e colaboradoras de relevância com opiniões de interesse para o nosso público.

A progressiva profissionalização que encetou o periódico levou a que na altura mais da metade da equipa redactora sejam licenciados em Ciências da Comunicação a partilharem as suas tarefas no periódico com os seus trabalhos noutros meios jornalísticos. Isto contribuiu para tirar de acima a etiqueta de “jornal linguístico” –que, em todo o caso, competiria a outras iniciativas como o Portal Galego da Língua-, reafirmando a vontade de defender o idioma do país, sim, mas no possível através de uma prática profissional em galego e centrando-nos em fazer todo tipo de informações na língua do país –desde a Economia aos Desportos, passando pelo associacionismo de base ou o lazer, entre outros.

Também é parte da profissionalização o reparto de tarefas –redacção e fotografia, maquetação, publicidade, contabilidade, logística, etc.-, a coordenação da equipa através de reuniões mensais do Conselho de Redacção e a gestão de subscrições e envio dos exemplares para os seus domicílios.

5. RADIOGRAFIA DO “NOVAS DA GALIZA”

A mudança na estrutura redaccional foi progressiva, e pode-se dizer que no segundo trimestre de 2005 começou uma nova etapa na história da publicação com o câmbio mais visível na imagem corporativa e na vertebração das secções – ver imagens 1 e 2. Algumas das novas características técnicas são o passo das 16 páginas às 20 que actualmente disponibilizamos – com perspectiva de chegar às 24 em pouco tempo –, de tamanho 29x40 centímetros. A capa, a contracapa e as páginas centrais – dedicadas a reportagens de investigação – vão a cor, o qual é em parte devido a que são apartados muito cuidados pelos da maquetação.



Imagem 3.

Capa do «Novas da Galiza» n.º 27 (Fevereiro-Março de 2005)



Imagem 4.

Capa do «Novas da Galiza» n.º 28 (Março-Abril de 2005)

A segunda mais a terceira página incluem um artigo de opinião – que se desenvolve na seguinte –, o que chamamos ‘Pelourinho do Novas’ – as cartas ou correios electrónicos que nos chegam dos leitores e leitoras da publicação – um editorial e um desenho humorístico de algum dos nossos muitos colaboradores gráficos – Suso Sanmartim, Pepe Carreiro, Pestinho +1, Xosé Lois Hermo, Gonzalo, Farruquinho, Aduaneiros sem fronteiras, etc.

Entre as páginas 4 e 7 figuram notícias de interesse nacional, ademais de uma cronologia de factos noticiosos. Na página 9 o protagonismo é para o nosso ‘Foi Dito’, uma recompilação de declarações, titulares ou destaques – salientáveis, curiosos ou mesmo indignantes nalguns casos – que saíram durante o mês. A modo de exemplo, reproduzimos o ‘Foi Dito’ do n.º 33:

“O SPIDERMAN DO VERAÑO EM OURENSE VOLTA A SER DETIDO E SOMA UM TOTAL DE 35 DETENÇÕES”

Faro de Vigo (cabeçalho). 09/08/2005

“UMHA VIZINHA CONSEGUE DORMIR APÓS OITO ANOS DE LUITA CONTRA O BARULHO”

El Correo Gallego (Manchete da capa). 26/07/2005

“SOMOS NOVE COMPANHEIROS QUE MANTEMOS UMHA LUITA CONTRA O ESTADO”

Um Guarda Civil Envolvido no assassinato de Roquetas de Mar. Denuncia o "abandono" que dizem estar a sofrer. 06/08/2005

“NOM PODEMOS MATAR TODOS OS NOSSOS INIMIGOS”

Bill Clinton Denuncia perante Bush o beco sem saída que é a política de guerra Total dos EUA. 09/08/2005

“SE CONTINUAREM A CHEGAR IMIGRANTES, NALGUNS SÍTIOS GANHARÁ UM LE PEN”

José María Sánchez Fornet Secretário geral do Sindicato Unificado da Polícia (SUP). 02/08/2005

“MUTISMO NA AMI [Assembleia da Mocidade Independentista] QUE PREPARA UMHA CIMEIRA APÓS O ATENTADO FALIDO”

El Correo Gallego (manchete da capa). 26/07/2005

“VERA SAIRÁ DO CÁRCERE 24 HORAS POR SEMANA PORQUE SOFRE DEPRESSOM”

La Voz de Galicia (cabeçalho sobre o ex-secretário de Estado implicado na 'guerra suja' [contra o terrorismo]. 06/08/2005

“PASSAR TEMPO FORA DE WASHINGTON DÁ AO PRESIDENTE UMHA FRESCA PERSPECTIVA DO QUE PREOCUPA À GENTE DA RUA”

Porta-voz da Casa Branca. 03/08/2005

A página 8 está integralmente dedicada a informação internacional. Nela é necessário salientar, por méritos próprios, o espaço 'Novas de Além-Minho'; paráfrase do nome da publicação – «Novas da Galiza» – e, ao mesmo tempo, ponte aberta para a realidade portuguesa mercê as colaborações dos nossos correspondentes e colaboradores lusos, como o Duarte Ferrim, o Nuno Gomes, o Rui Pereira ou o Fernando Venâncio.

O caderno central do jornal, as páginas 10 e 11, encetam a secção 'A Fundo', uma série de reportagens de investigação ou análises em profundidade sobre questões de actualidade ou sobre outras matérias que ficam silenciadas pela maioria dos meios. Como já dissemos, estas duas páginas vão a toda cor, já que se trata de um dos espaços de maior qualidade do periódico e que contribuem a dotá-lo de identidade própria. Entre as páginas 12 e 15 há ora outras reportagens, ora entrevistas, ora artigos de opinião, sobre diferentes factos da realidade -social, económica, laboral, política, linguística, educativa ou sanitária, etc.- do país.

Geralmente na página 16 inicia-se a secção cultural, onde destacamos conteúdos fixos como o 'Polos olhos De', onde um pessoaeiro relevante de algum âmbito da realidade galega nos recomenda um livro, um disco e uma página web; o 'De Base', que é uma notícia ou entrevista sobre algum local social ou associação/colectivo de base do país; mais uma coluna vinculada ao Portal Galego da Língua –até faz pouco da autoria do Miguel R. Penas, e na altura gerida pelo professor Valentim Rodrigues Fagim-. Nos últimos números começou a publicar-se –e com muito sucesso- uma coluna sobre sexualidade que assina a nossa colaboradora Beatriz Santos.

A penúltima página dedica-se aos desportos –não apenas futebol como noutros meios; melhor dito: quase nunca o futebol é o protagonista-, enquanto a última se reserva para uma entrevista em primeira pessoa –a toda cor- e mais uma coluna de opinião.

Ainda, mas já fora do que seriam estritamente os conteúdos, é necessário dizer que a única publicidade que aparece em toda a publicação está nos pés das páginas. Seguindo a nossa vocação de serviço público, apenas são aceites iniciativas –a maior parte delas já 'realidades' consolidadas e com com sucesso- de autêntico interesse para os galegos e com vocação de serviço ao país. Falamos, por exemplo, de outros projectos comunicacionais, locais sociais, associações de base, etc.

Noutro apartado de coisas, dizíamos anteriormente que o periódico tinha nos seus inícios um público muito definido e focalizado, mas que paulatinamente o projecto se foi abrindo e popularizando. E dizíamos também que é de salientar o espaço 'Novas de Além Minho', mantido pelos nossos correspondentes e colaboradores portugueses. Pois bem, eis que como parte deste processo, o «Novas da Galiza» também tem uma modesta cifra –crescente mês a mês- de assinantes em Portugal e, ainda, distribui-se em três das cidades mais importantes do país, isto é, em Braga – Centésima Página –, no Porto – Livraria Utopia – e Lisboa – Ler Devagar –, e dentro de pouco tempo também em Coimbra.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Asociación de Medios en Galego (2006) 'Medios en galego. Editando o sonho de Lugo' – editorial da AMG. Disponível em <http://www.vieiros.com/nova.php?Ed=1&id=50002>

Novas da Galiza (2002) 'Principios Fundacionais'. Disponível em <http://www.novasgz.com/html/principios.html>

Santos Pérez, Antom (2003) 'Reflexons sobre a Construção Nacional Galega: História e Perspectivas' in *Agália – Revista de Ciências Sociais e Humanidades*, n.º75-76, 55-84.

Xunta de Galicia (2004). 'Plan de Normalización da Lingua Galega'.

Lexislación. 'Lei de Normalización Lingüística'. Disponível em <http://www.amesanl.org/lexislacion/lei3.html>

Caminhos para a reintegração: os média portugueses na Galiza

Héctor Daniel Canto Veiga

(Plataforma para a Recepção das Televisões e Rádios Portuguesas na Galiza)

1. BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA E A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA GALIZA

A situação do galego é complexa e por isso torna-se necessário lembrar certos dados sobre a sua realidade e história antes de fazer qualquer exposição ligada à língua.

Desde que é considerado língua e não apenas dialecto do latim – por volta do século VIII –, o galego é a língua maioritária da população da Galiza. Os acontecimentos políticos entre os séculos XI e XV colocaram o Reino da Galiza sob domínio do Reino de Castela e o Condado de Portugal – logo Reino – fora da Coroa Galega. Os reis castelhanos fizeram uma purga da oligarquia e do clero galego e estes foram substituídos por oligarquia alheia. Isto provocou que o galego deixasse de ocupar o status de língua única da Galiza e que o castelhano passasse a ser a língua de uso administrativo.

Tal situação chegou herdada até aos nossos dias – século XXI – agravando-se, fazendo que em cidades como Vigo e Ferrol a população fosse maioritariamente castelhanofalante a começos do século XX.

Agora bem, é importante comentar pelo miúdo a evolução linguística da Galiza nos últimos cem anos. Na altura o galego era falado aproximadamente por um 95% da população mas a péssima situação socioeconómica da Galiza, a consequente emigração maciça cara a América primeiro e cara a Europa depois, a perseguição do regime dictatorial do general golpista Francisco Franco – originário de Ferrol – da intelectualidade galega e dos agentes sociais; e a proibição expressa do uso do galego provocaram uma perda de falantes – e de prestígio – continua até hoje.

Na actualidade o uso pleno do galego é apenas do 55 % na população da comunidade autónoma segundo os dados do Instituto Galego de Estatística – os dados

de conhecimento são do 90% aproximadamente – mas este é apenas um dos problemas.

Nos últimos 30 anos vem-se produzindo um processo de não transmissão geracional, quer dizer, os pais transmitem como língua materna o castelhano sendo o galego apenas uma língua próxima mas não própria. Isto provocou e provoca uma carência generalizada de competência linguística nas camadas etárias mais novas e uma perda de prestígio da língua e da cultura.

Aliás o galego tem, na Galiza, um status jurídico inferior ao castelhano e a sua primeira normatização plena ano 1981- foi deturpada pela intromissão política do governo da altura – do ex-ministro franquista Fraga Iribarne –. A consequência disso tal norma aproximou-se ao castelhano quando a tendência histórica e o caminho filologicamente correcto era a aproximação ao padrão português. Tampouco se reconhece a possibilidade de utilizar este padrão quando se comunicar com as instituições europeias.

A actuação do governo até 2005, quando perdeu as eleições, foi apenas de imobilismo quando não de confronto ao galego e a perda de uso tanto no âmbito científicotécnico como doméstico foram iguais quando não catalizados para pior pela sua actividade.

Porém, o galego está a ocupar um espaço importante como língua de cultura e muitos jovens recuperam o seu uso ao chegar a uma idade de consciência da sua identidade linguística, facto que dá esperanças para a sua plena normalização.

2. APRESENTAÇÃO DA PLATAFORMA

A “Plataforma para a recepção das televisões e rádios portuguesas na Galiza” tenciona conseguir a emissão em aberto dos canais públicos do Estado português em território galego.

A nossa plataforma está formada por um grupo de agentes do associacionismo galego ligado à defesa e promoção da língua que sob este alvo concreto se une para fazer força e pressão maiores. A iniciativa tem a sua origem no ano 1992 quando no seio do MDL – Movimento de Defesa da Língua – surge a ideia de reclamar o acordado

pelos Estados Membros da União Europeia na Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais. Porém, a proposta fica num segundo plano pela necessidade de priorizar outras campanhas e actividades com mais probabilidades de sucesso.

É em 2005 quando a ideia volta a tomar força. Isto acontece paralelamente a um reforçamento do associacionismo galego potenciado nomeadamente pela comunicação via internet. Para atingir um carácter mais geral apresenta-se a iniciativa como uma plataforma aberta desligada directamente a qualquer outro organismo ou associação, embora muitos dos seus membros fossem sócios ou colaboradores do mesmo MDL –Movimento de Defesa da Língua –, da AGAL –Associação Galega da Língua- e ainda de outros colectivos.

A motivação principal que nos move é a equiparação de castelhano e galego em termos de uso dos média audiovisuais e o cumprimento –como se verá nos pontos posteriores– dos nossos direitos linguísticos. Perante a falta de iniciativa privada, a medida mais simples e rápida é a retransmissão dos média públicos portugueses na Galiza.

Actualmente só existem na Galiza 3 emissoras – uma de televisão e duas de rádio – de âmbito nacional que emitam integralmente em galego, todas de titularidade pública e uma delas é apenas *rádioformula* – só emite música e programas relacionados com ela.

No entanto, existem dois canais de televisão públicos e quatro privados que estão a emitir em castelhano na Galiza. Isto se contamos só a emissão analógica; se adicionamos a TDT –Televisão Digital terrestre–, o número é de 18 a 1 em televisão. No caso da rádio os números são semelhantes. Mais de 10 rádios estatais ou nacionais em castelhano contra 2 nacionais e em galego.

Mas não só isso, por esta via estreitaram-se as relações seculares entre Galiza e Portugal dando-lhe um sentido mais social aos projectos económicos e culturais que nos últimos anos se estão a desenvolver entre os nossos países. Também reforçaremos a unidade linguística e cultural entre galegos e portugueses.

No âmbito mais comercial aumentaremos a competência o que certamente implicará um maior esforço em criar conteúdos de qualidade e incrementará-se a pluralidade informativa, algo do que Galiza tem alguma carência segundo fontes da

União Europeia - Relatório do Conselho da Europa sobre o cumprimento da *Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais*.

3. LEGALIDADE EUROPEIA

Como já se disse, os inícios da plataforma estão ligados à Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais. O português não é minoritário, nem sequer na Galiza, mas sim dentro do Estado Espanhol, e portanto está sob atenção da Carta e tem de ser tratada com especial cuidado. Este documento, que foi assinado e ratificado por todos os Estados membros, recolhe uma série de medidas para a preservação num estado de total vitalidade de todas as línguas que sendo ou não oficiais em algum estado sejam minoritárias em qualquer dos Estados membros.

Interessa-nos especialmente o artigo que fala sobre os meios de comunicação e os deveres dos estados a respeito deles.

Reprodução parcial do *Ponto 2 do Artigo 11 sobre Meios de comunicação social da Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais*, Conselho da Europa. Assinada a 2 de Outubro de 1992 e ratificada a 5 de Novembro do mesmo ano.

“ As partes comprometem-se a garantir a liberdade de recepção directa das emissões de rádio e de televisão dos países vizinhos numa língua utilizada de modo idêntico ou próximo de uma língua regional ou minoritária, e a não se oporem à retransmissão de rádio e de televisão dos países vizinhos numa tal língua. Comprometem-se, além do mais, a zelar por que nenhuma restrição de expressão e à liberdade de circulação da informação numa língua utilizada de forma idêntica ou próxima de uma língua regional ou minoritária seja imposta à imprensa escrita.”

Este artigo não é era novo em 1992 dentro da legalidade europeia, mas uma adaptação da chamada Directiva "Televisão sem Fronteiras" – Directiva TSF – assinada em 3 de Outubro de 1989, a qual tem uma série de implicações directamente ligadas com os objectivos da nossa plataforma.

Reprodução do *ponto 1 do artigo 2º A da Directiva 89/552/CEE “Televisão sem Fronteiras”* alterada pela *directiva 97/36/CEE* do Conselho da Europa, transposta na *lei do Estado Espanhol 25/1994 de 12 de Julho*, modificada pela *lei 22/1999 de 7 de Junho*, ratificada em 9 de Abril de 2001 – com dois anos de atraso segundo o pactuado.

“Os Estados membros assegurarão a liberdade de recepção e não colocarão entraves à retransmissão nos seus territórios de emissões de radiodifusão televisiva provenientes de outros Estados membros por razões que caiam dentro dos domínios coordenados pela presente directiva.”

Segundo os textos de ambos os documentos, a realidade nos média galegos após 15 anos deveria ser bem diferente à actual. Basta ler o relatório feito por peritos para o Conselho da Europa.

Reprodução íntegra da questão 961 do apartado tal do *Relatório do Conselho da Europa sobre o cumprimento da Carta Europeia para as Línguas Minoritárias ou Regionais no Estado Espanhol* com data de 21 de Setembro de 2005 que se refere ao ponto 2 (A) do artigo 11 da Carta.

“O Governo Espanhol não comentou nada sobre a recepção na Galiza de programas de rádio ou televisão em português. O Comité de Peritos só recebeu informação limitada sobre este apartado, porém considera que este apartado está completado”

Este tipo de conclusões são frequentes em todo o relatório e não só no apartado do galego, mas também em apartados de outras línguas.

Com estes três textos já podemos ter uma visão geral do objectivo primário e das travas ou facilidades legais às que se expõe mas cumpriria fazer referência ao *Estudo Jurídico* feito por Luís Magarinhos disponível na página da plataforma www.tvspnagaliza.tk.

4. EXEMPLOS REAIS: A BÉLGICA E A SUÍÇA

A hipótese que a União Europeia propõe não é nada que não fosse já posto em prática. A realidade é que tanto dentro como fora da União já se produziu antes e depois de serem redigidos ambos documentos sem necessidade de nenhuma promoção desde instituições europeias.

Na Suíça, provavelmente o país mais avançado em termos de sociolinguística aplicada, recebem-se livremente emissoras de rádio e televisão da Alemanha, da França, da Áustria e da Itália. A Suíça está dividida administrativamente em cantões. Com o passo do tempo esta divisão coincide quase exactamente com a distribuição linguística actual. Nos quatro cantões mais ocidentais fala-se francês, nos nove centrais alemão, a língua maioritária da Suíça e nos dois restantes, os que ocupam a esquina suloriental, fala-se romanche e italiano.

No decénio de 80 do passado século começaram a emitir em aberto as principais emissoras de televisão da França e da Alemanha para favorecerem o sentimento de unidade linguística e darem um serviço que os países não eram capazes de gerar por si mesmos. O sucesso do experimento foi tal que com o tempo adicionaram-se mais emissoras e abriu-se a possibilidade às emissoras italianas. Aliás as empresas com maiores possibilidades começaram a oferecer informação exclusiva de e para a Suíça e foram criados programas específicos. Hoje em dia são incontáveis as emissoras não nacionais que emitem no país.

Um caso mais próximo e mais interessante é o da Bélgica, já que como Espanha e Portugal é membro – aliás fundador – da União Europeia. Na Bélgica produzem-se duas circunstâncias que diferem enormemente do que ocorre cá na Galiza.

A situação sociolinguística da Bélgica é algo mais simples que a da Suíça. Basicamente a região norte, Flandres, é de fala neerlandesa, dialectalmente denominada flamengo; a região sul, a Valónia, é de fala francesa, dialectalmente conhecida como valão (omitimos as regiões de contacto linguístico).

Aliás, na zona limítrofe com a Alemanha fala-se alemão – e é oficial em todo o Estado –, embora os alemães são um grupo minoritário a respeito dos dois anteriores. Pode ver-se rapidamente o paralelismo, nomeadamente, com o alemão: o português

falado na Galiza, dialectalmente conhecido como galego é um dos quatro idiomas oficiais do Estado Espanhol.

A primeira das circunstâncias especiais da Bélgica é que as emissoras públicas emitem nos três idiomas oficiais do Estado sem que nenhum dos três prevaleça sobre os outros. A segunda é que existem emissoras transfronteiriças para os três grupos de falantes e como na Suíça atingiram produção própria devido às altas quotas de audiência.

5. VIABILIDADE TÉCNICA

Uma vez vista a possibilidade de uma emissora transmitir legalmente além fronteiras estatais e de comprovar dois casos reais, recentes e com uma casuística bem parecida à galega, surgem as dificuldades técnicas que pode produzir a retransmissão radioelétrica dum canal de televisão ou rádio. De forma didáctica iremos expondo e resolvendo cada um dos impedimentos que se puderem produzir.

Comecemos pelos já resolvidos. A questão legal seria um dos impedimentos primários, mas como se comentou no ponto 2 o quadro jurídico europeu não impede que a emissão transfronteiriça se produza, pois é promovida legal e institucionalmente tanto se houver ou não motivos linguísticos pelo meio.

Junto à legalidade estrita pode aparecer o problema, também jurídico, da publicidade, mas já houve pronunciamentos do Tribunal de Justiça Europeu que apoiam a tese da retransmissão transfronteiriça sempre que as emissões tanto correntes como publicitárias cumpram as leis de âmbito estatal do Estado receptor tais como o são as de protecção do menor.

O seguinte ponto que poderia ser um contratempo é o do comprimento e a excessiva ocupação do espaço radioelétrico do Estado Espanhol. Mas não é o caso. Na Espanha existem actualmente –em 2006 dois tipos de emissão, analógica e digital, tanto para rádio como para televisão. Recentemente foi ligeiramente ampliado o número de licenças analógicas – é importante dizer que a emissão analógica de televisão vai ser eliminada em 2010– e aberta a venda de licenças de emissão para a rádio e a televisão digitais. Para os canais portugueses retransmitirem na Galiza é

importante a aparição da emissão digital, pois no espaço que ocupa um canal analógico de televisão podem ser introduzidos quatro ou cinco digitais, de facto a licença base para o formato digital é de quatro canais por emissora e não de um. Aliás, os chamados tecnicamente “canais” são colocados, no formato analógico, adjacentes com um canal vazio no meio por motivos de segurança enquanto a interferências. No caso digital este espaço não é necessário graças à precisão da emissão. Pode ser referido também o facto de que canais sem licença estão a emitir nestes canais intermédios sem causarem nenhum problema de emissão e sem que as autoridades fizessem nada por eliminá-los.

Surge assim a hipótese de que – as três empresas que emitem os quatro canais no espaço público e estatal da televisão portuguesa – ano 2006 – obtenham uma licença própria para assim evitarem qualquer tipo de atraso legal que puder provocar a oposição do governo do Estado Espanhol num suposto de isto se produzir.

Esta hipótese perde importância ao recordarmos o ponto 2 sobre a legalidade europeia. Não é necessário que uma empresa extraestatal sufra os requisitos próprios de um concurso de licenças radiotelevisivas, mas apenas a exigência de cumprir a legalidade estatal vigente.

Tornando ao fio da exposição, o problema de espaço radioeléctrico só afecta directamente à televisão enquanto o espaço reservado para a radiodifusão na Galiza está suficientemente vazio para que isto não supor nem sequer uma preocupação.

Seguindo uma ordem semelhante ao caminho que leva um sinal desde onde for gravado a onde for ouvido ou visto, o seguinte passo seria a emissão física do sinal. Para isto são necessários uma série de “repetidores” – antenas para a repetição do sinal – que recolham o sinal vindo duma estação anterior, o processem e o reemitam ao território que lhe for assignado. Existem dois tipos básicos de “repetidores”: os que só emitem sinal a uma zona concreta e os que, aliás, enviam o sinal a outro repetidor para que este o utilize também. Então cria-se uma hierarquia de repetidores do sinal ao qual por singeleza não adicionamos os satélites já que a proximidade entre a Galiza e Portugal faz desnecessário este método. Também existe a possibilidade de ligar estes dispositivos via fibra óptica e assim diminuir a perda de qualidade pela sua transmissão pelo ar e a combinação com todo tipo de interferências.

O facto é que perto – relativo à emissão de sinal radioelétrico – das zonas limítrofes entre a Galiza e Portugal existem repetidores que poderiam conectar-se de modo que os portugueses enviassem aos galegos o sinal que estes reenviariam por toda a rede galega de repetidores. Outro ponto forte é que a maioria dos repetidores da Galiza estão sob o controlo de uma empresa de titularidade pública chamada RETEGAL S.A a qual só teria que aguardar qualquer ordem do governo galego para o levar à prática.

Sendo mais precisos, o mais singelo seria enviar o sinal – via satélite, reemissores ou fibra óptica até o centro principal de emissões radioelétricas da Galiza e desde lá seguir o caminho habitual de propagação.

6. CONCLUSÃO

Uma vez vistos os três parâmetros básicos ligados à mais do que possível retransmissão das televisões e rádios portuguesas na Galiza – linguístico, jurídico e técnico – só nos resta por expor o quarto, o político. Mas só cabe dizer que cumpre pressionar e fazer ver às instituições e aos nossos representantes públicos as possibilidades e interesses da nossa proposta.

Só é preciso ver que, enquanto na maior parte de Portugal se pode ver a televisão pública galega e os canais analógicos espanhóis, na Galiza não há nenhuma vontade para o contrário se produzir.

Tanto neste como em muitos outros problemas existentes na Galiza, estão por detrás: a) a imobilidade da sociedade, herança do medo da ditadura; e b) o desleixo dos governos estatal e autonómico enquanto atingirem realmente os problemas da Galiza. Aliás, quando se fala da língua da Galiza o desleixo torna-se mesmo em oposição.

Portanto, é necessário agir com determinação mas com prudência e pressionar, quando não exigir, que os nossos direitos sejam cumpridos.

O Dicionário Electrónico e-Estraviz

Isaac Alonso Estraviz
(Universidade de Vigo, Galiza)

www.agal-gz.org
www.agal-gz.org/estraviz

1. 0. DE NÓS A ALHENA: UM POUCO DE HISTÓRIA

1.1. Quando em 1977 terminava os meus estudos de Românicas, apesar de serem muito boas as ofertas por parte de Universidade, decidi dedicar-me pola minha conta à investigação. Queria fazer um estudo comparativo entre textos medievais da parte galega e da portuguesa para assim elaborar uma gramática e depois dedicar-me a um grande dicionário. As cousas nom correram como esperava e abandonado o primeiro projecto por falta de meios como os que há hoje, entreguei-me de cheio ao dicionário.

1.2. Um dia apareceu pola minha casa Ramon Akal pedindo-me um dicionário galego-espanhol. Eu neguei-me a esse tipo de dicionário e ofereci-lhe outra hipótese, um dicionário galego em galego. Cristina, sua mulher, apoiou a minha ideia e ficamos em que iniciava o trabalho com uma equipa imediatamente. Ele comprometera-se em pagar-me mensalmente uma quantidade para poder dedicar-me a tempo completo ao labor encomendado. Estávamos a primeiros de Junho de 1979. Reuni-me em Santiago com um grupo de pessoas para expor-lhes o projecto e ver com quem podia contar. Depois de várias viagens e quando já estávamos em andamento Akal nom dava sinais de vida. Apareceu por Madrid Bieito Ledo, gerente de Galáxia, falamos do trabalho e ele tomou muito interesse e inclusive me ofereceu melhores condições económicas. Foi entom que lhe dirigi uma carta a Akal para que se decidisse de uma vez ou se nom rompíamos a palavra dada. A sua resposta foi que nom lhe interessava.

1.3. Eu queria empregar na elaboração do dicionário uma ortografia próxima à portuguesa, como a do actual e-Estraviz, que já vinha empregando, como posso provar em escritos de Fevereiro e setembro de 1978, mas foi impossível no contrato verbal com Akal e depois no escrito com Galáxia. Tinha que ser na ortografia que se estava a elaborar pola Comissom de Linguística. Como nom havia outra hipótese, aceitei com a condiçom de que entre parêntese iria a ortografia histórica. Deste jeito achava que podia salvar a minha dignidade de filólogo. Nisto tive reparos por parte de algum dos

colaboradores que depois aceitaram sem o discutirmos mais. E assim foi aceite por Ramom Pinheiro que naquela altura tinha certa simpatia para os portugueses e mesmo sentia um grande orgulho de ter conseguido que a literatura galega tivesse cabida no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*¹. Inclusive me salientava como o adjectivo Galega estava antes do que Brasileira. Um dia chegou a contar-me, cheio de alegria e orgulho, que estivera no Brasil proferindo uma palestra perante um grande auditório. Ele falava em galego. Depois de hora e meia de estar falando em galego um dos ali presentes pediu-lhe que lhes falasse um bocadinho em galego para ouvir como soava! O interveniente achava que estivera a falar em português e eu – disse-me ele – estivera-lhes falando em galego durante hora e meia!!

1.4. O Dicionário ia ser publicado em fascículos, depois queriam que fosse já em volumes. Eu mesmo pedira uma ajuda à Deputação de Ourense e Victorino Nunes prometera que seria subvencionado pelas 4 Deputações, dinheiro que depois Bieito Ledo, ao rompermos o contrato, destinaria à Biblioteca da Cultura Galega de Galáxia. Ramom Pinheiro, que formara parte da comissão das Normas da Academia, não foi tido em conta na Comissão de Linguística e sim Vidám Torreira que ele rejeitara nas anteriores, sentiu-se molesto e, ainda que não estava de acordo com os do ILC, passou-se a eles e a partir de aí os problemas para o Dicionário acrescentaram-se. Pediu-me encarecidamente que se suprimisse a ortografia entre parêntese para seguir adiante com o Dicionário e aconselhou-me que fosse ter com Constantino Garcia para adaptar o Dicionário à norma que estavam elaborando. Senti-me muito ofendido, pois não podia submeter-me ao critério de um estrangeiro que, além de tudo, sempre foi castelhano-falante. Afinal decidi romper com eles, coisa que não esperavam e contratar com Francisco Fornos Seijas um jovem editor que estava a publicar bastante material e que se estava a arriscar demais como lhe disse uma vez que falei com ele augurando-lhe já que se seguia por esse caminho terminaria falindo, como assim foi. A Editora chamava-se NOS, segunda sílaba do seu apelido Fornos. Num primeiro momento os galácticos exigiam que se lhe devolvesse o dinheiro adiantado, mas depois ao verem que a coisa ia a sério Bieito Ledo pediu-me o 18 % de juros, escrito que assinei comprometendo-me a pagar num ano. Mas Pinheiro decidiu finalmente que não se cobrassem juros e rescindiu-se o contrato. O problema foi que eu não lhes exigi a devolução de todo o material entregue e que Bieito Ledo aproveitaria imoralmente para um que ia publicar ele em *Ir Indo*, ao sair de gerente de Galáxia,

com a ajuda de um dos colaboradores, José Feijó que, de furibundo lusista passou a isolacionista simplesmente por um prato de lentilhas como lhe disse em publico. Este gajo tentou enganar-me e escreveu-me uma carta dizendo que estava a elaborar um dicionário de sinónimos e pedia-me que lhe enviasse o resto do material. Pobre homem!!

1.5. O Dicionário NOS ia ser um dicionário de cinco volumes profusamente ilustrado. Em 1983 saiu o primeiro volume estando previsto os outros quatro para Fevereiro de 1984. Foi muito bem acolhido. Mas a editora faliu.

Os meus colaboradores eram: Luís Cambeiro Cives, Xosé Manuel Enríquez, Xosé G. Feixó Cid (o traidor), Manuel Ferreiro Fernández, Maria do Carmo Garcia Pereiro, Anxo González Guerra, Xosé Luís Grande Grande, Vitória Ogando, Tareixa Roca e Xavier Rodríguez Baixeras. Eu escolhi o léxico, fiz um exame rigoroso e rejeitei grande parte do léxico que estava nos dicionários galegos mas que nom era galego ou que era galego arcaico em desuso. Foi um trabalho ímprobo, pois aos colaboradores iam-lhe já indicadas as palavras e as fontes onde deviam de ir, fiz grande parte dos verbetes, corriji e completei o material que me ia sendo entregue, sendo todo ele novamente redigido. Mesmo assim os tipógrafos fizeram das suas e ficaram mais gralhas do que se esperava.



1.6. Uma vez que a empresa faliu passamos muito tempo em entrevistas para solucionar o problema do Dicionário. Primeiro com o editor do primeiro volume, depois com o impressor da Grande Enciclopedia Galega, Silvério Cañada, que me fez perder muito tempo para afinal exigir-me que tinha que o passar à “normativa oficial”.



Mandei-o a passeio. Houve uma proposta por uma editora catalana, Artel, que rejeitei esperando solucionar as cousas de outro jeito. Depois foram ter comigo a Ferrol uma empresa de Saragoça junto com outra da Corunha, que o viram muito bem, mas que

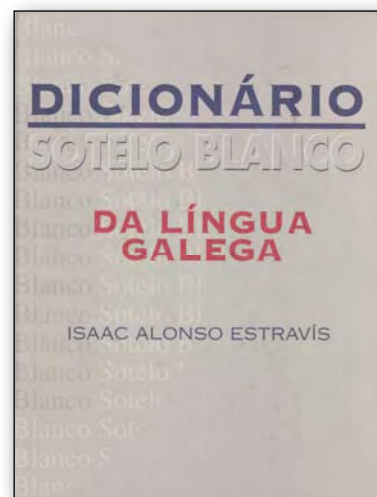
depois nom se entenderam. Intentei-o com Anaia de Madrid que falaram com Xerais de Vigo e nom lhes interessou porque estavam a trabalhar na tradução do Anaia a galego. Afinal nada. Como o tempo estava a correr, decidimos criar uma nova editora, Alhena. E sem o pensar vi-me como autor e editor de um dicionário com um custo superior a vinte milhões de pesetas, estando na miséria!! Os membros da editora éramos: eu no desemprego, uma licenciada em Românicas de Málaga também em desemprego e um senhor de Toledo reformado. Depois havia outro pessoal: Dámaso Gutiérrez, diagramador, António Montero fotocompositor. Entram em jogo também outras pessoas que deviam dinheiro ao fotocompositor. O Dicionário organizou-se num tamanho superior, menos ilustrações, e em três volumes. Sairam os três volumes a finais de Agosto, primeiros de Setembro de 1986. Na primeira semana recuperou-se bastante dinheiro, seis milhões de pesetas, mas como o fotocompositor devia dinheiro por toda a parte esse dinheiro entrava e nom se via. Afinal, e para evitar entrar na cadeia por dívidas, malvendeu bastantes colecções ao distribuidor Manuel Ferreiro natural de Lugo e com domicílio em Santiago, a quem se lhe tinha dito que nom lhe vendesse nada, pois nom lhe pagaria. Vendeu-lhe os três volumes a 5.000 pts quando a venda ao público era de 25.000. Afinal cobrou só a primeira letra e quando fui eu um dia a Santiago para ver que se lhe podia embargar, comprovei que pesavam sobre os seus bens imóveis três embargos.

1.7. Uma vez publicado começamos a fazer algumas apresentações. Copio o que se disse na apresentação deste dicionário: “Trata-se do mais completo, voluminoso e melhor apresentado dicionário galego dos publicados até ao presente. Está editado na ortografia comum, indicando entre parêntese a reintegrada. Contém: 130.000 verbetes (naquela altura nom era fácil contar as entradas, em realidade andava perto das 110.000, um milhom e meio de definições, com todos os termos genuinamente galegos e quantos pertencem ao mundo científico, exemplos da língua quotidiana, locuções, refraes, palavras afins, sinónimos, antónimos, etimologias, resumos gramaticais e conjugações de verbos regulares e irregulares, um pequeno resumo dos acontecimentos mais importantes da história da Galiza, 144 lâminas a toda cor, mapas dos 5 continentes e outros particulares, acidentes geográficos galegos: rios, rias, sistemas montanhosos, alturas geográficas e nomes dos municípios galegos, etc.” Naquela altura, Manuel Lombao, meu amigo de Madrid, era director da TVE em Santiago e pediu-me para apresentar o Dicionário na TV. Fui, mas a verdade dita fez

que nunca mais me chamassem. Foi a primeira e última. Na galega nem sequer a primeira. Manuel Alvar publicou um artigo muito elogioso em *La Voz de Galicia* e fez-me um formoso prólogo para uma segunda edição que não chegou a sair por toda uma série de problemas com o fotocompositor.

2.0. DO SOTELO BLANCO AO E-ESTRAVIZ

2.1. Uma vez esgotado o Dicionário de três volumes e não reeditado, Sotelo Blanco pôs-se em contacto comigo para fazer um dicionário manual. Os problemas de sempre: que o dicionário tinha que ir na “normativa oficial”. Neguei-me. Passaram meses e telefonou-me para me dizer que queria o dicionário nas condições em que estava. Em 1995 saiu o Dicionário num só volume com 87.000 verbetes. Teve também os seus problemas por não estar na “normativa oficial”.



2.2. Na Galiza o valor de um livro não está na sua qualidade mas na norma que se empregue. Por isso todos eles têm “Dicionário normativo” e isto é o selo de autenticidade. Tudo o que esteja em norma que não seja essa está automaticamente desqualificado. A Editora sofreu também o terem nela a um membro do ILG. E o não saberem promocioná-lo como faziam com outros livros. Nem sequer souberam aproveitar o momento em que se aprovou a ortografia de 2003, que é quase aquela na que está escrito e deixaram passar o tempo para que aparecessem novos dicionários normativos. Em realidade para esta gente o estar ou não uma obra em normativo depende muito da pessoa que assine o trabalho, pois Méndez Ferrín que odeia os lusistas não escreveu nem escreve nunca nessas normativas que defende e que quer obrigar os lusistas ao seu emprego, o pobre homem o único que faz é perder o tempo disparatando contra os lusistas, que para ele somos uma das piores pestes.

3.0. DICCIONÁRIO ELECTRÓNICO E-ESTRAVIZ

3.1. Em 2004 a equipa do Portal Galego da Língua, a melhor das páginas em galego de internet, propôs-me adaptar o Sotelo Blanco à norma Agal para publicar no

PGL. Pareceu-me uma ideia genial e a única hipótese de que o dicionário fosse afinal na ortografia que tanto desejara. E depois de 25 anos vi-me finalmente livre para elaborar um dicionário galego numa ortografia digna!!

3.2. Pusemos mãos à obra e num ano estava tudo completado. Suprimiram-se alguns verbetes que nom se consideraram galegos, modificou-se alguma definição, e introduziram-se novos vocábulos, corrigiram-se gralhas. O Dicionário Electrónico e-Estraviz conta hoje com 91.029 verbetes que em breve subirá a 115.000. Uma das pessoas que mais trabalhou e fez possível este Dicionário foi o Director do PGL, Vítor Lourenço Peres. A equipa estava constituída polas seguintes pesoas:

1. Direcção e revisão geral: Prof. Isaac Alonso Estraviz
2. Correção e adaptação ortográfica: Sabela Agrelo Castro, Jesus Miguel Conde Llinars, Mário Herrero Valeiro, Raquel Miragaia, André Outeiro, José Manuel Outeiro, José Henrique Peres Rodrigues, Manuela Ribeira Cascudo, Valentim R. Fagim, Miguel R. Penas, José Maria Rodrigues, José Luís Valinha, Fernando Vázquez Corredoira.
3. Coordenação e informática: Vítor Manuel Lourenço Peres.

3.3. A estrutura deste dicionário é a seguinte:

Como bom dicionário manual, o e-Estraviz possui o léxico mais fundamental e mais completo possível, quer dos ramos científicotécnicos quer das expressões mais populares. Por isso, inclui abundante léxico científico e popular de mais uso. No entanto, faltam muitas variantes e localismos, que os seus utentes podem empregar com pleno direito por serem tam galegas como as que estão incluídas.

Este Dicionário vai destinado para ser utilizado por toda a lusofonia, mas, nomeadamente, pola cidadania galega. Aliás, é válido para aqueles que se dizem seguidores de uma norma "isolacionista" (na realidade, ainda hoje nom há um "Dicionário Normativo Oficialista" a este nível).

A respeito da norma empregue, seguiram-se uns critérios que tentam nom marcar muitas diferenças com a norma padrom portuguesa, mas que mantêm formas próprias reconhecidas como históricas do galego na norma Agal.

Assim, a modo de exemplo, mantêm-se os galeguismos: *ám, om, polo, pola, polos, polas, te/che (cho, cha, chos, chas), cousa*, e o léxico galego. De resto atém-se ao padrom de Portugal (algumas destas formas já aceites pola norma da Agal, como os plurais em *ões*), do que salientamos: *ões, afã, manhã / mão, irmão, uma, alguma, nenhum, nenhuma*, formas verbais, *â* travado por nasal, *homem, ordem / sémen, pólen, sim, assim, comeu-o, a, os, as, pássaro* (mantem-se, porém, *páxaro* como variante galega remetendo para a forma comum).

4.0. COMO PROCURAR NELE AS PALAVRAS?

4.1. O dicionário está elaborado em norma Agal, como se disse anteriormente, mas serve para procurar as palavras em três normativas diferentes: se quer procurar em norma Agal ou portuguesa, tem que aparecer debaixo de pesquisar [*Acesse aqui para pesquisa compatível com ortografia ILGRAG*] entom escreve, por exemplo **Naçom** ou **Nação**, clica em *Vá!* ou dá-lhe a retorno e vai direitinho ao verbete **Naçom** e aí encontra tudo o que há nesse verbete. Mas se quer procurar na chamada normativa ILG-RAG, tem que aparecer no lugar anterior [*Acesse aqui para pesquisar só com ortografia galegoportuguesa*]. E aí escreve as palavras nessa ortografia na forma que for ou numa das variantes. Por exemplo, escreve **Xente** e clica em *Vá!* ou dá-lhe a retorno e vai a **Gente**. Se a palavra admite duas variantes, como **Nazón** ou **Nación**, escreve uma delas e vai a **Naçom**.

4.2. Se o que quer procurar é uma palavra **exacta** escreve essa palavra e clica em *Vá!* e aparece essa palavra excepto que nom seja galega ou esteja mal escrita. Se quer procurar palavras que comecem por uma sílaba escreve no lugar correspondente tendo na respectiva casa **começar com** e vam aparecendo os verbetes de dez em dez até que se terminem. Quando nom se conhece exactamente uma palavra este meio ajuda à sua procura. Quando quiser conhecer aquelas palavras que terminam com uma determinada sílaba escreve no lugar correspondente, tendo na respectiva casa **acabar com**. O processo é o mesmo que o anterior. Se o que quer é um vocábulo que contenha uma determinada sílaba, põe-se em **contém** e aparecem as palavras que têm essa sílaba, que pode ser no início, no meio ou no final.

5.0. A BRINCAR COM O E-ESTRAVIZ!

5.1. Quando alguém quiser jogar com as palavras vai **A brincar com o e-Estraviz** e escolhe um dos três jogos que prefira. O **Trivial e-Estraviz** é o mais completo. Se entra nele vá encontrar uma palavra e quatro definições. Tem que clicar numa delas. Se clicou certo vai sair um boneco que lhe diz: **Muito bom! É correcto!** Se errou sai o boneco que lhe diz: **Lamento imenso! Errou!** e ao mesmo tempo lhe indica qual a definição correcta.

5.2. Pode tentar fazê-lo com **Falsos Amigos**. Falsos amigos som palavras comuns a dous idiomas mas com significados diferentes. De momento há 10 níveis e cinco perguntas em cada nível. Aparece uma pergunta com três respostas das quais ha que clicar uma. No caso de acertar sai o boneco e diz: **Deu no alvo!!!** No caso de errar sai o boneco e diz **Falhou!!!**

5.3. **Analogias**. Em analogias há também 10 níveis e cinco perguntas em cada, tendo cada pergunta três respostas das quais só uma é verdadeira. Ao clicar numa delas, se é verdadeira o boneco diz: **Acertou!!!** Se é falsa diz o boneco **Errou!!!** Mas tanto neste caso como nos anteriores sempre se sai ganhando porque se a resposta é errada aparece imediatamente a resposta correcta.

¹ Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, Figueirinhas, 1960

Afinidades do folclore Galaico-Português: introdução à historiografia do folclore galaico-português

José Luís do Pico Orjais

«Sob este ponto de vista as tradições populares da Galiza são do mais alto interesse; a Galiza é a província mais duramente submetida à unidade política e mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ela resiste pela sua tradição lírica, em que conserva a sua ficção étnica e esse espírito local a que chama soidade, espécie de nostalgia que em Madrid se denomina a morrinha galega. Em relação à nacionalidade portuguesa, a Galiza é um fragmento que ficou de fora da integração política de um Estado galecio-português, desmembrado pelo interesse de Afonso VI para fazer o casamento das suas duas filhas com Raimundo e Henrique de Borgonha. A Galiza seguiu a sorte da unificação asturo-leonesa, perdendo cada vez mais os seus elementos de cultura e de vida nacional; Portugal pela sua autonomia de nação, desenvolveu uma língua e literatura, arte, indústria e a grande acção que o tornou um dos primeiros povos coloniais, e o iniciador da actividade pacífica da Europa. Tendo-se estudado as tradições portuguesas nos seus centros provinciais, Beira-Baixa, Algarve e Minho, Alentejo e Trás-os-Montes, e nas suas expansões coloniais dos Açores, Madeira e Brasil, este estudo não seria completo sem o conhecimento das fontes primordiais ou arcaicas conservadas pela Galiza, como foco da antiga unidade galecio-portuguesa» Teófilo Braga. Cancionero popular gallego. Librería de Fernando Fé: Madrid, 1885. p. IX-X

Como pode apreciar-se no texto do mitólogo português o tema das afinidades do folclore da Galiza e Portugal vem de longe e nalguma época chegou mesmo a ser um tema recorrente. São numerosos os escritores de além e aquém Minho que se perceberam da íntima relação nos nossos costumes, os nossos trajos, os nossos cantares, etc.

Todos eles, baseando-se na observação, na intuição, no método comparativo, fornecendo dados históricos por vezes pouco contrastados, tópicos pouco credíveis e nalguns casos, até excelentes trabalhos de investigação, foram criando um corpus literário que acho de grande valor e que algum dia devera de ser publicado como colectânea num único volume para uma consulta doada.

Vou tentar não comentar em excesso os diferentes autores e as suas obras, já que o espaço deste relatório não me vai permitir um falar pelo miúdo, pelo que me conformarei com apresentar alguns parágrafos que julgo representativos de cada quem.

Aqui não vai ser exposta a obra de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, dada a importância da produção destes dois vultos das nossas letras, mas sim quisera citar tão só o artigo de D. Carolina, de imprescindível leitura, intitulado «*Vestígios de poesia popular gallego-portuguesa arcaica. Sua semelhança com as modernas cantigas do*

povo. Seu influxo provável na poesia trovadoresca». In Cancioneiro da Ajuda. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1990

ALBERTO AUGUSTO DE ALMEIDA PIMENTEL

Em 1905 saía do prelo o livro *As alegres canções do Minho* do estudioso português Alberto Augusto de Almeida Pimentel, nascido em 1849 e que faleceu em Queluz em 1925.

Neste estudo do folclore minhoto Pimentel tenta interpretar «o comportamento e mentalidade das populações do Alto Douro e do Minho, realizado através da análise do seu cancioneiro popular.» O intento está cheio de tópicos e passagens míticas além dum, por vezes, excessivo ardor religioso e anticomunista, contudo não carente de interesse.

O verdadeiro estudo dum folclore não reside no aspecto puramente formal, plano no que sempre ficam os trabalhos na Galiza acometidos, senão na análise da psique da sociedade que gera determinado folclore.

A cultura tradicional constrói-se em ordem a uma forma de seu da população que o diferencia do resto das sociedades, e que mesmo estimulada pelos mesmos incentivos, responde de jeito diferente. Acho que foi Ionescu, compositor do nacionalismo romeno, quem falou da diferença entre carácter e estilo. O estilo era algo mudável pelas modas, o carácter referia-se ao carácter popular, e algo não imposto e substancial duma sociedade.

Pimentel parece querer estudar o folclore através do carácter e só isto já faz de *As Alegres canções do Minho* uma leitura muito recomendável.

O primeiro capítulo tem um título sonoro e significativo: «Génese das canções.» O autor do Porto faz comentários muito reveladores nada mais começar:

«O Minho, a província mais setentrional do país, deve servir-nos de tipo na caracterização psicológica do povo do norte.

Foi nesta província que primeiro pulsou a alma portuguesa. Foi aqui, numa nesga de chão desmembrado da Galiza, que se desenrolaram os mais remotos preliminares da nossa independência. É, portanto, aqui, que devemos procurar os vestígios primitivos desse espírito de

nacionalidade, que depois de nos ter feito livres nos tornou grandes» p. 5-6

A respeito da psique galaico-minhota diz:

«O minhoto é meio galego na pronúncia, no amor ao trabalho, na passividade sofredora, na garridice do trajo, no gosto pelo canto, na aptidão para a música, na ingenuidade primitiva dos instrumentos que tange, na devoção fervorosa aos santos da corte celeste, no entusiasmo pelas romarias, no respeito às autoridades locais e, ainda, no seu desinteresse pelos negócios gerais do Estado, ao qual se reconhece esmagadoramente ligado por duas pesadas grilhetas: o escrivão de fazenda e a lei do recrutamento.

O minhoto é tão feliz quando rufa num tambor ou arranha numa viola chuleira como o galego quando assopra numa gaita-de-foles: mas um e outro tem horror igual perante o aviso da décima, e o mesmo ódio pela lei que vem arrancar-lhes os filhos para o serviço militar.»

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

De todos os estudiosos das afinidades do folclore galaico-português, quizá o que em maior medida aprofundou dando as claves para futuros estudos foi D. Fernando de Castro Pires de Lima.

- *Afinidades Galaico-Minhotas do Cancioneiro de São Simão de Novais*. Viana do Castelo, 1934
- *Afinidades Galaico-Minhotas no Cancioneiro Popular*. Santiago: Nós, 1931.
- *Nova contribuição para o estudo das afinidades galaico-portuguesas do cancioneiro popular*. Madrid: C. Bermejo, 1947. Publicado na «Revista de Dialectología y Tradiciones Populares», Tomo III, 1947, Cadernos 3º e 4º
- Um artigo acerca do romanceiro galaico-português publicado nas actas da 1ª e 2ª Assembleias galego-lusitanas celebradas em Braga em 1967.

O primeiro dos livros no que trata sobre afinidades começa com uma recomendação, influído pelo texto de Teófilo Braga que líamos ao princípio: «que se façam trabalhos comparativos entre Portugal e a Espanha e nomeadamente entre

Portugal e a Galiza, assim como também do Brasil». Por tanto vai ser um exercício de comparação pelo que há de chegar à conclusões muito claras:

“Ao percorrer as páginas do Cancioneiro Popular Galego de Ballesteros, surpreende-nos a semelhança, a quasi identidade entre a poesia popular galega e portuguesa. E assim é de facto. Com pouca diferença se canta, quer no Minho, quer na Galiza o mesmo cancioneiro.”

Logo vem uma série de 60 quadras portuguesas aproximadamente das que põe ao lado outras tantas galegas, tiradas de *Cantigas populares da Arousa*, de Bouza Brey.

Também com o mesmo sistema de pares de quadras confronta cantigas por ele recolhidas em Portugal com outras galegas que Antón Fráguas Fráguas usou para ilustrar uma conferência sobre a morte na Galiza.

Começa aqui uma importante reflexão que deveria mudar o jeito de estudar a poesia tradicional, não tanto pela sua forma senão pela atitude psíquica que move à criação duma cantiga e que eu simplifico chamando **“o tópico”**.

No seu livro publicado em 1947 F. Castro Pires de Lima aborda já em profundidade o tema das afinidades desde esta perspectiva. Em 1923 ele diz: «que algumas cantigas podiam ser ouvidas com maior ou menor variante nas diversas províncias de Portugal e até na Galiza, vê-se que é bem insignificante a diferença da língua, dos costumes e dos sentimentos dos dois povos que o rio Minho separa.»

Não é um problema de métricas, de melodias, de sotaques ou de ritmos, é algo que vai mais lá, algo que tem a ver com o mais íntimo da nossa personalidade como povo ou como diz D. Fernando: «a alma e a paisagem do povo galego é idêntica à alma e à paisagem do Minhoto.» Na procura de definir essa alma, acomete o professor português a análise da poesia de Rosalia de Castro. Talvez os mais importantes comentários sejam os que faz sobre a saudade.

«Palavra que nenhuma raça entende, que nenhum outro povo sente e que nenhuma outra língua sabe traduzir tão doce sentimento. Um dia nasceu a saudade num coração português porque só a alma portuguesa pode sentir tão complexa emoção. Evidentemente, não considero a Galiza e o Brasil povos diferentes do povo Português.»

Além das quadras recolhidas dos Cantares Galegos, elege outras dos cancioneiros de Ballesteros, e de *As ribeiras do Tea* de Bouza Brey ou do *Cancioneiro de Noia* de Álvaro de las Casas entre outros.

Citando a Bouza Brey :

«Entre os cancioneiros da Galiza e Portugal, que não entanto tenhamos que contempla-los baixo um ponto de vista geográfico como separados, não são senão dois aspectos dum mesmo e grande cancioneiro.»

SANTOS JÚNIOR

Santos Júnior é, junto com Fernando de Castro Pires de Lima, um dos autores que mais e melhor compreendeu o tema das afinidades. Num primeiro trabalho de 1929 publicado no Porto, já o mestre português oferecia um cabeçalho significativo: *Afinidades galaico-portuguesas de Folclore*.

Tanto nesta nota como na publicada posteriormente em 1932, o estudo fundamenta-se em que dada a origem comum, e uma actividade psicológica idêntica, as resultas têm também de ser idênticas:

«A maior ou menor semelhança, e por vezes identidade, que se observa ao comparar as cantigas populares do norte de Portugal, e em especial do Minho com as da Galiza, deve ter para alguma delas a sua remota origem comum.»

Mas se assim sucede nalguns casos, noutros muitos o que há é identidade de conceito, analogia de temas, e as mesmas preferências na escolha de determinados assuntos, o que nos revela que estes dois povos peninsulares têm as mesmas inclinações e tendências, consequência lógica da sensibilidade e gostos semelhantes, ligados com ideias morais afins.

A linguagem do coração, na sua espontaneidade, une insolúvelmente aos dois povos, mais poderosa do que as rígidas muralhas que as condições sociais e políticas ergueram a separa-los.»

Noutro interessante texto, o próprio Santos Júnior faz um estudo dos Cantares de Rosália de Castro chamado *Os cantares e o povo galego em alguns aspectos da sua Etnografia de há cem anos*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1969. Este livrinho é uma

interessantíssima aproximação às raízes mais profundas do nosso país sendo, ao mesmo tempo, às do povo português, a través da obra da poetisa padronesa.

Os *Cantares* são o fio condutor e o estudo, um modelo muito válido para futuros trabalhos de investigação antropológica, revisando a obra dos escritores galegos do século XIX.

A relação entre Santos Júnior e Bouza Brey não remata nas comparações dos cancioneros da Ribeira do Tea e da Arouça com os cancioneros do Minho, já que em 1949 o académico português publica *Paremiologia Jurídica Galaico-portuguesa*. Esta é uma colectânea de refrões em «relação mais ou menos directa com o Direito». Aqui também fica de manifesto a relação já não só literal, senão à muitas vezes citada igualdade psicológica.

GONÇALO SAMPAIO

Este professor de Braga recompilou um dos mais formosos cancioneros, limitando o seu estudo ao Minho.

Como introdução há uma colectânea de escritos onde as referências à Galiza são constantes. Quando fala das toadilhas de aboiar diz que estas nada têm a ver com os cantos de arada da Galiza, mas a seguir diz que estas toadilhas são as de maior idade de entre as de país e que se podem relacionar com a flauta de pã que segundo o próprio Sampaio:

«no Minho como na Galiza, ainda é adoptada actualmente, com o nome de gaita de capador, pelos capadores e guardasoleiros ambulantes.»

Quando trata do alalá define aos galegos de nossos irmãos e ao falar do coro de maçadeiras torna à Galiza, buscando a relação deste canto com os de aboiar nos modos arcaicos gregos.

Quanto ao vira, não deixa lugar a dúvidas: «é uma dança muito antiga exclusivamente galaico-minhota.» Acrescenta o que segue:

«Estou convencido de que os viras – que tendem a desaparecer, infelizmente representam hoje as danças de ronda mais antigas da nossa província, patenteando alguns, pela música, uma feição galiciana muito nítida e acentuada.»

VÁRIA

Nas actas da 1ª e 2ª Assembleia galego-lusitanas do 1967 publicaram-se alguns artigos intimamente relacionados com a matéria de que tratamos. Além dum estudo de Fernando Pires de Lima sobre o romanceiro galaico-português, há outros interessantíssimos que a continuação indico:

- «Os Alfaiates ou Xastres na vida e no Folclore da Galiza e Portugal» de Leandro Carré. Fala dos alfaiates na literatura popular e como o conceito é o mesmo (assim como os tópicos) tanto na Galiza como em Portugal.
- Luís Chaves escreve «Paralelismo e familiaridade entre os romanceiros português e galego». A sua comparação versa sobre os romanceiros de Leite de Vasconcelos e Leandro Carré Alvarelllos.
- Dado que é difícil sustentar um romance só galego-português fico com a ideia de Michaëlis de Vasconcelos dum romanceiro peninsular, se bem entre os romances da Galiza e de Portugal o paralelismo é impressionante, sobretudo naqueles que mais correntes foram na tradição.
- Outro trabalho quando menos curioso é o de Porfírio A Rebelo Bonito, titulado *A importância Folclórica dos Cantos de Almuadem*.
- O mais interessante dos artigos publicados nestas actas é o de A. César Pires de Lima, tio de Fernando Pires de Lima, intitulado *Cultura galaico-portuguesa*. Aqui já não estamos a falar de afinidades, identidades ou qualquer outra coisa, mas simplesmente de Cultura galaico-portuguesa. Ele faz um pequeno comentário sobre a curiosidade da origem galega na sua paróquia, S. Tiago de Areias, no Concelho de Santo Tirso, distrito de Porto.
- Como resumo a este artigo, as palavras finais:

“Há, sem dúvida, certas diferenças na pronúncia e no vocabulário dos dois povos vizinhos, separados aliás por um rio e até por um pequeno veio de água aqui, por uma simples trave mais além, e até confundidos sem fácil destrinça na vida do mesmo lugar, mas o facto não causa

grande estranheza a quem tendo percorrido as terras minhotas, pôde notar dentro da sua província, particularidades na terminologia corrente numa e noutra margem de um rio, o Ave por exemplo, quando, afinal, hoje, as separa apenas o espaço de algumas dezenas de metros”

- Há uns anos vem-se de publicar nas actas de Agal um trabalho titulado *Pequena Reflexão a algumas constantes líricas na poesia popular galega e portuguesa: relação a outras testemunhas hispânicas* de Maria Aliete Farinho das Dores Galhoz.
- Quiçá pese ao seu pequeno formato seja o mais erudito dos trabalhos acerca do tema. Também dá uma comparação lado a lado de quadras galegas e portuguesas, mas com uma terminologia e uns comentários mais científicos e concretos. Talvez o mais importante seja uma reflexão à que não dá uma resposta clara, mas que nos é fácil intuir: como em lugares tão afastados como a Corunha e o Algarve podem dar-se quadras exactamente iguais sem existir continuidade geográfica ?

FERMIN BOUÇA BREI

Não posso rematar este trabalho sem lembrar a D. Fermin Bouça Brei, jurista, poeta, folclorista e sobretudo uma pessoa que com inigualável sensibilidade se preocupou pela problemática duma nação dividida por fronteiras artificiais.

«Entre as notas etnográficas comuns a Galiza e Portugal que sobrevivem através da artificial fronteira política, lembrando como uma mesma gente que ocupa o território da Galiza histórica estendida até ao Douro, topa-se a indumentária popular»

Como se vê o professor segue na linha dos Pires de Lima ou Santos Júnior, se bem que se achega a outros aspectos do folclore importantes, não só à lírica, como é o fato tradicional.

«O fato popular galaico-português (pois não é possível articular uma zona etnográfica vivamente caracterizada, já que não se trata senão de duas partes dum só todo.»

O conceito de região etnográfica, relacionado com o *kulturkreis* dos historiadores alemães fica perfeitamente explicado no seguinte texto:

“no costumismo, na tradição, nas práticas agrícolas, nos ritos religiosos, ainda há muito a pôr em estudo, mesmo se não precisamos, certamente de tal labor para saber que a Galiza histórica, até ao Douro, é um mesmo povo, com umas mesmas tradições e uma mesma alma saudosa.

Por estas razões no nosso trabalho não deixamos nunca de mergulhar-nos nos estudos devidos aos etnógrafos lusitanos para achar o paralelo português à prática ou à cantiga galega que nos propomos estudar, pois o método de investigação mais científico precisa neste caso que o estudo se estenda a toda a região etnográfica sem que, por simples acaso da geografia política, devam separar-se jamais as porções daquele mesmo povo colocado dum lado e do outro da artificiosa fronteira, pois a verdade científica está por cima das maquinações humanas.

As mesmas condições naturais, terra, clima, produções, no Minho e na Galiza conduzem à igualdade de costumes quando é a mesma raça a que mora nos dois territórios”.

Para rematar estas leituras sobre afinidades, um último texto para a reflexão:

“Decerto, além de as medidas antropológicas com os seus índices craniométricos não rechaçarem a originária comunidade de ambos os agregados étnicos, é evidente que a existência duma civilização uniforme nos remotos tempos pré-romanos se nos mostra nos monumentos pré-históricos, quer nos megalíticos, com os seus espólios cerâmicos e pétreos, quer na época do bronze com suas metalurgias de machados de talão, as suas espadas, quer na cultura do ferro com seus povoados castrexos, as suas citânias, as suas casas circulares, o seu onomástico comum, a sua arte decorativa de vasilhas e de vivendas, os seus deuses indígenas, os seus costumes guerreiros...

Durante a invasão romana, e no período suevo sem solução de continuidade racial, viveram galegos e portugueses do Douro para acima a mesma cultura, a mesma comunidade de esforço, com um inimigo que lhes era comum. Ao fim ficaram influídos, em análoga proporção da cultura do invasor”.

“Povos assim irmãos – diz um significado escritor lusitano – devem exteriorizar também sentimentos colectivos afins, devem viver à par, devem sentir de diferente modo a como sentem outros povos, isto é, de um modo particular e muito próprio. E assim é em verdade.”

CONCLUSÕES

Como remate ao meu relatório quisera fazer algumas reflexões a modo de conclusão. Como lusófono eu não posso entender a cultura portuguesa como uma cultura diferente da minha, a galega, senão como variantes dialectais dum único sistema que chamamos galaico-português. Isto não nos isola a respeito dos outros povos do nosso entorno peninsular e continental, mas define-nos. Como músico tradicional estou a ver esperançado uma normalização no uso do cancionero português entre as formações galegas, facto este de já longa tradição entre nós. Os grupos ou solistas musicais da Galiza incorporam ao seu repertório peças tradicionais portuguesas sem que resulte estranho, quando seria exótico que incluíssem canções espanholas. Há uma influência contínua de Portugal, mesmo nas agrupações mais tradicionais, como as pandeireteiras, e cada vez mais se acode a convívios com brasileiros ou à África lusófona. Algum dos programas de rádio ou T.V. que emitem só música em galego, não têm maior problema para incluir bandas portuguesas, sem dar qualquer explicação.

Sinceramente, acho que a música e os músicos tradicionais e folques, na Galiza, estão a dar um exemplo de normalidade até hoje impossível noutros campos da nossa cultura comum.

Integração linguística e desenvolvimento dos povos: o caso das interacções do Galego com o Português

Lino Moreira da Silva
(Universidade do Minho, Portugal)
www.uminho.pt

No mundo globalizado em que vivemos, a importância das línguas prende-se, mais que nunca, não só com a dimensão e a relevância política, cultural, sócio-económica, geo-estratégica... dos espaços onde são faladas, mas também, e em muitos casos sobretudo, com a *utilidade* que as mesmas línguas têm, nos mais diversos domínios, para quantos se servem delas para comunicar.

Isto, se liga directamente com a preservação das línguas e a formação de núcleos coesos nos espaços onde as línguas se falam, liga, igualmente, em todos os domínios, com o desenvolvimento dos povos (a integração linguística como factor de desenvolvimento).

Aplicados estes aspectos às interacções do Galego com o Português, é importante reconhecer algumas evidências, tais como: a origem comum das "*duas*" línguas, as ligações que, historicamente, elas mantêm entre si, a proximidade geográfica e étnico-cultural dos povos que as falam... relacionando-as com as outras interacções que, através da Língua Portuguesa, é possível estabelecer com povos dos cinco continentes, com as oportunidades de desenvolvimento que, entre si e com todos eles, podem ser instituídas e alimentadas.

O Autor da presente comunicação propõe-se reflectir (e propor reflexão) acerca destas realidades, focalizando em especial alguns tópicos que considera essenciais, tais como: A importância das línguas no mundo de hoje. O conceito de comunidade sócio-linguística e cultural, aplicado à Língua Portuguesa e aos povos que a falam. Afinidades do Galego com o Português e da Galiza com Portugal, e consequências a tirar disso. As interacções do Galego com o Português, como oportunidade mútua para o desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho, vou referir-me, antes de mais, à importância das línguas no mundo de hoje e à cooperação e oportunidades de desenvolvimento nos espaços de Língua Portuguesa, tomando como referência afinidades linguísticas e sócio-culturais (pois estas são o fundamento principal daquilo que pretendo comunicar), para depois apresentar algumas reflexões acerca da integração do Galego no espaço do Português e as interacções da Galiza com Portugal (também por motivações linguísticas e sócio-culturais), num espírito de cooperação e oportunidades para o desenvolvimento.

Estes aspectos estão directamente ligados com a intenção que manifesto de procurar justificar que é do interesse das partes galega e portuguesa a interacção aos mais diversos domínios (tomando como referência as profundas afinidades existentes e os desafios, do presente e do futuro), e de apontar o modo como, em proposta, essa interacção poderá ser efectivada.

2. A IMPORTÂNCIA DAS LÍNGUAS NO MUNDO DE HOJE

a) Num tempo, como o nosso, em que aparece sobremaneira relevado o papel da informação e da comunicação, é natural que surja, igualmente, em destaque o papel das línguas.

Veículo, por excelência, de informação e comunicação, as línguas apresentam-se, antes de mais, como instrumento de interacção para os elementos das comunidades que as falam.

Mas as línguas não são apenas isso. Se assim fosse, seria sempre possível substituir uma língua por outra, sem que daí não resultassem prejuízos nem penalizações, para além do esforço de uma nova aprendizagem.

Não é isso que se verifica. Mais que meio de informação e comunicação, cada língua representa a alma da comunidade que a fala – consubstancia a sua identidade, a sua história, a sua cultura, as suas tradições, o seu modo de pensar e de sentir, formado e transmitido dinamicamente durante séculos.

Porque são entidades sócio-culturais vivas, as línguas exprimem a vida dos povos que as falam.

Mas a importância das línguas não se fica, ainda, por aí. Elas exprimem outras dimensões que, em cada tempo, assumem especificidades e se relacionam com as áreas mais diversas da existência dos povos – envolvendo dimensões sociais, económicas, empresariais, laborais, vivenciais...

b) Daí que as línguas não possam ser substituídas e devam ser consideradas. Por tudo aquilo que elas representam, a morte de qualquer língua é sempre uma perda inestimável.

Não obstante esse facto, vivendo nós num mundo globalizado, em todos os domínios, as línguas não se mantêm indiferentes a isso, assistindo-se a um fenómeno de concorrência feroz por predomínios e hegemonias. A pretexto de que o mundo é cada vez mais aberto e necessita de um veículo de comunicação global, passa-se por cima de tudo o mais que representam as línguas e finge-se ignorar a verdadeira dimensão do problema.

No entendimento de muitos, de que o que menos conta, no mundo de hoje, são as pessoas e as realidades que as envolvem, assiste-se ao ataque das línguas mais poderosas sobre as outras, o que faz com que os perigos para as ditas línguas menores sejam muito elevados (C. Hagège, 2001).

Há intenções hegemónicas por parte de algumas línguas, que se impõem, não por aquilo que são, mas por outras dimensões a que se associam (económicas, políticas, geo-estratégicas, tecnológicas, sociais... e até de moda).

A tendência a que se assiste vai no sentido de se instituir o domínio, a nível mundial, de uma ou de algumas (poucas) línguas de comunicação, aspirando o inglês a ser aceite, definitivamente, como língua de comunicação universal.

c) Porque as línguas não são apenas informação e comunicação, mas porque, através delas, são envolvidos os povos e a sua identidade, a sua cultura, os legados de todos os tipos que, do passado, chegaram até ao presente, é prioritário resistir a esta tendência.

Mau grado a dinâmica dos tempos de hoje, a solução para o problema passa, não pelo apagamento radical das línguas, mas pela introdução de práticas verdadeiramente *inter* e *multi* culturais (*inter* e *multi* linguísticas), que permitam uma cooperação humana em equilíbrio e equidade, respeitadora dos direitos de todos.

Impõe-se a instituição de normas internacionais (a nível de organismos reguladores da política, da economia, da geo-estratégia...) que favoreçam o

multiculturalismo, estanquem o apagamento das línguas e antes as promovam, obriguem ao respeito por todas as línguas e às suas práticas em circunstâncias de equilíbrio a definir.

Isso passa pela instituição de regras de convivência, que sem ignorar a valoração internacional a que umas línguas, mais que outras, estão sujeitas, possibilitem e estimulem a prevalência das línguas nos seus espaços geográfico-culturais.

Isso passa, necessariamente, pelo fim do monolinguismo, na escolarização, em todo o mundo, e pela definição do conjunto de línguas a considerar em cada espaço geo-cultural, garantindo-se o respeito por todas elas.

Isso passa, ainda, pela intensificação da investigação sobre instrumentos de tradução, traduções automáticas, meios tecnológicos coadjuvantes da comunicação.

Mas isso também passa, em alguns casos, por uma outra via: a associação de povos com base numa língua comum, a língua materna ou segunda que eles falam.

Aí intervém positivamente, antes de mais, o número de falantes da língua, que pela quantidade funcionarão como garantia para a sua preservação.

d) Mas uma língua não se pode credibilizar apenas pelo número de falantes que possui.

Pondo-se de lado factores hegemónicos marcados pela capacidade militarista e belicista (que o futuro terá de anular, dado o potencial de desastre e ruína em que eles tendem a mergulhar o mundo), existem outros factores que ajudarão a valorizar as línguas e a credibilizar internacionalmente os povos que as falam – nos quais se integram o potencial civilizacional e humanista, o desenvolvimento económico-social, a capacidade criativa e empreendedora, a capacidade de gerar riqueza e desenvolvimento, a eficácia das políticas sociais integradoras...

As associações de povos comunicando numa língua comum será importante, não apenas para a preservação dessa língua, mas também, e sobretudo, para a preservação daquilo que a mesma língua transporta consigo, a alma desses mesmos povos, e por

aquilo que os povos falantes dessa língua serão capazes de desencadear (para si e para o mundo), no sentido da interacção e do desenvolvimento.

3. COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS ESPAÇOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, TOMANDO COMO REFERÊNCIA AFINIDADES LINGUÍSTICAS E SÓCIO-CULTURAIS

a) O Português é falado, oficialmente, em todos os continentes. São 8 países, e ainda Macau e um sem número de comunidades espalhadas pelo mundo inteiro.

São mais de 200 milhões de pessoas, e a tendência é que esse número de falantes continue a crescer, ocupando a Língua Portuguesa um dos lugares de maior destaque entre as línguas do mundo. É reconhecido que "existem enormes potencialidades para a valorização e o aproveitamento do valor acrescentado" que esse número de falantes "pode trazer ao posicionamento internacional de todos os seus países" (MNE, 1995, p. 129).

Trata-se de uma língua comum a um número considerável de povos com um passado com fortes ligações e afinidades históricas e culturais, correspondendo a espaços de diversidade e identidades plurais (MNE, 2004 e 2006).

Daí que não se trate de uma Língua Portuguesa "estática", "uniforme", "padronizada", mas uma Língua Portuguesa (o que se aceita como natural) *marchetada*, e a *marchetar-se* continuamente, e por isso mesmo cada vez mais rica e preparada para os desafios comunicativo-representativos, que já são de hoje, mas serão sobretudo do futuro.

Ainda assim, será necessário algum esforço unificador (diria: "sintonizador"), e sobretudo a afirmação de laços de identidade e a delineação de objectivos concertados, a todos os níveis.

Também a nível linguístico, se poderá dizer, com Gil Hernández, que "é com a afirmação da unidade que se constrói a unidade; é com a procura de motivações

unificantes, e não precisamente uniformizadoras, que o processo de unidade acabará tomando corpo de firmeza (A. Gil Hernández, 2004, p.18).

b) Não pode, aqui, ser omitida, entre parêntesis, uma palavra acerca das vivências do passado, dado que as ligações e as afinidades históricas e culturais, entre os países agora ligados pela língua comum, nem sempre foram entabuladas do melhor modo. Não é ignorando essa realidade que superaremos algumas memórias negativas que chegaram até nós. Mas se não é possível recuar no tempo e desfazer erros cometidos, essa será mais uma razão para colaborarmos, com entendimentos concertados, de modo a repormos, com desenvolvimento e cooperação, hoje, aquilo que, noutras ocasiões não fomos capazes de fazer, ou não nos permitiram que fizéssemos.

c) Após séculos de relacionamento, os países de Língua Portuguesa dispõem da língua comum e das afinidades culturais que cimentaram, como elemento de coesão. Todos esses países estão em franco desenvolvimento e com um aumento populacional considerável: são velhas gerações detentoras de experiência interagindo com gerações mais jovens, dispostas a revigorar e a rasgar caminhos novos.

Aplica-se aqui um conceito de comunidade que interliga um conjunto de indivíduos e de povos, numa conjunção de interesses e deveres, de modo não identificado com a contiguidade geográfica. Será um viver *em comum*, sem habitar o mesmo território ou região, mas desenvolvendo, ainda assim, interacções do mais diverso tipo, aproximando-se do conceito de "comunidade de interesses" (M. G. Ross, 1955).

Pretende-se construir, a pretexto da língua comum e de um relacionamento ao longo de séculos, uma comunidade que saiba organizar-se, e debater e ultrapassar conjuntamente os seus problemas, e marcar, com ela, posição de relevo a nível internacional.

Esta dispersão por meios geográficos não pode ser entendida como limitadora, já que o elo de ligação depende mais das afinidades e dos interesses dos interventores do que da sua proximidade geográfica.

d) No mundo bem estranho em que vivemos, em que há o perigo real de as línguas desaparecerem, ainda que o Português se encontre salvaguardado, pela vitalidade que lhe é conferida pelas comunidades que o falam, pelo mundo fora (como língua materna ou língua oficial, língua segunda, e ainda por regiões de crioulização e regiões que pretendem estabelecer laços com o Português), ele terá de ser defendido, sob pena de correr sérios riscos, como as outras línguas, em geral.

O facto de uma língua comum ser uma mais valia para os povos que a falam, exprimindo afinidades histórico-culturais, não é suficiente. Para além disso, importa definir o que fazer com essa mais valia, o que se liga à activação de laços entre os povos, interacções consistentes e duradoiras na defesa de interesses e persecução de objectivos comuns. Importa aproveitar as oportunidades que podem advir das especificidades existentes (nomeadamente linguísticas e culturais), promovendo, através delas, a entajuda, a cooperação e o desenvolvimento.

Tal coordenação tem estado atribuída, em considerável medida, à CPLP, de quem um dos principais objectivos é "incrementar a cooperação, a todos os níveis, entre os seus membros, quer sejam culturais e económicos, sociais e científicos, quer no plano jurídico institucional", e ainda a defesa da língua comum e das culturas diversas entre si (CPLP, 1998, pp.710-711).

Da CPLP, espera-se que se afirme, interventiva e influentemente, de modo que, sem interferir com outros tipos de integração regional e local, que cada país e povo é livre de assumir conforme a sua vontade, possa responder às necessidades crescentes daqueles que representa e contribuir para um desenvolvimento equilibrado de todo o espaço lusófono, reforçando o relacionamento e a cooperação entre as diversas comunidades.

Há, todavia, um alerta a fazer, a propósito de "cooperação".

Para se evitarem confusões e mal entendidos, refira-se que, no ponto de vista que defendo, cooperação implica sempre solidariedade, espírito de entejuda, *irmanização* de interesses. O conceito de "oportunidades de negócio", tanto em moda na economia de hoje, pode significar meramente querer tirar partido das debilidades dos outros e assim envenenar esta oportunidade única de que dispomos.

Está em causa um conceito renovado de cooperação e desenvolvimento, procurando-se que, das relações económicas, sejam auferidos os melhores benefícios para todos. Por isso, em vez da expressão "oportunidades de negócio", seria mais adequado falar em "oportunidades de desenvolvimento numa perspectiva de mercado" (A. Torres, 1997, p.105), o que traduz melhor o equilíbrio que se pretende instituir.

Contrariando-se o liberalismo económico desregrado, que visa promover "alguns negócios privados e nenhum desenvolvimento" (A. Torres, 1997, p.91), antes se pretende, em total paridade, "oportunidades de negócio" para todos.

4. A INTEGRAÇÃO DO GALEGO NO ESPAÇO DO PORTUGUÊS

a) O Galego é uma língua com muita história (H. Monteagudo, 1999-a; R. Mariño Paz, 1999).

Nasce pelo século IX d. C., resultado da evolução do latim vulgar, trazido para a Península Ibérica pelos romanos, em resultado do movimento da romanização (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.11), sendo falado na *Galécia*, território que abrangia o espaço que é hoje a Galiza e o norte de Portugal.

Até ao século XVI, o Galego manteve-se estreita e naturalmente ligado ao Português. Um e outro eram a mesma língua, com origens e percurso comuns. Mas, a partir desta altura (ao que não é alheio o facto de Portugal ser país independente e a Galiza não, com todas as consequências disso), o Galego, subalternizado pelo poder central espanhol, passou a servir sobretudo em situações de oralidade, sendo substituído pelo castelhano nas necessidades de expressão culta e escrita.

Inicia-se, a partir de então, um processo de deriva linguística, entre o Galego e o Português, muito mais provocado que natural (C. Hermida, 1992).

b) Depois de algumas diligências anteriores (uma parte significativa dos galegos tem-se manifestado, periodicamente, a favor da reposição da verdade linguístico-cultural da sua língua), é sobretudo a partir de meados do séc. XIX que o Galego é

reivindicado para fins de língua culta (X. R. Freixeiro Mato, 1997, pp.53 ss.). O movimento literário e cultural do *Rexurdimento* (com Rosalía de Castro, Manuel Curros, Eduardo Pondal, Manuel Murguía...), no final desse século, assume essa mesma pretensão (R. Mariño Paz, 1999, pp.386-401), o mesmo acontecendo com a Real Academia Galega, fundada em 1906.

No período entre-guerras (1916-1936), foi dado um novo impulso ao Galego, a par do incentivo ao seu uso público (na literatura, no ensaio, no jornalismo...), e do estreitamento dos laços com Portugal.

Por exemplo, em 1918, Antão Vilar Ponte apresentou uma proposta, na Assembleia Nacionalista, no sentido de os nacionalistas Galegos solicitarem ao governo Português que se batesse pela autonomia da Galiza, com o fim de ambos os territórios estabelecerem um "regime dual", orientador de "uma grande Ibéria" (A. Villar Ponte, 1971, p. 212).

É a este período que remonta a ideia insistente da ligação do Galego ao Português, consideradas "ambas" a mesma língua (o Galego, Português da Galiza), veiculada por publicações como *A Nosa Terra* (1916-1936) e *Nós* (1920-1936), e defendida por movimentos como as *Irmandades da Fala* (1916-1931).

Em 1922, o Manifesto da Assembleia de Mocidades Nacionalistas Ibéricas defende que a Galiza tem com Portugal "afinidades de raça, de língua, de cultura e de sentimentos tão fortes, que chamam a gritos pela união dos dois povos" (R. Villares, 1997, p.198).

Também o Partido Galeguista (1931-1939) deu um forte impulso nesse sentido. A luta encetada (Ramón Otero Pedrayo, Afonso Rodríguez Castelão, Vicente Risco, Ramon Cabanillas) levou à aprovação do Estatuto de Autonomia da Galiza e empenhou-se na oficialização do idioma (H. Monteagudo, 1999-a, p.1300).

Em 1930, João Vicente Biqueira defendia a ligação do Galego com o Português como importante para a Espanha e para a *própria humanidade*, para a conservação de *uma Galiza totalmente galega, a falar Galego* (X. Vilhar Trilho, 2003).

A guerra civil espanhola (1936-1939) e a ditadura de Franco (1939-1975) trouxeram retrocesso para as intenções galegas, com a interdição do uso do Galego,

denominado "idioma de escravos", no processo de "colonización política, cultural e lingüística" (X. R. Freixeiro Mato, 1997, pp.15-16) que se promoveu, o que levou Rodrigues Lapa a propor o recurso a autores portugueses como suporte para a manutenção do Galego, adiantando que "o único remédio eficaz para a salvação do idioma, gravemente ameaçado", seria "uma decisiva aproximação com o Português", explicando que a expressão literária deste último seria "a forma que teria o Galego se o não tivessem desviado do caminho próprio" (M. R. Lapa, 1979, pp.63-64).

Ao mesmo tempo que a língua era afectada, intensificavam-se os problemas sociais, que levaram à emigração, indo os filhos da Galiza para outros territórios criar a riqueza que não foram estimulados a criar no seu (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.150).

Com a restauração da democracia em Espanha, a Galiza adquire estatuto autonómico, tornando-se o Galego o seu idioma oficial. Todavia, este reconhecimento está longe de ter servido todas as aspirações galegas, pretendendo-se que corresponda ao território autónomo uma língua que exprima a sua identidade, a sua cultura e os seus valores.

E isto é perfeitamente legítimo que aconteça, num espírito de que um povo "capaz de defender a sua língua é um povo orgulhoso de si mesmo, com confiança nas suas possibilidades e, por tanto, um povo capaz de prosperar e criar riqueza", enquanto que "un pobo que despreza a sua língua ou se sente indiferente perante ela é un pobo avergoñado de si mesmo, con complexo de inferioridade, e por conseguinte incapaz de xerar a confianza no seu futuro necesaria para poder producir e progresar" (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.150).

c) Hoje, o Galego encontra-se numa situação difícil.

É reconhecida a relativa adesão popular, com a consequente perda de falantes, o crescimento da influência do castelhano (a castelhanização do Galego, já denunciada pela Unesco), quase a única língua de alfabetização no território, com um claro afastamento do Português.

Assiste-se à despromoção do Galego, transformado num "dialecto do espanhol", uma espécie de "castelhano antigo" ou de "Português aldeão" (X. Vilhar Trilho, 2003).

Perante esta realidade, a reacção galega tem-se continuado a fazer ouvir, com vozes de todos os quadrantes denunciando a situação (X. Vilhar Trilho, 2003).

Entre outras manifestações, há a registar:

- O esforço pela integração na Lusofonia, insistindo-se nas afinidades linguísticas e culturais que a Galiza possui com Portugal (um forte impulso foi dado por intelectuais como Biqueira, Castelão, Guerra da Cal, Carvalho Calero).

- A participação nas negociações para o Acordo Ortográfico, através da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, nos encontros do Rio de Janeiro (1986) e de Lisboa (1990), defendendo-se a unificação ortográfica nos espaços onde se fala Português.

- A constituição de organizações não governamentais, como as Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, a Associação de Amizade Galiza-Portugal, a Comissão para a Reunificação Nacional da Galiza e Portugal.

- A participação na CPLP, desde a sua criação.

Ainda recentemente (Setembro, de 2005), foi feita uma petição ao Parlamento Europeu, liderada pela Associação de Amizade Galiza-Portugal e pelo Movimento de Defesa da Língua (PET, 2005), solicitando que "as instituições europeias se abstenham de promover a segregação linguística das minorias nacionais", e que seja reafirmada a unidade da Língua Portuguesa, nacional ou oficial, na Galiza, Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Lorosae" – a que o Parlamento Europeu deu resposta positiva, recomendando à sua Comissão de Cultura que tal seja tomado em consideração na elaboração das suas políticas.

Deste modo se reconhece que o Galego (sob o nome de Português) já é língua oficial do Parlamento Europeu e que, por isso mesmo, os "cidadãos espanhóis lusófonos" já podem usá-la nas instituições europeias.

d) Sobre se o Galego e o Português são duas línguas ou uma língua só, as opiniões têm divergido.

Embora haja quem considere o Português e o Galego línguas autónomas, partilhando características comuns (R. López-Suevos, 1987), a tendência mais forte vai no sentido de o Português ser a língua oficial da Galiza, atendendo-se a que ele nasceu e evoluiu na *Gallæcia* e na Lusitânia romanas. Desse modo, a Galiza apresenta-se, cultural e linguisticamente, como uma continuação de Portugal, sendo falada, na faixa ocidental da península, apesar das variantes detectadas, uma só língua, o Galego-Português (J. Mattoso, 1992, p.14).

Sem entrar aqui em questões de pormenor, que me desviariam dos fins a que me proponho no presente trabalho, refiro apenas que me incluo no número daqueles que consideram que o Galego e o Português são a mesma língua, ainda que com algumas características divergentes devidas a séculos de afastamento, provocado e artificial.

Num comentário geral, lembrar-se-á que as línguas não têm de ser homogêneas para manterem a sua unidade, mas antes assumem especificidades no seu percurso natural (veja-se o caso dos países de Língua Portuguesa, e ainda o que se passa com outras línguas, como o próprio castelhano, o inglês, o francês...). Deste modo, não se pode recusar ao Galego o direito de assumir as suas, sem que isso signifique que se esteja a revelar uma língua diferente.

Embora os elementos individualizadores do Galego sejam, em alguns aspectos, consideravelmente acentuados (H. Monteagudo, 1999-b, pp.122-123), a base linguística que surgiu há séculos, na *Gallæcia*, permanece a mesma em todo o espaço do Galego-Português (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.11).

A designação de "Língua Galega", habitualmente usada, outra coisa não pretende exprimir que as especificidades que lhe assistem, na sua deriva linguística natural dentro do Português.

e) Outro aspecto importante a considerar é a tomada de consciência dos benefícios a recolher, de parte a parte, com o reconhecimento da identificação linguística entre o Galego e o Português.

Ligando este aspecto ao que já referi anteriormente sobre a importância das línguas, no mundo de hoje, tanto a Galiza como Portugal têm muito a ganhar com essa irmanação.

De sua parte, a Galiza tem a ganhar reconhecimento de identidade, correspondência entre nação e língua própria, reforço da autonomia, aumento do peso político e económico – em toda a Espanha, na península, na Europa e no mundo.

O Galego é falado, globalmente, por mais de 3 milhões de pessoas, repartidas pelo território da Galiza e áreas limítrofes (M. A. Fernández Rodríguez & M. A. Rodríguez Neira, 1995, p.359), e ainda por núcleos de emigrantes, na própria Espanha, na Europa e na América (H. Monteagudo, 1999-a, p.1299), mas, através do Português (o Galego, Português da Galiza), esses falantes passarão a pertencer a uma família muito mais dilatada, integrando-se no grupo dos milhões de falantes do Português, em franco crescimento, como já assinalei.

Por sua vez, Portugal tem muito a ganhar com a sua irmanação à Galiza.

Antes de mais, concordamos em que seria uma perda irreparável, para o Português e todo o mundo lusófono (X. Vilhar Trilho, 2003), a perda da carga simbólica que representa o Galego, nascido na Galécia comum, berço da Língua Portuguesa.

Depois, o Português é uma língua minoritária na Europa. Como tal, tem sido alvo de ataques velados (conscientes ou não), advindos da própria Comunidade. Ainda recentemente, o Parlamento Europeu aprovou uma iniciativa da Comissão Europeia para a "criação de um indicador europeu de competência linguística", para "assegurar que cada cidadão a trabalhar ou estudar na Europa domine, no futuro, pelo menos dois idiomas estrangeiros". Esse indicador europeu, destinado a "avaliar as aptidões linguísticas dos estudantes europeus", será feito "nas 5 línguas mais ensinadas na União", do que foi arredado o Português (jornal *Jornal de Notícias*, de 28.04.2006).

Com a Galiza integrada, os falantes do Português, na península, passarão para cerca de 13 milhões, tornando o Português, com os seus falantes emigrados pela Europa, a sexta língua europeia (depois do alemão, inglês, francês, italiano e espanhol). Isso, por si só, já é significativo, mas sê-lo-á ainda mais se se atender a outras dimensões que lhe são inerentes, até relativamente à distribuição de verbas comunitárias à cultura e ao desenvolvimento (X. Vilhar Trilho, 2003),

Além disso, Portugal e Galiza, associados, darão mais credibilidade e mais força à Língua Portuguesa, em interacção conjunta com todos os povos que falam Português, a cujas necessidades Portugal, sozinho, está impossibilitado de dar cabal resposta.

A força de uma região com dimensão crescente, e ainda por cima com identidade e valores culturais de base comum, contribuirá mais facilmente para o desenvolvimento mútuo.

A acrescer a isto, Portugal (em especial o norte) terá muito a ganhar com uma ligação preferencial à Galiza e em retomar, dos Galegos, a dinâmica que eles evidenciam, hoje, aos mais diversos níveis e até o optimismo de viver, que pelo lado de cá anda muito diminuído.

5. INTERACÇÕES DA GALIZA COM PORTUGAL (POR MOTIVAÇÕES LINGUÍSTICO-CULTURAIS), NUM ESPÍRITO DE ENTREAJUDA E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO.

a) Como já focalizei, as interacções "regionizadas", centradas em "comunidades de interesses", em situações de "fragmentação" (Ph. M. Defarges, 1997, p.56), não anulam benefícios nas interacções globais, mas antes as orientam num sentido mais directo e humanizado.

E se tudo pode funcionar bem nessas circunstâncias (pelo menos muito melhor do que com individualismos fátuos), naturalmente que, na persecução de interesses comuns, a contiguidade também sairá beneficiada.

Com tal contiguidade, a "localização" ("conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade... comunitários, assentes em relações face-a-face, orientados para a auto-sustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas"), a "promoção das economias locais e comunitárias", procurando responder aos próprios problemas (B. S. Santos, 2001, p.77), promove uma resposta mais eficaz aos problemas de hoje.

Ora, integrando-se a Galiza, pela língua comum e pelas afinidades culturais, na mundividência do Português, participará (e colaborará) nas vantagens de pertencer ao

amplo espaço da Língua Portuguesa ("regionizado", segundo "comunidades de interesses"), pelo mundo fora.

Do mesmo modo, a continuidade de espaço com Portugal (sobretudo com o norte) permitir-lhe-á estabelecer (dar e receber) interacções especiais. É que, como já referi, tanto num caso como noutro não basta formar uma comunidade, mas é preciso torná-la *efectiva*, dar-lhe "utilidade", para que os cidadãos envolvidos constatem os seus efeitos e se sintam motivados a integrá-la e a lutar por ela.

É reconhecido, e muito bem, que as línguas conferem identidade e reserva cultural aos povos; mas, para se manterem, não dispensam outros atributos, que passam pela capacidade de responderem às necessidades das populações.

Podendo-se contestar, eticamente, a validade deste princípio, ele é *materialmente* real e aplicável, hoje, a todas as línguas e culturas do mundo.

b) Mas deixando de lado, aqui, as especificidades (importantíssimas, mas desviantes) envolvidas na primeira situação referida, atentemos na segunda.

Se se reconhece que Galegos e portugueses partilham afinidades de território, culturais, geopolíticas, económico-financeiras... (M. Miragaia, 1990; J. A. Cristóvão Angueira, 1991; X. Vilhar Trilho, 2003), há que tomar partido delas e desenvolver, em benefício dos mesmos cidadãos, laços que promovam a cooperação e o desenvolvimento.

Dito de outro modo, através da interacção entre o Galego e o Português, e por via da identidade linguística, as afinidades histórico-culturais e a proximidade geográfica, pretende-se fazer valer outras potencialidades de que tirarão partido ambas as partes.

Tais potencialidades deverão integrar-se nos mais diversos âmbitos, desde o linguístico, ao histórico-cultural, ao etnográfico, ao tecnológico, ao económico, ao empresarial...

Sem querer individualizar responsabilidades, terei, mesmo assim, de referir que, apesar da diluição das fronteiras físicas entre os dois espaços, o rio Minho, e os demais

acidentes naturais divisórios dos dois países continuam a ser uma muralha a separar a Galiza de Portugal, notados sobretudo a norte.

De um e outro lado, há sonhos no ar, como gaivotas, mas que não poisam nos barcos com comida.

Pessoalmente (e provavelmente não serei o único, nesta sala, a sofrer com isso), o que mais me incomoda é saber que estamos do lado da razão, mas nada, ou muito pouco, se tem conseguido, apesar disso.

Importa, pois, de uma vez por todas, passar das considerações aos actos e intervir: tomar consciência da realidade e dá-la a conhecer, conquistar a adesão das populações, passar da dimensão conjectural à dimensão prática, definir objectivos calculados, estabelecer prioridades, delinear estratégias e modos de agir adequados, envolver interventores competentes, avaliar periodicamente os resultados, reforçar o que resultou e reformular os fracassos, publicitar o que de positivo (mesmo que pouco) se foi conseguindo e procurar alargá-lo.

Se há iniciativas difíceis de implementar, outras existem que não implicam tantas dificuldades, e poderão até servir de motivação para outras mais abrangentes.

Seja-me permitido deixar aqui algumas sugestões, em que acredito:

Envolver os meios de comunicação social (escrita e áudio-visual), nesta causa.

Fomentar relações políticas e sócio-culturais entre os dois espaços.

Promover, conjuntamente, estratégias de defesa da unidade da língua comum e o trabalho em prol da unidade morfosintáctica, léxica e ortográfica galego-portuguesa.

Fazer interagir e aproximar todas as instituições e organismos de defesa da língua comum existentes.

Sensibilizar as editoras (em suporte papel e noutros suportes) para os temas galaico-portugueses e sua publicitação de um lado e de outro.

Promover as edições (com destaque para temas de linguística, literatura, história) em Português da Galiza e de Portugal.

Incentivar estudos sobre a língua comum.

Divulgar as revistas da especialidade existentes (junto das autarquias, das instituições, das escolas, das universidades – na Galiza e em Portugal).

Criar laços inter-escolas e instituições, de um e outro lados.

Sensibilizar os jovens, das escolas em geral, e das universidades, durante os cursos e depois deles (com intuitos linguísticos e sócio-culturais, mas também apontando para o mundo do trabalho).

Aproveitar as oportunidades trazidas às universidades pelo Processo de Bolonha, para estabelecer interacções académicas aos mais diversos níveis.

Cooperar, conjuntamente, na investigação e na criatividade.

Colaborar no âmbito das ideias e do empreendedorismo.

Promover o relacionamento, envolvendo a indústria, o comércio e os serviços, de parte a parte.

Promover a geminação de empresas.

Instituir galardões (simbólicos) que promovam o sucesso nas interacções de empresas e instituições.

Dar a conhecer os territórios e as suas gentes, de parte a parte.

Instituir um "Dia da Galiza e Portugal Unidos".

Desenvolver o turismo preferencial inter regiões.

Elaborar e publicitar roteiros turísticos e ligações a circuitos turísticos.

Aproveitar as apostas já ganhas (e aprontar outras a ganhar), a nível do reconhecimento do património histórico e cultural, oral e imaterial da humanidade (Unesco).

Promover a cultura comum, no que ela tem de idêntico e específico.

Valorizar a etno-história (usos, costumes, tradições...) e as artes (música, dança, espectáculos...), como referência comum.

Promover o espaço do Galego-Português como defesa contra globalização massificadora.

CONCLUSÕES

No presente trabalho, comecei por salientar a importância das línguas no mundo de hoje e a necessidade de cooperação nos espaços de Língua Portuguesa, tomando como referência afinidades linguístico-culturais.

São aspectos de base, muitas vezes esquecidos, e que servem de fundamentação para os outros dois tópicos que também focalizei: a integração do Galego no espaço do Português e as interacções da Galiza com Portugal (a pretexto da língua), num espírito de entreatajuda e oportunidade para o desenvolvimento.

Por mais que possa não parecer, se há uma luta pela preservação da identidade, por via da língua e da cultura, por parte da Galiza, essa luta existe, igualmente, embora de maneira diferente, por parte de Portugal.

Desfeito o império português (com bons e maus momentos), ficaram os povos com quem Portugal "coabitou" (nem sempre bem, mas também nem sempre mal) ao longo de séculos, e ficou sobretudo a língua comum. No mundo acidentado em que vivemos, ameaçado continuamente por uma globalização desordenada, importa resistir, colaborando na construção de bem estar para todos, para o que a língua comum é um importante pretexto.

O mundo que fala Português precisa de cuidar das suas referências, e elas encontram-se, em boa medida, também na Galiza. Este território autónomo no norte da península precisa de ver a sua língua reconhecida (o galego-português) de modo a reforçar, através dela, a sua identidade. São evidentes os perigos que se corre e a luta do povo galego pela sua língua terá de ser apoiada por Portugal e por todos os povos que, no mundo, falam Português.

Resulta daqui um potencial enorme de que talvez nem tenhamos, sequer, a noção do verdadeiro alcance. O objectivo último é a interacção para o desenvolvimento comum, no que a Galiza e Portugal, com todos os outros países de língua portuguesa, se encontram envolvidos.

Cabe aos Galegos fazerem as suas opções, sendo claro que essas opções vão no sentido de que a sua língua é a Língua Portuguesa, embora com algumas especificidades.

Não bastando preocuparmo-nos apenas com as línguas e as culturas em si mesmas, mas sendo importante apontar para aquilo que, a pretexto delas, é possível e desejável construir, numa perspectiva de interacção e desenvolvimento, importa passar das reflexões aos actos e aprontarem-se propostas condicentes com o que se pretende conseguir.

Uma Galiza verdadeiramente autónoma precisa de ter a sua língua, o galego-português, e a sua cultura reconhecidas e dignificadas. Com elas, e por meio delas, integradas num amplo espaço de identidade, o espaço do Português, novos horizontes poderão ser desenhados.

BIBLIOGRAFIA

- CPLP (1998). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Edição Século XXI*. Lisboa & São Paulo: Verbo, Vol. 7, pp.710-711.
- CRISTÓVÃO ANGUEIRA, José Ângelo (1991). Nacionalismo Galego: questões a debater. *Agália. Revista da Associação Galega da Língua*, nº 26, Verão 1991, pp.233-242.
- DEFARGES, Philippe Moreau (1997). *A mundialização. O fim das fronteiras*. Lisboa: Piaget.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro A. & RODRÍGUEZ NEIRA, Modesto A. (coords.) (1995). *Los usos lingüísticos en Galicia*. Vigo: Xunta de Galicia [Vol.II].
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (1997). *Língua Galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- GIL HERNÁNDEZ, António (2004). As minhas razões para acreditar na lusofonia. *Cadernos do povo*, nºs 5-14, pp. 17-19.
- HAGÈGE, Claude (2001). *Não à morte das línguas*. Lisboa: Piaget.
- HERMIDA, Carme (1992). *Os precursores da normalização. Defensa e reivindicación da Língua Galega no Rexurdimento (1840-1891)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1979). Estudos Galegos-portugueses. Por uma Galiza renovada. Lisboa: Sá da Costa.
- LÓPEZ SUEVOS, Ramón (1987). *Portugal no quadro peninsular: subsídios para a análise histórica estrutural*. Santiago de Compostela: Associação Galega da Língua.
- MARIÑO PAZ, Ramón (1999). *Historia da Língua Galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, pp.386-401.
- MATTOSO, José (1992). A formação da cultura portuguesa. In António Luís Ferronha (coord.). *Atlas da Língua Portuguesa na história e no mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.14-18.
- MIRAGAIA, Manuel (1990). A realidade galega no pensamento galeguista. *Agália. Revista Galega da Associação Galega da Língua*, nº 23, Outono 1990, pp.269-288.
- MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995). *Portugal. Dez anos de política de cooperação*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2004). *Objectivos de desenvolvimento do milénio*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006). *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MONTEAGUDO, Henrique (1999-a). Galego. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XX*. Lisboa & São Paulo: Editorial Verbo, pp. 1299-1301.
- MONTEAGUDO, Henrique (1999-b). *Historia social da Língua Galega. Idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. Vigo: Editorial Galáxia.
- PET (2005). In url: "<http://www.lusografia.org/amizadegp/peticao-pe.htm>".
- ROSS, Murray G. (1955). *Community organization: theory, principles and practice*. New York: Harper Internacional.

- SANTOS, Boaventura Sousa (2001). Os processos da globalização. In Boaventura Sousa Santos (org.). *Globalização. Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, pp.31-106.
- TORRES, Adelino (1997). Mercados e desenvolvimento em África: lógicas e desafios num contexto de globalização. In José Carlos Venâncio (coord.). *O desafio africano*. Lisboa: Veja, pp.85-130.
- VILHAR TRILHO, Xavier (2003). A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística. In url: <http://www.agal-gz.org/portugaliza/numero0/boletim00nova02.htm>.
- VILLAR PONTE, Antón (1971). *Pensamento e sementeira*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires.
- VILLARES, Ramón (1997). *Figuras da nación*. Vigo: Edicións Xerais.

Vantagens e desvantagens de cada norma ortográfica em uso na Galiza

Luís Fontenla Figueiroa
www.mdl-galiza.org

Este texto pretende debruçar-se sobre a utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso na Galiza.

Não procura ser um trabalho exaustivo, sendo uma primeira aproximação a quais as principais vantagens e desvantagens, isto é, a possível utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso (normas da RAG, AGAL, Padrão Português, Acordo de 1990) no desenvolvimento de um trabalho de construção do português-galego como Língua Nacional da Galiza (quer dizer, língua geral de comunicação social).

BREVE DESCRIÇÃO:

Não é intenção deste contributo negar as consequências sociais nem linguísticas que a conhecida como “guerra de normas” tem provocado na Galiza desde 1982. Também não pode ignorar que sob esse nome se agacha uma imposição por lei da ortografia castelhana no galego administrativo assim como uma situação de silenciamento e negação das diferentes opiniões e propostas a respeito da língua.

Porém, considere para o presente texto esse debate como suficientemente esclarecido pelos diferentes agentes sociais que promovem uma ou outra das normas, tentando dirigir a reflexão arredor das normas numa outra direcção para além da legitimidade ou cientificidade de determinada norma.

Segundo a minha opinião a afinidade ideológica a uma norma determinada ou a convicção científica contribui a uma visão individual em excesso negativa das normas em uso divergentes do padrão escolhido por cada pessoa posicionada neste tema.

Assim, as referências a uma outra norma diferente da escolhida pelo utente (individual ou colectivo) têm sido e continuam a ser realizadas as mais das vezes com intenção de contestar os argumentos e escolhas normativas doutros utentes e colectivos sociais.

Tendo em consideração a dificuldade em desenvolver uma imparcialidade objectiva na escolha ou consideração de cada norma em uso pretende-se apesar disso reflectir acerca das diferentes utilidades das normas em uso na Galiza.

Não pretende ser um trabalho de carácter científico, mas se se quer um contributo de tipo ideológico, sendo uma primeira aproximação a quais as diferentes vantagens e inconvenientes, isto é, a possível utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso (normas da RAG, AGAL, Padrão Português, Acordo de 1990) no desenvolvimento de um trabalho de regeneração cultural em que diferentes agentes se encontram envolvidos.

AS NORMAS EM USO NA GALIZA

As normas em uso na Galiza de 2006 são quatro:

- Normas da Real Academia Galega (**RAG**)
- Normas da Associação Galega da Língua (**AGAL**)
- Normas Padrão do Português Europeu (**Padrão**)
- Normas do Acordo de 1990 (**Acordo de 90**).

A respeito do uso destas normas estabelecemos de maneira orientativa os seus utentes colectivos:

RAG:

Usada pela administração, pelas instituições públicas e pelos partidos políticos com representação. Considerada o galego “oficial”, é a norma de aprendizagem obrigada no ensino secundário nas cadeira de Língua e Literatura Galega.

AGAL:

Usada por algumas associações culturais, centros sociais de activismo cultural, professores, estudantes universitários, movimentos sociais e colectivos políticos da esquerda sem representação nas instituições. Norma preferente actual dos colectivos

independentistas. É a norma preferente de ensino em diferentes cursos de língua realizados através de locais sociais reintegracionistas.

Padrão:

Usada por algumas associações culturais, professores e estudantes universitários. É língua de ensino nas Escolas de Línguas (EOI) de 7 cidades galegas. É também a norma de uso individual permitida a nível associativo em diferentes associações culturais ou colectivos independentistas (que promovem a AGAL como norma preferente da associação).

Acordo de 90:

Usada por um grupo reduzido de pessoas, tem a sua maior difusão através da edição de livros e diferentes actividades académicas como congressos, seminários, etc.

A FIDELIDADE DE NORMA:

Os utentes individuais e colectivos de cada norma são maioritariamente fieis ao discurso ideológico ou científico e às justificações teóricas da norma que usam. Sendo assim cada sector social que utiliza uma ou outra das normas procura defender a sua escolha nos diferentes âmbitos de relação e situações de uso muitas das vezes desautorizando às outras quer por erradas quer por menos improdutivas para conseguirem novos utentes.

APROXIMAÇÃO A UMA JUSTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DAS DIFERENTES NORMAS:

RAG:

A norma do galego escolar é a única a utilizar a ortografia castelhana para a representação da língua. Justifica-se a si própria como sendo a norma que abrange todos os dialectos galegos procurando uma pretendida fórmula de consenso assente na ideia de escolher os fenómenos linguísticos mais estendidos e de maior uso social mas sem analisar em rigor o grau de castelhanização da língua. Baseia a sua historicidade como norma escrita principalmente no século XX, em que numerosos autores galegos escreveram com a grafia castelhana. Continuando com a sua defesa ideológica seria a norma que melhor representa a situação actual da língua real em uso na sociedade entendida de maneira ampla. Define o galego mais castelhanizado das cidades como “galego urbano” (as outras normas não consideram essa mescla como um galego aceitável a considerar para a normalização) e não contrasta as suas escolhas com o português por considerá-lo uma língua diferente.

AGAL:

A norma da AGAL é sustentada por esta associação como a norma culta para o galego que mais se aproxima do português sem por isso deixar de preferir as escolhas mais representativas dos fenómenos linguísticos mais estendidos e de maior uso social na Galiza (nomeadamente diferenças na morfologia verbal e nominal). Defende as suas escolhas afirmando ser herdeira da grafia histórica usada na Galiza até a época moderna. É uma norma entendida como restrita ao âmbito galego e criada pelos próprios galegos, norma que pretende ser nacional inserindo-se na Lusofonia mas mantendo as peculiaridades galegas, para o que se apoia ideologicamente na diferença brasileira.

Padrão:

A norma Padrão é defendida por diferentes associações e pessoas como a norma com maior rigor e seriedade por se encontrar fora do conflito linguístico galego, permitindo passar por alto a necessidade constante das outras normas de separar o que é castelhano daquilo que é (português-)galego. Para os defensores desta norma as possíveis diferenças galegas poderiam sentir-se totalmente representadas sem diferenças ortográficas no padrão europeu. Em grande parte descarregada de conteúdo ideológico nacional a sua justificação assenta também em ser a norma da língua oficial da República portuguesa e da União Europeia.

Acordo de 90:

A norma de 90 é defendida por diferentes associações e pessoas como a norma de toda a Lusofonia. Para os defensores desta norma as possíveis diferenças galegas poderiam sentir-se representadas pois no citado Acordo participou uma delegação de representantes da Galiza. Descarregada totalmente de conteúdo ideológico nacional (possui uma vocação internacional), a sua justificação assenta também em ser a norma aprovada por todos os países participantes com excepção da Galiza, que não possuía a capacidade nem o interesse governamental para aprová-la.

A CAPACIDADE DE PERMANÊNCIA DAS NORMAS:

No momento actual três das normas se encontram assentes na sociedade através dos seus utentes com suficiente capacidade de sobrevivência como para descartarmos a possibilidade de invalidar alguma delas nos próximos tempos em base a uma maior força de outra norma que acabasse por ocupar o seu lugar.

Assim, é pouco provável que nos próximos tempos a norma dita oficial (RAG) desapareça em base a uma pressão social que exija a sua superação por uma norma de ortografia portuguesa (ou “histórica”).

Por outro lado o uso quer da AGAL quer do Padrão assentam em convicções profundas e num projecto cultural (*lusista* ou *reintegracionista*) com permanência social

garantida que assegura a sua sobrevivência entre os utentes actuais. Para além disso o prestígio e o activismo linguístico deste movimento possui a cada vez maior aceitação social.

A respeito do uso da norma de Acordo 90 o seu uso continuará restrito por enquanto a um âmbito reduzido e as probabilidades de maior difusão e uso só aumentarão no caso de se efectivar o seu uso na sociedade portuguesa.

O ELEMENTO DE MAIOR SUCESSO:

Agora bem, neste quadro que acabamos de definir não se encontra o elemento de maior sucesso social, que continua a ser sem dúvida o castelhano (isto é a língua espanhola), aquele que possui as melhores possibilidades de sucesso e de implantação social generalizada na Galiza, apagando as possibilidades de desenvolvimento da língua nacional.

Nesse sentido o perigo directo para a sobrevivência da língua nacional não é, no nosso entender, uma ou outra das normas, mas directamente a língua que entra em conflito por ocupar a totalidade do espaço social de comunicação (o castelhano).

Assim um movimento social que procure trabalhar para uma mudança da situação actual de imposição linguística deveria procurar todas as ferramentas e possibilidades de trabalho para defender os espaços já conquistados e ganhar outros novos para a língua da Galiza.

Neste texto defendemos a tentativa de analisar as normas em base às possibilidades de uso para trabalhar na defesa e maior introdução social da língua.

Defendemos também ultrapassar o chamado debate normativo em base às seguintes considerações:

– Depois de 24 anos de conflito as diferentes normas já elaboraram uma série de argumentos, justificações e propostas de introdução social em que cada escolha já recolheu os seus frutos e assentou a sua defesa ideológica face a sociedade.

– Por outro lado a norma dita oficial, que só poderá sofrer modificações no futuro em base a uma pressão social significativa, tem no seu poder a capacidade de influir nos âmbitos académicos e institucionais impondo o seu uso. Agora bem, a norma da RAG está muito próxima de alcançar o seu máximo desenvolvimento social. Dificilmente vai ter maior sucesso no futuro do que já teve, sendo que pelos argumentos e possibilidades de expansão social não conseguirá mais utentes fieis nem maior expansão social não sendo através da obrigatoriedade ou implementação de parte do governo.

– O projecto reintegracionista pela sua parte não procura modificar a norma da RAG na actualidade mas substitui-la, quer pela da AGAL, quer pelo Padrão, mas não possui na actualidade essa capacidade nem a força para impor essa mudança “desde acima”, isto é desde os órgãos de poder da sociedade (lembramos a modo de exemplo que não há nenhum representante político eleito que use uma ou a outra dessas normas a nível municipal ou autonómico) pelo que só lhe resta trabalhar desde a base.

As posições e críticas a uma ou outra norma já ficaram no nosso entender totalmente esclarecidas no decorrer destes anos e a situação actual é de estabilidade da norma da RAG e de expansão progressiva das duas normas reintegracionistas que têm um uso social que começa a ser significativo (AGAL e Padrão).

Nesse sentido considera-se que se deve fazer uma análise dos elementos positivos e negativos das normas citadas para sabermos se é produtivo passar a utilizar uma ou outra para segundo que tipo de situações e intervenções.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS NORMAS EM USO:

RAG:

É uma norma que carece de utilidade social efectiva para além da identitária (pode ser substituída pelo castelhano em qualquer âmbito de uso). Sendo obrigatório o seu ensino e o seu conhecimento unicamente para alguns postos da administração, a realidade converte-a numa obrigação para aceder a determinados postos de trabalho. Porém, uma vez conseguido o trabalho a escolha individual permite que uma pessoa possa exprimir-se em castelhano, não sendo quando houver alguma reclamação nesse sentido. É uma norma com grande permissividade do uso mesclado com o castelhano,

não existindo um rigor nem uma consciência da necessidade de usar um bom galego ou de eliminar a influência do castelhano. Funciona a todos os efeitos como um castrapo, um portunhol, antes de mais pelo uso da grafia espanhola mas sobretudo por ser entendida como língua traduzida (do castelhano).

Porém possui duas vantagens de uso que não se deveriam subestimar:

– Pode exigir-se o seu uso por parte da administração para o relacionamento com os cidadãos. Nesse sentido, qualquer documento legal ou papel oficial do Estado que uma pessoa receber em castelhano pode ser reclamado para recebê-lo nesse galego. É possível que possa parecer algo sem importância, mas as reclamações à administração (quer estatal quer autonómica) para receber a informação numa língua diferente da castelhana geram uma série de situações e debates nesses lugares de trabalho, nas instâncias do governo ou entre os próprios cidadãos que não é desprezível à hora de colocar o conflito linguístico no seio da sociedade.

– Ninguém se pode negar a usá-la quando obrigado a isso dada a grande facilidade para um utente de castelhano para “traduzir” para esse galego qualquer documento ou trabalho já realizado.

AGAL:

É uma norma que possui uma grande facilidade para ajudar ou convencer pessoas que já utilizam o galego da RAG para se passarem da grafia castelhana à portuguesa. Sendo uma norma permissiva com as especificidades galegas e justificada em defender a autêntica grafia histórica do galego, procura uma norma culta e tenciona eliminar os erros de permissividade que a RAG possui face o castelhano. Coloca-se nesse sentido como a cara amável do reintegracionismo, pois *sem deixar de ser galego é também uma variedade de português*. Não destrói o discurso ideológico identitário baseado na defesa da língua como algo próprio dos galegos, nosso, particular, próprio.

Por outro lado, o seu uso não oferece vantagens laborais (não é Português), restringe o seu uso ao âmbito da Galiza autonómica e não assegura a correcção dos seus utentes pois se encontra também no interior do conflito.

Para além disso a sua defesa só pode ser de tipo identitário como língua da Galiza e em muitos casos não consegue fazer de ponte para uma aceitação real da cultura portuguesa por parte dos seus utentes.

Padrão:

É uma norma que possui grande dificuldade para ganhar novos utentes dentro da militância linguística ou nacionalista. Sendo a sociedade galega receptora constante de uma imagem negativa de Portugal e de *tudo que cheire a português*, existe também uma grande adversão objectiva ao português, sendo uma das suas grandes desvantagens sociais. Porém, à margem das pessoas comprometidas (nacionalistas, reintegracionistas) o português está já de facto a ser estudado em 7 Escolas de Línguas por centenaes de alunos e começa a ser uma das línguas de maior interesse para determinados sectores sociais por razões laborais (ex: estudantes de medicina). Por causa da distância com o galego da RAG, marcado socialmente como não-galego é por esse motivo a norma com maiores possibilidades de sucesso social fora do âmbito de defensores da língua (em falantes de castelhano, pessoas desinteressadas) ao ser entendido como uma língua estrangeira que pode vir a ser de interesse.

Acordo de 90:

É uma aposta arriscada de uso duma norma ainda não vigente, dado que assenta na ideia de que finalmente a norma irá ser aprovada e usada nos diferentes países da Lusofonia (nomeadamente em Portugal) e portanto adianta-se a possíveis acontecimentos futuros. Enquanto não for efectiva noutros países, o seu uso não oferece qualquer função de utilidade (laboral, de relação social,...) ou de identidade (não é uma norma “galega”). Também não possui um uso social significado, sendo utilizada por um grupo muito reduzido pelo que carece de atractivo para um desenvolvimento social amplo.

PROPOSTA DE NOVOS USOS

EM BASE ÀS VANTAGENS QUE CADA NORMA PODE TRAZER:

Propõe-se neste texto um uso *interessado* das normas com a intenção de aumentar a sua produtividade e alcance social. Esta proposta contraria a fidelidade a uma norma determinada dos agentes sociais reintegracionistas que influem na sociedade para regaleguizá-la, defender a língua e inseri-la na Lusofonia.

A respeito das normas reintegracionistas com uso social poder-se-ia associar as normas a um “target”¹ determinado e a uma função determinada. Poder-se-ia nesse sentido destinar a norma da AGAL para uma função identitária (para dirigir-se àqueles mais nacionalistas ou entregues ao discurso mais clássico do amor à terra e à Língua).

Por outro lado poderíamos entregar uma função utilitária para a norma padrão portuguesa (para aprender uma língua útil com possibilidades laborais).

Nesse sentido uma possível estratégia seria, portanto, convencer os galeguistas (os nacionalistas, os amantes do País) que ainda escrevem em RAG para começar a escrever em AGAL pois é a norma que não destrói o seu discurso ideológico, não é uma norma castelhanista, introduz a Galiza na Lusofonia, etc..

Para um galeguista que já escreve na norma da RAG a norma da AGAL parece ser o primeiro passo natural no caminho à descoberta do português, pois não destrói de raiz todos os preconceitos ideológicos em que foi educado e que conformam em parte a sua própria identidade.

Por outro lado atendendo aos falantes de castelhano e os desinteressados do porvir da sua língua (não galeguistas) poder-se-iam elaborar campanhas de aprendizagem generalizada de português padrão através das EOI (Escolas de Línguas) ou de qualquer outro sistema de ensino (secundária). Estes alunos não estariam a aprender galego (reduzido só à Galiza, em concorrência com o castelhano mais útil e atractivo) mas uma língua internacional para se relacionar laboral ou socialmente com o Brasil, Portugal, Europa....

Para um falante de castelhano ou um utente de galego desinteressado aprender uma “nova” língua configura-se como uma melhora do seu curriculum para o mercado laboral e com toda probabilidade será passado o tempo que passe a descobrir que essa (sua) língua tem grandes potencialidades.

Além disso poderíamos marcar como estratégia exigir (individual ou colectivamente) da administração e das empresas que a sua relação connosco (como cidadãos ou como clientes) fosse sempre em galego ou português, ainda no galego dito oficial (quando não fosse possível exigi-la em português), obrigando a fazer normal o uso duma língua que não é o castelhano na administração e no mundo empresarial. Com as consequências sociais que isso pode trazer. Referímo-nos a contratos, documentos legais, publicidade, promoções...

Obrigando a um atendimento em “galego” (ainda nesse “galego” da RAG) obrigar-se-ia a numerosas pessoas com preconceitos monolingues a uma aceitação do uso de línguas diferentes da castelhana na Galiza, a uma aceitação dos direitos linguísticos doutras pessoas, a uma aceitação do outro como cidadão com direitos, direitos que devem ser respeitados.

A respeito das normas do Acordo de 90, não parece interessante estender o seu uso enquanto não for aprovada em Portugal. Pode ser de maior interesse espalhar toda a informação relacionada com esse acordo e as mudanças gráficas que poderia implicar, como elemento justificador da escolha quer da AGAL, quer do Padrão à espera duma norma internacional unificada.

¹ “Target” entendido como público-objectivo a quem se dirige determinada informação ou produto.

Visión e revisión de Rosalía de Castro na historiografía literaria

María Vilariño Suárez
(Universidade da Corunha, Galiza)
www.udc.es/principal/ga

O obxecto de noso traballo é contribuír datos significativos sobre o proceso de espanholización sufrido polo sistema literario galego através de uma figura emblemática: Rosalía de Castro, utilizando como recursos diferentes historias da literatura galega e espanhola de diversas épocas e livros de texto. A importancia destes materiais de traballo é enormemente significativa já que graças a eles se configura uma ideia determinada na maior parte da povoação de um modelo de canon literário que mantém uma estreita relação com as ideias linguísticas que se pretendem transmitir. O processo assimilador da cultura espanhola e de seu discurso característico não se detém na figura de Rosalía em concreto nem no campo literário como marco geral senão que pretende um obxectivo bem mais amplo como o é o de finalizar o processo colonizador iniciado desde o século XV sobre a língua galega chegando ao desaparecimento de seu uso ou a sua manutenção puramente ritual. Daí a versão parcial da figura de Rosalía que nos transmitiram – e seguem transmitindo – muitas das histórias da literatura espanhola e, surpreendentemente, também muitos dos textos de referência de uso comum no caso da literatura galega. Pretendemos, pois, reconhecer um conjunto de linhas básicas sobre as que boa parte da historiografía literaria “oficial” tenta sustentar a figura de Rosalía de Castro prestando especial atenção às reflexões que se fazem sobre sua obra partindo do ponto de vista linguístico, biográfico e de análise de obras concretas.

A crítica literaria española, a través das historias da literatura, actúa con moita máis frecuencia da que cabería esperar sobre a figura de Rosalía de Castro, deostando e simplificando a súa figura. Mais non debemos pensar que isto é unicamente característico da historiografía literaria castelá posto que a visión reducionista é máis habitual do que semella normal tamén nas historias da literatura galega. Seleccionamos como mostra diferentes historias da literatura española consideradas obras clásicas dentro dos estudos literarios correspondentes, mais amplamente superadas por obras posteriores aínda que, en moitos casos, sigan a exercer unha poderosa influencia sobre novos manuais e obras modernas canto á súa concepción mais lastradas polo clasicismo no seu desenvolvemento. Así pois, a nosa escolla inclúe obras consideradas bibliografía fundamental en moitos cursos universitarios mais tamén no ensino obrigatorio que tiveron unha grande aceptación en diversas etapas dos estudos literarios.

Deste xeito a nómina completa de obras empregadas que situaremos por orde cronolóxica para apreciar a posíbel evolución do seus puntos de partida, é a seguinte¹:

- *Literatura castellana* de Manuel de Montoliú, 1930. [MONTOLIÚ]
- *Historia del movimiento romántico español*, tomo II de E. Allison Peers, 1954. [GREDOS 54]
- *Antología mayor de la literatura española*, tomo IV *Neoclasicismo, Romanticismo, Realismo, siglos XVIII-XIX* de Guillermo Díaz-Plaja, 1962. [ANTOLOGÍA]
- *Historia de la literatura española* de José García López, 1962. [VICENS-VIVES]
- *Manual de Historia de la Literatura Española*, Max Aub, 1966. [AUB]
- *Historia social de la literatura española (en lengua castellana)*, Vol II, de Carlos Blanco Aguinaga, Julio Rodríguez Puértolas e Iris M. Zavala, 1978. [SOCIAL]
- *Historia de la literatura española*, tomo V de D. L. Shaw, 1979. [ARIEL]
- *Historia de la literatura española*, tomo IV de Juan Luís Alborg, 1980. [GREDOS 80]
- *Historia de la literatura española*, III, siglos XVIII-XIX coordinada por Jose María Díez Borque, 1980. [TAURUS]
- *Historia de la literatura española* da Editorial Cátedra, 1990. [CÁTEDRA]
- *Historia y crítica de la literatura española*, tomo V *Romanticismo y realismo* coordinado por Iris M. Zavala, 1982 e tomo 5/1, 1994. [CRÍTICA 1] e [CRÍTICA 2] respectivamente.
- *Historia de la literatura española, siglo XIX (I)* coordinada por Guillermo Carnero, 1997. [ESPASA]
- *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana)*, tomo V: *La literatura escrita y la mujer. Del siglo XIX a la actualidad*. Baixo a coordinación de Iris Zavala, 1998. [FEMINISTA]

As principais diferenzas existentes entre os puntos de partida das análises que se fan nestas obras sobre as circunstancias vitais e de produción literaria de Rosalía de Castro residen na actitude asimilacionista da figura rosaliana da que parten as historias da literatura española, nas que, o que se tenta, é integrar a toda costa a Rosalía nun sistema literario que lle é completamente alleo. As estratexias empregadas para esta colonización cultural son diversas e van desde a non recolla de datos como a orixe galega da autora até o desprezo total pola produción en lingua galega primando exclusivamente a que está en castelán que é forzada a axeitarse á estrita definición que se fai do Romanticismo ou, nun dos casos, do Modernismo. Esta asimilación ao Modernismo ten sido tamén moi repetida e, aínda que poida non parecerlo, resulta extremadamente perigosa posto que non só se trata de introducir a obra de Rosalía nun contexto que de seu non lle corresponde, senón que introduce un termo da teoría literaria cuxa correspondencia non é, nin moito menos, exacta entre as literaturas do ámbito de influencia hispánico (isto é a propia literatura española mais tamén a hispanoamericana) e as pertencentes á cultura da lusofonía (na súa máis ampla extensión: Galiza, Portugal e Brasil, excluímos ás literaturas africanas en lingua portuguesa por motivos histórico-cronolóxicos evidentes). Trátase máis unha vez de forzar a poética rosaliana co fin de adaptala á periodización doutra literatura, sen

considerar que é imposible realizar un transvase de autores, motivos e obras a un sistema literario alleo. Alén disto, moitos dos historiadores da literatura española deturpan a figura de Rosalía até o punto de resultar verdadeiramente complicado acceder as verdadeiras fontes e ter unha perspectiva veraz da súa biografía que nos foi negada durante moito tempo mais que progresivamente temos a oportunidade de redescubrir.

Como paso previo á análise da figura rosaliana nas historias da literatura seleccionadas é importante facer unha breve referencia á relevancia que teñen estas obras como articuladoras do canon². A diferenza no estadio de consolidación dos dous sistemas faise evidente na constatación de que a literatura española deriva en obras en que prima o biografismo e o recurso á segmentación cronolóxica de autores e obras, sen reservar espazo para a análise de obras ou para a crítica literaria posto que ese segmento dos estudos literarios é xa cuberto por outras obras. Porén, no sistema literario galego o papel das historias da literatura derivou cada vez máis co paso do tempo cara a análise exhaustiva e a interpretación crítica de textos e feitos o que fai que resulten obras de maior complexidade e riqueza. A selección de temas e formas non é, tampouco, a única decisión importante a tomar na realización dunha historia da literatura, a selección dos textos que ilustran e acompañan aos autores recollidos é tamén fundamental posto que o seu papel principal é o de funcionaren como reforzo e fixador das liñas teóricas que se están a expoñer.

Un perfecto exemplo de como as historias da literatura son as que establecen o canon literario está na literatura oral. A oralidade ten sido separada sistematicamente polo estudo académico até épocas máis ben recentes e grande parte da culpa estaría na consideración previa por parte das elites culturais que deixarían forma da sistematización a literatura popular por considerala pouco culta ou pouco elaborada.

Lefevere (1992:22) reflexiona sobre estes temas, denomina “reescrita” ás diferentes informacións e transformacións que se poden dar dunha mesma obra literaria segundo os intereses vixentes en cada momento histórico. Considera que a “reescrita”, sobre todo sobre dos textos considerados clásicos, inflúe moito máis sobre os lectores que a propia lectura xa que os lectores están condicionados previamente por imaxes que se manteñen por tradición e desde as que partirán ao comezar a lectura dun texto,

condicionándoa por completo desde o seu inicio. Esta manipulación, que se dá sempre na medida en que existen axentes intermedios entre o texto orixinal e os lectores, é especialmente relevante nas traducións, edicións, antoloxías e historiografías, e un dos segmentos poboacionais que considera máis afectado é o dos estudantes.

A relevancia desta observación vén dada pola propia sociedade, que tende progresivamente a un preocupante isomorfismo en que o diferente é simplemente o que non actúa ou pensa como todos os demais e por esta razón é excluído, isto mesmo é que se ten conseguido con Rosalía de Castro; prescindir por completo do seu estudo sería moi complicado posto que a súa pegada segue vixente nas nosas cancións, nas nosas rúas, no noso contorno, etc. así que se opta por unha manipulación aberta que abrangue todos os elementos que a rodean; desde o seu físico, manipulado por tela considerado pouco atractiva non só para os esquemas da época senón como para ser a futura imaxe idealizada, santa, que había de representar a esencia fráxil da alma dos galegos, até a manipulación da interpretación da súa obra. Dada a imposibilidade de silenciar por completo o recordo da súa existencia o que se fai é manipular a interpretación focalizándoa nos aspectos que resulten menos problemáticos aparentemente.

Este é un os motivos que leva a que o estudo de *Cantares gallegos* predomine sobre o de *Follas Novas*, a primeira das obras pode “venderse” como popular, relacionada directamente co espírito do pobo e tematizante dos seus costumes e tradicións mentres que *Follas* é considerada máis complicada, dunha subxectividade excesiva que impide a súa total comprensión e, ademais, cun sentimentalismo desmesurado sería froito do sufrimento vital da autora de forma que, con estratexias deste tipo, viría de iniciarse a construción da súa imaxe de nai-mártir dos pobres galegos, dos labregos e dos emigrados.

Fronte á manipulación sufrida polas obras poéticas, as obras en prosa son ignoradas case por completo, podería parecer evidente que o feito de que estean escritas en castelán é o que motiva o seu esquecemento, mais este argumento non é apropiado, entre outros motivos pola forza identitaria galega evidente en obras como *La hija del mar* que fai que non sexan tampouco comentadas dentro da literatura española³ e porque, após a súa lectura, fica claro que o verdadeiro motivo subxacente é a forte carga revolucionaria en aspectos como a reivindicación da papel da muller, da

creación literaria, da necesidade de transformación da sociedade que non resultaría axeitada (e menos de boca dunha muller) para as mentes ben pensantes da época e para as de etapas posteriores.

Dentro do conxunto de historias da literatura española empregadas para o presente traballo hai numerosos comentarios sobre a figura de Rosalía de Castro, comentarios que nalgún caso expoñen sen ambaxes a absorción que a literatura española vén realizando da figura da nosa ilustre autora e, só en casos reducidos, contemplan a súa figura desde unha perspectiva fundamentada na realidade dos feitos e non na divagación e na imaxinación que historicamente teñen alterado a súa personalidade e a súa obra. Este último punto é o que resulta máis perigoso posto que é na análise da obra onde se produce con maior agudeza a deturpación da motivación de Rosalía para a escrita, da realidade galega e de Galiza como país baixo o control da brutal agresión constante de Castela.

A análise polo miúdo das diferentes obras seleccionadas ten como finalidade descubrir as estratexias que se empregan para acadar estes obxectivos mais debemos puntualizar que moitos dos comentarios dos autores son probabelmente motivados máis polo inconsciente do xa aprendido, sabido e, polo mesmo, practicamente inamovíbel ideoloxicamente, que por unha plena consciencia do que se está a dicir, especialmente nas obras dos últimos anos en que determinados comentarios se deben con maior probabilidade máis ao peso da tradición que a unha reflexión seria e consciente sobre o tema. Curiosamente este é o movemento contrario ao que se dá nas historias da literatura galega onde a consciencia e a investigación rigorosa sobre Rosalía de Castro e a súa importancia son maiores conforme falamos de obras máis próximas aos nosos días, que, ao tempo presentan tamén un maior cientifismo. Trátase, en definitiva, de centrar a atención do lector nuns focos predeterminados, seguros e pouco subversivos para facer borrosa o resto da obra ou as características reivindicativas da autora. De non funcionar esta estratexia, súmaselle a invención dunha figura mítica tan bondadosa e perfecta que resulta inimaxinábel, isto é, como sinala Lefevere en referencia á deturpación da imaxe literaria de Madame de Staël: de “substituír á persoa real por unha figura lexendaria que resulte tan verosímil e tan exacta como a dos santos da haxiografía oficial” (1992:169).

Un dos primeiros trazos empregados dentro dos textos para descaracterizar e diluír a Rosalía é a utilización de expresións do tipo “un poeta”, “es un poeta” “el más importante de todos” ou “un escritor”, presentes na gran maioría das obras: [MONTOLIÚ], [TAURUS], [CÁTEDRA], [CRÍTICA 1]. Este comentario non é nin moito menos inocente, a través do uso exclusivo do masculino procédese a un duplo traballo, por unha parte négase a feminidade de Rosalía, a súa propia existencia de muller que debería ser premisa principal para analizarmos a súa produción literaria e, por outra, procédese a usar un cualificativo que lle é destinado pola consideración que se ten de que a súa obra literaria non ten nada a ver coa de outras autoras da época e posteriores, retomando a idea de Pardo Bazán ao cualificar a Rosalía como “varonil” polo produto da súa escrita. A isto podemos engadirlle outros comentarios camuflados de neutros e até de feministas. mais que revelan pola súa expresión ou ben a masculinización forzada da autora, a súa asexualización como punto “menos lesivo” deste proceso ou a súa renuncia completa a unha literatura reivindicativa do papel da muller cando é evidente que o que estaba a facer era todo o contrario. Esta suposta renuncia vén dada polas diferenzas evidentes que existen entre a poética rosaliana e a doutras autoras da súa época como ben expresou ela mesma no primeiro poema de *Follas Novas*, así en [ESPASA] podemos ler reflexións deste tipo:

Rosalía se mantiene al margen del movimiento femenino probablemente porque su temprano matrimonio con Manuel Murguía, un escritor conocido en la época, la aleja del círculo de poetisas que giraban en torno a Carolina Coronado. Encuentra en Murguía al mentor por el que todas suspiran, la persona culta que le recomienda lecturas y dirige sus pasos literarios. Pero hay en Rosalía una conciencia feminista patente en todas sus obras (p. 557)

O que neste texto se sinala é que Rosalía non era quen de funcionar autonomamente, precisaba de Murguía para cultivarse (feito que todas as autoras envexarían segundo se supón) que é a un tempo quen lle impide estar non no círculo literario de Carolina Coronado senón no de “poetisas que giraban” arredor dela. Canto á primeira afirmación non só Rosalía non se mantén á marxe senón que é a verdadeira iniciadora da literatura feminista no noso país e, aínda que unha comparativa non sexa demasiado apropiada, é moito máis importante a súa reivindicación da muller para a

literatura galega do que a de Coronado para a española, de considerarmos que esta existe realmente.

En [FEMINISTA] o apartado dedicado a Rosalía iníciase coa seguinte afirmación: “La temática del dolor como factor determinante de la subjetividad femenina tiene mucha importancia también en la poesía de Rosalía de Castro” (p. 61) nunha liña que pretende reivindicar o papel das escritora na literatura española e que nos suscita as seguintes preguntas: Que é exactamente o que se está a sinalar? Que a dor é o reactivo preciso para que Rosalía comece a escribir? Que as súas liñas temáticas están determinadas polo seu sexo?.

O argumento que máis se repite no conxunto de estudos existentes é o da consideración de Rosalía como debedora da poesía de Bécquer e, mesmo, de Espronceda (ou Campoamor) de xeito que a súa poesía non viría ser máis que unha imitación escrita pola influencia e inspiración espertada por estes autores. Naturalmente o motivo que subxace neste tipo de argumentos é a consideración de que a obra de Gustavo Adolfo Bécquer ten máis importancia que a de Rosalía de Castro, así:

Hay extrañas afinidades entre Rosalía de Castro, la cantora del Norte, y Gustavo Adolfo Bécquer, el andaluz, que nacieron con diferencia de pocos meses, murieron ambos prematuramente y lograron renombre con poesías de naturaleza no dispar publicadas en la fecha de su muerte, aproximadamente...Hoy [Bécquer] aparece junto a Rosalía de Castro, aunque a altura algo mayor, representando al neorromantismo del octavo decenio del xix en la poesía lírica. [Gredos 54]

Su poesía directa es hermana de la de Bécquer y ha dejado su impronta en muchos, aun en la métrica. [Aub]

Junto a la obra de Bécquer —a la que unicamente cede en importancia como precursora de la futura trayectoria de la poesía española—, estaba la de Rosalía de Castro. [Ariel]

Al mencionar a Bécquer mencionamos precisamente un antecedente directo para la poesía de Rosalía de Castro. Recuérdense las fechas de aparición de sus libros: si el primero, de 1863, está conectado con la lírica popular, los otros dos son de 1880 y 1884; es decir, posteriores

en unos diez años a la publicación póstuma de las obras de Bécquer, aparte de los versos de este que aparecieron en revistas cuando aún vivía el poeta. [...] Si el recuerdo de Bécquer es visible en ella, el de Campoamor, menos importante, también ocurre a veces. [Luis Cernuda en Crítica 1]

De reflexionarmos no porqué de afirmacións deste tipo comprobaremos que os motivos principais son varios, en primeiro lugar un feito evidente relacionado co punto anteriormente tratado: Bécquer é home e Rosalía muller e este feito, cuxa mención pode semellar case ridícula, é determinante. A historia literaria está feita predominantemente por homes e a literatura das mulleres, aínda que fose considerada no momento da súa produción (cousa que tampouco acontecía) non ten un oco destinado para ela. A isto hai que sumarlle o segundo aspecto que tamén é recollido nestes comentarios: Bécquer é andaluz e Rosalía galega, aínda máis, podemos eliminar completamente a comparación becqueriana neste caso⁷ e argumentar que a discriminación é debida ao feito de ser Rosalía galega, consciente e reivindicativa da súa galeguidade, orgullosa da súa terra e motivada por lle facer ver ao resto de España que Galiza non era unha terra de salvaxes dos que se podían aproveitar impunemente.

Evidentemente estas consideracións non resultan importantes para a literatura española que diante da figura dunha poeta xenial con parte da súa produción en castelán vese “obrigada” a asimilala e para integrala compáraa e chámaa abertamente debedora dun outro poeta que recoñece como un dos seus maiores xenios líricos e cuxa principal liña temática é claramente a sentimental; non é preciso ter en conta unha cronoloxía rigorosa que nos afirme que é Rosalía quen incita a Bécquer a ler a Heine, de quen ambos beben; non é posíbel para a literatura española recoñecer que un dos seus máis grandes poetas recibe a súa inspiración definitiva da recomendación dunha autora “de provincias”; canto ás referencias a Espronceda o máis probábel é que a súa obra formase parte da “enciclopedia cultural” rosaliana por ter esta feito a súa lectura como sería natural non só nela senón en todos os autores da época. Este argumento garda unha estreita relación co feito de se ter considerado a Rosalía como unha poeta da intuición, que se deixaba levar polo que ouvía aquí a acolá, sen coñecementos profundos de literatura e moito menos de métrica; que a un tempo podemos por en relación coa previa condición rosaliana de muller, dubídase da

intelectualidade de Rosalía porque era unha muller e, como tal, non se ten en conta a súa participación en tertulias, o seu interese pola cultura nin as súas lecturas, considerando en todo caso que se trataba da influencia que sobre ela exercía Murguía como xa vimos no punto anterior.

Mais neste caso debemos mencionar unha excepción, hai varias historias da literatura española que recoñecen a Rosalía como unha verdadeira revolucionaria da poesía do seu tempo aínda que a maioría delas só ousan equiparala a Bécquer mantendo con argumento principal a “común” temática sentimental.

Como la de Bécquer – pero de una forma más intensa –, la poesía de Rosalía de Castro denota una ansiedad febril, una inquietud angustiosa por algo vagamente sentido [Vicens-Vives]

Rosalía de Castro añade otro matiz a esta corriente, aunque también pertenece al grupo germanizante de Sanz y Bécquer. A diferencia de Gustavo Adolfo, Rosalía está inserta en el mundo, y se hace portavoz de los temas del proletariado gallego. [Taurus]

Si Bécquer es el primer poeta del siglo xix en lengua castellana, idéntica primacía corresponde en su lengua vernácula a Rosalía de Castro (1837-1885), quien, además, con su reducida obra lírica en castellano, es capaz de resistir el parangón con el gran poeta sevillano, colocándose muy por encima de cualquiera de los otros poetas que fueron sus contemporáneos. [Poesía]

Outros temas interesantes para comprendermos mellor a abordaxe do tema rosaliano que fai a historia da literatura española son o que podemos denominar “costumismo” por unha parte e intimismo desmesurado por outra e que poremos en relación coa análise que estas historias fan da obra en galego de Rosalía de Castro, que, aínda que é un tema que non as atinxe, é tratado por moitas delas sen o menor reparo e, en moitos casos, con grande descoñecemento das circunstancias de produción destes textos.

En moitos casos, ao falar de *Cantares gallegos* afírmase que é unha obra de raíces costumistas ou folcloristas, como se estes termos fosen sinónimos perfectos, esquecendo que se trata dunha obra que afínca a súa base no popular. O costumismo

non está presente nos *Cantares*, non son as composicións que integran a obra cadros fixos, descrições de ambientes e tipos estáticas sen máis senón que hai vida, enerxía e movemento que é precisamente o que Rosalía pretende resaltar e dar a coñecer de Galiza, dignificando o seu pobo, os seus costumes e tradicións e reflectindo unha sociedade oprimida.

As historias da literatura española insisten en xustificar a creación de *Cantares Gallegos* na tendencia do século XIX a recrear composicións populares coa intención de chegar ao verdadeiro espírito do pobo, ao *volkgeist* mais o camiño iniciado por Rosalía non se detén na simple recreación ou admiración do popular ao pretender á absoluta dignificación e enaltecemento do seu pobo. A innovación que supón este tratamento do popular no campo literario galego é formulado do seguinte xeito pola literatura española:

En su primera obra, Cantares gallegos (1863), se refiere al paisaje y a los motivos capitales de la vida rural de su tierra —los amores de la aldea, las romerías, la melancólica “saudade” del campesino, obligado por la miseria a emigrar a Castilla... —, adaptando los ritmos a la poesía popular de Galicia. [Vicens-Vives]

La mayoría de poemas de esta colección [Cantares] están formados por canciones de amor, llenas de ternura y suaves quejas, y por poemas que expresan la sabiduría popular a veces de un modo satírico. Pero el sello de la personalidad de Rosalía es menor en éstos que en el grupo secundario de poemas en el que el tema no es el sentimiento individual sino las reacciones de la poetisa ante la misma Galicia, sus campos, sus caminos, sus lugareños y especialmente ante su situación contemporánea [a da propia Rosalía]. [Ariel]

Sus canciones de despedida y de ausencia reflejan los sentimientos de generaciones de emigrantes forzados al exilio por condiciones que Rosalía atribuye con resentimiento al predominio de Castilla. Aquí su poesía hace sonar una nota viril de orgullo y reproche. [Ariel]⁴

Rosalía publicará su primera obra fundamental, Cantares gallegos, que verán la luz en Vigo. Con esta su primera obra en lengua vernácula, todavía —como ha señalado J. L. Varela— no específicamente rosaliana, dirigida más a plasmar el espíritu del pueblo que el suyo propio... [Poesía]

Canto a *Follas Novas* a análise responde aos mesmos prexuízos mais a temática á que se apunta constantemente é a do sentimento exacerbado, á do descontrol emocional, sen considerar que aparecen nesta obra outras moitas liñas temáticas e que o mesmo sentimento presenta opcións moi diversas. As consideracións fundamentais ao respecto desta obra residen no tratamento do prólogo; as “Dúas palabras da autora” dan pé a liñas de lectura completamente diverxentes segundo partamos da consideración ou non de que Rosalía está a empregar a ironía nas referencias que fai a actividade da escrita nas mulleres que é o elemento máis resaltado nas historias da literatura galega:

La segunda colección de sus poesías lleva el título de Follas novas. Si el primer libro rebosa de toda la lozanía y frescor de sus años juveniles, y seduce al ánimo del lector por el candor popular que impregna sus composiciones, en Follas novas suena una melancólica música de balada y apunta ya la amarga sonrisa del desengaño...la nota dominante es un dolor resignado y una suave tristeza. ([Montoliú],pp.787-788)

La alusión a lo externo es ya sólo un recurso para la expresión elegíaca e lo íntimo; en este sentido la naturaleza aparece ahora como puro símbolo de su desengañada nostalgia. ([Vicens-Vives], p. 496).

Los poemas de las Follas novas son el fruto de una visión más profunda y melancólica. Asociar esto simplemente con el modo de ser gallego, o con el complejo de orfandad (del que Rosalía indudablemente sufría)... ([Ariel], p. 172)

Mantense unha tendencia predominantemente tradicionalista na análise, na que o que prima, é resaltar a expresión do sentimento fronte a múltiples factores analizábeis de *Follas novas*. [ARIEL] incorre mesmo no biografismo, liña que, mesmo se xustifica mediante o achaque a Rosalía de padecer o Complexo de Polícrates que lle impediría ser capaz de gozar da felicidade por un temor permanente a que esta remate e a dor provocada sexa máis aguda que o pracer obtivo.

Dúas obras fican fóra da análise realizada até o momento, representan tendencias ben diferenciadas na historiografía literaria española a respecto da figura de Rosalía de

Castro, dúas pequenas notas mais perfectamente representativas de concepcións ideolóxicas opostas, así, [SOCIAL] (menos coñecida e afastada do uso como “manual”) non reproduce a versión “oficial” que presentaba a Rosalía como debedora da obra de Bécquer senón que afirma a superior calidade da súa obra:

La poesía de Rosalía de Castro (1837-1885) es quizá incluso más interesante y rica que la del propio Bécquer

Su lírica gallega (Cantares Gallegos, 1863 y 1872; Follas Novas, 1880) se sale del marco del presente libro, pero es imprescindible señalar, en cualquier caso, su auténtico galleguismo y su defensa apasionada y emotiva del hecho diferencial, manifestado ello no sólo por su temática y sensibilidad, sino más en concreto también, por sus directos y violentos ataques contra el centralismo imperante, con notas incluso sociales.

Moi interesante en tanto non segue o ronsel habitual de comentarios sobre a saudade e o sentimentalismo que inundan a obra de Rosalía, senón que tende a unha análise do contido, dos temas tratados, dos que se salientan os políticos e sociais, a defensa que Rosalía fai da súa terra fronte ao abuso de Castela. As referencias ao tema de Castela na poesía rosaliana son moi mal consideradas habitualmente pola crítica española que as considera “desvaríos” agudizados polo sentimento que lle provoca estar fora da súa terra e, mesmo, polo feito de non ser unha escritora recoñecida fora dela mentres que nesta obra se recoñece a temática patriótica de Rosalía mais non se despreza nin denigra, non se considera máis que froito da realidade vivida⁵.

A reflexión final, a modo de conclusión, que [SOCIAL] fai sobre Rosalía de Castro resulta impresionante nunha historia da literatura española de finais dos anos setenta; vén a ser unha das máis lúcidas e veraces que é posíbel atopar condensada en poucas liñas. O texto final é o seguinte:

El sistema se considera obligado a defenderse de una serie de peligros ofrecidos por Rosalía de Castro: novedades formales, imaginación y sensibilidad, la «filosofía» alemana, la mujer compitiendo con el hombre, y, aunque no se dice el galleguismo frente al centralismo. La Restauración tiene sus reglas, no sólo literarias.

Que se ofrece como reflexión a respecto dos comentarios da Real Academia Española a *En las orillas del Sar* (composicións que segundo eles “se ven oscurecidas por no pocos deslices artísticos, extravagancias de forma y nebulosidades metafísicas que generalmente proceden del prurito de imitar la escuela germana, que no siempre están al alcance de la mujer española”). Inaugurando unha tendencia de comentarios rosalianos constantes durante moitos anos (aínda presentes desgrazadamente hoxe en día) e que, afortunadamente, son rebatidos ou, cando menos, postos en dúbida, por obras como [SOCIAL].

A outra obra seleccionada representa a liña argumental contraria á de [SOCIAL], así en [CÁTEDRA] aparecen reflectidos boa parte dos argumentos usados tradicionalmente para denigrar a imaxe rosaliana. A nota sobre Rosalía inclúese dentro do capítulo do Modernismo, nun subapartado denominado “Poetas periféricos”. O primeiro que se aporta é unha referencia novamente en masculino (“El más importante de todos es la gallega Rosalía de Castro”)

Sobre a súa obra en castelán as afirmacións non son nin sequera correctas e, remitíndose a comentarios de Luís Cernuda, regrésase á filiación becqueriana (e non satisfeitos con esta á de Campoamor) da obra de Rosalía que ademais é cualificada novamente de torpe ou pouco novidosa na súa composición:

Una de las más originales de la escrita en castellano, cuyo único libro en este idioma apareció en 1884 con el título de En las orillas del Sar. Luis Cernuda ha señalado la influencia que ejercieron en su obra Campoamor y, sobre todo, Bécquer, si bien considera que su técnica y su métrica son menos revolucionarios que los del sevillano.

Rosalía comparte su intimismo con acentos de protesta social motivados por la postergación a que cree sometida a Galicia. (a itálica é nosa)

Comentario final do apartado que, desde logo, non ten nada de inocente; en primeiro lugar a temática a

que verdadeiramente se salienta é a introspectiva que se ve salpicada por toques de temática social, mais este tema falla desde a base posto que partiría da crenza (que se evidencia, consideran errónea) de que Galiza sufriu toda unha serie de abusos históricos baixo o dominio de Castela.

Para finalizar resumiremos unha serie de ideas que fican na mente do lector ou do investigador após consultar o apartado dedicado a Rosalía de Castro no *corpus* elixido de obras da historiografía literaria española. Teremos a imaxe dunha autora “sentimentaloide”, sen cultura nin coñecementos e, polo tanto, arrastrada pola intuición na súa creación literaria, traumatizada por ser filla de nai solteira (até límites insospeitábeis se nos deixamos levar polos comentarios que estas obras realizan), tradicional e temerosa de Deus, choromiqueira e hipersensíbel, incorrendo continuamente no erro do biografismo..

A visión que se ofrece de Rosalía non é deturpada mediante a denigración; esa posibilidade vese moi reducida na actualidade dado o alcance que ten acadado a súa figura, así que o máis común é recorrer á sublimación, que é a que a transforma na “santa”, na “chorosa”, na figura con capacidade de sufrimento para redimírnos a todos os galegos. Este exceso é moito máis difícil de combater que o recurso ao insulto directo e é o principio xerador da imaxe que, maioritariamente, temos –galegos e non galegos– dunha muller que, nin moito menos, merece ficar reducida a ese papel baleiro de significado real pola súa salientábel loita a prol da necesidade social da igualdade de condición para homes e mulleres e polo seu intento de facer ver os abusos que España mantivera sobre o pobo e o territorio galego.

Canto ás débedas que se lle atribúen a Rosalía literariamente, nomeadamente a filiación becqueriana – a maior parte delas proceden de prexuízos criados e alimentados durante anos polas historias da literatura española mais que se transvasaron a determinadas obras da literatura galega. Téndomos claro que Rosalía de Castro e a súa obra pertencen ao sistema literario galego non podemos permitírnos o luxo de intentar realizar os nosos estudos científicos partindo da mesma base que os da literatura española posto que nos atopamos en lugares en contacto (por condicións xeográficas e políticas evidentes) mais totalmente diferentes, do mesmo xeito, non podemos atribuírnos os problemas na interpretación rosaliana das historias e manuais

de estudo da literatura española na maior parte das ocasións, este é un erro cuxa responsabilidade é totalmente nosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Antonio Souto, Ana e outros. (1985) *Rosalía de Castro, unha obra non asumida*, Lugo: Edicións Xistral.
- Armas García, Celia María. (2002) *As mulleres escritoras (1860-1870). O xenio de Rosalía*, Santiago de Compostela: Laiovento.
- Blanco, Carmen. (1991) *Literatura galega de muller*, Vigo: Xerais.
- García Negro, María Pilar. (1996) «Literatura feminina e feminista da segunda metade do século XIX» in *Historia da literatura galega*, Vigo: A Nosa Terra/ AS-PG.
- González Besada, Augusto. (2004) *Rosalía Castro*, Vigo: A Nosa Terra.
- Lefevre, Andre. (1992) *Traducción, reescritura y manipulación del canon literario*, Salamanca: Ediciones Colegio de España.
- March, Katheleen. (1998) «A verdadeira Rosalía» in *Terra e Tempo*, número 6/7, p. 41-42.
- Pociña, Andrés e Aurora López. (2000) *Rosalía de Castro, estudos sobre a vida e a obra*, Santiago de Compostela: Laiovento.
- Riobó Sanluís, Pedro P. (1990) «Rosalía de Castro na historia da literatura» in *Rosalía viva*, Vigo: A Nosa Terra, 49-53.
- Rodríguez, Francisco. (1988) *Análise sociolóxica da obra de Rosalía de Castro*, Vigo: AS-PG.
- _____. (1990a) «Achegamento a unha Rosalía sen mixtificacións» in *Rosalía viva*, Vigo: A Nosa Terra, 8-19.
- _____. (1990b) *Literatura galega contemporánea (problemas de método e interpretación)*, Vigo: Edicións do Cumio.

¹ Unha das nosas principais preocupacións á hora de seleccionar as obras das que faremos comentario foi a de contar con textos que abranguesen un marco cronolóxico o máis amplo posíbel e que se tratase tanto de obras como de autores ou responsábeis de publicación de recoñecido prestixio no ámbito dos estudos literarios. No caso da literatura española o número de traballos sobre a época romántica é inxente, o listado que incluímos recolle aquelas de maior uso e máis recomendadas no ámbito universitario procurando unha certa pluralidade.

² Por simple que pareza unha gran maioría de estudantes de diversos niveis do ensino pensarán que os autores e obras non recollidos nos seus libros de texto ou manuais non teñen a suficiente calidade para figuraren alí. Esta é unha suposición do máis frecuente, case ninguén se detén a reflexionar sobre o feito de que o que aparece nun manual está aí simplemente porque alguén así o decidiu e os motivos que o levaron a incluír ou non un determinado texto ou autor ou a concederlle maior relevancia a uns sobre outros poden ser do máis variado. A súa selección pode estar condicionada polas circunstancias históricas, ideolóxicas, relixiosas, etc.

³ A literatura española ignora sistematicamente a existencia destas novelas, non podemos por menos que pensar que este é un esquecemento totalmente deliberado e, mesmo, ousamos aventurar un outro motivo alén da temática socialmente revolucionaria das obras, que se concretaría no exceso de ego por parte da literatura española: é evidente que aínda que a súa lingua sexa o castelán o imaxinario do que parten as obras é o galego co que se enfrontarían cun problema de adscrición mais a isto habería que sumarlle ese feito cualificado como “ego”; o Romanticismo español é un movemento nomeadamente poético, con escasas manifestacións teatrais e case nulas na narrativa, o feito de incluíren á Rosalía narradora dentro da súa historiografía e, dado que forzan a súa figura para asentala dentro do Romanticismo, significaría que Rosalía de Castro, muller e galega (e o peor consciente e orgullosa das dúas cousas) pasase a ser a figura máis importante da narrativa da súa época, cunha obra sen parangón na literatura española do XIX. D e non pretender introducila na literatura romántica española a súa obra debería ser considerada un claro antecedente da novela de Galdós e Clarín, feito que tería idénticas consecuencias.

⁷ Agás no caso da cita de [GREDOS 54] que nos parece profundamente significativa porque nela está presente un importante dato: Bécquer é definido no seu territorio natural, “el andaluz” mentres que Rosalía non é deliberadamente identificada co seu país e pasa a ser de orixe indefinida coa expresión “la cantora del Norte”.

⁴ Como podemos observar este último comentario que intenta xustificar o desprezo que Rosalía mostra sobre os casteláns polos abusos que cometen sobre o seu país e a súa xente leva engadido un apunte máis de misoxinia, por escribir como escribe Rosalía mostra para Shaw en [ARIEL] un trazo de tipo viril, non sería propio, pois, dunha muller, unhas acusacións e reivindicacións semellantes.

⁵ Habería que sinalar tamén un feito que non por representar un pequeno detalle debe pasarnos desapercibido, ao mencionar as obras de Rosalía en galego son sinaladas dúas datas para *Cantares gallegos*, de xeito que se recoñece a primeira edición e a reimpresión feita en vida da autora; é unha forma máis de constatar que Rosalía foi unha grande autora, con éxito suficiente como para acadar unha reimpresión dunha obra poética en galego.

Marcadores conversacionais como marca de cortesía no Galego actual

Marisa Moledo Leirado
(Universidade da Corunha, Galiza)
www.udc.es/principal/ga

A conversa é uma forma de comunicação entre pessoas estreitamente ligadas ao contexto social e cultural em que se produz. Como forma de interacção, os participantes da conversa desejam, no geral, que esta se realize de forma agradável tanto para eles mesmos como para os demais, e é por isso que recorrem a códigos de conduta considerados socialmente válidos pelo grupo sociocultural de que fazem parte, facilitando assim o intercâmbio comunicativo e o favorecimento das relações sociais. Isto é realizado através de meios linguísticos e não linguísticos e constituem o que neste trabalho vamos denominar cortesía.

Na linguística galega existe um grande vazio neste campo e são escassos os estudos que tratam a língua fora do contexto puramente gramatical ou semântico. Porém, por se tratar a língua de um acto comunicativo, estes enfoques são insuficientes e precisa-se acudir a explicações pragmáticas para a sua completa caracterização, contribuindo assim à normalização da língua em todos os âmbitos da sociedade galega. Devemos ter em conta também a importância que tem o estudo da cortesía no galego, se pensarmos no ensino da nossa língua tanto para estudantes nativos como não nativos, especialmente no que se refere às competências sociolinguísticas e pragmáticas.

Por ser este um tema demasiado extenso para se tratar aqui, focalizaremos a nossa atenção em um dos mecanismos de cortesía do galego actual, os marcadores conversacionais, que informam indirectamente as repercussões do que se observa no âmbito dos falantes, cumprindo, em ocasiões, uma função fática que se vincula à cortesía.

Começaremos fazendo uma breve revisão do quadro teórico e metodológico adoptado na nossa pesquisa, para a seguir nos centrarmos nos resultados tirados a partir de um corpus oral analisado, atendendo à actuação dos marcadores discursivos presentes, e prestando especial atenção às interferências linguísticas derivadas da imposição do castelhano, já que é no âmbito da língua oral onde, infelizmente, houve uma maior penetração.

1. OS MARCADORES CONVERSACIONAIS NO GALEGO ACTUAL

Parece necesario xustificarmos, en primeiro lugar, a escolla terminolóxica á hora de falarmos de marcadores que interveñen na comunicación oral, aos que nos refiriremos como marcadores conversacionais – denominación empregada tamén por outros estudiosos como Martín Zorraquino, Portolés Lázaro, Marcushi ou Villaça Koch – por funcionaren estas unidades na lingua oral, implicando isto a existencia de un emisor, un ou varios destinatarios e unha mensaxe que debe ser interpretada por estes. Outras denominacións posíbeis para designar a este grupo de marcadores tan

heteroxéneo son “conectores fáticos”, “fórmulas interolutórias”, “conectores pragmáticos”, “marcadores discursivos de control de contacto” etc. O feito de termos escollido a fórmula “marcadores conversacionais”, e non outros, é porque consideramos que esta é unha etiqueta máis xeral que pode englobar todas as partículas que actúan na conversa, tanto formal como informal, ao tempo que non se centra unicamente nunha das súas funcións, senón que atende tanto á función textual como á función interaccional. Estas dúas perspectivas – textual e interaccional – foron propostas por Luís Cortés e Matilde Camacho (2005) no seu estudo sobre os papeis dos marcadores discursivos no procesamento do discurso oral. Estes autores parten da existencia de dous macrogrupos tendo en conta as instrucións que un marcador provee ao ouvinte (2005: 144):

- Marcadores textuais: advirten o ouvinte das deducións que ten que facer para coñecer de que xeito se fala, cal é a postura do falante respecto do referente, que clase de operacións lóxico-lingüísticas se están a realizar e se o tema se encontra ao principio dun texto, no medio, no final ou se se pode continuar ou non.
- Marcadores interactivos: relacionan ou articulan unidades discursivas e informan das repercusións do que se enuncia no ánimo dos falantes, tendo moito a ver as constricións culturais e a cortesía.

Os marcadores pertencentes a un ou outro grupo son complementarios, é dicir, un marcador interactivo tamén axuda á cohesión e coherencia do texto e un marcador textual sempre conta, en maior ou menor medida, cunha proxección socioafectiva. Cortés e Camacho (2005: 145) din o seguinte:

El uso de marcadores de estructuración, que son textuales por propia naturaleza, pueden interpretarse, desde el punto de vista de la interacción, como proveedores de claridad o congruencia, como manifestación de una postura cortés y empática por parte de quien los usa, y además, se convertirán en pistas sobre esas personas: sobre su nivel cultural, sobre su talento y maneras, etc.

En relación con isto cómpre sinalar que os marcadores poden desenvolver unha función primaria e unha función secundaria, ou mesmo varias funcións primarias ou unha función primaria e varias secundarias. Vexamos un exemplo:

*Entonces, foi o rapaz è díxollo. Dixo: **Pois**, díxome esto, que cando estaba no altar lle decía que , que usté ê o que me roubaba as galiñas, que me daban dous reás*

O marcador **pois** manifesta unha función primaria textual xa que presenta un comentario novo, funcionando polo tanto como marcador iniciativo. Da mesma maneira, albergaría unha función secundaria interactiva xa que, cando no se acomoda á reacción buscada acompáñase dunha subida de ton, evidenciándose polo tanto a actitude do enunciador.

Marchushi (2001: 61), moi en consonancia co anterior, sinala que “observei que, quanto às funções, tais sinais ou marcadores operam sob duas formas: conversacional e sintáctica”. Este autor brasileiro sinala que, en relación ás funcións conversacionais, estas unidades pragmáticas poden ser consideradas segundo dous aspectos: sinais producidos polos falantes, sobre os que di que “servem para sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, monitorar o ouvinte, explicitar intenções, nomear e referir ações, marcar comunicativamente unidades temáticas, indicar o principio e final de uma asserção, dúvida ou indagação, avisar, antecipar ou anunciar o que será dito, eliminar posições anteriores, corrigir-se, auto-interpretar-se, reorganizar e reorientar o discursos etc”; e sinais producidos polos ouvintes, indicando que son producidos “durante o turno do interlocutor e geralmente em sobreposição, que servem para orientar o falante e monitorá-lo quanto à recepção [...]”.

Tras esta pequena análise dos postulados que importantes teóricos teñen a respecto dos marcadores protagonistas deste traballo, comentaremos algúns aspectos que debemos ter en conta antes de darmos unha definición dos marcadores que operan na conversa:

- a) Non se pode trazar un límite entre o conversacional e o non conversacional, pois todo discurso é, en esencial, dialóxico e, por tanto, marcadores máis propios do ámbito escrito aparecen nos discursos orais e viceversa.
- b) A determinación de pertenza de un marcador a un grupo ou a outro vén condicionada sempre polo contexto, xa que a maioría destas unidades non descritivas poden cumprir unha función diferente dependendo da situación

comunicativa, ou mesmo marcadores diferentes poden realizar a mesma función.

- c) Os marcadores discursivos forman unha categoría aberta e polo tanto introdúcese na lingua oral, e varían ao longo do tempo, característica que non é tan visíbel naqueles marcadores que actúan principalmente en textos escritos, ou mesmo nos textos de índole máis formal.

Téndomos en conta estes tres aspectos definimos os marcadores conversacionais como aqueles que axudan a guiar o ouvinte sobre as intencións do falante, o cal pretende salvagardar, na maioría das ocasións, a súa imaxe e a do seu receptor a través dunha relación interaccional cortés. Ao utilízalos o falante pode chamar a atención do ouvinte, persuadilo para que mude de parecer etc, mais normalmente mitigando estas actitudes que poden resultar agresivas co uso destas partículas. Alén disto, os marcadores conversacionais tamén poden ir dirixidos á propia mensaxe, é dicir, estruturando o contido, mais nunca contribuíndo con información nova sobre o desenvolvemento do tópico. Asumimos por tanto neste traballo a existencia de dúas macrofuncións na organización do discurso oral: a textual e a interaccional, en relación ás cales analizaremos os usos dos marcadores que operan no galego actual.

2. MARCADORES CONVERSACIONAIS

COMO MARCA DE CORTESÍA NO GALEGO ACTUAL

Como xa foi comentado unha das principais funcións dos marcadores na conversa é a de interacción, mostrando na maioría dos casos unha cooperación co interlocutor que se traduce no que nos chamaremos cortesía. Considerando isto definiremos o concepto de cortesía e analizaremos de que maneira os marcadores do galego actúan como mecanismo cortés.

2.1 QUE ENTENDEMOS POR CORTESÍA?

Antes de darmos unha definición de cortesía, debemos ter en conta unha serie de aspectos que interveñen na comunicación e que se evidencian polo feito de os falantes mudarmos a forma de falar en función da situación comunicativa en que nos encontremos.

Os seres humanos pretendemos ser aceptados dentro dun grupo social, e por iso tentamos proxectar unha imaxe que mostra as características que se consideran válidas para esa comunidade. Isto é o que denominaremos imaxe positiva. Mais existe un segundo tipo de imaxe, a negativa que se caracteriza polo desexo de cada persoa de manter a súa individualidade e o seu territorio, isto é, a distancia de seguranza que temos os humanos e que cando é traspasada provoca malestar. Por exemplo, se alguén nos preguntase polas nosas relacións sexuais, talvez nos sentisemos ameazados, xa que penetrarían no noso territorio de seguranza e, por tanto, estarían a realizar un acto non cortés. Como é lóxico isto dependerá das normas que rixen cada cultura pois o que para un grupo pode ser adecuado para outro pode ser desagradábel e descortés.

Así as cousas, entendemos a cortesía como un conxunto de estratexias conversacionais destinadas a evitar ou mitigar os conflitos que poidan xurdir entre os obxectivos do emisor e dos receptores; así como o conxunto de normas sociais establecidas por cada sociedade para regular o comportamento dos seus membros.

Pasaremos a continuación a analizar a actuación dos marcadores do discurso como marcas cortés en galego a través de exemplos tirados do corpus da publicación *A Nosa Fala* (2003), que recolle 43 gravacións de persoas de distintas áreas da xeografía galega coa súa correspondente transcripción. Está dispoñíbel na web do Consello da Cultura Galega (www.consellodacultura.org).

2.2 RELACIÓN ENTRE A CORTESÍA E OS MARCADORES DO DISCURSO EN GALEGO

Como sinala Koch (2003: 107) a conversa é “un ato social, no interior de situacións sociais que são modificadas ou mesmo constituídas através desses atos” e onde “cada indivíduo tem uma face externa (“positiva”) –o modo como deseja ser visto pelos outros– “ e tamén unha face interna (“negativa”), seu territorio íntimo, que não gostaria de ver invadido”.

Cando o falante emite unha mensaxe tenta que o ouvinte comprenda adecuadamente o significado que este pretende transmitir e, con esa finalidade, estrutura o texto e interacciona co receptor para se asegurar do mantemento da súa atención. Así, o falante está a realizar un acto cortés, non só satisfacendo os desexos do

destinatario, senón os seus propios, xa que o intercambio comunicativo se realiza satisfactoriamente.

Vexamos isto a través de un anaco de un texto recollido en Chantada (Lugo), para despois adentrámonos máis en profundidade no estudo dunha serie de marcadores que tratan, na súa maioría, de salvagardar a imaxe positiva de todos os participantes da conversa:

*Coñeces a moitísima xènte, **ò sea**, xènte que conocemos en Madrí, xènte de Madrí, eu que sei, de, andaluces, de, catalás, eu que sei, ábrete moito **¿non?***

*È tamén fomos a Formentèra è, nun barco, nun fèrri, desde Ibiza, è, **buèno**. Foi mui curioso, porque o primeiro que, que vimos ó chegar a Formentèra foi un, alí no puèrto, chámase o puèrto da Sabina, è o primeiro que vimos foi bar “El Rincón Gallego”. **Mira**, en Formentèra, no cu do mundo. È unha isla preciosa, **èh**, moito máis ca Ibiza...*

A fórmula **ou sexa (ò sea)** preséntase como un marcador textual que actúa na organización do contido do discurso, e é empregado polo falante coa intención de aclarar a primeira parte do seu enunciado, facilitándolle así ao ouvinte o entendemento. **¿non?** favorece ao peche do tema, cumpre polo tanto unha función textual neste sentido, ao tempo que o falante co seu uso está a exercer unha relación de cooperación co ouvinte, buscando a súa ratificación e cumprindo polo tanto neste senso unha función interaccional. O marcador **bueno**, actúa, ao igual que **¿non?**, como marca de peche do discurso, pois a continuación o falante introduce un novo tema. **Mira** cumpre unha función interactiva tentando captar o interese do ouvinte e facéndoo así partícipe do seu discurso. Xa por último a partícula **eh** é utilizada tamén para manter o contacto co interlocutor. É por tanto evidente que, o emprego de marcas que facilitan a interpretación do enunciado, provoca que a situación comunicativa se desenvolva satisfactoriamente.

Destes marcadores, a partícula **non?** é quizais unha das máis produtivas no galego actual. Ao introducila o falante no seu discurso está a implicar o interlocutor, tentando así de mostrar unha actitude amábel, cortés cara á súa figura. Cando este marcador vai en posición medial, aínda que sexa pronunciado con entoación decrecente –típica de oracións interrogativas–, non se espera por parte do interlocutor ningún tipo de reacción directa, senón que simplemente se pretende buscar a súa aprobación (Tèn

nasas, tèn nasas entón o pulpo chega arriba **¿nò?** cando vên, a veces non vên, a veces vên, è hai que matalo. Hai un espicho que se lle mète pola boca è mátase, buè[no]). Se a unidade non descritiva **non?** estiver situada en posición final, funcionaría como marcador de peche –na bibliografía internacional “tag questions” – invitando o ouvinte a que se produza un cambio de turno, mais sen o falante esperar tampouco unha resposta afirmativa nin negativa (Coñeces a moitísima xènte, ò sea, xènte que conocemos en Madrí, xènte de Madrí, eu que sei, de, andaluces, de, catalás, eu que sei, ábreste moito **¿non?**).

Moi común é tamén o uso de marcadores para mitigar unha acción que pode resultar violenta para o ouvinte, tal como unha orde ou unha petición. Por exemplo neste enunciado: *Agarda **home**. Pol’o d’agora non conven que fales a nadie d’eso*, o marcador **home** funciona ao servizo da cortesía, pois tenta manter as boas relacións entre os participantes no discurso, mitigando a agresividade que pode supor o feito de dar unha orde a alguén (*Agarda*).

Tanto o marcador **home**, como o seu apócope **ho**, cumpren en galego unha función fática que se vincula á cortesía, e que se relaciona coa necesidade que as persoas temos de aprobación ante os demais. Son por tanto marcadores que cumpren unha función claramente interactiva podendo desenvolver distintos valores segundo o contexto.

Un dos máis recorrentes é aquel onde o falante expresa a súa disconformidade con respecto a un feito ou a unha enunciación anterior:

- *¿Como estades tan flacos, eiquí? ¿Que comedes?*
- *Comemos castañas.*
- ***¿Òmbre!** Eiquí non pòde ser.*

Como se aprecia no fragmento proposto, o marcador **home** – que aparece sob a forma española *¿òmbre!* – está a funcionar nunha situación onde se mostra disconformidade con respecto a algo ou a alguén, podendo mesmo aparecer como enunciado autónomo expresando a mesma idea. Mais esta autonomía só é posíbel no caso de aparecer a forma non apocopada (**home**).

A través destes exemplos comprobamos que estas partículas funcionan como atenuadoras da intención do falante, sempre e cando a enunciación poida supor un ataque á imaxe positiva do interlocutor, ou co fin de reclamar a atención do ouvinte. Responden ambas as funcións ás características propias dos vocativos – categoría gramatical da que proceden – sinaladas por autores como Mc Carthy & O’Keeffe (2003).

Cómpre destacar pequenas diferenzas entre **home** e **ho**, pois mentres que o primeiro pode funcionar de forma autónoma guiando as inferencias, **ho** sempre vai acompañando un enunciado, caracterizado normalmente por ter unha carga elevada de agresividade que é minimizada co uso deste. Actúa en moitas ocasións con usos semellanzas aos de partículas como **por favor**, moito máis presentes noutras linguas como o inglés (*please*). En galego cada vez mais se está a substituír na lingua oral, por influencias externas, o uso deste marcador polo antes nomeado, o cal cremos que non deixa de ser unha interferencia máis na nosa lingua que é preciso analizar.

Outra partícula discursiva con un elevado uso no galego actual, especialmente na parte máis occidental, é **lo** que procede posibelmente da apócope do adverbio logo que, tras se gramaticalizar e se converter en marcador do discurso, perde toda referencia adverbial así como os usos que teñen a ver co valor consecutivo que conserva a forma non acopocada. Cumpre na actualidade unha función interactiva que pon en contacto o falante e o ouvinte, ao tempo que lle serve ao primeiro para reafirmar o que acaba de enunciar: *Tamên, pois si, é bonito eso, lò, navekhar, ver oitros bárcose, ò teu lado è saludar á xente doitros barcos ou incluso falar pola telefonía con eles*. O emisor precisa facer partícipe o receptor e asegurarse de manter a atención deste para así reforzarlle a súa propia imaxe, ao tempo gaña tempo para estruturar o resto da mensaxe a favor da boa comunicación.

A forma non apocopada **logo**, ou o que é máis frecuente **e logo?**, é hoxe moi produtiva no galego, tanto a nivel oral como escrito, chegando a ser empregada inclusive no español falado na Galiza. A súa principal función é a de presentar o membro do discurso en que figura como consecuencia de un membro anterior, procurando así que a mensaxe sexa interpretada polo ouvinte correctamente. Alén disto, introduce en numerosas ocasións unha explicación onde o falante tenta validar como certo o enunciado emitido con anterioridade. Isto refléxase perfectamente no

seguinte exemplo: *Pèro, ¿cómo que escándalo?, e lògho è escándalo pormeter, por facer unha oferta que fixen polo fillo que se me librara do servicio de armas.* Tamén pode – maioritariamente en posición inicial – darlle énfase ao que o falante vai dicir (*¿È lohgho cando queiras ter moço – díxenlle eu – cando queiras ter moço, non me, non me has de falar?*), ou, cando vai en posición final, pode introducir un enunciado do que se procura unha confirmación por parte do receptor (*¿Qué iba voando, lohgho?*).

Un uso semellante ten **sabes?**, funcionando ao servizo da cortesía ao procurar o falante co seu uso buscar a aprobación do seu receptor (*È, antes había aquí en Pereda, vamos unha ghran campiña, ¿sabes? Entonses hai que telo aí, colghado toda a noite. Ese è o ofisio da nécora*). Como se observa neste exemplo, este marcador discursivo axuda a restaurar a harmonía entre os interlocutores, evidenciándose unha amabilidade por parte do falante que non deixa de ser unha forma de salvagardar tanto a súa imaxe positiva – sendo cortés – como a do propio ouvinte. Máis habitual que **sabes?** é a fórmula **non sabes?**, que aparece sempre en posición final ou medial, pechando en numerosas ocasións un enunciado e cedéndolle así a quenda a outro participante da conversa.

Caso contrario é do marcador discursivo **mais**, que pode funcionar como estratexia para gañar o turno na interacción, actuando así como marcador iniciativo (*¿Pèro como o desarnèghabas?*). A partícula **pero**, que como sinala Freixeiro Mato (2005: 196) é sospeitosa de ser un castelanismo no galego, aparece, fronte a **mais**, case en exclusiva no córpora que manexamos, unha mostra máis da presión que o español exerceu e exerce sobre a nosa lingua. Porén, a proba máis evidente é a do marcador **bueno**, pois o seu uso está tan estendido no galego actual que se traspasou a todos os ámbitos lingüísticos e a todos os contextos debido, en parte, á súa multifuncionalidade. Esta partícula tamén actúa a favor da cortesía, pois funciona en certos enunciados como indicador de acordo (*Bueno, se, se a mula dá dous litros de leite cada doce horas, eu cómprolle a mula*) reforzando así a imaxe positiva do que fala e protexendo, ao mesmo tempo, a imaxe negativa do ouvinte.

Existen dous marcadores de procedencia verbal, **mira** e **vamos**, que tamén son moi rendíbeis na lingua. O primeiro aparece no corpus que manexamos en contextos moi diversos, cumprindo principalmente unha función fática ao se realizar unha chamada de atención sobre o ouvinte co obxectivo de que preste a atención necesaria

ao enunciado que o falante vai introducir (**Mira**, unha vez na Coruña, eu e mais unha prima carnal do Vítor, do meu Vítor). Mais unha función deste marcador é a de maximizar a ameaza do enunciado que segue, actuando por tanto, como marca de descortesía ao danar a imaxe do receptor (**Mira**, non volvas mais). **Vamos**, representa unha unidade pragmática que, aínda tendo distintos usos discursivos, cumpre unha función fundamental de reforzamento da imaxe positiva do interlocutor que se fai máis forte por se tratar dunha forma verbal en plural, pois inclúe o ouvinte na acción enunciativa que está a desenvolver (*còlles ó mellor, còlles, dous quilos, dous quilos è medio, **vamos** o quilo vai a dúas mil...*). Neste exemplo, alén do valor antes sinalado, o marcador **vamos** cumpre unha función textual que lle facilita ao ouvinte a estruturación da información.

Segundo apunta Zorraquino (1998: 4156) o marcador **claro** é o que permite desenvolver un maior número de estratexias comunicativas de “cortesía positiva”, pois co seu uso o ouvinte indícalle ao falante o seu interese pola conversa, á vez que equilibra a imaxe de ambos os interlocutores (**Claro** que iba polo aire).

Os marcadores comentados até o momento son os máis relevantes cuantitativamente, o cal non significa que non existan outros moitos que son moi habituais na nosa lingua, mais que polo tipo de textos deste corpus non son rexistrados. Citaremos para concluír con este apartado algúns deles máis sen facer unha caracterización tan profunda por carecermos de exemplos que poidan xustificar as nosas hipóteses canto ás súas funcións.

Respecto aos marcadores de procedencia verbal destacamos a presenza nun caso do marcador **olla!** (*¡olla! Non hai fábrica que tanto diñeiro teña dado*), moi presente no portugués actual e que ten uns usos semellantes ao xa comentado **mira**. Un só exemplo achamos tamén para **escoita** (*Oíche mullèr. N’o cre naide, **escoita***), que aínda que garda similitude cos marcadores citados, segundo sinala Marques (2002: 36) a respecto de **ouviste**, esta unidade sería en contextos como do que partimos –posición final– “marca de conflito entre os interlocutores” pois considera que “não constitui nunca um acto de pergunta, é sempre uma ameaça que maximiza o valor ilocutivo do acto de linguagem realizado”. Tamén o marcador que abre (**oíche**) este enunciado respondería ás características citadas para **escoita**.

As interxeccións que funcionan como marcadores tamén están presentes habitualmente no galego oral. Recóllense dous casos de **eh** (*¡Eh!, un michelín/ lè, entonces levaban, fixaran uns cestos así ghrandes, feitos especial ¡eh!, iè lògho tiñan dous fondos*). No primeiro mostra a sorpresa do falante perante o enunciado pronunciado con anterioridade, e no segundo fai unha chamada de atención cara o ouvinte antes de introducir unha nova información que completa a emitida precedentemente. Outras partículas interxectivas presentes son **ah**, **oh**, **ai**, **bah** etc.

Á vista destes resultados podemos tirar unha serie de características presentes nos marcadores discursivos que operan na conversa:

- a) Chaman a atención para a mensaxe que está a ser transmitida, buscando así que non se rompa a canle comunicativa.
- b) A maioría non son propios de rexistros formais, e polo tanto só operan no discurso oral.
- c) Son marca de cortesía.

3. OS MARCADORES DO DISCURSO COMO REFLEXO DA SOCIEDADE GALEGA

O estudo dos marcadores que operan nas conversa axúdannos a achegar datos sobre a situación sociolingüística do galego.

Deterémonos, a continuación, no que ao longo do traballo fomos denominando como interferencias lingüísticas cando nos encontramos con marcadores do castelán que se introduciron no galego coas súas funcións e usos. Quizais o caso máis representativo é o do marcador **bueno** pois como sinala Freixeiro Mato (2005: 111):

É un verdadeiro retrouso onnipresente en calquera acto conversacional, popular ou culto, formal ou informal, desenvolvido en lingua galega e inclusive nos monólogos da máis diversa condición; a interferencia deste marcador prodúcese igualmente noutras linguas peninsulares como o catalán e o éuscaro.

Comeza a se rexistar na nosa lingua no século XIX e na actualidade ten unha gran presenza nos discursos orais, evitándose nos textos escritos pola consciencia da súa procedencia castelá.

Outro caso salientábel de castelanismo é o de **o sea**, do que chama a nosa atención que só se recollan no corpus dous exemplos da forma propiamente galega **ou sexa**. Na actualidade non é tan visíbel o seu uso, polo menos en textos formais, como o de **bueno**, mais é de destacar que na lingua espontánea de moitos galegofalantes é demasiado frecuente.

Tamén o marcador discursivo **hombre** do español adquiriu nalgúns zonas da Galiza os valores de **home**, mais parece menos perigoso para a pervivencia do galego o emprego deste por ser propio só dunha área da nosa xeografía e por ser utilizado nalgúns casos conscientemente co fin de lle dar un matiz máis enfático ao enunciado que introduce.

Todos os casos mencionados até o momento podemos consideralos dentro do grupo que chamaremos interferencias lingüísticas, é dicir, os marcadores represéntanse sob a forma española aínda que normalmente manteñen os usos e valores propios do galego. Estes son visíbeis na lingua, mais non por iso menos perigosos que as interferencias pragmáticas. Así denominamos a aqueles marcadores que están a adquirir funcións propias doutros, restándolle protagonismo a aqueles que son máis característicos da nosa lingua. Un exemplo ilustrativo é o caso de **ho**, que como xa comentamos é utilizado para minimizar a ameaza que supón unha petición ou orde. Se atendemos á lingua dos nosos maiores comprobaremos como **por favor** – con valores semellantes aos de **ho** – se utiliza cunha menor frecuencia que na actualidade. Moitas veces isto achácase á falta de “educación”, mais nós consideramos que máis ben habería que dicir que é unha marca de descortesía noutras linguas que se espalla á nosa. Talvez a súa produtividade no inglés é o que provoca que cada vez máis se estea a trasladar ao noso idioma, téndomos en conta o proceso de globalización que sufrimos. Mais temos que recordar que cada sociedade se rixe por unhas determinadas regras de cortesía aceptadas polos seus membros e que sería moi perigoso que estas se perdesen. Por iso, alén de atender ao seu aspecto lingüístico, debemos tamén prestar atención ao aspecto pragmático, esquecido en todo o relativo ao galego e asumido –en moitas ocasións – en consonancia co español.

Outro exemplo ilustrativo da asimilacións de patróns de cortesía é a diminución no uso do imperativo, moi presente na nosa lingua fronte a outras como o español ou o inglés. Se pensamos nunha conversa mantida durante unha reunión de amigos, alguén pode dicir “pásame o sal” sen que ninguén resulte ameazado, pois o ton en que se enuncia fainos inferir que non se trata dunha orde, senón dunha petición. Se agora pensamos nun contexto semellante, mais con persoas de fala inglesa posibelmente escoitaríamos *Can you give me the salt?*. Na realidade ambos os enunciados son válidos e aceptados por cada comunidade cultural, mais o último está a gañar terreo na nosa lingua, pois é sinal de boa educación a súa tradución directa: *podes pasarme o sal?*. Se voltamos a vista atrás, posibelmente ningún galego utilizase tal fórmula, sen ser por iso menos cortés, pois nas normas da súa sociedade esa conduta é aceptada como válida.

Poderíamos comentar moitos máis exemplos de maracadores que se introduciron na nosa lingua durante o longo proceso de castelanización que sufrimos, mais cremos que son suficientes para nos facer unha idea da situación sociolingüística do galego na actualidade. É posíbel que no momento en que a pragmática se comece a estudar nas aulas de galego o uso destas formas diminúa, pois potenciariase o uso de marcadores propios da nosa lingua.

4. CONCLUSIÓN

O obxectivo deste traballo non foi outro que o de comezar a encher o oco existente na lingüística galega a respecto daqueles elementos que afectan ao ámbito pragmático, tal e como son os marcadores do discurso. Centrámonos exclusivamente naqueles que operan na conversa, pois realmente son os que mellor reflicten o estado do galego na actualidade.

Se o que se pretende é unha normalización da lingua galega, non podemos esquecer aqueles aspectos que relacionan a lingua, a cultura e a sociedade, pois son estes tres piares básicos dunha comunidade. Alén disto, o galego debe ser estudado como lingua viva, é dicir no seu uso, podendo ser isto aproveitado no ensino do galego como segunda lingua, xa que o incremento de emigrantes á nosa terra pode supor un incremento de galegofalantes, sempre e cando os galegos esteamos dispostos – e iso

inclúen dispor dos medios educativos necesarios – de mostrar ao mundo a nosa cultura e a nosa lingua, mais non independentemente, senón como un conxunto.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cortés Rodríguez, L. & M. M. Camacho Adarve (2005) *Unidades de segmentación y marcadores del discurso: elementos esenciales en el procesamiento discursivo oral*. Madrid: Arco Libros.
- Freixeiro Mato, X. R. (2005) *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito*. A Coruña: Universidade da Coruña.
- Koch, I. G. Villaça (2003) *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- MacCarthy, M. / O’Keeffe (2003) “What’s in a Name?”: Vocatives in Casual Conversations and Radio Phone-in Calls”. En Pepi Leistyna e Charles F. Meyer: *Corpus Analysis. Language Structure and Language Use*. Amsterdam: Rodopi, 107-118.
- Marcushi, L.A. (2001 [1986]) *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.
- Marques, M. A. (2002) “Conectores fáticos e construção da relação interlocutiva”. En I. M. Duarte, J. Barbosa, S. Matos & T. Hüsgen: *Encontro Conmemorativo dos 25 anos do Centro de Lingüística Universidade do Porto*. Vol. 2. Porto: Centro de Lingüística da Universidade do Porto, 31-39.

Um novo projecto: a Academia Galega da Língua Portuguesa

José-Martinho Montero Santalha
(Universidade de Vigo, Galiza)
www.uvigo.es

*Nota: esta intervenção e o debate que se seguiu
estão disponíveis no formato MP3, no seguinte endereço:*
<http://www.udc.es/dep/lx/cac/vo/20061004L01>

Desde há anos vem-se comentando nos ambientes reintegracionistas da Galiza a conveniência de constituir uma «Academia Galega da Língua Portuguesa». Aqui defende-se a necessidade (e mesmo a urgência) de realizar esse projecto. A «Academia Galega da Língua Portuguesa» é necessária, entre outros motivos, para que os organismos reitores dos critérios normativos da nossa língua nos restantes países lusófonos tenham na Galiza uma instituição congénere, que ostente com pleno direito a representação da Galiza nas decisões técnicas sobre a língua comum, prescindindo – dada a particular situação da Galiza – de se o poder político do momento as ratifica ou não.

Existe na Galiza, como é sabido, uma «Real Academia Galega» e outras Academias mais. A «Real Academia Galega» tinha entre os objectivos fundacionais a atenção à língua portuguesa da Galiza. Ainda que a instituição, sempre mediatizada pelas circunstâncias políticas, nunca foi muito activa, manteve durante anos a ideia guia da unidade linguística galego-portuguesa, como fica patente pelas normativas linguísticas que promulgou. Nos últimos anos, no entanto, coincidindo com a mudança na presidência, essa direcção mudou no sentido isolacionista. Em princípio, dada a existência de duas ideologias contrapostas sobre a identidade da nossa língua, a Academia podia ser um foro de encontro e debate científico e sereno. Mas alguns factos recentes parecem indicar que o caminho que se quer impor à instituição não se guia por esses critérios: os membros de tendência reintegracionista foram marginalizados, os que faleceram não foram compensados, e só se elegem novos membros que professem a concepção isolacionista. De facto, com as incorporações do último vinténio, o controle de qualquer actividade da instituição veio a ficar em mãos do Instituto da Língua Galega, o organismo que inventou a «língua galega independente do português» e que, por isso mesmo, outrora era feramente rebelde e

opositor às directrizes linguísticas da Academia. Por uma espécie de «síndrome de Estocolmo», a Academia foi ficando submetida ao poder do seu maior inimigo.

Vista essa situação, as perspectivas de que a «Real Academia Galega» se torne uma instituição cientificamente imparcial no assunto da língua da Galiza parecem escassas a curto prazo, e, tratando-se de uma instituição com grande dependência política, a sua evolução dependerá muito de factores políticos e, em geral, da situação política da Galiza, que, como já sugerimos, resulta difícil prever.

De todos os modos, qualquer que seja o futuro da «Real Academia Galega», a Galiza deve contar com uma «Academia Galega da Língua Portuguesa», de modo semelhante a como os diversos países de língua espanhola possuem as suas próprias Academias da língua.

Com este projecto, não se trataria de erigir uma instituição *contra* a actual «Academia Galega», mas de uma instituição alternativa, diferente, guiada por claros princípios de unidade lusófona e de cooperação com as correspondentes instituições dos demais países de língua portuguesa, e inspirada pelo amor à verdade e por um sincero respeito a qualquer outra opinião, em leal concorrência. Nem sequer deveria excluir a colaboração, ocasional ou habitual, com a «Real Academia Galega», e a possível existência de membros comuns. Mas os seus estatutos, os seus princípios reitores e os seus membros deverão estar clara e expressamente posicionados a favor do carácter lusófono da Galiza, excluindo de modo explícito e firme qualquer ideia de desmembração ou isolamento do território galego a respeito do restante âmbito linguístico português.

Evidentemente, esta instituição não interferiria de nenhum modo com os organismos de inspiração reintegracionista já existentes na Galiza, os quais devem continuar a existindo com a maior vitalidade possível: as características e os objectivos de uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» são distintos aos de organismos de tão decisiva importância, tanto para o presente como para o futuro, como são a AGAL («Associação Galega da Língua»), as «Irmandades da Fala da Galiza e Portugal», a «Associação de Amizade Galiza-Portugal», o «Movimento Defesa da Língua» e outros, com os quais naturalmente a nova instituição deverá colaborar estreitamente.

Uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» é necessária para que os organismos reitores dos critérios normativos da nossa língua nos restantes países lusófonos tenham na Galiza uma instituição congénere, que ostente com pleno direito a representação da Galiza nas decisões técnicas sobre a língua comum, prescindindo – dada a particular situação da Galiza – de se o poder político do momento as ratifica ou não.

Sou bem consciente de que a posta em andamento de um tal organismo tropeçará com grandes obstáculos. Antes de mais, poderão aparecer travas de tipo jurídico, e devemos esperar que os defensores da tendência isolacionista moverão todos os seus poderosos instrumentos políticos para impedir que chegue a estabelecer-se. Logo, haverá dificuldades de tipo económico: será precisa uma sede estável numa cidade importante da Galiza – preferivelmente em Santiago – e a publicação dalgum órgão oficial. E finalmente não deixará de haver, como sempre sucede nestes casos, os problemas de índole pessoal: por muito grande que seja o número de membros que se estabeleçam, não todas as pessoas que o merecem poderão ter cabida, o qual pode provocar em alguns ressentimento e até aversão.

Mas com todas estas dificuldades há que contar para qualquer coisa que se faça, e não creio que nenhuma delas seja insuperável se a comissão promotora souber agir com tino e com espírito aberto, alheio a todo género de sectarismo.

Corpus Musicum Gallæciæ

Rudesindo Soutelo
www.artetripsharia.com
www.soutelo.eu

"Limites são pontos de impasse, de conflito. Pontos de encontro e de imbricações. Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais. Os territórios femininos, assim como outros, constituem combinações, territórios híbridos. Não há limites a priori. Há percepções e interpretações que podem limitá-los, mas eles se revolvem e criam outras demarcações."

Estas são algumas considerações que a respeito dos limites do território feminino fez a Doutora Irene Tourinho da Universidade Federal de Goiás (Brasil) – investigadora de educação musical e cultura visual – como comissária da exposição "Mitos e territórios" no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo.

Nesse território feminino é que eu enquadro a música e mesmo toda a cultura, pois esse é o único território que pode definir a uma comunidade, um país, uma nação. Os limites desse espaço não os determina a política senão os criadores das senhas de identidade do povo, os poetas, compositores, romancistas, pintores, cineastas, escultores..., o mesmo povo.

Sem cultura própria não existe uma verdadeira coesão social nem sequer uma economia própria, apenas negócio, oportunismo, ou mesmo corrupção, fraude e caciquismo. E sem alta cultura também não há uma alta economia.

Alta e baixa cultura não é uma definição classista porque ambas coexistem em todas as capas sociais e interagem entre si. O grau de complexidade, elaboração estética, transcendência do ser, formação ética, é o que define uma expressão cultural e caracteriza a um povo. Se nos percebemos limitados é preciso revolvermo-nos para criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que nos limitam, mas sobretudo, criar massa crítica.

A música tradicional é uma reelaboração continuada por gerações sucessivas que a corrige, emenda, pule, aprimora, eleva delicadamente o grau de complexidade e a melhora até torná-la uma expressão perfeita do povo que a exprime, para assim transmitir as suas ideias, sentimentos e emoções dum modo requintado ao tempo que

singelo. Na música culta essa complexa elaboração a realiza um compositor com o engenho, habilidade e agudeza de espírito para captar a realidade oculta da sociedade na que está imerso e fazer reflectir à consciência social, daí que a maior parte das vezes, e isto é uma constante histórica, o reconhecimento do génio se produz pouco a pouco em gerações posteriores quando a sociedade consegue assimilar as suas propostas. Pelo contrário a baixa cultura não suscita dilemas, apenas entretenimento, passatempo, distracção, é a cultura do vagar, lazer ou preguiça, que é algo saudável e até necessário mas quando isso predomina no corpo social então a consciência também se torna preguiçosa. "Limites são pontos de impasse, de conflito".

As multinacionais que controlam o 80% do negócio mundial da música (Universal, Sony, Warner e EMI) identificam interessadamente a cultura com o ócio para logo a pôr à venda nessas modernas quinquilharias que chamam Centros de Ócio, onde o paradigma é a comida-lixo de vistosas cores e inutilidade alimentar. Bagatelas e miudezas culturais é o que nos oferecem as multinacionais do ócio global. Aí é que ninguém duvida da saúde da música galega, essa que a imprópria etiqueta 'celta' inseriu no negócio simplificador e consumista do ócio de encefalograma plano. Mas a alta música galega, tanto a música culta como o repertório tradicional que é alicerce e requintada essência do povo, não tem canais de difusão adequados nem proporcionais ao seu cometido cultural, e tão só existe pela vontade heróica dos compositores ou estudiosos que se negam a ser mercadoria narcótica e alienante. Mas nem toda a música alegadamente culta é alta cultura por si própria, nem toda a música popular, mesmo a de consumo de massas, é baixa cultura. Há "pontos de encontro e de imbricações", "territórios híbridos".

A música culta galega começa a sua história, escrita em cinco linhas, no século XIII, com as cantigas de Martim Códax e as de Afonso IX o sábio (X na Castela). O eminente musicólogo catalão Higínio Anglés disse que "é o maior monumento da música culta ocidental". Anterior a estas partituras temos o indecifrável códice de Fernando I, século XI, em escritura musical neumática e mais o famoso Códice Calixtino do século XII – contemporâneo do Pôrtico da Glória esculpido em pedra pelo Mestre Mateus – e que contem as primeiras polifonias conhecidas da música ocidental, escritas ainda em tetragrama mas sem identificar aos autores nem a procedência das músicas. Devemos pois considerar a Martim Códax como o primeiro compositor galego documentado e de quem se conservam partituras. O códice com as músicas das

cantigas de amigo de Martim Códax foi leiloadado em Londres no ano 1977 e nenhuma instituição galega ou espanhola mostrou interesse nele. Foi adquirido pela Pierpont Morgan Library de Nova Iorque.

Esse esplendor medieval da nossa cultura foi esmorecendo e assim vieram séculos obscuros para os nossos criadores musicais, ainda que a música continuava a ser cultivada tanto dentro como fora dos templos galegos, os nossos criadores foram eliminados da cena musical. Nos arquivos galegos da época encontram-se cópias de obras de grandes compositores europeus do momento, o qual induz a pensar que existia uma exigente demanda musical e uns qualificados músicos. Por outro lado, não é casual que a história da imprensa galega comece precisamente com um livro de música, o Missale Auriense da catedral de Ourense, feito no ano 1494 em Monterrei. Mas como se explica a desapareição absoluta dos compositores galegos?

Até o século XVIII o cultivo da música culta na Galiza permaneceu no entorno das Capelas de Música das Catedrais e Colegiatas, com Mestres sempre de fora. Esses Mestres escreveram muita música na Galiza e alguns mesmo de certa altura artística como é o caso do barroco navarro José de Vaquedano ou a do italiano Buono Chiodi que introduziu na Galiza o estilo clássico. Mas nenhum chegou a desenvolver características próprias da música galega (ritmos, harmonias, temas, estilos). Cinco séculos de total obscuridade na criação musical galega depois de dar à luz o maior monumento da música ocidental não pode depender do acaso. Após os trovadores, e com uma vida musical relevante e propícia, que está ao dia do que acontece na Europa, é difícil imaginar a carência absoluta de compositores galegos num período de tempo tão extenso.

No século XIII a Galiza foi integrada na Coroa de Castela e aí começou a paulatina substituição da nobreza galega e a castelanização das capas altas da sociedade. A Igreja galega assumiu como próprios os interesses da coroa e teve um papel fundamental no declínio da nossa cultura, no desprestígio e marginação da língua, na desgaleguização da sociedade. Nesse empenho colonizador não podia permitir-se um Mestre de Capela, ou seja um compositor, galego, e se algum existiu foi expurgado ou obrigado a mudar a sua origem para sobreviver. Sem cultura própria não

existe economia própria nem coesão social e prova disso temos ainda hoje nos jornais com as notícias de empresas galegas que se expatriam.

A finais do século XVIII os ilustrados com Frei Martim Sarmiento à frente iniciam a recuperação de língua e a cultura galega. Também a finais do XVIII começam a chegar à Galiza as companhias italianas de ópera e isto vai propiciar a construção da maioria dos teatros que se fizeram na primeira metade do século XIX, quase todos chamados de Principal. O semi-monopólio musical que até esse momento tinha a Igreja vai quebrar. Não deixa de ser simbólico que seja nesse contexto quando Melchor López, Mestre de Capela de Compostela e natural de Guadalajara, compõe uns 'Vilancicos galegos'.

Ao longo do século XIX a Igreja galega perdeu o esplendor económico dos séculos obscuros e com ele o controle cultural do país. É o ressurgimento ou renascimento da Galiza. A pequena burguesia, toda ela vinda de fora, levantou os teatros para desfrutar da ópera italiana e criou instituições de ensino musical. Apareceram as Sociedades Filarmónicas, Liceus, Casinos e Cafés onde a música não religiosa se expande e começam a borbotar os criadores galegos. Marcial del Adalid é o primeiro compositor relevante desse renascimento galego, chegando a utilizar melodias populares galegas e textos de Rosalia Castro.

Mas é no último terço do século quando o fervilhar de compositores galegos se manifesta com força (Baldomir, Castro 'Chané', Montes, Veiga) criando um grande número de baladas e melodias populares com textos de Rosalia, Curros Enríquez, Pondal e outros poetas. Também aparecem nessa época os primeiros orfeões que junto com as Bandas de Música que já começaram a surgir a mediados do século, vão ter um papel primordial na difusão e formação musical. E o mais importante desse período é que deu origem à primeira editora de música galega, Canuto Berea, que permitiu a difusão e consolidação da nossa incipiente criação musical.

O século XX dispersou toda essa actividade. Por uma parte os compositores galegos emigram para completar a sua formação – Gaos, Quiroga, Soutullo, Bal y Gay – e os que permanecem no país não evoluem a sua linguagem. Depois da guerra a actividade musical foi-se recuperando mas reproduzindo o esquema dos séculos obscuros onde os compositores galegos eram ignorados, tanto os exilados como as

novas gerações que tiveram de sair do país para sobreviver ou desenvolver o seu labor criativo.

O acontecer criativo da música culta galega sempre correu ligado ao acontecer criativo da língua, e a desgaleguização empreendida pela ditadura fascista ainda persiste tanto na sociedade como nas instituições. No ano 1994 elaborei o primeiro projecto para criar uma colecção sistemática da música culta galega e pretendi que tal empenho fosse tutelado por uma instituição pública. Rogélio Groba e mais eu perdemos muitas horas em visitas aos responsáveis da política cultural do governo galego para explicar a necessidade de acometer tal empreendimento histórico e abrir assim o caminho a uma indústria da música culta galega fundamentada nos compositores vivos que estão a criar a nossa identidade actual.

Ninguém nos compreendeu, ou tal vez sim perceberam o perigo que a nossa proposta supunha para os objectivos desgaleguizadores daquela direita antigalega, e nada conseguimos. Mas a criatividade dos nossos compositores precisava de sair à luz e a editora de música Arte Tripharia assumiu esse desafio. O boicote das instituições não tardou em manifestar-se. A CRTVG chegou a proibir a emissão das obras editadas no *Corpus Musicum Gallæciæ*. As Escolas de Música e Conservatórios da Galiza, altamente desgaleguizados, não compraram nem um só exemplar. Após 10 anos de trabalho e com um bom feixe de obras no catálogo, algo começa a mudar. A Rádio Galega volve a emitir as obras e mesmo está a colaborar na gravação do repertório do *Corpus Musicum Gallæciæ* para difundir. Os Conservatórios galegos estão a receber as edições por iniciativa da Conselharia de Cultura. Estão a desenvolver-se convénios com a Direcção Geral de Criação e Difusão Cultural para estimular a criação de novo repertório para os grupos de câmara galegos. Há estreias de compositores galegos em concertos promovidos por instituições públicas. Tudo isto está começando a andar e ainda precisa dum longo percorrido para dar frutos, mas estamos no caminho para fortalecer uma cultura musical própria na qual se apoie uma economia e uma indústria também própria. "Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais."

Fundi a editora de música Arte Tripharia em Madrid no ano 1980 e no 2005 a transferi para Tui, na Galiza, para assentar assim o *Corpus Musicum Gallæciæ* no seu berço natural e continuar a labor editora iniciada por Canuto Berea. A história

demonstra que a música culta, e a cultura galega em geral, está unida ao acontecer da língua. Portanto se queremos inserir a musica galega no mercado internacional temos de ligá-la ao devir da língua de cultura que desde a Gallæcia foi espalhada aos cinco continentes. Assim é que não só publicamos obras de compositores administrativamente galegos, senão dos culturalmente galegos, que num amplo e moderno sentido da Gallæcia abrange aos compositores de toda a lusofonia.

O desenvolvimento duma cultura só é possível em liberdade. Sem uma absoluta liberdade de expressão não há uma verdadeira criação cultural. Essa liberdade só é possível se aquele que cria é totalmente independente. E na sociedade actual essa independência passa pela emancipação económica. O criador que não pode viver do seu trabalho criativo antes ou depois cede às pressões ou abandona a criação. As multinacionais não têm interesse pela cultura senão pelos resultados económicos, pelos produtos fingidamente culturais de consumo massivo. Qualquer trabalho criativo que acheque massa crítica à sociedade é rejeitado como pernicioso para os seus interesses. As editoras independentes, e não sei por quanto tempo, ainda controlamos um 20% do mercado da música. Uma fatia do mercado constantemente ameaçada pela agressiva acção das multinacionais que ambicionam o controle total, e para isso não duvidam em promover métodos destrutivos do mercado, como a pirataria, para assim eliminar a concorrência e se converter em ditaduras culturais globais. O curioso é que nesse empenho contam com a colaboração dos que dizem estar contra a globalização.

As editoras de música pequenas e independentes não só temos meios muito limitados para impulsar e fomentar a criação livre senão que logo padecemos o ataque dos colaboracionistas anticulturais com a pirataria massiva nos Conservatórios, Bandas de Música, Orquestras, Grupos, as descargas ilegais na rede, etc. As multinacionais já promovem o grátis total nos seus sítios de internet e a independência dos pequenos editores e dos autores, que assegura a liberdade de expressão, está ameaçada de morte. Neste caso o que está em perigo é a sobrevivência da música e de toda a cultura galega. Mas esta vez a desgaleguização vem da mão duma globalização que ultrapassa os limites até agora conhecidos.

A cultura fez possível elevar a condição humana à categoria de cidadão. O ultraliberalismo rebaixou-na a mero consumidor. A falsa gratuidade promovida pela globalização nos está a transformar em simples mercadoria. Num jornal que se recebe

gratuitamente ou numa música que se descarga livremente na rede já não somos clientes nem consumidores senão meros utentes que o jornal ou portal de internet vende aos anunciantes, portanto não temos sequer o direito a opinar ou protestar pela baixa qualidade do produto porque a mercadoria já somos nós mesmos. "Não há limites a priori".

A Doutora Irene Tourinho concluía as considerações citadas acima com esta outra reflexão: "Somos antes de tudo seres culturais e sociais. Aprendemos com a troca, com os deslocamentos e com as passagens e paisagens de mundos diferentes."

A cultura galega, a música, como território feminino que é, tem de revolver-se e criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que a limitam, mas sobretudo, tem de criar massa crítica.

A actividade do Movimento Defesa da Língua e as suas propostas para a promoção da língua e cultura galego-portuguesas

Teresa Carro
www.mdl-galiza.org

O Movimento de Defesa da Língua (MDL) nasceu no ano 96 com o propósito de agrupar toda a pessoa que quisesse trabalhar em promover a cultura e a língua galego-portuguesa desde a base, na rua, com trabalho prático.

Na altura existiam na Galiza diferentes colectivos que partilhavam estes objectivos e o MDL nasceu com espírito aglutinador de todos eles, como lugar de encontro das diferentes tendências e perspectivas. Neste ano 2006 estamos de X Aniversário e já vimos realizada esta ideia, pois a dia de hoje o MDL continua a ser o ponto em comum das diferentes visões que da língua e a cultura galega têm os galegos reintegracionistas.

SEIS IDEIAS-EIXO SÃO AS QUE NOS UNEM:

1. A defesa do assemblearismo e da participação activa, orgulhando-nos de ter como norma escutar sempre todas as opiniões e promover a participação de tod@s na tomada de decisões.
2. A confiança no compromisso entre os membros da organização, na nossa seriedade e auto-disciplina. Sempre cada pessoa escolhe com sinceridade o que pode contribuir em cada momento ao projecto comum.
3. A liberdade normativa dentro das reintegracionistas, assim como respeito absoluto pelas diferentes posturas e sensibilidades. Quem fizer o trabalho é quem decide a norma que emprega.
4. A liberdade ideológica e de pensamento, a excepção daquelas práticas ou condutas anti-sociais intoleráveis.
5. A independência de qualquer outro colectivo, organização ou partido político, sendo nós mesmos quem tomamos as nossas decisões e escolhemos o nosso caminho.

6. O trabalho prático e desde a base, actuando directamente na sociedade, através de qualquer actividade ou campanha que promover que as pessoas escolham o galego-português como a sua língua e o reintegrado como o seu veículo. O trabalho a nível local é imprescindível à hora de normalizar.

Precisamente este último eixo será o que vou explicar mais ao pormenor. O MDL é actualmente o único colectivo existente na Galiza que trabalha desde a base da sociedade para todo o território galego. Isto quer dizer que a nossa actividade está focada a normalizar desde a sociedade civil, na rua, no dia-a-dia da comunidade galega. O nosso principal objectivo, agora já como colectivo activista, é dar a possibilidade à nossa sociedade de conhecer a norma reintegracionista do galego. Para isto trabalhamos dia trás dia de diferentes maneiras. Pretendemos que as pessoas percebam um mundo aberto de possibilidades de lazer e de trabalho a partir da sua própria língua. Estas coisas tão abstractas concretizam-se em aproximar as pessoas ao cinema em língua portuguesa, em dar-lhes a possibilidade de ter as ferramentas apropriadas para ler e escrever em português, de maneira que possam trabalhar deste lado da raia ou estabelecer relações comerciais com qualquer país lusófono, para que possam ler Miguel Torga e Mia Couto, para que se desloquem até ao Porto para assistirem aos concertos das bandas portuguesas... Isto conclui-se em que tentamos dar a ver à sociedade que existe um outro mundo aberto e cheio de possibilidades através da língua própria dos galegos, o português, o galego-português, o portu-galego, o galego...em definitivo, o mundo lusófono abre umas portas maravilhosas para a sociedade galega sem esta ter que rejeitar as suas raízes, mas muito pelo contrário mantendo-se fiel e ajudando a dignificar uma língua num território onde ainda a dia de hoje continua a ser marginal e a estar marginalizada.

Pode que não se esteja a perceber bem esta questão, mas com uns exemplos ficará perfeitamente esclarecida. Bom, um galego a dia de hoje se quiser ver um programa da TV ou um filme, tem a possibilidade de ver a Televisão Pública da Galiza ou escolher entre os restantes cinco canais que se recebem todos eles em castelhano; é claro, sempre pode escolher a Galega, mas pensemos que a TPG tem um orçamento infinitamente inferior a qualquer dos outros canais pelo que a programação será pior e este galego acabará por ver qualquer dos outros em castelhano. Agora, o MDL diz, por que não podemos receber os sinais das TV's portuguesas na Galiza? Isto permitiria duas

coisas principais, abrir as possibilidades de ver TV na nossa língua e abrir fronteiras culturais nesta Europa que se diz sem fronteiras. E mais uma questão para reflectir, no Norte de Portugal vê-se a TPG, porque no temos a RTP na Galiza? Fica aí.

Agora analisemos a questão dum ponto de vista económico, o mundo da cultura galega sofreu muito durante o governo Fraga, esperamos que deixe de sofrer com este novo, mas este sofrimento fez com que agora esteja numa situação de precariedade e de abandono que será difícil de levantar. Dentro deste mundo da cultura está o mundo do livro, um mundo com muitas espinhas no território da Galiza, o governo do PP dedicou o dinheiro público para a edição em galego em publicar pessoas afins ao governo e traduções da literatura universal para o galego oficial; e desde o MDL perguntamos, qual o sentido destas publicações? Estes trabalhos custam uma quantidade de dinheiro impensável dos fundos públicos, e esses trabalhos já existem em português. Está mais do que demonstrado que qualquer galego alfabetizado pode ler em português sem qualquer problema sempre que se lhe facilitem umas ferramentas básicas. Pois aí é onde reside o papel hoje por hoje. Do MDL, em oferecer essas ferramentas à nossa sociedade. Como fazemos isto? Pois através de cursos de português, pensem que estudar português a dia de hoje na Galiza ainda continua a ser uma tarefa difícil; organizando ciclos de cinema em língua portuguesa para que o público assistente descubra um mundo novo de possibilidades de lazer. Enfim, são sempre actividades que demonstrem a utilidade da nossa língua e que ajuda a dignificá-la.

Durante estes dez anos de trabalho associativo orgulhamo-nos de dizer que muitos destes objectivos se foram fazendo reais com o passo do tempo. Por exemplo, o MDL foi pioneiro numa campanha em que se pedia a possibilidade de estudar português nas Escolas Oficiais de Idiomas, e hoje em quase a totalidade destas escolas se pode fazer. O MDL foi promotor duma campanha intitulada “Português no ensino, desde já” há uns meses o parlamento galego aprovava o português como língua opcional no ensino secundário.

Por outro lado também nos orgulhamos de dizer que aquele espírito aglutinador e de união com que o MDL nasceu vai-se consolidando dia trás dia. Há já algum tempo que as três organizações maioritárias reintegracionistas da Galiza trabalham conjuntamente em momentos pontuais, são Amizade, a AGAL e nós mesmos. E isto é algo muito importante na sociedade, porque se houve um tempo em que o movimento reintegracionista parecia estar desagregado e cada um trabalhava na sua parcela, hoje essa ideia está desaparecendo e o reintegracionismo mais cada vez dá uma imagem unitária e de força. E o MDL, podemos dizer que também foi pioneiro neste aspecto, nós acreditamos desde sempre na união dos colectivos reintegracionistas, nascemos com esse objectivo e continuamos a mantê-lo a dia de hoje. Por exemplo, o MDL foi promotor da chamada Assembleia da Língua que aglutinou a todas as pessoas reintegracionistas que quiseram aderir e serviu como um lugar de encontro de pessoas com interesses comuns. O MDL foi também o colectivo organizador do Fórum da Língua celebrado em Fevereiro de 2004. Este fórum tinha como título “Novas estratégias para um novo reintegracionismo”, nele havia 4 linhas temáticas que foram tratadas por diferentes especialistas em cada uma das matérias e serviu como motor de uma série de projectos que hoje já estão a funcionar. Por exemplo, uma das linhas era o ensino, dessa mesa saíram pessoas com um interesse comum, criar uma escola em galego, e hoje esse projecto já é realidade e chama-se “Galescolas”; outra das mesas eram os meios de comunicação e hoje existe um jornal escrito integralmente em galego-português; uma outra mesa tocava o tema relacionado com os locais sociais, e podemos dizer que desde aquela altura até hoje estes já se multiplicaram.

Com estes exemplos só quero explicar que o MDL sempre apoiou e confiou nos movimentos que sirvam para unir pessoas com interesses comuns, seja qual for a cor política. O MDL teve sempre isso como objectivo e em minha opinião a experiência diz que ainda não erramos, onde está o segredo? O segredo é que somos uma associação em que todas as pessoas contam por igual, uma associação em que ninguém pergunta nem questiona a identidade política de ninguém, e uma associação que pensa sempre em positivo para fazer uma sociedade mais feliz e aglutinadora. Daí que nos últimos tempos cada vez sejam mais numerosas as campanhas em que trabalhamos em união com o resto dos colectivos reintegracionistas. Porque aos poucos todos o reintegracionistas percebem que são mais os pontos que nos unem do que os que nos separam, daí que caminhemos todos para um objectivo comum, dados da mão.

A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística

Prof. Doutor Xavier Vilhar Trilho

*(Professor Titular de Ciência Política da Universidade de Santiago de Compostela
e Presidente da Associação de Amizade Galiza-Portugal)*

www.lusografia.org

A linha argumental deste trabalho desenvolve as seguintes ideias-chave: 1ª Interesse da Galiza em privilegiar as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos. 2ª As relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam o carácter daquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou entre as outras regiões fronteiriças de Portugal e a Espanha, que não têm em comum a mesma língua. 3ª O necessário apoio recíproco entre a Galiza e Portugal em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, numa política de defesa da unidade da língua comum. 4ª A unificação linguística do galego com o português como a melhor e a maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal. 5ª As recíprocas vantagens económicas e de reforço da presença cultural da Galiza e Portugal na Europa e na Lusofonia, que se derivariam da reintegração ortográfica do galego no português. 6ª A natureza basilarmente cultural, portanto não essencialmente política, da unificação da variante linguística galega com a portuguesa padrão do Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa de Lisboa de 1990. 7ª O dever cultural e científico das instituições políticas e académicas da Galiza e Portugal em promover tal unificação linguística.

A Galiza deveria privilegiar sempre, e por todos os meios, as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos. Teria de caminhar para uma associação (no mínimo, do tipo da união económica do BENELUX, constituído por BÉlgica, NEderland e LUXemburgo) com Portugal. Embora estar já na União Europeia tanto a Galiza (indiretamente, por intermédio da Espanha) quanto diretamente Portugal, a Galiza deveria fomentar as relações com Portugal, formando uma união estreita com ele, de igual modo a como a BÉlgica, a Holanda e o Luxemburgo já a tinham feito entre si antes de contribuir à formação da Comunidade Económica Europeia, e que continuam a manter dentro da atual União Europeia. Respeito deste assunto, tem sido muito negativamente revelador ver como se tratou no Tratado pelo que se estabelece uma Constituição para a Europeia a possibilidade do chamado *alargamento interno* da União – alargamento por secessão de uma parte de um Estado membro ou por conversão dalguma das atuais regiões transfronteiriças (aquelas formadas por partes fronteiriças de dois Estados membros) num Estado membro mais – ou da possibilidade de uma redução interna do número dos Estados integrantes da União por federação

entre alguns deles. Nós somos da opinião que na futura Constituição da União Europeia devem figurar essas opções, para, entre outras coisas, contribuir a superar a atual intocável territorialidade dos Estados e facilitar, deste modo, uma maior união política, como seria a que mais facilmente se alcançaria entre entidades políticas das dimensões territoriais e demográficas medias que ostentam as regiões e as pequenas nações sem Estado da Europa.

Galegos e portugueses fazem parte da mesma nação, até ao ponto de que um estudioso do facto nacional na Europa ocidental, como o italiano Salvi^[1], autor de *Le nazioni proibite*, estima que a Galiza é uma das “*false nazioni*” da Europa. Para Salvi, Galiza é uma falsa nação, porque não é uma das que ele chama *nazioni proibite*, quer dizer, não é daquelas nações que não conseguiram constituir o próprio Estado nacional sobre alguma parte do seu território, pois a nação galego-portuguesa, na sua prolongação portuguesa, sim conseguiu dar-se um Estado, embora parte do seu território inicial (o território da actual Galiza) faça parte do Estado espanhol e, portanto, sem Estado próprio.

Sobre o facto de a Galiza e Portugal ser ou não a mesma ou duas nações diferentes^[2] e, em consequência, o tipo de ação política que teria de se derivar de uma e outra tese, há hoje pessoas na Galiza, como Miragaia^[3] e Cristóvão Angueira^[4], que – desde uma definição linguístico-cultural de nação – se têm pronunciado pela ideia de considerar que a Galiza e Portugal são a mesma nação e de tirar conclusões políticas dessa ideia. Miragaia conclui que o reintegracionismo não se pode limitar a ser simplesmente linguístico-cultural, devendo ser também político. E Cristóvão Angueira tira a conclusão de que, se considerarmos legitimamente a língua e a nação portuguesas as nossas, ter escolhido o caminho mais difícil, o da separação de Portugal, não nos tem facilitado muito as coisas aos galegos. Em parecida direção, a chamada *Comissão para a Reunificação Nacional da Galiza e Portugal* reivindicava – num comunicado de 26 de Setembro de 1998 – que, respeito da Galiza e Portugal, a territorialidade é a da República de Portugal e a da Galiza, não entendida esta apenas como território de uma Comunidade Autónoma do Reino da Espanha, e de que “a Galiza, parte Norte de Portugal, precisa da sua livre determinação, independência e soberania para, livre, determinar a reunificação com Portugal”.

Pelo contrário, na opinião de López-Suevos^[5] parece claro que Galiza e Portugal são duas nações diferenciadas, embora reconheça que têm uma comunidade de cultura, e que se deve fazer uma análise histórico-comparativa que descubra, apesar da existência de evidentes elementos comuns, aqueles fatores distintivos a considerar. Daí que –não entanto admitir a inegável unidade linguístico-cultural entre a Galiza e Portugal– a unificação política de ambas não seja contemplada em primeira instância por López-Suevos. E isto por três razões: 1^a) por nunca ter coalhado posições irredentistas ou unionistas^[6] entre Galiza e Portugal; 2^a) porque tal coisa demonstra a pegada da história da separação de facto entre Galiza e Portugal, que está aí, e não pode ser saltada alegremente^[7]; e 3^a) porque a absorção^[8] não resolveria o problema galego. No pensamento de López-Suevos sobre o tema não deixam de estar presentes certas contradições e uma aceitação final indireta, após muitas reticências, da fusão de Galiza e Portugal. Por uma parte, admite que Portugal não é para a Galiza uma nação ibérica mais, inclusivamente recolhe as palavras de Vilar Ponte: “Galiza considera que ela com Portugal forma nação completa”; mas, por outra parte, escreve que, na luta pela soberania nacional, os aliados naturais da Galiza são os nacionalismos rupturistas catalão, basco e canário, esquecendo incompreensivelmente o papel que nessa luta possa jogar Portugal, não obstante afirmar também que a independência da Galiza é possível, de enveredar Galiza para Portugal. Em qualquer caso, López-Suevos não admite que se proponha como objetivo inicial a união política com Portugal. Esta unidade aparece em López-Suevos como o último estágio de um processo com as seguintes etapas: 1^a) conquista por parte da Galiza da soberania nacional; 2^a) “benelux” galego/português; 3^a) eventual confederação das nações ibéricas; e 4^a) criação no seio da formalizada união ibérica –pela dinâmica dos acontecimentos– de um bloco interno galego-português. Só no suposto de que unicamente a Galiza se visse no transe de ter de optar entre a Espanha e Portugal, López-Suevos optaria por uma Galiza portuguesa. Se a mínima afirmação que López-Suevos faz respeito de Portugal é a que de facto representa uma das concretizações possíveis do gênio nacional galego, por que –perguntamo-nos nós– a proposta para já da reunificação da Galiza e Portugal não pode representar uma das concretizações políticas da personalidade nacional galega?

Desde o nacionalismo galego dominante continua-se sem responder de forma concludentemente favorável à necessária unificação linguística plena entre o galego e o

português e a um necessário relacionamento político dalgum tipo entre a Galiza e Portugal. Claro que também desde a parte portuguesa – como indica López-Suevos^[9] – nunca se tentou efetivar a sério um movimento panlusista na Galiza, nem sequer como tática defensiva face aos intentos assimilacionistas do Estado espanhol, que historicamente sempre tem sido uma ameaça para a soberania portuguesa. Portugal – como diz López-Suevos – deveria estar interessado na ruptura do Estado unitário espanhol, porque esta seria a pré-condição para ele poder formar parte de um Estado federal (federal assimétrico e com traços confederais, acrescentamos nós) ou de uma Confederação ibérica, onde não preponderasse a nação espanhola, assim como também poderia ser a única alternativa resolutória dos conflitos nacionalitários no Estado espanhol que não passe pela “balcanização” do mesmo.

Em qualquer caso, as relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam àquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou àquelas entre Portugal e outras regiões do Reino da Espanha fronteiriças com Portugal (a Castela-Leão, a Estremadura, e a Andaluzia), que não têm em comum a língua com as contíguas regiões portuguesas (Trás-os-Montes e Alto Douro, a Beira Interior, o Alentejo e o Algarve). Há muitas pessoas na Galiza (entre elas as autoridades políticas autonómicas) e no Estado espanhol interessadas em limitar as relações entre a Galiza e o Portugal às relações entre a Galiza e o Norte de Portugal (Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro), entendido este espaço conjunto como uma simples região económica transfronteiriça no interior da Europa unida, esquecendo a realização da unidade linguística plena e uma possível unificação política entre essas duas partes (a galega e a portuguesa total) da mesma nação cultural. O relacionamento da Galiza é com o Portugal inteiro e não só com parte (o Norte) de Portugal.

As relações entre a Galiza e Portugal têm de ser as próprias de entre duas partes de uma mesma nação ou, se se quer, de nação a nação. A comunidade de cultura, de língua, de origem histórica, de contiguidade geográfica e de interesses económicos entre a Galiza e o Portugal deve levar a relações de tipo político-culturais. Relações que poderiam tomar diversas direções. Em qualquer caso, essas relações não poderiam deixar de consistir no recíproco apoio da Galiza ao mantimento da independência de Portugal e de apoio de Portugal a que a Galiza consiga recuperar a sua identidade nacional e inclusivamente o maior autogoverno possível. Apoio recíproco, que em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, em realizar uma política conjunta

de defesa da unidade da língua comum, o que seria a melhor e maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal. Os portugueses devem defender –sem medo a serem acusados de interferir nos assuntos internos do Estado espanhol– a unidade morfossintática, léxica e ortográfica de galego e português, porque tal coisa é um assunto cultural à partida, não essencialmente político, embora tenha, evidentemente, uma dimensão política. Dizemos cultural à partida porque, mesmo um cidadão espanhol, defensor a todo transe da unidade política do Reino da Espanha, poderia simultaneamente ser partidário de que o português, que se fala na parte de Reino da Espanha conhecida pelo nome de Galiza, se escreva corretamente com a sua própria ortografia, a sua ortografia histórico-etimológica, que hoje se tem consolidado no português de Portugal, forma evoluída, culta e internacional do galego.

Tem havido portugueses que superaram esse temor a ser acusados de se interferir em assuntos alheios, como é o caso do insigne prof. Rodrigues Lapa, que têm ousado dizer –vencendo a paralisante mal entendida cortesia, muito espalhada entre os portugueses, de não opinar sobre temas controvertidos entre os galegos– que “o único remédio eficaz para a salvação do idioma [galego], gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o português, que poderá considerar-se a expressão literária do galego [...] Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata” ^[10]. Também por parte galega temos de superar o preconceito contrário ao português, efeito da colonização espanhola e do complexo de inferioridade de todo colonizado, que nos leva a desprezar todo o que nos recorda o que somos, e nada há mais próximo a nós do que é português. Contudo, tem existido no passado imediato e existe no presente a demanda da reintegração plena do galego no português, que supera esse complexo de autocolonizado. Exemplo histórico ilustre desta demanda tem sido João Vicente Biqueira, quem já em 1919 tinha dito que “O galego, não sendo uma língua irmã do português, mas um português, uma forma de português (como o andaluz do castelhano) tem-se de escrever em consequência como português. Viver no seu seio é viver no mundo, é viver sendo nós próprios!”^[11]. Hoje já existe na Galiza um forte movimento reintegracionista e lusista organizado, minoritário mas de grande incidência social, que não se limita à proclamação de um lusismo teórico (aquele dos que defendiam a reintegração ortográfica do galego no português mas que não chegaram a

escrever com ortografia portuguesa, como foi o caso de Biqueira e de Vilar Ponte). Um lusismo com efeitos práticos, quer dizer, produtor de publicações (revistas, livros, artigos nos jornais, cartazes, faixas) e atividades realizadas numa forma muito próxima ao português ou em português, do que mesmo é exemplo este trabalho.

Os dois atuais Estados unitários da Península Ibérica, o Reino da Espanha e a República de Portugal, deveriam estar interessados mesmo em assinar um tratado internacional de união ortográfica para a escrita do galego (ou português que se fala na Galiza) e do português que se fala em Portugal, semelhante à *taalunie* (o tratado da União da Língua Neerlandesa). Acordo rubricado entre o Reino da Bélgica e Reino dos Países Baixos, que fixa em comum a ortografia e a gramática oficiais para o flamengo (o neerlandês que se fala na região belga de Flandres) e o neerlandês que se fala na Holanda, que não supôs que Flandres se tivesse de incorporar à Holanda.

É ridícula a pretensão, dalgumas organizações e instituições galegas, de que o galego com ortografia espanhola (defendida por Esquerda Unida, *Mesa pola Normalización Lingüística*, Parlamento da Galiza e Reitorado da Universidade de Santiago na época do Reitor Villares) ou a de que o galego com ortografia próxima à portuguesa mas sem ser plenamente a portuguesa padrão (defendida pela *Associação Galega da Língua*) seja declarado oficial na União Europeia, quando o português padrão é para já uma das línguas oficiais da União Europeia. Os galegos perdem, assim, a possibilidade de usar a sua língua como língua oficial na União Europeia, de querer usar uma versão ortográfica espanholizada não plenamente portuguesa do galego nas instâncias Europeias, nas que tais versões não poderão chegar a ser oficiais por não ser oficiais nalgum dos Estados membros da Unidade Europeia. A suntuária pretensão de que o português, uma das línguas oficiais da União Europeia, tenha –de ser admitido, como língua oficial na União Europeia, o galego escrito com ortografia espanhola– duas ortografias oficiais, deveria ser denunciada pelas autoridades académicas e governamentais portuguesas, como já o estão a fazer certas organizações não governamentais galegas (Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, Associação de Amizade Galiza-Portugal e a Comissão para a integração da Língua da Galiza no Acordo de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa de 1990), partidárias da plena reintegração ortográfica do galego à sua ortografia histórico-etimológica e internacional, qual é a portuguesa. Luxo asiático esse, o de ter línguas com duas ortografias oficiais^[12], com o que nunca deverá adornar-se a União Europeia, a não ser

que acredite que é pobre em línguas oficiais (atualmente doze^[13] e que, com as ampliações previstas, chegaram a ser vinte e três^[14]) e se queira munir também de distintas versões ortográficas oficiais das suas já numerosas línguas oficiais!

Na direção de servir-se de um galego muito próximo ao português têm dado bom exemplo o professor castelhano residente na Galiza, António Gil Hernández, e os eurodeputados galegos José Posada (do Partido Nacionalista Galego, uma das entidades parceiras da Coligação Galega, formação política nacionalista de direita) e Camilo Nogueira (do Bloco Nacionalista Galego, formação política nacionalista de esquerda). Abrindo, com o primeiro e o melhor, a via desses bons exemplos, o professor António Gil Hernández – em qualidade, naquela altura, de Presidente da *Associação de Amizade “Galiza-Portugal”* – dirigia-se, em 10 de Março de 1992, por escrito em português à Sr.^a Presidente da Comissão de Petições do Parlamento Europeu, para solicitar de tal instituição que não aceitasse as petições de reconhecimento do galego como idioma das instituições da Comunidade Europeia por ser já, como variante do português, uma das línguas oficiais da Comunidade Europeia, pois, caso contrário, passariam as instituições Europeias a sancionar a conculcação dos direitos linguísticos dos cidadãos espanhóis lusófonos e lusógrafos da Galiza (aqueles que utilizam o português oral e escrito como forma culta e internacional do galego), constantemente discriminados, por esse motivo, pelas autoridades e administração autonómicas da Galiza espanhola^[15]. O eurodeputado José Posada apresentara um relatório com ortografia próxima à portuguesa na sessão do 10 de Outubro de 1993 e entrevistara, na sessão do 8 de Fevereiro de 1994, numa forma oral do galego foneticamente similar ao do português do Norte de Portugal, que foi recolhida na grafia padrão portuguesa no Diário de Sessões do Parlamento Europeu. E o eurodeputado Camilo Nogueira, em 14 de Setembro de 1999, interveio no Parlamento Europeu numa forma de galego (a que se pronuncia com a fonética própria do dialeto galego das Rias Baixas, muito próxima à portuguesa), que provocou a intervenção do porta-voz do PP espanhol em Estrasburgo, o qual solicitara que tal intervenção não fosse recolhida nas atas por estar “num idioma que, na sua opinião, não era castelhano, nem galego, nem português”. Intervenção que, não obstante, tinha sido transcrita para o português pelos tradutores do Parlamento Europeu e merecedora de felicitação pelo “bom português” usado, em palavras do mesmo ex-presidente da República de Portugal, Mário Soares. Desde aquela altura, Camilo Nogueira empregou o português nas suas iniciativas

parlamentares escritas. E as suas intervenções orais – no português da Galiza – foram transcritas para o português padrão quando interveio no Parlamento Europeu.

Não se pense que a questão ortográfica é um problema bizantino. A unificação ortográfica de galego e português (ou melhor, a reintegração ortográfica do galego no português) é de uma importância vital para a sobrevivência do galego (o português da Galiza), porque – nas condições de proximidade estrutural entre duas línguas românicas (como são o galego e o espanhol) e de concorrência desleal do espanhol, que o galego tem de suportar no seu próprio território histórico – a defesa do galego deverá tirar partido simbólico da diferença gráfica frente à língua espanhola com a que tem de concorrer diretamente. A ortografia portuguesa é o instrumento ideal para impedir a assimilação do galego pelo espanhol pela via de que não se distinga praticamente deste, pois, como diz o professor galego Fernando Vázquez Corredoira:

“Pode-se formular, como princípio geral, que o carácter distintivo e delimitador da ortografia é singularmente evidente nas situações de contacto linguístico em que os utentes de uma das línguas sentem a necessidade de marcar a distância em relação à outra e que esta necessidade é tanto mais premente quanto menor a distância estrutural entre as línguas em contacto. Pretende-se, então, em primeiro lugar, diferenciar quanto possível no plano gráfico a língua em questão em ordem a tornar mais visível a sua singularidade e, em segundo lugar, capitalizá-la simbolicamente de modo prestigiante” [18].

Parecido argumento está presente nas palavras doutro professor galego, José Henrique Peres Rodrigues, quando escreve:

“As grafias empregadas na representação de uma língua levam parêntese [...] um valor simbólico de identificação [...] Ter isto em conta é fundamental à hora de dotar de um sistema escrito a uma língua minorada. Um sistema que lembre demasiado o da língua dominante com certeza constituirá um obstáculo para a consideração autónoma e para o prestígio dessa língua, aspecto que muito provavelmente não se verá compensado em termos de uma possível maior eficácia normalizadora deduzível de uma maior presumível maior facilidade existente para aceder ao novo sistema gráfico desde o já conhecido” [17].

A distância que há entre uma standardização espanholizadora do galego e uma standardização que procura a reintegração plena do galego no português é a distância que medeia entre uma língua arcaizante e uma língua modernizada, entre uma língua

rústica e uma língua urbana, entre uma língua com só um registro coloquial e uma língua com registro culto, entre uma língua crioula (o “portunhol”, um híbrido mestiço de galego-português e galego espanholizado) e uma língua não hibridizada (a galego-portuguesa), entre uma língua colonizada e uma língua descolonizada, entre uma língua em estado de fragmentação dialetal e uma língua integrada num padrão unificado, entre uma língua regional e uma língua nacional, entre uma língua regional não nacional e uma língua nacional com dimensão de língua de relação internacional. A formalização gráfica do galego perpetrada pelo oficialismo institucional é uma estandardização do galego efetuada a partir de um galego que, com ironia, poderíamos chamar “coloquial-colonial”. *Coloquial* por elevar a registro culto da língua a maneira de falar coloquial, cheia de vulgarismos e tipismos, e *colonial* por estar muito poluída por interferências do idioma espanhol colonizador. Esta forma de normativizar o galego –com a ortografia do espanhol, que codifica as formas gramaticais (morfológicas, sintáticas e fonéticas) mais distantes do português e que adota um léxico culto tomado basilarmente do espanhol ou hiperdiferencialista a respeito do português padrão– amputa-lhe ao galego as funções de língua nacional, de língua de cultura universal e de língua de relação internacional.

A codificação espanholizadora do galego nega-lhe a este o caráter de língua nacional na medida em que o converte numa simples língua “regional” do Reino da Espanha, num dialeto do espanhol, numa espécie de castelhano antigo ou de português aldeão. Esta normativização, que isola o galego do português, desintegra o galego, ao desagregá-lo da comunidade linguística lusófona, da que faz parte, e ao facilitar a conversão do mesmo num dialeto do espanhol. A estandardização espanholizadora do galego priva ao galego da função de língua de cultura na medida em que o desvincula da própria tradição cultural dos cancioneros líricos medievais galego-portugueses, na medida em que também o desliga da literatura portuguesa e brasileira (a forma mais culta, mais “cultivada” do galego), na medida em que não se serve do léxico científico já alcunhado no português, que segue a orientação erudita das restantes línguas românicas. Assim também, a normativização espanholizadora e/ou hiperdiferencialista do galego usurpa-lhe ao galego a função de língua internacional, extensa e útil, pois afasta-o da forma em que é escrito por mais de duzentos milhões de utentes dos países lusófonos disseminados pelos cinco continentes do globo terráqueo.

A reintegração ortográfica do galego no português interessa a Portugal e deveria ser apoiada pelas instituições políticas e culturais portuguesas, pois também acrescentaria a presença da língua portuguesa na União Europeia ao somar aos dez milhões de portugueses os quase três milhões de galegos, com o qual o português passaria a ser a sexta língua (depois do alemão, inglês, francês, italiano e espanhol) mais falada na União Europeia de antes do seu último alargamento a vinte e cinco Estados, ao praticamente igualar em número de falantes ao neerlandês e ultrapassar ao catalão. Para Portugal, os quase três milhões de galegos que falam o português da Galiza podem significar pouco comparados com os mais de 150 milhões de falantes do português no Brasil e os 35 em África, mas são de uma grande importância pelo seu valor simbólico para o mundo lusófono (por ser a Galiza parte do berço territorial onde nasceu o galego-português), pelo nível educativo e pela estratégica ubiquação dos galegos numa União Europeia de grande influência económica, cultural e política. Seria uma grande perda para toda a Lusofonia que desaparecesse o português da Galiza. Para a Lusofonia qualquer perda, embora for pequena, é perigosa, porque se começa por perder uma parte e se acaba por perder todo o conjunto. Agora que há um futuro certo para a nossa língua no Oriente, após o Timor Oriental conseguir libertar-se da ocupação indonésia, a Galiza tem de deixar de ser uma espécie de “Timor Ocidental linguístico” sob o domínio do espanhol e de formas espanholizadas do galego, que, de persistirem, levarão o galego à sua desapareição definitiva. Não se pode esquecer que o passado do galego são os cancioneros lírico medievais galego-portugueses e não se pode desconhecer que o futuro do galego está no português da Lusofonia.

A unificação ortográfica de todo o mundo lusófono permitiria a Portugal exigir em Bruxelas uma parte das ingentes quantidades que a União Europeia destina à indústria do cinema e dos audiovisuais, pois a comunidade linguística portuguesa, com mais de 200 milhões de utentes e possíveis consumidores, está em condições de igualdade para fazer parte da distribuição dos recursos que a União Europeia realiza entre as suas comunidades linguísticas (inglesa, espanhola e francesa) de extensão internacional. A eliminação da alfândega ortográfica que separa o português do galego e a unificação ortográfica de toda a Lusofonia (já lograda, pelo menos no papel^[18]), com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, a 16 de Dezembro de 1990, pela Academia Brasileira de Letras, pela Academia de Ciências de Lisboa, pelas

delegações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com a adesão de observadores da Galiza) criaria um maior mercado para os editores e livreiros de toda a Lusofonia e poria à disposição dos utentes do galego – que contam com uma raquítica indústria editorial galega– de abundantes e baratas edições em galego moderno e internacional (o português) de livros escolares e dos clássicos da literatura universal e de muitas obras científicas modernas, que já estão traduzidas à nossa língua. A língua nacional da Galiza, embora estar minorada no território da Galiza, conta com o enorme reforço de ser uma língua demograficamente não minoritária (como o são, por exemplo, o catalão e o êuscaro), por ser uma língua de extensão universal com mais de 200 milhões de falantes e mais estendidos geograficamente (presentes significativamente em América e África e inclusive em Ásia, embora neste caso escassamente) do que os falantes do espanhol (só presentes significativamente em América e minimamente em África). A Galiza deve aproveitar essas vantagens estratégicas (a sua língua ser oficial no Estado vizinho e na União Europeia, e de difusão internacional) para recuperar a sua língua nacional. De não evitar a Galiza e Portugal esse estar de costas viradas, Portugal “perderá o Norte” e a Galiza “não receberá o sol do meio-dia”.

Uma direção que poderiam tomar as relações políticas entre a Galiza e o Portugal, seria que ambas as partes da mesma nação cultural trabalhassem para uma confederação ou federação do estilo do Benelux entre elas dentro da União Europeia. Afinal, até poderiam chegar à união ou fusão política, formando o que hoje haveria que chamar uma comunidade política com poder constituinte e já não chamar Estado, devido a que a forma de organização política estatal soberana clássica está entrando em crise. Já Otero Pedraio, deputado galeguista nas Cortes da II República espanhola, tinha ameaçado, num debate parlamentar^[19], com a união da Galiza a Portugal, caso de que o Estado espanhol não atendesse as reivindicações galegas. E o hino nacional da Galiza diz, em dois dos seus versos, que “*A nobre Lusitânia/ os braços tende amiga*”.

A ideia de uma federação com Portugal já tem uma forte tradição no galeguismo histórico. É algo que já tem sido apresentado precisamente em ligação com a integração ortográfica do galego no português, como um instrumento que coadjuvaria positivamente a uma reestruturação federal democrática do Estado espanhol e a uma

confederação ibérica, que beneficiaria igualmente a ambos estados ibéricos. Vejam-se estas esclarecidas palavras de João Vicente Biqueira, publicadas em 1930:

“O galego, pela sua semelhança com o português, é um instrumento de comunicação internacional que à Espanha inteira convém cultivar e conservar [...] Ainda pela semelhança do galego com o português podemos servir à Espanha e à humanidade em outra forma: trabalhando pela inteligência de Espanha e Portugal para formarem os dois estados unha grande Ibéria. A importância disto é enorme se se considera que só pelas sucessivas confederações nacionais se chegará à paz perpetua [...] Mas de nenhuma maneira se fará a futura confederação ibérica sem uma Galiza totalmente galega, e isto quer dizer falando galego, já que a língua é essencial à sua personalidade. A razão é que uma Galiza autónoma, dona de si, dissipará os receios da absorção castelhanista que Portugal sentiu sempre e sente justificadamente, motivo do seu distanciamento de nós. Portanto, a Galiza, se é fiel a si própria, está-lhe reservada, pela sua língua e pela sua história, tão portuguesas quanto espanholas, a missão de fazer a união Ibérica, que (indico de passagem) exige também na própria Espanha um regime geral federal” [20].

Mesmo um sector do nacionalismo histórico galego tentou dar natureza de problema internacional a esse delineamento de deixar a porta aberta a uma possível união da Galiza e Portugal, ao reivindicarem uma autonomia plena para a Galiza, que desse passo a um achegamento a Portugal, como chave para facilitar o caminhar na direção de uma união federal ibérica. Com efeito, Antão Vilar Ponte tinha apresentado na Assembleia Nacionalista de Lugo de 1918 uma proposição com a intenção de que os nacionalistas galegos se dirigissem ao Governo português com o objeto de que este –na Conferencia de Paz, que logo remataria no Tratado de Versalhes, e dentro da Liga das Nações– se fizesse intérprete desse desejo de uma autonomia integral para a Galiza, na perspectiva de que Portugal e a Galiza pactuassem “um regime dual como nações que reconhecem-se atraídas por uma unidade superior, filha da natureza comum, que somente assim sem receios teria ingresso numa grande Ibéria” [21].

A decomposição do Reino da Espanha nas suas quatro nações constitutivas e a simultânea consolidação de um bloco galego-português na faixa atlântica da Península Ibérica constitui a pré-condição da possibilidade de uma federação ou confederação edificada sobre três pilares de parecida potência, pois o peso da “Espanha pequena” (os países castelhanos que formam a faixa ibérica central) estaria compensado pela presença das duas faixas, a ibérica-ocidental (ou galego-portuguesa)

e a ibérica–oriental (a formada pelos países catalães), de parelhas dimensões demográficas e económicas e que somadas igualariam à castelhana central em importância demográfica, económica, cultural e política. Isso também permitiria que o enclave basco-navarro *euskaldun*, assente na zona norte da faixa central, de menores dimensões territoriais e demográficas, se pudesse sentir protegido pelo “empate técnico” entre o pólo da faixa românica castelhana ou “pequeno-espanhola” e o outro pólo conformado pelas faixas românicas galego-portuguesa e catalã. Assim mesmo, uma Península Ibérica conformada numa ligação “federal-confederal” das quatro comunidades nacionais (castelhana ou espanhola, galego-portuguesa, catalã e basca) representaria um maior obstáculo contra a periferização da Galiza e Portugal no quadro do desenvolvimento desigual, que não é capaz de impedir – quando não o promove – o fundamentalismo de mercado da União Europeia.

Uma federação ou confederação peninsular de cinco membros de muitos disparelhos território, demografia e recursos económicos –um grande (o castelhano ou espanhol), dois médios (o português e o catalão) e dois pequenos (o galego e o basco), onde o elemento castelhano ou espanhol seria o dominante– estaria desequilibrada e não chegaria a persistir por muito tempo. Os Estados federais ou as confederações, onde não exista uma certa igualdade entre os parceiros, não têm muito futuro. Para terem futuro, uma federação ou confederação de nações ibéricas e uma União Europeia federal ou confederal precisarão de estar constituídas por entidades de dimensões equiparáveis à média das ibéricas ou a média das Europeias, como seriam as dimensões de uma **PORTUGALIZA**.

[1] Salvi, Sergio (1973), *Le nazioni proibite. Guida a dieci colonie "interne" dell' Europa occidentale*, Firenze: Vallecchi Editore, pp. XVII e XVIII.

[2] Assim se intitulava, precisamente, um dos artigos iniciais da polémica atual sobre o tema, o de J. M. Barbosa, que leva o rótulo de "Galiza e Portugal: Umha ou duas nações" (in *Agália*, nº32, 1991). Artigo que opta pela defesa da tese de a Galiza e Portugal ser duas nações diferenciadas. Segundo Barbosa, de a Galiza e Portugal fazer parte de uma única nação comum, só estaria integrada pela Galiza e a região norte de Portugal, a existente entre os rios Minho e Douro (a antiga *Gallaecia* romana), por ser as únicas terras com similitudes étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas. O resto de Portugal, quer dizer a *Lusitânia*, a região que se estende do Douro até ao Algarve, teria características étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas (pela influência do substrato moçárabe) distintas. Os precedentes desta ideia podem rastrear-se já no Castelo de *Sempre em Galiza*. Para Barbosa, mesmo admitindo os factos da substancial identidade linguística entre o galego e o português e de que se escreva com uma ortografia muito próxima à portuguesa padrão, não se deve chegar a uma unidade ortográfica total entre a variante galega e a portuguesa, senão a escrever o galego com as características próprias do galego da Galiza e não com as do *galego do Algarve* (sic).

[3] Miragaia, Manuel (1990), "A realidade galega no pensamento galeguista", in *Agália. Revista Galega da Associação Galega da Língua*, nº 23, Outono, pp. 269-288.

[4] Angueira, José Ângelo Cristóvão (1991), "Nacionalismo galego: questões a debater", em *Agália. Revista da Associação Galega da Língua*, nº 26, pp. 233-242.

[5] "Dos mapas Cor-de-rosa", in *Agália*, nº 11, Outono 1987, pp. 265-291; e *Portugal no quadro peninsular*, editado pela AGAL (Associação Galega da Língua), 1987.

[6] Se bem que não tem coalhado socialmente, não é exato que não tenha havido um certo irredentismo e/ou unionismo entre galegos e portugueses, embora tivesse sido episódico e basicamente de natureza cultural-retórica. Com efeito, o poeta López Viera diz nuns conhecidos versos "*deixa Castela e vem a nós*"; o filósofo da saudade Teixeira de Pascoães fala de "*Galiza, troço de Portugal sob o domínio castelhano*"; e o formidável escritor Fernando Pessoa reclama a anexação da Galiza, que "*Integrada em Portugal, fica parte do Estado a que por natureza e raça pertence*" (citados todos por Miragaia, *op. cit.*). Por parte galega, o unionismo está presente, por exemplo, em textos como o Manifesto, que a Assembléia de Mocidades Nacionalistas Ibéricas redigira na Corunha em 1922 –assinado pelo secretário, Carlos Monasterio, e Xohán V. Viqueira, primeiro conselheiro–, no que se dizia que "*Galiza tem com ele [Portugal] afinidades de raça, de língua, de cultura e de sentimentos tão fortes, que chamam a gritos pela união dos dois povos...*". Manifesto publicado em *A Nosa Terra* (nº 168, 15 de Agosto de 1922) e citado por Ramón Villares (em *Figuras da nação*, Edicións Xerais, Vigo, 1997, nota 30, p. 198), quando escreve sobre as relações da Galiza com Portugal na época contemporânea (pp. 183-204). Para uma consideração ainda menos positiva da que faz Villares, das referências a Portugal no nacionalismo galego anterior a 1936, veja-se o trabalho de X. M. Núñez Seixas ("Portugal e o galeguismo até 1936. Algumas considerações históricas", in *Grial*, tomo XXX, nº 113, Janeiro-Março, 1992), no que se estimam tais relações cheias de referentes míticos, retóricos, contraditórias e limitadas ao âmbito cultural e a individualidades intelectuais.

[7] Não sabemos por que a pegada da história pode ser superada no campo da separação linguística entre o galego e o português com o reintegracionismo linguístico, que López-Suevos defende, e não no campo da separação política entre Galiza e Portugal com a promoção de algum tipo de unificação política.

[8] Não é afortunada a utilização do termo *absorção* por parte de López-Suevos, porque o resultado da unificação das duas partes de uma mesma nação não poderá ser uma absorção de uma pela outra, mas um fusão entre as duas.

[9] López-Suevos, Ramon (1983), *Dialéctica do desenvolvimento: nação, língua, classes sociais*, A Corunha: AGAL, pp. 66-68.

[10] Rodrigues Lapa, M. (1979), *Estudos galegos-portugueses. Por uma Galiza renovada*, Lisboa: Sá da Costa Editora, nota 1 da p. 27 e pp. 63-64.

[11] Viqueira, X. V. (1919), "Pela reforma ortográfica", em *A Nosa Terra*, núm. 102, do 5 de Outubro de 1919. Citamos por A. Gil Hernández (ed.), *João Vicente Biqueira. Obra selecta (poesia e ensaio)*, Cadernos do Povo/Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, Pontevedra/Braga, 1998, p. 130.

[12] Na Europa o habitual tem sido a unificação ortográfica das variedades de uma mesma língua (unificação do flamengo e o neerlandês, do romeno e o moldávio, do valão e o francês). As exceções dão-se no "diferente" Reino da Espanha, onde se pretende consagrar oficialmente uma forma ortográfica para o galego distinta da portuguesa e uma para o valenciano distinta da catalã. Um caso diferente é o do croata e o sérvio, que praticamente são a mesma língua, mas grafadas com alfabetos distintos –com o latino pelos croatas e com o cirílico pelos sérvios– por razões histórico-culturais (a pegada que deixaria a linha divisória entre o Império Romano do Ocidente, no que o latim daria a pauta linguística, e o Império Romano do Oriente, no que o grego seria quem a daria; linha divisória, que, precisamente, passava pelo meio dos que hoje são os territórios fronteiriços entre os croatas e os sérvios) e por razões religiosas (desde o chamado cisma do Oriente, os croatas são católicos e os sérvios ortodoxos).

[13] Alemão, dinamarquês, espanhol, finês, francês, grego, irlandês, italiano, neerlandês, português e sueco.

[14] Checo, estoniano, letão, lituano, húngaro, maltês, polaco, eslovaco, esloveno, romeno e búlgaro.

[15] Vid. Petição de 10 de Março de 1992 (Assunto: O idioma galego-português já é oficial na C.E.), em Arquivos da Associação de Amizade Galiza-Portugal e em *Hífen. Boletim do Instituto de Estudos Luso-Galaicos da Associação de Amizade "Galiza-Portugal"*, núm. 2, 1993, p. 4 (multicopiado).

[16] Vázquez Corredoira, Fernando (1998: 11), *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo a contrario*, Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

[17] Disponível em <http://webs.uvigo.es/h06/web573/persoal/henr/graf/graf2.htm>, pág. atualizada em 30-05-2003 (fragmento transcrito, por nós, desde a ortografia reintegracionista do prontuário da Associação Galega da Língua para a ortografia padrão portuguesa).

[18] Dizemos no papel, porque na prática não tem um seguimento efectivo, sobretudo em Portugal, apesar de ter sido aprovado pelas assembleias legislativas de Portugal e do Brasil, por algum dos países africanos de língua oficial portuguesa e ratificado pelos respectivos governos. As inércias adquiridas (e talvez os temores de Portugal a perder uma soberania linguística, da que julga ser usufrutuário por história, face ao colosso demográfico brasileiro de mais de 160 milhões de habitantes) têm dificultado a implementação prática de um Acordo ortográfico, que –embora feito com cedências tanto pela parte portuguesa quanto pela brasileira– possivelmente beneficie um pouco mais à que vinha sendo a mais simplificada prática ortográfica brasileira do português.

[19] Quintana X. R. e Valcárcel M. (1988) sustentam (in *Ramón Otero Pedrayo. Vida, obra e pensamento*, Vigo: Ir Indo), que palavras parecidas de Otero Pedraio (afirmando que se a Galiza não conquistava um *status* federal dentro da recém proclamada República espanhola, demandaria o apoio de Portugal para obter a sua liberdade) foram pronunciadas no restaurante *La Bombilla* de Madrid em 1931. Referência que recolhemos de X. M. Núñez Seixas, "Portugal e o galeguismo até 1936. Algumas considerações históricas", in *Grial*, tomo XXX, nº 113, Janeiro-Março, 1992, p. 65.

[20] Biqueira, João Vicente (1998 [1918]), *Obra Selecta (Poesia e Ensaio)*, edição ao cuidado de António Gil Hernández, Pontevedra/Braga: Cadernos do Povo/Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, pp. 65-66. Considerações semelhantes podemos-las achar também em *Pensamento e sementeira* de A. Villar Ponte (Ediciones del Centro Gallego de

Buenos Aires, (1971) e no *Sempre en Galiza* de Castelao (Edição crítica do Parlamento de Galicia e da Universidade de Santiago de Compostela, 1992 [1944], coordenada por Ramón Máiz). As citações, que fazemos de textos em galego escritos com ortografia não portuguesa, transcrevemo-las na ortografia do português padrão (que é a que é utilizada na redação deste trabalho), com as únicas exceções dos títulos dos livros e dos artigos das revistas das referências bibliográficas.

^[21] Villar Ponte, Antón (1971[1918]: 212), *Pensamento e sementeira*, Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires.

A língua do romanceiro trasmontano e a sua proximidade com o galego: algumas questões sintácticas

Xosé Manuel Sánchez Rei
(Universidade da Corunha, Galiza)
www.udc.es/principal/ga

A linguagem dialectal e popular do Norte de Portugal apresenta, como é sabido, vários traços comuns com a variedade galega, pouco usuais nos falares lusitanos setentrionais e na norma padrão do português europeu. Relativamente às falas trasmontanas, e em especial à língua transmitida pelo seu romanceiro, sobranceiam algumas questões com a sintaxe como protagonista: por um lado, estruturas pleonásticas com clíticos, muito habituais na Galiza, estão presentes nesses textos, nomeadamente em casos de CI; por outro, a interpolação pronominal, recurso antigo singularmente presente nos textos medievais e hoje ainda registável, está bastante bem atestada. O presente contributo tenciona, a este respeito, ponderar tais construções sintácticas, sempre nos baseando em romances tradicionais de Trás-os-Montes, por servirem como mais um ponto de união entre as falas galegas e as da margem portuguesa. Para este labor, tivemos em conta, fundamentalmente, a obra de Manuel da Costa Fontes, *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes*, ainda que, em menor medida, também usámos outros trabalhos, sempre com o desejo de oferecermos uma visão o mais completa possível mas necessariamente adaptada a estas páginas.

1. INTRODUÇÃO

Num trabalho publicado há pouco tempo (Sánchez Rei 2005), fazíamos uma chamada de atenção sobre os falares populares e regionais portugueses dos séculos XVI-XIX e o seu muito rendível aproveitamento para nos aproximarmos, com uma notável dose de veracidade, do galego dessa época, um período de tempo em que a Galiza não contou com gramáticas nem com estudos que se ocupassem da sua língua. Nesta ocasião, voltamos a reflectir sobre as variedades populares e regionais do português, agora as de Trás-os-Montes, parcialmente recolhidas pelo *Romanceiro* de Fontes publicado em 1987 (em adiante *RT*)¹. Verificar-se-á que a sintaxe popular e coloquial do sistema galego-português também proporciona, às vezes, curiosos dados que incidem na unidade do sistema linguístico galego-português, como podem ser os das estruturas pleonásticas com clíticos redobrados ou mesmo os casos em que se intercala um ou vários elementos entre o pronome átono proclítico e o nó verbal ou, inclusivamente, diversas hipóteses que apresentam alguns verbos para seleccionarem um argumento.

No entanto, a constituírem os romances trasmontanos a nossa fonte de estudo, e no desejo de os não sacralizarmos nem de os valorizarmos exageradamente, parece pertinente, antes de mais, clarificarmos algumas questões no que diz respeito à sua caracterização linguística. Em primeiro lugar, a informação gramatical e até lexical que proporciona o romanceiro tem de ser percebida no contexto de geração e de transmissão de uma modalidade de textos orais muito particular; isto implica (i): que determinados dados que ali se atestarem, com independência da frequência do seu aparecimento, podem não ter uma equivalência totalmente exacta na oralidade normal nessas regiões; (ii): que a proliferação de versões de um mesmo romance produz, não raro, que a informação linguística registada em todas elas não seja idêntica, pois certos fenómenos podem estar presentes nalguma das versões e não se acharem noutras². E em segundo lugar, mais uma circunstância que temos de ter em conta consiste no facto de, muito embora se podendo constatar o fenómeno do variacionismo de versão a versão, os romances, como também outras manifestações literárias de carácter tradicional e anónimo, como as quadras, costumam possuir certa fixação rí(t)mica, morfossintáctica e até lexical; assim, um texto apreendido de determinado modo vai ter muitas possibilidades de ser transmitido a manter uma grande parte dessa fixação linguística.

Partindo destes princípios, e após a leitura dos 1.673 textos coligidos nos dois volumes de *RT*, a quantidade de dados e de informação gramatical que pudemos apontar foi grande, mas vimo-nos na necessidade de seleccionarmos apenas alguns exemplos e de centrarmos o nosso interesse em questões muito concretas. Outros aspectos também mereceriam uma maior dedicação, como, por exemplo, podermos verificar as diferenças entre o romanceiro trasmontano e o galego no que diz respeito à documentação de determinados fenómenos gramaticais ou até constataremos em profundidade esse grau de variacionismo linguístico nas diversas versões existentes para um mesmo romance nas terras de Trás-os-Montes. Assim, terão de ficar para uma outra ocasião os comentários à volta de dativos sem actância registados em *RT* cujo uso os faz situarem-se muito próximos dos pronomes de solidariedade galegos (*aquí t'está teu marido*, *RT* I, 199; *qu'aquí te ficam as ovelhas*, *RT* I, 403; *a vida já t'é sagrada*, *RT* I, 459; etc.)³, os apontamentos para a notória ausência de mesóclise nos tempos que normalmente a exigem (*darei-te qual tu quiseses*, *RT* I, 193; *darei-te a minha mão*, *RT* II, 1197; *daria-t'uma delas*, *RT* I, 201; etc.), as anotações para a esporádica

documentação de possessivos tipo *de meu, de teu*, etc. (*eu tenho bastante **de meu***, RT II, 929), as reflexões sobre a atestação de determinado léxico dialectal e popular (*astrever, cavaleiro, ceia, cear, home, longes* empregado como adjectivo, *onte, outrem, somentes*), etc.

2. AS ESTRUTURAS PLEONÁSTICAS

Deste modo, o primeiro dos fenómenos de carácter morfossintáctico a que nos vamos referir consiste nas construções pronominais do tipo, em galego, *Dálle o libro **ao teu amigo***, em que o clítico, morfema verbal, marca a concordância entre o verbo e o tipo de complementação que exige, particularmente no contexto de um CI representado mediante unha FN (embora também se detectem para o CD frequentemente com a ordem de elementos da cláusula alterados). Não se trata, portanto, de um clítico com função sintáctica, mas com uma responsabilidade coesiva no interior intraclausal, seguindo aqui o exposto em Cidrás Escáneo (1992). Neste sentido, corresponde a um tipo de construção o suficientemente presente na língua para que na Galiza cláusulas como *Dá o libro ao teu amigo*, em que não figura o pronome átono de dativo, sejam na actualidade pouco representativas, ainda que se conhecem alguns exemplos; os que seguem provêm de compilações de literatura oral contemporâneas: *non teño **á quen dar as queixas** / para **dar ô meu rapás*** (CPG III, 20-21); *O secreto d'o teu peito / Non **contes ó teu amigo*** (LPG, 67); *Vou **dicir a miña nai** / Que andan as vacas n-a chousa* (LPG, 99); *Unha vella **dixo a outra** / Polo burato d'a porta* (LPG, 195); etc. Repare-se, aliás, que a existência destas construções incide no facto de os pronomes átonos terem uma reponsabilidade sintáctica menos importante do que puidem parecer, pois trata-se simplesmente de morfemas verbais que, às vezes e somente às vezes, desenvolvem essas funções.

As antecitadas estruturas com pleonismo e outras similares, vigorantes portanto no galego actual, parece não acharem um correlato quanto à sua possibilidade de utilização para o caso da variedade padrão lusitana de hoje em dia, que prefere estruturas do tipo *Dá o libro ao teu amigo*. Mas o facto de não ser habitual hodiernamente em Portugal não significa que o não fosse noutrora ou que o não seja em certas variedades de português. A este respeito, contamos com o testemunho de Francisco José Freire, quen, nos anos finais do século XVIII, clarificava que essas

construções não eram senão “graças” da língua, tirando-lhes a carga pejorativa que supunha o qualificá-las de “redundantes”:

Chamam igualmente redundancia a estoutro modo de fallar: ‘Deram-lhe a Pedro’, devendo-se dizer deram a Pedro: elle via-nos a nós, postoque nós o não víssemos a elle, bastando que se dissesse ‘elle via-nos postoque nós o não víssemos’, &c. Porem os que fallam do primeiro modo tem sempre em seu favor a Vieira [...]. No tom. 5 pag. 314 diz tambem: ‘Deram-lhe a S. Gonçalo’ &c. E no tom. 7. pag. 39. ‘Elle via-nos a nós em quanto Deus.’ Estes modos de falar, longe de serem redundancias, são graças da indole da nossa lingua” (Freire 1842, parte 3ª: 123).

As gramáticas portuguesas modernas, em geral, secundarizam a existência destas construções pleonásticas; assim, por exemplo, em Cunha & Cintra (1992: 300) são identificadas apenas com um “emprego enfático” para ressaltar o complemento, ao passo que em Vilela (1999: 333-335) ou Mateus *et aliae* (2003: 289-290) não se faz nenhuma referência a elas; contrastivamente, Bechara (2002: 422) assinala a “possibilidade de poder esse pronome [o clítico] duplicar o complemento indirecto na mesma oração, sem que este termo esteja obrigado a topicalizar-se, isto é, a aparecer antecipado na oração”. Não obstante, a língua documentada no romanceiro transmontano dá sinais de conservar em maior medida tais estruturas tão comuns na Galiza. Os exemplos mais abundantes, a que não vamos conceder atenção por se acharem também normalmente no português, correspondem aos casos em que se detecta o pronome tónico oblíquo regido pela preposição *a* acompanhado do clítico pertinente, como os casos seguintes, verdadeiramente frequentes em RT⁴: *também me vendo a mim* [...] / *nem te vendas a ti* [...] / *também me condenas a mim* (RT I, 184); etc. Ora, junto a estes, muito habituais, acham-se outros, num número relativamente alto, em que o CI é representado por uma FN com núcleo e adjacentes concordando com o correspondente pronome átono, como nos casos que se seguem: —*Já lhe deixo vinte contos —a essa triste, desgraçada* (RT I, 45); *oh quem le tirara a vida —a um grande militare* (RT I, 327); *foi-l’a dizer ao marido —Vai-la já entregare* (RT II, 945); *não lhe dou a i-alma a Deus —sem me despedir do amor* (RT I, 237); —*A senhora i-Ana, senhora i-Ana, —dê-le⁵ conselhos à filha* (RT I, 434); *vai-lhe entregar esta carta ao meu pai, —escrita pela minha mão / vai-lha dar a meu pai, —que de nós tenha compaixão* (RT I, 489); *vai-le ensinar / —o camino ao ceguinho* (RT I, 564); *tão triste me vim a achar / de pedir-lhe a filha à condesa* (RT I, 879); etc.

Outrossim, é normal que a alteração da ordem de elementos clausais mais habitual, com os subseqüentes constituintes tematizados ou focalizados, favoreça o aparecimento das estruturas pleonásticas, consoante ilustram estes exemplos⁶: –**À serrana de Plasencia** –pousada **le** pedia (RT I, 398); **às almas** nada **le** fazeis (RT II, 1069); vou-lhe fazer um pedido –se **à menina lhe** convém (RT II, 931); e **a Deus le** agradeceu –com devoção verdadeira (RT I, 62); todas sete **lhe** tocaram –**ao bom velho de seu pai** (RT I, 14, 18, 20); Sete sortes **lhes** deitaram –**a quem no havia d’ir buscare** (RT I, 21); Todos os homes que via, –**a todos lhe**⁷ punha chata (RT I, 516); Ela como é muita coisa, –**a todos le** põe falta (RT I, 517); E o maroto de seu irmão –**ao seu pai lho** foi contar (RT I, 541); etc.

Por outro lado, convém pormos em destaque que a estrutura reiterativa que possuem certas partes dos romances facilita que num mesmo texto possam ser atestados vários exemplos, o que sem dúvida se torna num rico recurso expressivo e estilístico produtivamente aproveitado pelas pessoas transmissoras do romanceiro: –A quem deixas os teus sapatos, –que bem lh’há-dem ficar? / –Deixo-lhos **às tuas irmãs**, –que bem nos há-dem passear. / –A quem deixas os teus vestidos, –que bem lh’há-dem ficar? / –Deixo-los **às tuas irmãs**, –que bem nos há-dem passear. / –A quem deixas o teu menino, –que bem to há-de criar? / –Deixo-lho **à besta da tua mãe**, –que bem mo há-de estimar (RT I, 280); etc.

Finalmente, existirem várias versões de um mesmo romance implica duas consequências: em primeiro lugar, a relativa proliferação de exemplos que, no fundo, são apenas variantes uns dos outros, questão que já comentámos mais arriba: –D. Eugenia, D. Eugenia, –que **le** botastes **ao vinho** (RT I, 366); –Que **lhe** fizeste **ao teu vinho**, –que me fez tanto mal (RT I, 391); –D. Augenia, D. Augenia, –que **le** deitaste **ao teu vinho** (RT I, 371); etc. E, em segundo lugar, a atestação de versões em que não se encontra nenhum tipo de pleonismo, conforme se vê nos seguintes exemplos, harmónicos com o que é mais habitual no português moderno: –O que fizestes **ao teu vinho**, –que me fez tanto male? (RT I, 372); Que fizestes **ao vinho**, D. Ausenia, –que me fez tanto male (RT I, 379); etc.

3. A INTERPOLAÇÃO PRONOMINAL

A possibilidade de intercalarmos um ou vários elementos tónicos entre o pronome átono preverbal e o verbo recebe o nome de interpolação pronominal e corresponde a uma orde muito representada na língua antiga, a qual foi, com o passo do tempo, minguando a sua rendibilidade. Na actualidade é possível, para além dos testemunhos literários, registarmos o fenómeno com um marcado carácter de assistematicidade em todo o domínio linguístico galego-português, pelos menos nas variedades europeias. As palavras mais produtivas nestas casuísticas são o advérbio *não* e o pronome sujeito, as quais já são as mais facilmente documentáveis na época medieval. Quanto à explicação ao porquê da míngua que se manifesta na língua actual, aquela é, em nossa opinião, tripla: por um lado, temos que a próclise, condição necessária para se produzir a interpolação, não é a ordem de palavras, no que diz respeito do verbo e do pronome átono, que triunfou espontaneamente no galego-português europeu; em segundo lugar, a linearidade resultante de praticarmos o recurso da interpolação não é obrigatória, isto é, alterna com outra disposição de elementos em que o clítico vai também antes do verbo; finalmente, e em particular para o caso galego, não nos devemos esquecer de que a colonização linguística, e não só, que ainda sofre hoje a Galiza tem como responsável o espanhol, língua que modernamente não se caracteriza pela utilização das sequências que aqui tratamos.

No tocante ao romanceiro trasmontano, interessa ponderarmos, em primeiro lugar, o facto de que a interpolação se documenta numa cifra de exemplos muito alta, sobretudo a termos em conta que a oralidade popular doutras áreas não parece possibilitar a sua documentação. A este respeito, não podemos perder de vista que muitas das ocasiões em que se detecta respondem a versões do mesmo romance, como acontece, por exemplo, com o texto CXL (*RT* I, 883-895, versões 1.289-1.277), em que se atesta em 14 casos o advérbio *não* em quase idênticas construções sintácticas com interpolação (*para que me não queimasse o sol*, *pra que não me queimasse o sol*, *para me não queimar o sol*, etc.). E em segundo lugar, deve fazer-se referência à tipologia de elementos que achámos inseridos entre o clítico e o verbo, relativamente diversa e coincidente, em termos gerais, com a situação do galego contemporâneo quando menos em manifestações de literatura oral, segundo veremos mais abaixo. Assim, do ponto de vista frásico, aparecem em *RT* os seguintes tipos:

1. Uma FAd a desenvolver a função de CC. Dentro deste primeiro grupo, sobranceia pela sua quantidade o advérbio *não* que é, com muito, a palavra mais documentada interposta entre o pronome átono e o nó verbal: *—Donde está a minha esposa —que me **não** vem visitare* (RT I, 105); *—Oxalá que te **não** logre —nem uma hora nem um dia!* (RT I, 222); *virou a face p’r’ò lado —fingindo que o **não** viu* (RT II, 954); *Ao dia que te **não** vejo, —ponho-me louco de repente* (RT II, 1004); etc. No entanto, embora seja *não* o elemento mais registado, outros advérbios podem ocorrer a protagonizarem estas sequências morfossintáticas, como se aprecia nos exemplos a seguir (em tais circunstâncias, *lá* e *aqui* conhecem certa documentação, ainda que neste segundo caso em particular a dívida com a proliferação de versões do mesmo romance é muito grande): *com as asinhas abertas, —sem as **nunca** ensanquentar* (RT I, 5); *—Quanto darias, Helena, —a quem to **aquí** trouxera?* (RT I, 124); *Estando o rei à sua mesa, —logo se **lá** iam poisare* (RT I, 139); *por bem muito que a grites / ninguém te **lá** vai valer* (RT II, 1082); *—Quanto deras tu, ó Helena, —a quem aquí to **agora** trouxera* (RT I, 199); *quem me **bem** souber tratar / por bem dou o meu coração* (RT II, 1271-1272); *ainda ontem me casei —e já m’**hoje** aparteí dela* (RT I, 187)⁸; etc.

2. Uma FN, habitualmente representada através de um pronome tónico com função de SUJ, dos quais *eu*, *tu* e *ele*, e em especial o primeiro, são os mais registados: *—Que queres que t’**eu** faça, —Manuel, que queres que t’**eu** vá fazer* (RT I, 805); *—Isso não lho **eu** digo, —nem lho hei-de dizere* (RT I, 555); *—Pelas novas que me **tu** dás, —tu és ãa irmã minha* (RT I, 758); *—Darei-te tanto dinheiro —que nem o **tu** possas contar* (RT I, 810); *‘Inda não era meia noite —já s’**ele** andava a gabar* (RT I, 573). Não estão sem exemplo outras possibilidades, mas com uma presença menor. Nesta situação é que se acham, entre outras unidades frásicas, a FN realizada mediante a palavra lexical *Deus* e com função de SUJ, o pronome *ninguém* com idêntica responsabilidade sintáctica ou o demonstrativo *isso* a funcionar como um CD: *agora é do D. Francisco, —se a **Deus** deixar lograre* (RT I, 113); *já me **Deus** criou —para teu criado* (RT I, 566); *e ela tudo l’**isso** disse —até como se chamava* (RT I, 234); *com os sapatos na mão —para o **ninguém** sentire* (RT I, 497); etc.

Igualmente, sem possuir uma presença em *RT* tão significativa como as duas possibilidades anteriores, vale a pena ponderarmos aqui os casos em que se detecta um pronome pessoal tónico oblíquo introduzido pela preposição *a*. Consoante

corresponder à respectiva construção sintáctica, tais formas desenvolvem funções de CD ou de CI e, não raro, aparecem em estruturas pleonásticas, já comentadas com anterioridade: *–Esse conde, ó meu pai, —era o que m’a mim servia* (RT I, 245); *–Que é que ela terá escrito —p’ra m’a mim fazer chorare* (RT I, 537); *Levou-me sete léguas — sem m’a mim dar fala* (RT I, 602); *–Não encontro neste reino, —filha, quem te a ti merecia* (RT II, 263); *pega duzentos réis, —compra o que t’a ti parecer* (RT II, 1005); etc.

3. Uma FPrep. Com uma documentação certamente menor do que as situações anteriores, atesta-se no romanceiro a possibilidade de acharmos uma construção destas características a desempenhar responsabilidades de CC: *cem balas le por lá matem, — novas me venham a mim* (RT I, 345); *que mais dás tu, Helena, —a quem novas te dele dera* (RT I, 203); *–Queres tu, ó menina? —Quem te p’r’aqui trouxe?* (RT I, 765); etc.

4. Mais de uma frase inserida. Do mesmo modo que o caso anterior, outro pouco registado é detectarmos mais de um elemento intercalado entre o pronome e o predicado verbal, habitualmente dois⁹. Sempre se tratando de uma disposição pouco representativa, podemos distinguir duas modalidades: (i) a primeira combina um pronome tónico sujeito com um advérbio, habitualmente *não*: *Mangas desta camisa — as eu não chegue a romper, / assim que vier o meu pai, —se l’eu não fôr dizere* (RT I, 354); *lá no reino de Deus Pai —três cadeiras t’eu lá tinha* (RT I, 659); etc.; (ii) e a segunda, por sua vez, decide-se pela intercalação de dous elementos adverbiais, dos quais um costuma ser, mais uma vez, *não*: *–Quanto deras mais tu, ó Helena, —quem to aqui agora trouxera* (RT I, 199); *–Cem balas o lá não matam, —que o tens ao par de ti* (RT I, 345); *‘inda me cá não chegaram —e já m’estou a sentir* (RT II, 923); etc.

Como é lógico presupormos, estas quatro modalidades de interpolação acham-se também no galego e nas suas manifestações de literatura tradicional, como é o caso do cancionero de Pérez Ballesteros. Assim, nesta colectânea dos anos finais do século XIX vamos encontrar uma FAdv (*¿Cómo queres que che dea / o que che non podo dar*, CPG II, 243; etc.), uma FN (*cando ti me olvidache / xa ch’eu tiña amores novos*, CPG I, 73; *veu un galán e engañóume / ¡nunca ch’outras penas teña!*, CPG III, 160; etc.), uma FPrep (*se me por outra deixas / eu por outro te deixei*, CPG III, 154; *¿Se che no camiño morre / conta d’ela m’has de dar!*, CPG III, 266; etc.) ou, com muito poucos exemplos,

mais de uma frase intercalada (*fú-n-o á ver –e non tiña nada, / mália-ô pai que m’a **filla non** daba*, CPG III, 200; etc.).

Deixando de parte os tipos de frase que se atestam em *RT* dentro de estruturas com interpolação e os seus equivalentes galegos, parece pertinente fazermos também referência a outros aspectos de relevo. Um deles tem que ver com as condições que obrigam o pronome átono a situar-se antes do verbo, quer dizer-se, certos elementos (conjunções subordinantes, pronomes exclamativos, interrogativos, etc.) ou determinados processos de tematização ou de focalização que fazem com que a ordem dos constituintes clausais se modifique. Precisamente, dentro destes últimos, chamam a atenção os seguintes exemplos, pois resultam disposições muito produtivas do ponto de vista expressivo; neles, achamos CD, SUJ ou CC estilisticamente ponderados: *Tristes novas, tristes novas, –**tristes novas** t’eu vou dare* (RT I, 112); *–São cravos, minha senhora, –**rosas** lh’eu trago aquí / –Se tu és o João de França, –**a porta** t’eu vou a abrir* (RT I, 248); *–Bons dias, ó Juliana, –**bons dias** t’eu venho dare* (RT I, 383); ***O peito** se não partia / quando a Mãe piedosa via* (RT II, 1007); *–Se tu estás em enáguas / **em enaguas** t’eu quero* (RT II, 1185); etc.

Aliás, já fizemos notar anteriormente que a sintaxe do romanceiro, devido ao modo em que foi transmitido, pode apresentar certas características. Nesse contexto de sintaxe singular é possível encontrarmos isoladamente algumas reiteraões dos elementos clíticos, do que parece deduzir-se que a compreensão dos versos se viu afectada e que foi preciso repetir as unidades pronominais para a significação desses trechos poder ser captada, tal com se ilustra com os casos a seguir: *–E os braços com que t’abraçava, –já **os** de terra **os** enchi [...]* / *–Os lábios com que te eu beijava, –já **os** de terra os enchi* (RT I, 147); *os lábios com que t’eu beijava, –já **os** de terra eu **os** enchi* (RT I, 172); *Mas como a eu vou matare, –s’ela a morte **ma** não **na** merecia* (RT I, 246); *Ao cabo dos sete-i-anos –**lh’eu** a casa **lhe** lembrara* (RT I, 113); etc. Nalgum caso, porém, o que se repete é o elemento intercalado, como no seguinte verso: *–Se teu pai não te mata, –já **eu** t’**eu** vou a matare* (RT II, 974).

Por último, em vários romances trasmontanos detecta-se a influência do espanhol, ao qual teríamos de acrescentar a circunstância de alguns deles serem cantados (praticamente) nessa língua¹⁰, mas, inclusivamente em tais condições, não estão sem exemplo, muito minoritariamente, casos de interpolação em textos influenciados polo

castelhano. Tal como fizemos para algum caso que se também documenta no galego (Sánchez Rei 1999)¹¹, gostaríamos de interpretar, com as obrigadas cautelas, as ocasiões em que atestam elementos intercalados como evidências de o recurso morfossintáctico possuir uma relativa vigência na oralidade popular e coloquial da época: –*Carne da minha vida —já la **nós** tenemos; / Vinho da mi morte —como lo encontraremos [...]* / –*Vinho da minha vida —já lo **nós** tenemos* (RT I, 744); –*Eu não lh’abrirá a porta —emquanto [sic] não venha o dia, / que se Galharda soubesse —a mi m’**ela** mataria* (RT I, 400).

4. OUTRAS QUESTÕES SINTÁCTICAS DE INTERESSE

Finalmente, para além da interpolação e das estruturas pleonásticas com clíticos, não quereríamos concluir estas palavras sem fazermos uma rápida menção a um par de aspectos que, igualmente, incide na identidade linguística galego-portuguesa. O primeiro deles consiste na selecção de determinadas preposições por parte de alguns verbos para introduzirem argumentos, mudando o A₂ ou CD por um A₄¹² ou CPrep representado por um verbo, como se atesta para *ver*, *preparar*, *desejar*, *esperar* ou *estimar*; em tais casos, achamo-nos diante de predicados verbais com uma actância variável no que diz respeito ao tipo de elemento argumental que exigem (A₂ ou A₄)¹³: –*Inda m’**é** melhor ir eu só —para ver de lha tirar* (RT I, 32); –*Se eu tardar sete anos —preparas de te casar* (RT I, 109); *Desejava de saber —se vinhas por outra vida* (RT II, 911); *espero de te convencere —com o meu palavreado* (RT II, 924); *Ainda espero de ir convosco —lá para o vosso santo reino* (RT II, 1014); *Eu estimava de saber / de que condição viria* (RT II, 1271); etc. A mudança da tipologia de actante nestas casuísticas acha uma muito boa correspondência na língua oral contemporânea da Galiza. Neste sentido, convém notarmos que os textos orais coleccionados por Pérez Ballesteros proporcionam, dado que a língua ali transmitida é popular e dialectal, homólogos casos aos coligidos em RT: *o que estime de saber / que se propoña axustar* (CPG I, 88); *estimaba de saber / si me ti queres tamén* (CPG II, 6); *anque son moza solteira / espero de ser casada* (CPG I, 73); *fun por ver os meus amores / ¡deseaba de os ver!* (CPG II, 12); etc. Talvez se deva pôr em relação estas construções populares com estádios antigos da língua em que se documenta um uso distinto ao actual, e, igualmente, com alguns fenómenos de flutuabilidade no uso das preposições que se acham em certas modalidades de português extraeuropeu. A este respeito, Vázquez Cuesta (1994: 641),

a desenvolver alguns dos traços mais representativos da linguagem literária de Mia Couto, salienta como típico do seu português “a utilização abusiva da preposição *de*” em casos como *Começaram de construir uma ponte de cimento, A sobrinha, coitada, conseguira de carregar o pilão*, etc. A autora termina de falar das preposições ponderando “uma certa anarquia” na sua utilização, ora no que se refere ao uso, ora no tocante à sua omissão¹⁴.

E em segundo lugar, a valência verbal ou actância, em ocasiões, pode ampliar-se ou reduzir-se na mesma entrada lexical, de modo que tal “variabilidade de construção de um mesmo verbo deixa-nos, por vezes, na dúvida sobre se estamos perante o mesmo verbo ou verbos diferentes” (Vilela 1999: 345). Neste sentido, relativamente às alterações que se podem produzir no quadro actancial dos predicados verbais, um assunto digno de nota é aquele em que se modifica consideravelmente o seu significado a depender do actante que seleccionar; assim se verifica com o verbo *dar*, verbo que é atestado em *RT* com diversas estruturas argumentais¹⁵, também presentes no galego:

- a) A₁, A₂ e A₃: *‘inda tenho o meu pai vivo, —já me querem dar padrasto* (*RT I*, 357) [‘proporcionar’]
- b) A₁, A₃ e A₄ [introduzido por *com*]: *á dão com a mãe morta, —o filho tinha fugido* (*RT II*, 979) [‘achar’]
- c) A₁, A₃ e A₄ [introduzido por *por* no contexto de uma construção pronominal ou CP]: *qual de baixo, qual de cima, —até que s’ela deu por vencida* (*RT I*, 485) [‘considerar’]
- d) A₁, A₃ e A₅ [introduzido por *a*]: *Foi a dar àquela casa —daquele justo pecador* (*RT II*, 1037) [‘confluir’]

Noutros casos, porém, a modificação da actância verbal não implica necessariamente uma mudança significativa, mas apenas uma pequena alteração de certos matizes. Participa desta situação, por exemplo, o verbo *esquecer*, de que se afirma em Peres & Mória (1995: 116) que pode “corresponder a pelo menos dois predicados distintos”¹⁶:

- a) A₁ e A₃: *lá no meio do caminho —esqueceu-me a aguilhada* (*RT I*, 335)
- b) A₁, A₃ [com CP]: *no meio do caminho —esqueceu-se-me a aguilhada* (*RT I*, 339)
- c) A₁, A₄ [com CP]: *lá no meio do caminho —esqueci-me da aguilhada* (*RT I*, 336)

Estas três construções são normais no galego contemporâneo com idênticas possibilidades de estruturação sintáctica e, no referente a essas sequências, há indícios de que existem preferências diatópicas no referente à escolha de um ou doutro tipo de actantes. Assim se assinala em ILG (1995: 214- 215), trabalho de que se deduz que a opção A₁, A₃ [com CP] (*Esqueceu-se-me a aguilhada*) tem certo atestamento nas falas

orientais do país. É preciso notarmos, neste sentido, que particularmente para o caso de *esquecer* o português se decidiu na língua *standard* pela construção *esquecer-se de*, existindo igualmente o uso destes verbos com outras possibilidades actanciais, como se viu, ainda que em registos populares. Quiçá num futuro poderiam ser delimitadas com as mesmas equivalências diastráticas para o galego ambas as estruturas, por as duas estarem perfeitamente vivas e por significar uma outra aproximação e reencontro do galego, certamente pequena mas não por isso intrascendente, com o seu tronco linguístico.

Do mesmo modo, *chamar* acha-se em similares circunstâncias, pois detecta-se com várias hipóteses de estruturação actancial:

- a) A₁, A₄: *não sei se é ofensa*, — *o meu Deus*, **chamar** por vós (RT I, 715)
- b) A₁, A₂: *estou muito doentinha*, — *mande **chamá**-l-o barbeiro* (RT I, 845); etc.

Repare-se que no galego também existe uma construção com *chamar* + A₁ + A₄, equivalente a ‘reclamar a presença’: *—¿Qué quères á San Antonio / que tanto **chamas** por él?* (CPG III, 274). Esta estrutura sintáctica foi considerada como um galeguismo no espanhol pretendidamente falado pelos galegos e pelas galegas dos anos finais do século XIX, como o demonstra a crítica que lhe dedicou Álvarez Giménez (1909: 67-68): “Muchos dan al verbo *llamar* un régimen que no tiene en castellano, v. gr.: *Llame V. POR la criada; ¿Han llamado POR mi?* debe ponerse la preposición *á* en vez *por*” [sic]. Igualmente, Valladares (1970: 124), curiosamente, censurava esta estrutura no galego a basear-se nas impressões deste autor:

*Además de los defectos de lenguaje atrás mencionados, otros hay que publicó también el señor Álvarez Giménez y de los cuales indicaremos aquí algunos, sin omitir los que á nosotros se nos ocurren. Dícese, así en gallego como en castellano *chama* po-l-os jornalèiros, v.g.; *chama* po-l-os veciños; créo que chaman por min.*

5. CONCLUSÃO

As páginas precedentes tiveram como objectivo reflectirmos sobre alguns aspectos de carácter sintáctico que afloram nos falares populares trasmontanos, e em

especial no seu romanceiro. Após a sua análise e a sua comparação com equivalentes estruturas no galego, não resulta difícil chegarmos a algumas elementares conclusões. As variedades de português não consideradas *standard* permitem obtermos preciosos dados sobre fenómenos gramaticais, neste caso sintáticos, que incidem em duas questões: (i) na sua notável documentação, o que faz com que não pareça serem marginais ou pouco representativos; e (ii) na sua constatação também ao Norte do rio Minho, igualmente em textos tradicionais ou populares. Desta maneira, as estruturas pleonásticas com pronomes átonos, a interpolação pronominal ou a mudança do tipo de elementos argumentais exigidos pelo predicado verbal servem para ilustrarem a unidade linguística galego-portuguesa, também nos registos dialectais, populares ou coloquiais, em ocasiões muito mais próximos do que as respectivas variedades padrões.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez Giménez, E. (1909) [1870] *Los Defectos del Lenguaje en Galicia y en la Provincia de León. Estudio Gramatical Basado en la Doctrina de la Academia y en el Uso de los Buenos Escritores*, Valladolid: Imprenta y Librería de Andrés Martín.
- Álvarez, R. & X. Xove (2002) *Gramática da Língua Galega*, Vigo: Galaxia.
- Bechara, E. (2002) [s.d.] *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro: Lucerna.
- Cidrás Escáneo, F. A. (1992) "Sobre a función da concordancia. Consideracións a propósito das concordancias verbais anómalas" in *Verba* Vol. 19, 41-53.
- CPC = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [facsimilar da edição de 1885-1986] *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, Madrid: Akal.
- Cunha, C. & L. F. L. Cintra (1992) [1984] *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Sá da Costa.
- Freire, F. J. (1842) [redigidas na segunda metade do século XVIII] *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
- Freixeiro Mato, X. R. (2000) *Gramática da Língua Galega. II. Morfosintaxe*, Vigo: A Nosa Terra.
- ILG [Instituto da Língua Galega] (1995) *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. II. *Morfoloxía non Verbal*, A Coruña: Fundación "Pedro Barrié de la Maza".
- LPG = Saco Cid, Juan Luis (ed.) 1987 [1910] *Literatura Popular de Galicia. Colección de Coplas, Villancicos, Diálogos, Romances, Cuentos y Refranes Gallegos. Recogidos por D. Juan Antonio y Arce*, Ourense: Deputación Provincial.
- Martins, A. M. (1994) *Clíticos na História do Português* [Tese de Doutoramento, inédita], Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mateus, M. H. Mira et aliae (2003) [1983] *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

- Matos, G. Ardisson & I. Silva Duarte (1984) “Clíticos e sujeito nulo no português: contribuições para uma teoria de **pro**”, in *Boletim de Filologia* Vol. 29, 479-538.
- Peres, J. Andrade & T. Móia (1995) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.
- Pita Rubido, M. L (2006) “Algunhas consideracións sobre os dativos non argumentais” in *Revista Galega de Filoloxía* Vol. 7, 143-165.
- RT = Fontes, M. da Costa (ed.) (1987) *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)*, 2 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Sánchez Rei, X. M. (1999) *Se o vós por ben Teverdes. A Interpolación Pronominal en Galego*, Santiago de Compostela: Laiovento.
- Sánchez Rei, X. M. (2005) “Os falares populares portugueses dos séculos XVI-XIX: información (in)directa sobre o galego da época”. In M. Gonçalves & A. Soares da Silva & J. Coutinho & J. Cândido Martins & M. J. Ferreira (eds.) *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio e Homenagem a Amadeu Torres*, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, II, 615-630.
- Vasconcellos, J. Leite de (1987) [1901] *Esquisse d’une Dialectologie Portugaise*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica.
- Vázquez Cuesta, P. (1994) “Observações sobre o português de Moçambique”. In Lorenzo, R. (ed.) *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*, A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, VI, 631-647.
- Vilela, M. (1992) *Gramática de Valências. Teoria e Aplicação*, Coimbra: Almedina.
- Vilela, M. (1999) *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.
- Vilela, M. (2002) *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Almedina.

¹ Qualquer texto escrito é uma reprodução imprecisa de um oral e, neste caso, não nos achamos perante uma excepção. A este respeito, o próprio responsável da compilação declara que a edição deixou de lado alguns traços fonéticos mais que reproduziu “óbvias incorrecções e contrasensos” (RT I, LXIX).

² Assim, por pormos um exemplo, ainda se tratando do mesmo romance, aparecem diferenças nos textos 1.334 e 1.335 (RT II, 950), em que pode ler-se, respectivamente, *outrem não m’há-dem lograre* e *outro não hei-de lograre*, o que ilustra de alguma forma esse variacionismo do género romancístico

³ Sobre os diferentes tipos de dativos e de CI no português, veja-se o trabalho de Vilela (1992: 117-127). Para o caso específico do galego, veja-se o contributo de Pita Rubido (2006).

⁴ Cumpre salientarmos, a este respeito, que a sintaxe do romancelheiro não deixa sem exemplo casos de pronomes tónicos oblíquos introduzidos pela preposição *a* mais sem o morfema clítico: *—Que matasse a ti, mulher, —que é p’ra casar co’a sua filha* (RT I, 241); *—Esse sim, ó meu paizinho, —esse era o que a mim servia* (RT I, 242); etc.

⁵ A forma de dativo *le* é dialectal e, nos inícios do século XX, segundo afirmava Vasconcellos (1987: 107), podia achar-se ao longo e largo de Portugal: “Pour le datif, nous avons le ‘lhe’ partout, soit au singulier, soit au pluriel”

⁶ Cfr. também com CD: *Minha mulher* como *a matarei* (RT I, 243); *a i-auga nunca a bebia* (RT I, 445); *A minha mulher eu matei-a* (RT II, 971); etc.

⁷ Repare-se na neutralização que se verifica nos dativos entre a P3 e P6, resolvida, como também acontece nas falas galegas, a favor do singular.

⁸ No entanto, Matos & Duarte (1984: 480) consideram que os pronomes átonos exigem “adjacência imediata à forma verbal”, condenando para a agramaticalidade quaisquer estruturas com interpolação, pois nada pode “ocorrer entre o clítico e o verbo”. Exemplificam esa ocorrência com *Já lhe, é óbvio, telefonamos hoje* e com *Já lhe hoje telefonamos*. É claro que o primeiro caso quebra a linearidade mais comum, mas não assim o segundo, a teor dos exemplos com advérbios e em particular deste último, *hoje*.

⁹ Na época medieval, no entanto, vários elementos podiam ocorrer nas construções com interpolação. Cfr. a este respeito a sequência tirada do trabalho de Martins (1994, I: 181): *por as sobreditas vinha e oliual e câpo e mato que lhys assy os sobreditos Prior e Raçoeiros Ë nome da dita Egreia de Sam Bertholameu escambhadas e pela guisa que suso dito he e declarado Ë escambho dadas e outorgadas auyã*. Este exemplo, datado nos finais do século XIV, levou a autora a afirmar que, apesar de ser um caso “excepcional”, parece não haver limites gramaticais na língua antiga “relativamente ao número de constituintes interpoláveis” (Martins 1994, I: 182).

¹⁰ Afirma ao respeito o próprio colector: “A riqueza linguística de Trás-os-Montes documenta-se especialmente nas aldeias situadas junto à fronteira. Embora o mirandês pertença geograficamente a Portugal, não parece haver muitos romances nesse dialecto. Coligimos muitos mais no castelhano pouco correcto e eivado de portuguesismos que se fala nas zonas raianas. Também há muitos romances portugueses cantados em espanhol” (RT I, LIII).

¹¹ No galego contamos com uns poucos exemplos em que aparecem estruturas com interpolação em versos cantados em espanhol ou muito influenciados por esta língua. Um deles é o seguinte, proveniente do cancionero de Saco Arce, obra compilada nos anos finais do século XIX: *Adiós no te lo digo, / por te **no** dar sentimiento* (LPG, 173). Julgamos que se o esmorecimento do fenómeno estivesse num estado avançado de desuso não poderia ser utilizado pela cantora tradicional para produzir versos numa língua em que, com certeza, se não expressava fluída e espontaneamente e de cujas estruturas sintácticas desapareceram havia já séculos estas ordens de palavras.

¹² No referente à classificação dos elementos argumentais ou actantes, seguimos muito de perto o exposto em Vilela (1999: 332-339).

¹³ Veja-se também Peres & Moia (1995: 127-138).

¹⁴ Deixando de parte o escritor angolano, cumpre também fazermos referência a outras áreas do espaço linguístico galego-português, como é a brasileira, pois ali detecta-se a preferência por diferentes regências preposicionais. Num trabalho destinado a abordar os problemas de ensino da língua “na encruzilhada das normas” lusitana e sudamericana, Vilela (2002: 327-328) salienta o conflituoso que pode ser, em ocasiões, decidir-se por uma tendência diferente que aparece “na regência verbal, adjectival e nominal”, já que “estão a definir-se algumas divergências”.

¹⁵ Diz ao respeito Freixeiro Mato (2000: 640) no tocante ao galego: “Hai verbos que se poden construír con CD ou con suplemento [= A₄], implicando unha ou outra fórmula cambios de significado léxico”. Cfr. também o exposto em Álvarez & Xove (2002: 103): “Algúns verbos poden construírse ou con CD ou con CPrep., e dentro deste con distintas preposicións, o que xeralmente conduce a diferentes significados, máis ou menos distantes”.

¹⁶ Assinalam os dois autores que um “destes predicados [...] vem sempre associado a uma forma pronominal intrínseca, variável em pessoa e número, pelo que deveria ser identificado como [...] *esquecer-se*. O outro predicado é o que podemos identificar pela simples forma verbal, sem elemento pronominal” (Peres & Mória 1995: 116).

Algumas considerações a propósito do português na Galiza

Xosé Ramón Freixeiro Mato
(Universidade da Corunha, Galiza)
www.udc.es/principal/ga

Evidentemente, não é o mesmo falarmos do português na Galiza do que do português da Galiza. Ainda partindo de que galego e português são uma mesma língua, o português da Galiza deverá denominar-se galego na mesma medida, pelo menos, em que o galego de Portugal e do Brasil se denomina português. Afirmo o estudioso brasileiro Júlio César Barreto Rocha (1998: 28), num artigo intitulado "O Brasil fala a língua galega", que a língua falada em Portugal veio de fora de suas fronteiras de hoje e é anterior aos cancioneros galego-portugueses e inclusive ao Estado português, pois nasceu numa terra que constitui o que antes era a Gallæcia e ainda hoje é a Galiza; portanto, para ele o idioma aqui gerado e desenvolvido deve ser chamado "galego". Antes de conhecer este trabalho, atrevera-me, um pouco timidamente, a dar a uma comunicação da minha autoria, apresentada num congresso celebrado na cidade "galega" de Braga, o título de "O galego de Portugal" (Freixeiro 2005) e nele queria chamar a atenção para o papel da Galiza e do galego na história de Portugal e da sua língua, sempre na procura de uma maior aproximação galego-portuguesa. Nas páginas que vêm a seguir tentar-se-á complementar e aprofundar nalguns aspectos relativos a esta questão.

1. SOBRE A PRIMITIVA DENOMINAÇÃO DO ROMANCE HISPÂNICO OCIDENTAL

Se admitirmos que a Galiza e Portugal são dois reinos galegos em origem (Nogueira 2001: 233), também há-de resultar lógico assumirmos que a língua romance comum falada nas duas margens do rio Minho se deve chamar com propriedade *galego* por ser a língua da Gallæcia. Ao dividir-se esta com a criação primeiro do condado e logo do reino de Portugal, o galego será a língua da Galiza e também a língua de Portugal, facto que possibilitará o aparecimento do nome composto *galego-português*, por pertencer a estes dois reinos peninsulares. Mas galego-português é uma denominação seródia, introduzida pelos eruditos portugueses nos finais do século XIX. Assim a justificava a própria Carolina Michaëlis (1904: 779): "Esta fragmentação da Galliza em duas metades, ocorrida exactamente no momento psicologico da primeira florescencia da supposta poesia popular, obriga-nos a empregar o termo composto *gallego-português*". José Joaquim Nunes (1989: 13), a falar dos numerosos dialectos em que se dividiu o hispano-romano, afirma que "tem para nós particular interesse o que se usava nas margens do rio Minho e ao qual podemos dar o nome de

galécio-português". Ora, se esta denominação não se empregou na época medieval, qual foi, então, o nome que se deu ao idioma da Gallæcia (e dos reinos da Galiza e de Portugal quando a primeira se dividiu) durante a Idade Média?

Na *Historia Compostellana*, texto latino do século XII, aparece a expressão *gallaeco vocabulo*; e numa relação de livros da biblioteca do arcebispo de Compostela Bernaldo II dá-se notícia, arredor de 1226, de um livro velho de sermões *de littera galleca*, que com segurança quererá indicar que estava escrito em galego e não em latim (Monteagudo 1994: 171). Porém, a denominação predominante era, em contraposição a *latim*, a de *romanço* (aparece nos finais do século XIV na *Crónica Troiana* e também nos *Miragres de Santiago*, por exemplo), juntamente com a de *lengagem*, *linguagem* ou *a nossa linguagem*, estas mais frequentes em textos escritos em território português. O catalão Jofre de Foixá, autor de umas *Regles de Trobar* escritas em occitano arredor de 1290, cita as línguas que el considera naquela altura habilitadas para a lírica: o francês, o provençal, o siciliano e o galego; *galego*, pois, e não *galego-português* nem *português*, é a denominação que se dava à língua dos cancioneiros, pelo menos nos ambientes eruditos e trovadorescos (Monteagudo 1994: 173). E nada pode resultar mais natural do que esta denominação, pois o galego é a língua da Gallæcia, e Portugal, como dizia Carolina Michaëlis, surge no interior da primeira.

No entanto, não cabe dúvida de que, ao converter-se Portugal em reino independente da Galiza e ao esta ir entrando progressivamente na órbita de Castela, os portugueses vão acabar por denominar o galego que falam com o nome político de 'português'. Na *Crónica Portuguesa de 1344* já aparece a expressão *segundo a linguagem de Portugal*. Em território galego, pelo contrário, nos *Miragres de Santiago*, de finais do XIV ou de princípios do XV, figura a expressão *lingoajem galego*. A meados do século XV o Marquês de Santilhana terminará por denominar a língua dos trovadores como "gallega o portuguesa", entendemos que por ser a língua da Galiza e de Portugal, ainda que se tem discutido sobre o sentido inclusivo ou exclusivo da expressão; Monteagudo (1988: 145-6) inclina-se por este último, mas também afirma não ter constância da denominação de 'português' até ao século XV.

Contudo, a divisão política da Galiza em dois reinos, consolidada a meados do século XII, não rompe a unidade linguística, continuando a língua a ser a mesma a

ambos os lados do Minho. Ora, a partir da segunda metade do século XII a política portuguesa desloca-se definitivamente para o sul, até se estabelecer finalmente Lisboa como capital do reino; o galego de Portugal converte-se assim em língua protegida pelos reis e, cada vez mais, irá transformando-se num poderoso instrumento cultural e mesmo político. Como consequência dos descobrimentos, em que Portugal participou como grande potência colonizadora, o galego(português) vai estender-se por diferentes continentes, até chegar a ser também uma das línguas mais faladas no mundo. Mas só alguns eruditos farão referência a que essa língua teve a sua origem na Galiza. Como também afirma Rocha (1998: 129), durante quase um milênio "foi muito interessante para Portugal ignorar a existência da Galiza, pois isto mantinha o mito de que a língua dita portuguesa fora gerada e era originária exclusivamente de seu território, de seus habitantes".

2. O TRATAMENTO DO GALEGO NALGUNS ESTUDOS PORTUGUESES

Os primeiros gramáticos e estudiosos da língua portuguesa costumam distinguir os falares do norte, que eram sentidos como arcaicos ou próprios de camponeses, dos da capital, onde consideravam os primeiros como atrasados e desagradáveis, caso de Fernão de Oliveira (2000); porém, João de Barros manifesta admiração pelas formas antigas do norte devido à sua maior proximidade do latim e Duarte Nunes de Leão observa na sua *Ortografia da Linguagem Portuguesa*, de 1576, características fonéticas específicas do norte de Portugal e da Galiza, sendo "sensível à existência do galego como variante muito próxima do português do norte" (Castro 1991: 42), ainda que na *Origem da Lingua Portuguesa*, de 1606, fala dele como língua já diferente do português: "ficou naquela província sabor da língua francesa e, se apartou, lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase ùa mesma" (Leão 1983: 219).

Resulta também de interesse aqui fazermos menção da feliz expressão de Piel (1989) "Gallæcia Magna", ou "Maior", definidora da área inicial do galego-português, a que atribui como limite meridional a ria de Aveiro, e que compreenderia aquele território cujos dialectos apresentam de modo exclusivo as características que individualizam o português e o galego ainda hoje no plano fonético e lexical, correspondentes às actuais províncias portuguesas do Douro Litoral, Minho, ocidente

de Trás-os-Montes, quase toda a Galiza e a parte ocidental de Astúrias (Castro 1991: 167). Como essa língua da Gallæcia se estendeu para o sul no período medieval acompanhando o deslocamento do centro de poder político de Portugal para Lisboa, pode falar-se ainda hoje de um *continuum* linguístico desde a Galiza ao Algarve no referente à realidade dialectal, independentemente das normas cultas que se puderem estabelecer (Castro 1991: 24).

Mas os dialectólogos portugueses modernos nem sempre reconheceram a existência dessa continuidade linguística que, com forma rectangular, se estende de norte a sul da faixa atlântica peninsular. Assim, nem Leite de Vasconcellos nem Paiva Boléo incluíram o galego no espaço dialectal português, pois os dialectos mais ao norte que assinalam são, respectivamente, o 'interamnense' e o 'falar minhoto' (veja-se uma síntese das suas propostas em Cintra 1995: 125-137).

Contudo, as opiniões de Leite de Vasconcellos a respeito do galego merecem uma atenção especial pela novidade que supõe a sua introdução do termo 'co-dialecto', sobretudo à luz do estudo realizado por García Turnes (2003); considera esta autora que o galego é um problema para Leite de Vasconcellos que não sabe muito bem como encaixar e harmonizar com a língua nacional portuguesa. Num artigo de 1895 mesmo afirmara existirem razões para pensar que a língua portuguesa não fora formada no norte e depois propagada para o sul (ainda que posteriormente eliminaria tal afirmação), mas que o romance falado baixo domínio muçulmano no sul já era português, argumento que lhe serviria para situar a origem do idioma nacional dentro do próprio estado, tirando assim ao galego o privilégio de ser o pai do português. Em ocasiões chega a reclamar a integração política da Galiza em Portugal para dessa forma não ter de situar a origem da língua fora da nação, mas numa parte dela que por razões conjunturais passageiras faz parte do reino vizinho (García Turnes 2003: 378). Por esta via, de acordo com a opinião desta estudiosa, seria como adoptaria o termo 'co-dialecto', que não tomaria directamente do 'con-dialecto' de Sarmiento, mas através de Luís Luciano Bonaparte, com quem manteve correspondência, e que define os co-dialectos como variedades independentes de uma língua. A noção de *co-dialecto* do galego para Leite parece implicar uma maior independência estrutural a respeito do português da que apresentam os dialectos portugueses como o trasmontano ou o beirão, por exemplo, mas com a particularidade de não existir uma dependência equivalente no plano sociolinguístico por o português padrão não agir como língua

tecto para o galego. Por isso García Turnes considera que o *co-dialecto* de Leite seria "o que hoxe chamariamos *exodialecto*, un vernáculo pertencente a unha área linguística e cuberta por unha variedade pertencente a outra área diferente"; também deixa claro que Leite exclui o galego do grupo dos dialectos portugueses propriamente ditos.

No entanto, em estudos de dialectologia portuguesa mais modernos costuma incluírem-se os dialectos galegos, pois os linguistas aceitam pelo geral a classificação formulada por Lindley Cintra por primeira vez em 1970 baixo o título de "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses" (veja-se Cintra 1995: 117-163), onde distingue entre dialectos galegos, dialectos portugueses setentrionais e dialectos portugueses centro-meridionais, classificação que, embora reformulada, se adopta também em Cunha & Cintra (1991: 10-19).

Também inclui o galego entre os dialectos portugueses Manuela Barros Ferreira (1992: 30-1), que, no entanto, formula a pergunta de se galego e português são a mesma língua ou duas línguas diferentes. A análise desta autora não deixa de se ajustar bastante à realidade: galego e português são a mesma língua tanto do ponto de vista histórico como mesmo sincrónico, mas a nível institucional "verifica-se que o galego tem já uma norma escrita e oral diferente da portuguesa, uma ortografia adequada à sua maneira mais comum de pronunciar, dicionários e gramáticas próprios, os seus Institutos de defesa e ensino da língua".

3. O PORTUGUÊS PERSPECTIVADO DESDE O GALEGUISMO MODERNO

Se os gramáticos quinhentistas portugueses, no melhor dos casos, ignoraram o galego, também se deve dizer que os primeiros gramáticos galegos, que aparecem no século XIX, ignoraram pelo geral o português e tiveram a olhada posta no castelhano, que funcionou como modelo de comparação e contraste; assim, dos quatro trabalhos de natureza gramatical que apareceram no Ressurgimento, só no primeiro deles, o de Mirás, se cita no prólogo o português, destacando a sua proximidade do latim e a considerar o galego como uma 'ramificação' dele, ainda que logo se estabelecerá o paralelismo com o espanhol como critério a seguir; os outros três (Saco, Cuveiro e Valladares) utilizam este mesmo critério e já começam estabelecendo alguma referência comparativa ao castelhano e mesmo ao francês, mas sem citarem o

português. No entanto, no século do Ressurgimento o português si vai estar presente no debate linguístico na Galiza e normalmente como argumento de prestígio na defesa do galego, que se apresenta em muitos casos a formar uma mesma língua com aquele e projectada por diferentes continentes. E vai estar especialmente presente o português, como elemento de referência positivo para o galego, no pensamento linguístico do galeguismo cultural e político dos séculos XIX e XX, como se põe de manifesto em três das suas mais significadas figuras (Murguia no XIX, Castelao na primeira metade do XX e Carvalho Calero na segunda), a que a seguir nos referiremos.

No discurso de Tui de 1891 Murguia fala do “noso idioma” que ali perto, ao outro lado do rio Minho, é língua oficial “que serve a máis de vinte millóns de homes” (Murguía 1996: 159). No discurso de 1906 na Academia Galega também reincide na projecção internacional do galego através de Portugal e do Brasil, agora como argumento para contrarrestar o tópico do próximo desaparecimento do idioma. No primeiro volume da *Historia de Galicia*, publicado em 1865, também afirma que o galego alcançara o seu completo desenvolvimento no português e que este não era outra coisa que o galego literário, tese defendida um século depois por Rodrigues Lapa e que desencadeará a polémica com Ramón Piñeiro. Afirma Hermida (1996: 112-115) que, entanto autores como Balbín de Unquera, López de la Vega ou Juan Valera defendiam a identificação e fusão entre galego e português, Martínez Padín, António de la Iglesia e Murguia eram partidários de uma identificação sem fusão, por não realizarem nenhuma manifestação a favor do lusismo ortográfico. No entanto, Vázquez Sousa (2004: 82-83) dá a conhecer um texto de Murguia onde propugna a adopção da ortografia portuguesa e diz: “El gallego y el portugués, me dije, son uno mismo en el origen, gramática y vocabulario. Por que no aceptar la ortografía portuguesa? Si nos fue comun en otros tiempos, por que no ha de serlo de nuevo?”

Castelao tem plena consciência do processo histórico que levou ao aparecimento de Portugal como reino galego e do português também como idioma galego, de modo que a crise deste na escrita durante os séculos obscuros vai afectar só o território galego e não a língua galega no seu conjunto, pois esta continua a ser veículo de uma literatura que nesse período alcança grande esplendor em Portugal (Castelao 1961: 454). Castelao era, pois, muito consciente de que Portugal nasceu dentro da Galiza e de que a sua língua é o galego. E também, em consequência, afirma que o galego é a língua do Brasil, apesar de que se lhe negue interessadamente o carácter hispano

(Castelao 1961: 455). Fica claro que Castelao não só se adere ao pensamento galeguista dominante que propugna uma identidade essencial entre galego e português, mas é uma das personalidades que mais tem insistido no tema e que tem proporcionado argumentos mais sólidos, sobretudo desde a perspectiva histórica. Talvez a cita mais explícita, e ao mesmo tempo mais polémica, é a tirada da carta a Sánchez Albornoz, onde, após expressar o desejo de que na Galiza se fale tão bem o galego como o castelhano, e vice-versa, acrescenta: “Deseo, además, que el gallego se acerque y confunda con el portugués, de modo que tuviésemos así dos idiomas extensos y útiles” (em Carvalho Calero 1989: 91). Está claro que Castelao deseja “a restauração da unidade linguística galego-portuguesa” (Carvalho Calero 1989: 105). Mas não a subordinação do galego ao português, ou a dissolução do galego no português. Em *Sempre en Galiza* diz-nos que “o povo galego fala un idioma de seu, fillo do latín, irmán do castelán e pai do portugués” (Castelao 1961: 41), dando continuidade ao pensamento de Feijóo, Sarmiento e Murguía; e reforçando a primazia histórica do galego sobre o que ele considera mal chamado português, porque “o portugués non é outra cousa que o galego, pois da Galiza pasou a Portugal” (Castelao 1961: 161).

Carvalho Calero mantém no substancial os mesmos postulados teóricos a respeito do idioma que Murguía e Castelao, a defender portanto a identidade linguística galego-portuguesa. Porém, a diferença de ambos, acaba por praticar coerentemente o reintegracionismo linguístico na última fase da sua vida, após sucessivas etapas de achegamento. Também Carvalho inaugura, em certo modo, um novo tipo de relação da intelectualidade galeguista com Portugal e com os portugueses, uma nova olhada sobre o país vizinho que o leva a estabelecer projectos de colaboração mútua na procura de passos em positivo que suponham romper a tradicional declaração de irmandade, centrada em muitos casos na poesia e no sentimento de saudade, e avançar na aproximação linguística e mesmo ortográfica. Assim, Carvalho Calero e Rodrigues Lapa iniciam na editora lisboeta Sá da Costa uma colecção 'Noroeste' dirigida por ambos e que dá como fruto dois volumes de estudos sobre questões linguísticas galego-portuguesas (Lapa 1979 e Carballo 1981). Na correspondência de Lapa existem cartas de Carvalho que demonstran este afã comum em que ambos se empenharam; numa delas, que Lapa anota como “muito importante” e que leva data de primeiro de Outubro de 1980, fala o professor galego da publicação do seu livro e de outros textos

em Portugal, manifestando-se partidário de que vaiam "decididamente com ortografia basicamente portuguesa"; mas também faz outras interessantes e clarificadoras considerações que explicam os passos que foi dando como professor universitário na última etapa da sua vida académica, na perspectiva de avançar no reintegracionismo linguístico entre galego e português (em Marques *et al.* 1997: 381). As suas propostas de futuro para o galego, que passam pela aproximação do português, também vão achar eco e continuidade nalguns dos sectores mais conscientes da sociedade galega, como demonstra a existência da Associação Galega da Língua (AGAL) e outras correntes reintegracionistas.

4. O PORTUGUÊS NA GALIZA DE HOJE: PERSPECTIVAS DE FUTURO

A aposta linguística galega para este novo tempo deve passar por conseguirmos a plena normalização do galego como língua natural e própria de Galiza, tal como o define o actual Estatuto de autonomia; e deve passar também por incluir a obriga de os galegos e as galegas conhecermos o galego no novo Estatuto que se está a elaborar. A partir daí, as possibilidades que se nos oferecem em matéria de língua são extraordinárias, de estabelecermos uma planificação académica adequada. O nosso sistema educativo deveria e poderia garantir, sem grandes problemas, que todas as alunas e os alunos galegos acabassem o ensino médio dominando três idiomas oficiais da União Europeia e três dos idiomas mais falados no mundo: o galego(português) como língua que nos identifica e nos abre as portas a países e culturas de diferentes continentes, o castelhano como língua do Estado também com projecção mundial e o inglês como língua franca internacional; nas actuais circunstâncias, das duas primeiras só a segunda tem garantido plenamente entre nós o seu futuro nas capas sociais mais novas.

Como garantirmos o futuro do galego como língua extensa e útil? Na última parte do ano 1999 o jornal *La Voz de Galicia* deu acolhida nas suas páginas a um debate tranquilo sobre a possibilidade de uma revisão da normativa do galego, em que participaram pessoas de todas as tendências e onde predominava a opinião favorável a uma reforma consensuada, marcando-se em muitas das colaborações a tendência para uma aproximação da norma portuguesa, ideias também presentes nalgum foro de debate e nalguma proposta a título individual de pessoas relevantes: o então presidente

do Conselho da Cultura Galega, Carlos Casares, falou de uma "ortografía sensata" que nos una a Portugal (*La Voz de Galicia*, 3-9-99) e "empraza á Académia a reformar a normativa" (*A Nosa Terra*, 4-11-99); num debate celebrado pelas mesmas datas em Santiago de Compostela com a participação de especialistas de tendências opostas (a oficial e a reintegracionista), segundo reflecte a imprensa "avanzouse un posible achegamento á norma portuguesa" e os linguistas que intervieram declararam-se abertos às mudanças na normativa em vigor (*El Correo Gallego*, 5-11-99).

Com esta perspectiva e tendo também em conta que a maioria dos linguistas que estão na Academia pertencem ao Instituto da Lingua Galega (ILG), a Asociación Socio-Pedagóxica Galega (AS-PG), organização nacionalista de ampla trajectória no âmbito do ensino e na defesa da língua e da cultura galegas, tomou a iniciativa de promover un diálogo entre representantes do ILG e das áreas de Filologias Galega e Portuguesa das três universidades galegas (Santiago de Compostela, A Corunha e Vigo), oferecendo-se também para moderar as reuniões que se produzissem. Uma vez aceitado isto por cada uma das partes, iniciaram-se as reuniões com três representantes por cada instituição ao longo do ano 2000 e 2001, até que se chegou a um princípio de acordo que logo uma comissão técnica se encarregou de redigir. Ratificado este pelos departamentos universitários correspondentes, em Setembro de 2001 foi apresentado como proposta na Real Academia Galega (RAG), que inicialmente o rejeitou e finalmente, após a pressão social a que se viu submetida, acabou por o aprovar em 2003. Como costuma acontecer com qualquer tipo de acordo, este não resultou plenamente satisfatório para nenhuma das partes que intervieram nele. Mas em conjunto foi o acordo possível nas circunstâncias em que se produziu.

Parece lógico também pensarmos que um grupo de pessoas ou associações, ainda a considerarem positivos alguns aspectos do acordo, não optassem finalmente pelo seu seguimento por terem escolhido a norma portuguesa ou outra muito próxima dela. Isto não se deve considerar especialmente negativo, sobretudo se a discrepância se circunscrevesse a âmbitos determinados, sempre partindo da opinião pessoal de que o português não deve ser considerado como língua alheia à Galiza. Inclusive pode desempenhar um papel positivo na perspectiva de marcar horizontes de longo prazo para o futuro do galego. Mas parece claro que a norma do galego na situação actual não pode ser a portuguesa, pois nas presentes circunstâncias, pela correlação de forças existente na vida política e académica, não parece possível outra solução sem causar

grave dano ao idioma, pela frontal oposição de sectores maioritários que se movem política, social e profissionalmente ao redor da língua. Ora, também não se podem virar as costas ao português e a Portugal, e muito menos agora em que com a integração europeia a Galiza e o norte do país vizinho constituem uma única região da UE.

Pelo contrário, deve procurar-se no possível um achegamento a Portugal e ao português que neste momento parece mais conveniente por via do léxico e por via da aproximação e intercâmbio cultural do que pela via da ortografia. Primeiro é necessário convenceremos o povo galego de que não é inferior a outros, de que tem uma língua digna, de que a sua cultura é importante; é imprescindível recuperarmos na consciência social a dignidade do idioma próprio, coisa que não se pode conseguir falando-lhe do 'português da Galiza' nem escrevendo-o hoje por hoje com a grafia portuguesa. Também não se pode conseguir, decerto, apresentando o galego como um apêndice do espanhol, com uma forma gráfica completamente subordinada a ele e com umas soluções morfológicas ou léxicas que o aproximem ainda mais da língua oficial do Estado e língua tradicional do poder na Galiza. Neste sentido, consideramos que os passos dados com esta última reforma da norma, sem serem tão profundos como alguns queríamos, cumprem os mínimos necessários para garantirem um modelo de língua digno e acaído às circunstâncias actuais.

Porém, a aceitação de uma norma de consenso não implica uma renúncia aos postulados ideológico-linguísticos pessoais a respeito do que se consideraria a melhor norma possível ou a respeito da relação entre galego e português. Pode, em teoria, acreditar-se na unidade linguística galego-portuguesa e, ao mesmo tempo, fazer uso da norma oficial que foi produto de um consenso entre especialistas, como também se pode ser republicano ou comunista e exercer responsabilidades públicas num regime monárquico ou capitalista. Uma coisa é acatar uma norma linguística e outra muito distinta é renunciar às próprias ideias ou inclusive deixar de trabalhar por elas; como também se pode acatar uma lei, mesmo a Constituição, e não estar de acordo com todos os seus princípios ou inclusive ser partidário da sua profunda modificação.

Pode-se, pois, utilizar a norma oficial e, ao mesmo tempo, defender o reintegracionismo linguístico? A resposta virá dada em função do que se perceber por reintegracionismo. Partamos do princípio, não difícil de assumir, de que o galego

comummente falado na actualidade está muito interferido pelo espanhol e de que tal modelo não se pode consagrar como irreversível, pois, segundo este parecer, isso ía supor a dialectalização progressiva do galego a respeito daquele e o seu futuro desaparecimento como língua autónoma. Parece lógica e necessária, pois, uma intervenção cirúrgica sobre esse galego falado para o ir reintegrando no seu próprio sistema, de onde nalguns aspectos foi arrincado pela pressão secular da que foi única língua oficial durante séculos. Desde esta perspectiva parece muito defendível a reintegração linguística, entendendo por tal o facto de reconduzirmos o galego para a sua plena autenticidade, liberando-o das interferências forâneas. Neste sentido, as novas normas podem ser consideradas como reintegracionistas na medida em que reafirmam o galego nas suas raízes e tradição. Ou não acontece assim com o reforçamento de *ao*, *-bel*, *-aría*, com o reconhecimento de *até*, *porén*, *após*, *ouvir*, *Galiza*, ou com a prescrição de *presenza*, *diferenza*, *sentenza*, *graza*, *conduta*, *ditado* e os femininos *alemá*, *catalá*, *bretoa*, por exemplo?

Nessa reintegração do galego em si próprio, o português deve ser o modelo orientador ou, de o preferirmos, o espelho que nos há-de confirmar em muitos casos o que é ou não é galego. E temos o convencimento de que o galego só terá assegurada a sua independência a respeito do castelhano de se manter unido o mais estreitamente possível ao tronco linguístico galego-português de que faz parte. Ou, como disse Rafael Dieste, quanto mais galego for o galego, mais se parecerá com o português. Com outras palavras, o galego tem de unir a sua sorte à do português como garantia de não ser absorvido pelo espanhol. Não há dúvida de que nesse achegamento ao português a ortografia é um elemento simbólico importante que deve marcar uma primeira fronteira com a língua de Castela. Ora, também pensamos que a ortografia não é o elemento fundamental nem imprescindível para avançarmos na reintegração antes mencionada. Disfarçado de espanhol, o galego pode ser autêntico galego ou galego-português; e disfarçado de português ou de galego-português, o galego pode ser um castrapo evidente se não se preservarem as suas características intrínsecas. A ortografia é uma convenção que se pode mudar de modo relativamente simples, mas as estruturas internas da língua não se podem mudar com a mesma facilidade. Por isso é necessário pôr uma atenção muito especial nos aspectos morfossintácticos. Convém, neste sentido, termos presente que as normas oficiais são ortográficas e morfológicas. As regras sintácticas ou morfossintácticas vêm fixadas pela gramática e a respeito delas

não se tem suscitado praticamente discrepâncias, ainda que certos aspectos foram mais ou menos enfatizados ou preteridos, segundo os casos. É claro que não são as novas normas aprovadas aquelas que o movimento reintegracionista propunha ou desejava. Mas o aproveitamento de todas as possibilidades recolhidas nelas, juntamente com o uso e potenciação dos traços morfossintáticos genuinamente galego-portugueses, que em nada as contrariam, assim como o explícito reconhecimento do português como recurso para o acrescentamento lexical, permitem o assentamento de um modelo de língua mais autêntico e, por isso, mais 'reintegrado'.

Por outra parte, nos últimos tempos produziu-se uma mudança de governo na Galiza após dezasseis anos de maioria absoluta do Partido Popular com Fraga como presidente, período em que a língua galega experimentou um recuo alarmante no número de falantes e em que as relações com o mundo lusófono foram praticamente inexistentes ou simplesmente retóricas, com um presidente galego que utilizava o espanhol em Portugal. Bem é sabido que os partidos políticos de obediência estatal não têm o idioma galego como uma das suas preocupações políticas. Mas hoje está no governo, por primeira vez na história, o nacionalismo galego através do BNG, ainda que como sócio minoritário num governo presidido por um membro do Partido Socialista. Nos programas eleitoriais do Bloque Nacionalista Galego (BNG) para as eleições autonómicas vem figurando sempre um ponto referido a que o governo galego manterá uma política de intercâmbio de produtos culturais entre a Galiza, Portugal e outros países de língua portuguesa, na linha de naturalizar o necessário interconhecimento e fluxo de comunicação bilateral. O BNG assinou um acordo programático de governo com o PSdeG-PSOE onde expressamente se diz que a Xunta "potenciará o intercambio cultural cos países de lingua oficial portuguesa, erixíndose como relevantes nese proceso os medios de comunicación públicos". Aguardemos que isto se vá cumprindo e que o português se faça cada vez mais presente na Galiza para que todas as pessoas galegas tenham a oportunidade de se familiarizarem com ele e de comprovarem a sua fundamental identidade com a língua galega. Por essa via é como avançaremos no processo de garantirmos o futuro do galego. A isto há-de se acrescentar a inclusão do dever de os galegos e galegas conhecermos o galego no novo Estatuto de autonomia da Galiza que agora se está a debater. E também se deveria ir generalizando a presença do português como matéria de ensino nos diferentes níveis educativos.

5. CONCLUSÃO

O galego, língua nacional da Galiza e denominação originária do sistema linguístico galego-português, deve neste momento histórico consolidar-se como língua natural e própria do país mediante o decidido avanço do processo de normalização linguística levado a cabo, com pouca vontade por parte do poder político e com insucesso geral na sociedade, durante os anos precedentes. Ao mesmo tempo, deve continuar o processo de aperfeiçoamento do modelo de língua escrita, e também oral, através da depuração dos castelhanismos e do fortalecimento das estruturas morfosintáticas próprias, assim como dos traços fónicos mais característicos e da depuração e renovação lexical com o português como modelo, de acordo com as próprias orientações normativas. A isto deve acrescentar-se uma geral abertura da sociedade galega a Portugal e aos países lusófonos, tanto no âmbito cultural como económico, desportivo ou da informação, facilitando a circulação pelo território galego dos diferentes meios de comunicação e de outros produtos veiculadores da língua, assim como fazendo normal a presença de pessoas de expressão portuguesa nos meios de comunicação galegos. Parece-nos que só desta forma se poderá progredir no reencontro e reintegração linguística galego-portuguesa.

Mas também parece o momento e o lugar oportunos para demandar de Portugal e dos portugueses, nomeadamente daqueles que possuem uma maior formação em temas históricos e linguísticos, uma olhada diferente sobre a Galiza e sobre a língua galega, abandonando a rotineira e simplista consideração de ambas como meros apêndices da Espanha e do espanhol. Entanto que desde a Galiza se está a viver a conflituosa relação galego/português (e também em parte Galiza/Portugal) com paixão e com grande interesse nos últimos séculos e mesmo na actualidade, sobretudo desde o âmbito galeguista, também ao norte do Minho temos a impressão de existir uma grande indiferença em Portugal a respecto da própria existência do galego (e da Galiza) e dos seus vínculos históricos com o português (e com Portugal), com as consabidas e muito destacadas excepções. Muitos galegos e galegas gostaríamos de que se nos falasse em português quando nos dirigimos a alguém de Portugal na nossa língua comum, apesar da diferença de sotaque e da inevitável interferência do castelhano na nossa forma de nos expressar. E, igualmente, que não se se nos considere espanhóis, sem mais matizes,

só com dizer que somos da Galiza. Decerto que a importância que o português tem para o futuro do galego não é equiparável com a que este representa para o português. Bem o compreendemos. E por isso mesmo quero insistir neste velho tema, porque os galegos e galegas que estamos a lutar por garantirmos o futuro do nosso idioma na Galiza necessitamos da ajuda de Portugal para o conseguirmos. E penso que, por razões e compromisso históricos, Portugal também não pode virar as costas à Galiza e à sua língua própria, que também, no fundo, o é deste país que tantos galegos e galegas sentimos como nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carballo Calero, Ricardo (1981) *Problemas da Língua Galega*. Lisboa: Sá da Costa.
- Carvalho Calero, Ricardo (1989) *Escritos sobre Castelao*. Barcelona: Sotelo Blanco.
- Castelao, [Afonso Daniel Rodríguez] (1961) *Sempre en Galiza*. Buenos Aires: Edición "As Burgas".
- Castro, Ivo (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cintra, Luís F. Lindley (1995) *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Cunha, Celso & Lindley Cintra (1991) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Ferreira, Manuela Barros (1992) "Dialectologia da área galego-portuguesa". In António Luís Ferronha (org.) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, 30-38. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón (2005) "O galego de Portugal. Algunhas observacións sobre a xénese e a denominación orixinaria do sistema lingüístico galego-português". In M. Gonçalves, A. Soares da Silva, J. Coutinho, J. Cândido Martins e M. J. Ferreira (orgs.) *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Vol. 1, 357-371. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia - Universidade Católica Portuguesa.
- García Turnes, Beatriz (2003) "José Leite de Vasconcellos e o co-dialecto galego". *Verba* 30, 367-397.
- Hermida, Carme (1996) "Galego e português durante o século XIX". In *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*, 107-119. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Lapa, Manuel Rodrigues (1979) *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa: Sá da Costa.
- Leão, Duarte Nunes de (1983) *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Marques, Maria Alegria et al. (orgs.) (1997) *Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva.
- Michaëlis de Vasconcellos, Carolina (1904) "A Galliza, centro de cultura peninsular de 800 a 1135. Santiago de Compostella, foco onde desabrochou o lyrismo gallego-português". In *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada por... Vol. 2, 769-835. Halle: Max Niemeyer.

- Monteagudo, Henrique (1988) *"Portugués e galego nos gramáticos portugueses do quinhentos"*. In Dieter Kremer (ed.) *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Université de Trèves 1986)*. Vol. 5, 144-158. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Monteagudo, Henrique (1994) *"Aspectos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)"*. In Elvira Fidalgo & Pilar Lorenzo Grandín (orgs.) *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, 169-185. Santiago de Compostela: CILL Ramón Piñeiro.
- Murguía, Manuel (1996) *En prosa. Textos en galego*. Oseiro-Arteixo: Asociación 'Manuel Murguía'.
- Nogueira, Camilo (2001) *A memoria da nación. O reino de Gallæcia*. Vigo: Xerais.
- Nunes, José Joaquim (1989) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora.
- Oliveira, Fernão de (2000) *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Piel, Joseph Maria (1989) *"Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza"*. In *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, 55-60. Lisboa: Instituto Nacional-Casa da Moeda.
- Rocha, Júlio César Barreto (1998) *"O Brasil fala a língua galega"*. *Análise empresarial. Revista Galega de Economía e Ciencias Sociais* 28, 127-135.
- Vázquez Souza, Ernesto (2004) *Desta beira do Leteu. Artigos de historia cultural, literatura e sociedade desde o esquecemento*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica: uma tentativa de resgatar o idioma galaico-português

Prof.^a Doutora Zenóbia Collares Moreira Cunha
www.ufrn.br/ufrn

Em várias ocasiões, tenho encontrado pessoas da minha cidade natal que expressam seu espanto ao tomarem conhecimento de que escrevi um dicionário da língua portuguesa arcaica, crivando-me de perguntas sobre a utilidade ou a pertinência de tal empreendimento. Quando respondo que meu objetivo é resgatar, pelo menos, parte do idioma galaico-português, que aquele vocabulário, hoje desconhecido, era o mesmo que os descobridores do Brasil usavam para se expressar, que pertence à língua trazida para o nosso país pelos primeiros colonizadores portugueses, olham-me com espanto. Claro que depois das explicações mais detalhadas acerca da importância histórica deste idioma para os lusófonos espalhados pelo mundo, compreendem as minhas razões e o valor do meu trabalho, mas não sem um meneio de cabeça típico de quem se sente diante de algo inusitado, quiçá excêntrico.

Considerando que resido em uma cidade situada no nordeste do Brasil, tais indagações são compreensíveis e até naturais, visto que grande parte das pessoas que não freqüentam as universidades e os cursos de letras desconhecem os textos produzidos no período arcaico da nossa língua, principalmente as crianças e os adolescentes. Mesmo assim, o lançamento do dicionário foi um sucesso, especialmente pelo público culto que compareceu e adquiriu o livro, pela presença de representantes das imprensas falada e escrita que filmaram e divulgaram o evento, entrevistaram-me e publicaram elogiosas referências ao livro nos jornais, nas revistas culturais e nos programas da TV Cultura local.

Todavia, não foi somente o desejo de resgatar o já extinto idioma galaico-português o que, inicialmente, nos motivou. Na verdade, o que nos levou à idéia de organizarmos um dicionário foi a nossa própria experiência e dificuldades na sala de aula do curso de letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde os professores de literatura portuguesa, de gramática histórica e de filologia, juntamente com os seus alunos, viam-se confrontados, a cada ano letivo, com a ilegibilidade dos textos produzidos no período arcaico da nossa língua. Para solucionar o problema de forma mais imediata, preparávamos glossários para os textos que selecionávamos para

estudo, sempre de forma muito lacunar e precária. Outras vezes, quando fazíamos uso de obras que dispunham de glossários, as coisas se complicavam ao constatarmos que tais glossários eram incompletos. E não poderiam ser diferentes, como mostrou-nos a própria experiência com a preparação de alguns deles, vez que a nossa subjetividade e os nossos conhecimentos da linguagem interferem no momento de decidir quais vocábulos devem integrar a lista das palavras supostamente desconhecidas do leitor que eventualmente irá fazer uso do texto.

O contínuo trabalho com obras medievais, que vêm acompanhadas de glossários, nos fez descrever da eficiência dos mesmos. Eles funcionavam, na maioria dos casos, apenas como uma modesta ajuda, dando a impressão de que se destinavam a um leitor que já trazia suficientes conhecimentos da língua portuguesa arcaica para ler grande parte dos textos, com desafogo e autonomia.

Os alunos universitários não se ajustam a este perfil de leitor. Em suas incursões no universo das obras produzidas, entre os séculos XII e XVI, necessitavam de uma ajuda bem mais substancial que só um bom dicionário e estudos de certos aspectos gramaticais da língua do período arcaico poderiam subsidiar, principalmente quando abordavam textos em prosa.

O estudo da poesia era menos problemático, em razão das antologias que traziam os textos originais, em galaico-português, e a sua adaptação para o português contemporâneo. Todavia, tal recurso é muito redutor, na medida em que não nos deixa muito espaço para escolhas mais condizentes com o programa de estudos que desejávamos aplicar. Demais, não considerávamos adequado o uso de tais adaptações, salvo nos casos em que os textos adaptados se faziam acompanhar pelos originais, permitindo o convívio dos alunos com as formas que revestem a nossa língua escrita no período medieval, principalmente.

Nossa primeira tentativa para solucionar o problema resultou no *Pequeno Dicionário do Português Medieval*, elaborado em parceria com o Prof. Annecildo Batista de Carvalho. Publicado em 1992, este despretensioso trabalho teve, para surpresa nossa, a sua primeira edição logo esgotada, principalmente em razão da grande procura por parte de outras universidades do país.

O resultado positivo do nosso trabalho, além de gratificar-nos pelo esforço empreendido, serviu, dentre outras coisas, como indicador de que os nossos problemas e aflições eram compartilhados por professores de outras faculdades, principalmente os que eram responsáveis por disciplinas que lidam com textos do período arcaico, inclusive alunos da pós-graduação em letras e história ou aqueles envolvidos em projetos de pesquisas, que trabalham com obras medievais.

É oportuno lembrar que não fomos os primeiros a empreender esforços para resgatar o vocabulário arcaico. Antes de nós, há mais de duzentos anos, outras tentativas foram levadas a efeito por três sacerdotes. O primeiro deles, D. Bernardo da Encarnação, não chegou a publicar a sua obra, deixada em manuscritos. Em 1727, Raphael Bluteau publicou o seu *Vocabulário Portuguez e Latino*, em 14 tomos. Esta obra, de grande valor documental, está ultrapassada, além de esgotada há muitos anos, encontrando-se disponível para consultas apenas nos acervos bibliotecários portugueses e em alguns brasileiros. Ainda no século XVIII surge o *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram*, de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, obra pioneira que, mesmo com as imperfeições que apresenta, é um valioso documento. Na década de 40 do século XX, Augusto Magne, sacerdote e filólogo brasileiro, deu início à organização do Dicionário da língua portuguesa dos períodos medieval e clássico; todavia não chegou a concluir o primeiro volume da obra. Contudo, o contributo de Magne para a elaboração de um novo dicionário é de suma importância, especialmente em razão dos inúmeros glossários que escreveu para obras do período medieval.

Com o avanço da filologia, a partir das primeiras décadas do século XX, ocorreu um sopro de renovação nesta área do saber, destacando-se várias personalidades que prestaram valiosos contributos para o estudo e conhecimento da língua e dos textos antigos. Surgem, então, críticas ao *Elucidário de Viterbo*, o único instrumento disponível para subsidiar a compreensão da língua portuguesa do período galaico-português.

Em suas Lições de filologia portuguesa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, escritora de grande erudição na área dos estudos filológicos, mencionou a necessidade de um dicionário que oferecesse um repertório mais completo dos vocábulos em uso

no período arcaico da nossa língua. Mesmo reconhecendo o valor do *Elucidário* de Viterbo, a autora não se eximiu de referir à insuficiência do vocabulário nele reunido:

Faz imensa falta [...] um dicionário só do 1º período da língua portuguesa, em que se registrem e se documentem, ampla e cuidadosamente, todos os termos contidos nos textos arcaicos [...]. O Elucidário de Viterbo é uma contribuição preciosa, insubstituível pelas citações, tiradas de documentos públicos, em parte perdidos. Mas ainda assim é muito pobre, porque ele não podia no seu tempo aproveitar nenhum dos principais monumentos literários da época galego-portuguesa. (1945. p. 275-76).

Depois dela, outros estudiosos da língua apontaram uma série de falhas no *Elucidário* que respaldavam e justificavam os comentários de Carolina Michaelis. O mais incisivo de todos, no entanto, foi Mario Fiúza, prefaciador da terceira e última edição de referido *Elucidário*, em 1962, que inicia o seu texto com as seguintes palavras:

Há muito tempo já que o Elucidário de Viterbo devia de estar definitivamente arrumado num museu de antigüidades. Mostrar-se-ia ao visitante como a primeira tentativa dum dicionário da nossa língua arcaica, um antepassado longínquo dos modernos dicionários, elaborados com espírito crítico e beneficiando do enorme desenvolvimento que a filologia e a história tiveram nos séculos XIX e XX. Mas ao invés disto, inicia-se hoje a publicação duma nova edição do Elucidário, que continua a ser o único dicionário da nossa língua arcaica. Apesar dos modernos e grandiosos progressos da filologia e da história, ninguém meteu ombros à empresa de elaborar um novo dicionário da nossa língua medievá. Justifica-se, portanto a necessidade de publicar esta nova edição porque a obra continua a estar em uso e ainda não foi substituída (e quando o será...?) por outra mais moderna e mais aperfeiçoada (1962. p. 7).

Ao pretendermos elaborar um novo dicionário dedicado à recuperação do vocabulário galaico-português, julgamos pertinente não postergarmos a valiosa contribuição da obra que abriu os caminhos: o *Elucidário* de Viterbo. A obra pioneira não poderia deixar de estar incluída na base do seu repertório, principalmente por nos legar uma quantidade considerável de termos da fase medieval do nosso idioma, impossível de serem localizadas em outras fontes. Despojados dos excessos e da superfluidade de informações contidas em muitos deles, constituíram um alicerce preciosíssimo, ao qual foram acrescentados milhares de novos vocábulos recolhidos em nossas pesquisas, que não constam da primeira tentativa do frade dicionarista.

Nestes termos, o *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica* assimilou parte do valioso contributo do *Elucidário* de Viterbo, acrescido de todos os outros legados hauridos em textos antigos de que foram escritas edições críticas, notadamente no século XX, além da contribuição de tantas obras consultadas, produzidas no período arcaico da língua portuguesa arcaica, que não foram incluídos no repertório do *Elucidário*.

Escusado dizer das dificuldades que enfrentamos para levar ao termo as pesquisas que resultaram na elaboração do *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica*. Mantivemo-nos resolutamente laboriosas ao longo dos quatro anos de pesquisa, ou melhor, de exercício de paciência e de cumplicidade com o nosso propósito de resgatar centenas e centenas de palavras relegadas ao esquecimento e desconhecidas do público dos dias atuais. Foi, portanto, sob o estímulo decisivo da nossa inabalável convicção acerca da pertinência e importância do nosso trabalho que empreendemos quatro viagens a Portugal, em nossos períodos de férias, para, em "peregrinação" nos seus acervos bibliotecários, empenharmo-nos numa exaustiva busca, em um universo bibliográfico constituído por obras publicadas desde o século XII até o século XVI, percorrendo fichários de "Reservados", folheando catálogos, devassando livros antigos, obras poéticas e em prosa, além de inúmeros dicionários etimológicos, elucidários e glossários de obras surgidas no período mais recuado, no qual vigorava o uso do idioma galaico-português.

O título do nosso trabalho, *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica*, evidencia claramente que o único e exclusivo interesse que nos moveu foi o de resgatar da dispersão o vocabulário da nossa língua em uso no período historicamente considerado arcaico, ou seja, o que vai do século XII até o século XVI.

Salvo em casos especiais, deixamos de registrar as palavras que conservam o mesmo sentido no português contemporâneo, mesmo quando apresentam diferenças de grafia que não interferem na compreensão do seu significado.

No âmbito da linguagem arcaica, foram consideradas as contribuições dos povos que invadiram a Península Ibérica nas fases pré-histórica e proto-histórica da língua portuguesa e que legaram ao idioma em formação palavras e expressões que se incorporaram naturalmente ao repertório autóctone. Foram igualmente considerados os vocábulos de línguas estranhas ao idioma que se incorporaram à linguagem da época, principalmente nos livros de historiadores, cronistas e viajantes que, em seus relatos,

inseriram termos indispensáveis à compreensão das suas mensagens, como, por exemplo, os livros que tratam de assuntos das colônias portuguesas na África, em Goa, em Macau, relatos provenientes de viagens, etc. Nestes casos, as palavras foram incluídas no dicionário com o registro do seu significado e de sua procedência, visto que essas informações facilitam a compreensão dos textos nos quais aparecem.

No que diz respeito à ortografia, procuramos ser o mais fiéis possível à forma gráfica original das palavras, evitando atualizá-las, por considerar que qualquer modificação poderia resultar em dificuldades para os futuros usuários do dicionário.

Devido à imensa variedade gráfica dos antigos escritores galegos e portugueses, em razão da falta de uniformidade na expressão escrita, nem sempre incluímos todas as possíveis variantes de uma mesma palavra usada em épocas diferentes, ou mesmo numa mesma época.

Não oferecemos informações no campo da etimologia em razão das dificuldades de natureza vária que teríamos nas investigações com vistas a elucidar o étimo de todas as palavras colhidas. Assim, cada verbete está acompanhado apenas da informação acerca da classe gramatical a que pertence a palavra-base, de forma abreviada, conforme o código de abreviaturas devidamente apresentado no início do volume.

Apesar do nosso esforço para abonar o significado das palavras com enunciados extraídos das obras escritas no período arcaico, muitas ficaram sem esse importante complemento.

Considerando que esta língua moderna está prodigamente resguardada pelo uso e pelos modernos dicionários, enquanto a língua arcaica, de modo geral, estava relegada ao olvido e, conseqüentemente, sob ameaça de perder-se na memória dos tempos futuros, deixamos à margem da nossa compilação os vocábulos surgidos a partir do século XVII, seja porque transcendem os limites do período arcaico, seja por estarem fartamente dicionarizados em Portugal e no Brasil.

Não obstante termos colhido cerca de 14.000 vocábulos do idioma galaico-português, acreditamos que ainda não é esta primeira edição do nosso dicionário que conseguiu recuperar todo, ou quase todo, o vocabulário da língua portuguesa arcaica, ou galaico-português. Apesar das nossas exaustivas buscas, muitos vocábulos, decerto, ficaram por ser localizados, à espera de outra pesquisa que dê conta de todas as

leituras necessárias à tarefa de resgatá-los. A nossa contribuição, mesmo imperfeita e provavelmente lacunar, não cessa com a presente publicação. Temos consciência que “obras desta natureza não se constroem duma só vez.” e que teremos que dar prosseguimento às nossas investigações, com o mesmo empenho e entusiasmo que nos moveram desde o início dos nossos trabalhos, em 1983. É do interesse da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte apoiar e subsidiar as pesquisas necessárias à elaboração de uma segunda edição do dicionário mais completa que a primeira.

Sabemos ser impossível colher todo o repertório vocabular do galaico-português, mas estamos certas de que todo o esforço será válido, toda tentativa será pertinente, para resgatar a maior quantidade possível de um patrimônio lingüístico que pertence tanto a Portugal quanto à Galiza, que faz parte da nossa história, que constituiu um importante elo de ligação entre portugueses e galegos durante uma período bastante alargado da nossa história comum, conforme está fartamente documentado em milhares de páginas escritas em prosa e verso por autores galegos e portugueses, que viveram naqueles remotos tempos. Nestas páginas encontramos a confirmação das palavras de Helio Pires, segundo as quais “a Galiza é a nação gêmea da portuguesa e, até à segunda metade do século XV, a língua dos dois lados do rio Minho era uma e a mesma” (2006. p. 1-2).

Motivada pelo interesse que sempre me despertou a relação entre galegos e portugueses, empenhei-me em comparecer a este Colóquio, com imenso interesse em acompanhar as discussões, em inteirar-me dos problemas que tentam solucionar, enfim disposta a sair daqui com muito mais motivação para dar continuidade às minhas pesquisas sobre um idioma que também é o meu, apesar do tempo e das modificações que sofreu ao transferir-se para um outro continente.

BIBLIOGRAFIA

- FIÚZA, Mário. “Advertência Preliminar desta Edição”, in Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, 2a.. ed., 1962.
- PIRES, Hélio. “A Galiza aqui tão perto” In *Portal Galego da Língua*, ACAEL, 2006.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëllis. “Lições de filologia” in *Revista de Portugal*, vol. VII, 1945.

Tema 2

Tradução

O Schriftstella (sic!) Zé do Rock, ou de como a diversidade na língua alemã é útil para a Lusofonia, e vice-versa

*Adelaide Chichorro Ferreira
(professora na Universidade de Coimbra
e membro do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos)*

Versão escrita das comunicações apresentadas em Bragança, a 2 de Outubro de 2006, no Colóquio da Lusofonia, e no encontro «O CIEG abre as suas portas», que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a 24 de Novembro de 2006¹.

1. ALEMÃO: LÍNGUA AMEAÇADA?

Tendo começado tarde a aprender o idioma alemão (apenas no ora chamado 10º ano), dele me aproximei de um modo que poderá parecer invulgar, uma vez que tal afinidade não é simplesmente de índole profissional. Há muito que me liga afectivamente a esta língua, empatia essa que, de alguma forma, me aproxima também daqueles que denodadamente cuidam da Lusofonia (e da ortografia) na Galiza. Porém, no contexto da protecção das línguas em risco, eu incluo também, em Portugal, a defesa do alemão como língua estrangeira (na linha da temática a que o semanário *Spiegel* dava honras de capa, por coincidência no mesmo dia em que me desloquei a Bragança, a fim de proferir a presente comunicação²). Os poucos da minha geração que, em Portugal, investiram mais de 20 anos a estudar alemão (e algo de semelhante é válido para quem se aventurou com outras linguagens exigentes, como a da matemática ou da música clássica) não deixam de ser, em época de crise económica e social, detentores de saberes a não desbaratar, equivalendo um deles àquilo a que chamei, num colóquio na Alemanha (onde algumas das ideias que aqui defendo foram apresentadas³), a capacidade de «ver mais longe do que a borda do prato». Por muitos anos de vida que alguns de nós tenhamos dedicado a esta língua, o facto é que, sendo ela substancialmente «diferente» das línguas românicas, tal facto simultaneamente torna mais interessante (diria que obsessivamente estimulante) o exercício de ginástica cognitiva associado a qualquer tradução. Justamente por isso, ela exige um tempo de maturação diferente daquele que é típico de outros pares de línguas. Uma tal experiência fi-la recentemente com uma tradução do alemão para o português em que,

tanto eu como o autor do original, o Professor Konrad Ehlich (Ehlich, 2006: 9-61), concluímos ser desejável um estudo mais aprofundado de «evidências» que, interculturalmente, não são da mesma forma óbvias, ou dadas como adquiridas, em ambas as culturas.

É certo que falar alemão em Portugal me separa um pouco daqueles que comigo directamente convivem, e que experimentarão, relativamente a mim, a mesma perplexidade, ou sensação de incomunicabilidade, que sinto relativamente a peritos em matemática. Será essa sensação algo de «anormal»? Não o creio, pelo que se verá a seguir. Uma vez que estou cultural e temperamentalmente mais próxima de um sul efusivo e exuberante do que de um norte frio e distanciadamente racional, não deixa de constituir para mim motivo de tristeza não poder partilhar facilmente com quem está mais perto de mim⁴ excertos curiosos de leituras que vou fazendo – por estranho que, neste caso concreto, até possa parecer – na «língua dos poetas e pensadores». A sensação que ultimamente venho experimentando relativamente a esta língua, vivendo como vivo em Portugal, é a de que ela se (me) esvai, tal como na Galiza há quem o sinta relativamente ao galego. Não obstante ser a língua materna mais falada em toda a União Europeia, o facto é que o alemão, como língua estrangeira, não tem sido escolha apetecível para a maioria dos portugueses, que assim mal se apercebem de que há cidadãos lusófonos a escrever textos interessantíssimos na língua de Goethe.

2. ALEMÃO COM AÇÚCAR E PIMENTA

...Ou, mais precisamente, num (?) «idiolecto» da mesma, que o autor a que dedico este trabalho designa, alternadamente, por *Kauderdeutsch*, *Siegfriedisch*, *Ultradeutsch* ou *Wunschdeutsch*..., designações que talvez se pudessem adaptar à nossa língua como *algaravês* (analogia para com *algaraviada* – sem ofensa para o Sul de Portugal), *viriatês* (em homenagem ao lusitano Viriato, tal como em *Siegfriedisch* se retoma uma mítica figura germânica), ou até como *ultraportuguês* e *português desejado*, esta última expressão evocando na cultura portuguesa – uma vez que tal não se aplica ao caso brasileiro – qualquer coisa como...uma espécie de *sebastianês* (já propor, numa tradução para o galego, um eventual *rosaliês* geraria incómodos no seio de certa lusofonia, dadas as conotações feministas assim convocadas).

Com tudo isto me refiro a um escritor, cabaretista e também realizador⁵ de origem brasileira, mas com antecedentes familiares na Alemanha e até mesmo no Báltico. Tendo vivido a sua infância e juventude no Brasil, país por onde vagabundeou de lés a lés (assim como por alguns outros da América Latina), acabou por adoptar o nome artístico de Zé do Rock. Não lhe conheço, de facto, o verdadeiro nome, mas como o meu interesse por este autor é sobretudo motivado pela minha «costela» de linguista, deixo aos colegas de Literatura o prazer de investigarem a complexa questão biográfico-identitária que, a par e passo, se revela na sua irreverente escrita. Quem, aliás, me recomendou esta refrescante leitura – ainda assim exigente, mesmo para germanistas –, foi um dos mais reconhecidos estudiosos da língua alemã, o já atrás citado professor Konrad Ehlich. Ora, sem dúvida que Zé do Rock trabalha a língua alemã duma forma tão singular quanto divertida, uma vez que é como se, em simultâneo, nela habitasse culturalmente e com ela não se sentisse verdadeiramente «em casa», necessitando amiúde de a alterar. Uma sensação que eu própria, na minha vertente ecolinguística⁶, não deixo de experimentar com relativa frequência, facto que me conduz por vezes a períodos de um certo mutismo.

Na contracapa de um dos livros de Zé do Rock (*Deutsch gutt sonst geld zuruck*), ao lado duma foto do próprio sentado no chão, com um chapéu virado para cima, à frente das pernas, e um letreiro onde se lê *Ich bin Schriftstella* (que poderíamos traduzir por *sô iskritô...*), o autor apresenta-se-nos como uma espécie de mendigo ou vagabundo, que, e traduzo, «nasceu há uma carrada de tempo no Brasil, viveu 14630 dias, bebeu 1357 litros de álcool, tocou 949 horas de flauta e jogou 648 horas de futebol, tendo percorrido à boleia 200 000 quilómetros em 1457 carros, aviões, barcos, comboios, carros de bois e tractores, além de ter visitado 104 países e 16 prisões. Apaixonou-se 8 vezes, rodou um filme, inventou uma língua artificial, criou um alemão simplificado, não estudou nada e vive ainda hoje, a maior parte do tempo, em Munique». Nos títulos dos vários livros⁷ que publicou incorre em «erros» semelhantes ao que vimos acima, mas na realidade toda a sua escrita é desconcertantemente rica na violação das regras ortográficas do alemão, pelo que constitui uma certa reacção crítica à polémica, durante anos instalada no contexto germanófono, em torno da nova ortografia (muito contestada por filólogos, escritores e até pelas redacções de vários jornais e magazines alemães). Mesmo quando usa o português para comunicar por

escrito, Zé do Rock mantém essa sua «imagem de marca», facto que pude constatar ao receber uma resposta sua, redigida num perfeito «zedorockês» de matriz lusófona⁸.

Em Didáctica das Línguas não é possível passar ao lado da reflexão teórica em torno da temática dos erros. Faz parte da actividade de cada professor tê-la em conta, sendo pois no tocante a este aspecto que a escrita de Zé do Rock se revela inspiradora. Em regra, distinguimos entre «erro» e «lapso», mas não seria menos importante insistir numa outra diferenciação – entre «erro» e «colapso» –, uma vez que há que medir as consequências que advêm de se catalogar simplisticamente como errada a maneira de falar ou de escrever de determinada pessoa. De alguma forma, a literatura vive do erro, já que se constitui como desvio, não involuntário, relativamente a uma norma. Ora, que tem tudo isto a ver com a Galiza? De facto, na origem desta minha comunicação esteve um pedido dum amigo galego, Ângelo Cristóvão, que penso estar representado neste volume, interessado em saber coisas sobre a história e a ortografia do alemão. Na Galiza pugna-se por aquilo que o mesmo colega vem designando por uma língua (ou ortografia) «normal», havendo muitos galegos que entendem que o ideal seria a adopção da norma ortográfica consagrada para o português. Ora, tal colide com a intenção expressa do Estado espanhol, que tem vindo a promover uma norma acusada de promover uma excessiva castelhanização. Enquanto portuguesa que viveu quase toda a sua vida alheada desta problemática, a descoberta do problema linguístico e ortográfico galego fez-me tomar consciência duma realidade política e identitária sujeita não só a oscilações várias, por vezes dramáticas, como a melindrosas disputas, inclusivamente em tribunal, situação essa merecedora de atenção. Entendo todavia que não é de se sobrevalorizar desmesuradamente aquilo que, numa perspectiva ecológica, continua a equivaler, para muitas actividades do quotidiano, a um sistema linguístico *secundário* relativamente ao plano da oralidade, forma de comunicação por excelência duma «língua de proximidade» (na comunicação entre mãe/pai e filho, nos primeiros anos de vida, ou em geral dentro da família), cujo estatuto de «cidadania» plena não me parece existir, pois tendemos a valorizar muito mais a língua pública, usada fora desse espaço. O conceito acima colocado entre aspas vem merecendo alguma atenção internacional, conforme pude constatar no recente colóquio a que me desloquei na Alemanha, em que frequentes vezes surgia o termo *Nähesprache* (língua de proximidade), quando se tratava de caracterizar uma realidade emergente e multifacetada, de contornos porém

não totalmente clarificados – assim, em que aspectos nos é próxima (a nós portugueses, especialmente) a língua da Galiza? Como é que ela diverge da que se fala em Portugal? Um assunto que, a ser escrutinado cientificamente, daria origem, não a uma, mas a várias dissertações de doutoramento. Finalmente, cabe interrogarmo-nos sobre se aquilo que por vezes, até impensadamente, à primeira vista classificamos como «erro» tolda ou, em vez disso, constrói de forma exacta o sentido, o que nos habilitaria a perspectivar a questão do significado que *de facto* possui determinada norma linguística – isto é, acerca de quão «normal» ela será afinal de contas, no mundo complexo, incontornavelmente diverso, que habitamos.

Mesmo fazendo uso duma «língua» individual, e nessa medida não «normal» – ou até da negação duma língua naquilo que a define normativamente, a ortografia padrão –, Zé do Rock faz-nos reflectir sobre este problema, sem que deixe de presentear o leitor com uma escrita, aqui e ali, hilariante, e ao mesmo tempo comoventemente universalista – aspectos a que, por falta de espaço, não posso aludir com o pormenor necessário. Um detalhe em que tal característica se manifesta é quando se deixa contagiar, literalmente, com os inúmeros modos de falar com que se vai deparando nos países que atravessa, assim demonstrando que permanece viva aquela espécie de estranhamento deslumbrado com que os portugueses «infectaram» o mundo⁹ aquando das Descobertas – um estranhamento desta feita oriundo do outro lado do Atlântico, e depois transplantado para a Europa, partindo em todo o caso duma perspetivação, também no tom que a informa, moldada por uma cultura lusófona. Cingir-me-ei na minha abordagem apenas às descobertas que o autor vai fazendo ao deambular pela tão vasta e complexa Europa em que vivemos. E começo precisamente por um dos extremos da mesma, sabendo nós entretanto quão difícil se vem tornando estabelecer fronteiras rígidas a leste, a sul (cf. Ehlich 2006: 39), e eu diria que também a Ocidente.

Zé do Rock relata num dos seus livros, por exemplo, a sua passagem por Istambul, simulando o modo como é abordado pelos habitantes locais. Recorre, para tanto, a determinados sinais característicos da escrita turca, que desde logo saltam à vista a quem quer que já tenha passado por um quiosque duma estação de comboios alemã (döytş, einigermaszen, kommen, Frankfürť, öder...):

*...manchmal können di türken döytş. »şprechen si döytş?« »ia,
einigermaszen.« »wo können si her?« »aus Brasil.« »Brasil? wö is das?
näe Frankfürť öder Berlin?«*

(fom winde ferfeelt, p. 118.)

Lingua alemã padrão:

[...manchmal können die Türken Deutsch. »Sprechen si Deutsch?« »Ja, einigmaßen.« »Wo kommen Sie her?« »Aus Brasilien.« »Brasilien? Wo ist das? Nahe Frankfurt oder Berlin?«]

Português:

[...Por vezes os turcos sabem alemão. «Fala alemão?» «Sim, um pouco». «De onde é?» «Do Brasil.» «Brasil? Onde é que isso fica? Lá para as bandas de Frankfurt ou Berlim?«]

Entretanto, Zé do Rock vai comentando que, para lidar com os turcos, de pouco serve o inglês, dando de seguida o exemplo dum taxista que apenas conhecia três palavras desta língua, as quais diligentemente aplicava em cada frase: *i am* (usado para *eu sou/estou, eu vou*), *yours* e *conversation*, pelo que dizer *adoro as flores no campo* (no alemão de Zé do Rock: *ich lib di blumen auf der wize* = *Ich liebe die Blumen auf der Wiese*) se pronunciaria «em turco» (ou em inglês?) como: *i am, yours, conversation, çimen deki çiçekleri sevyorum*. Por vezes, é exactamente esta a sensação que um viajante obtém na Alemanha, país onde a comunidade turca é muito abundante, pelo que, relatando embora um episódio aparentemente vivido no estrangeiro, de algum modo ele se consubstancia na mente dum leitor alemão, ou conhecedor da realidade quotidiana germânica, como *déjà vu* (apenas com a diferença de que, onde se encontram as palavras inglesas, poderiam igualmente ocorrer palavras alemãs).

Ora, Zé do Rock vê-se igualmente «grego» ao viajar pela Grécia, onde uma fonte de inspiração parece ter sido, além das terminações em *-on*, a leitura da lista telefónica – algo que, no estrangeiro, e na falta de outros indícios, não deixa de permitir avaliar o valor que, numa ou noutra cultura, parece ser atribuído a elementos exógenos. Deixemos agora de parte a tradução das peculiaridades que a grafia memeticamente «infectada» de Zé do Rock revela, simulando a pronúncia da língua grega – designadamente, a terminação de certas palavras com vogal velar aberta, seguida de consoante nasal, ou a transposição de chiantes fazendo tábua rasa da diferença entre as associações grafemáticas <sch> e <ch> no alemão, para já não falar no quase

inexistente uso de maiúsculas (que, no alemão padronizado, ocorrem nos substantivos, ou a seguir a ponto final), a não ser em topónimos ou antropónimos – uma regra lusófona que o autor parece aplicar, neste livro pelo menos, de forma não inconsistente. Atentemos pois no exemplo seguinte (que ocorre após um outro em que o autor relata ter recorrido a todos os seus conhecimentos de grego antigo para comunicar neste país, deparando-se embora com a súbita dificuldade de não conseguir, num bar, pedir uma simples água – que, em grego moderno, não se diz *hidro*):

im grichisson sreibt ma fremdwörter in lateinisser rift. speiseeis heisst pagota und ice-cream, pagota wird grichiss gessribon, ice-cream in lateinisser rift. auch namon wie John Murray oder Hans Peter Schmidt im telefonbuch, das in grichisser rift gedruckt is, sind in lateinisser rift angegebun. auf Deutssland übertragon, is es als wäron di russisson namon im telefonbuch von Berlin in kyrilliss gessribon und Mao Tse-Tung in kinesisson karakteron.

(fom winde ferfeelt, p. 116.)

[em grego («grégon») os estrangeirismos escrevem-se no alfabeto latino. Gelado chama-se pagota e ice-cream, mas pagota é escrito em grego, e ice-cream na escrita latina. Também nomes como John Murray ou Hans Peter Schmidt na lista telefónica, escrita em grego, são indicados em alfabeto latino. Se quiséssemos verter esta situação para a língua alemã, era como se os nomes russos, na lista telefónica de Berlim, estivessem redigidos em cirílico, e Mao Tsé Tung em caracteres chineses].

Em Estocolmo, por sua vez, «apanha» com mestria a inconfundível abertura de certas vogais (*vollar insellar und kanälar* (= *voller Inseln und Kanäle*); *sär deusk* (para *sehr deutsch*), que se parecem ajustar ao carácter mais directo que vê no povo sueco, em comparação com dinamarqueses e alemães. Não deixa de classificar parte da arquitectura com que aí se depara como... muito «alemã», o que denota, mais uma vez, a proveniência estrangeira do viajante, que parte da realidade que conheceu primeiro para nomear aquela com que entra em contacto posteriormente, porém não da forma intercultural (ou política)mente mais correcta – um pouco como se, despreocupadamente, chamasse «alemão» a um austríaco ou a um suíço:

Stockholm is gut, follar inselar und kanälar. Der baustil get von sär deusk, sär schwär, bis sär modärn. de svenske liven reformen wi sonst nimnd in der wält. de dänen mögen si auch, aber hinken ätwas hinterher. im gegensatz zu de deusken, di ärstmal en studie maken myssen, um zu sen, ob und wie en studie nötig sein wird, und vor alle warum, sind de svenske da ziemlich diräkt.

(Fom winde ferfeelt, p. 124.)

[Estocolmo é uma cidade boa, cheia de ilhas e de canais. A arquitectura vai de um estilo muito alemão, muito pesado, até ao muito moderno. Os suecos adoram reformas, como mais nenhum povo no mundo! Os dinamarqueses também gostam de reformas, mas ficam-lhes um bocado atrás. Comparados com os alemães, que primeiro têm que fazer um estudo para verem se é preciso um estudo, em que moldes e sobretudo porquê, os suecos são bastante directos.]

À passagem pela Holanda sente-se, por sua vez, reconfortado quando se apercebe de que se trata duma língua com muito de alemão e de inglês (diz mesmo: *hollands is een spraach twischen duits en englis, ma kan vele woorde uismaken (fom winde ferfeelt, p. 127)*, pelo que imagina conseguir entender (*uismaken* – al. *verstehen*, à letra: *aus + machen*) muitas palavras. O problema é que, partindo do termo alemão *Ausfahrt* (para os letreiros indicando a saída numa auto-estrada), não consegue ir longe: os holandeses não transformaram simplesmente o prefixo *aus* do alemão em *uit*, colando-o a *waart* (al. *fahrt*), uma vez que *uitwaart* é a palavra holandesa para... *cortejo fúnebre* (al. *Trauerzug*), conforme terá sido dito ao viajante por um anfitrião holandês que, apesar de tudo, o entendeu (caberia perguntar: não existirão semelhantes falsos amigos entre o português e o galego mais castelhanizado?). Tal designação espelha, apesar de tudo, uma realidade que hoje se observa pelas auto-estradas do mundo inteiro, pelo que talvez não fosse impossível mudar, em conformidade, a língua portuguesa, para que as populações pudessem entender melhor que o investimento exclusivo em auto-estradas ou em linhas ferroviárias de alta velocidade / aeroportos não lhes resolve os problemas, enquanto houver ferrovias e estradas secundárias ao abandono, ou em condições de aviltante degradação. Há uns tempos atrás, Fernando Venâncio, professor de Estudos Portugueses na Universidade de Amsterdão, mas também escritor e cronista, referia-se indirectamente a isto mesmo, no blogue «Aspirina B» (11 de Novembro de 2006), ao dar como exemplo de um estimulante paradoxo linguístico (semelhante a outros como *crescimento negativo* ou o alemão

Schadenfreude, 'comprazimento na dor alheia'), a expressão holandesa, que eu classificaria como «colocação» (um tipo especial de fraseologia), *remmende voorsprong*, traduzindo-a por *avanço retardante* ou por *progresso inibidor*.

Porém, dizer aos teimosos povos «latinos» que é possível mudar, renovando-as e até brincando um pouco com elas, as suas tão celebradas, mas por vezes desactualizadas línguas pode nem sempre revelar-se tarefa fácil. Disso se terá apercebido Zé do Rock, quando confrontado, desta feita, com a língua francesa, tal como se pode ler no excerto seguinte, retirado do capítulo intitulado «Froncraisch und konsorten» (a França e os seus consortes), em que a sequência grafemática *ch*, onde deveria realizar-se o som [ç], tão típico do alemão, muda para *sch*, do mesmo modo que a vogal velar fechada é afrancesada com a grafia <ou> . Assinale-se aliás a (literalmente...) deliciosa 1ª pessoa do plural do modal *müssen*, no presente do indicativo, como *ma mouss* (= *wir müssen*), sendo que, por um estranho fenómeno de harmonia grafemática, o tão característico trema ou *Umlaut* deixa também de adornar a preposição *für* > *fur*, onde deveria constar uma vogal palatal arredondada do alemão (que, por sinal, até existe, de forma semelhante, na língua francesa, o que prova que Zé do Rock nem sempre se socorre devidamente da Linguística nas suas «brincadeiras», para usar um termo do escritor Mia Couto...)

die français sind da etwas empfindelisch, was ire sprache angeet. einmal var isch gast bay einer franceusischen familie. ain grosses essen, mindestens 20 leute waren da. da fing isch an, vorschlege fur die verbesserung der franceusischen sprace zu macen. glaisch nach dem ersten saz gab s ain aoufrouur. Sophie neben mir fragte: »was hast du gesagt?« »ya, isch main nour, ma keunnt aous der franceusischen sprace aine laische, logische spr.« »habt ir gehört, was er gesagt hat?« »moment, ma mouss es aouch nisch so erns...« isch connte den saz nisch beenden, da haoute misch das medchen aine rain, das maine nase hinten raous geschaout hat.

(fom winde ferfeelt, p. 128)

[Os franceses são muito cheios de melindres, no que toca à sua língua. Um dia estive de visita em casa duma família francesa. Um grande repasto, com pelo menos 20 pessoas. Aí eu comecei a dar algumas sugestões sobre como se poderia melhorar a língua francesa. Logo após a primeira frase gerou-se a confusão. A Sophie, que estava ao meu lado, perguntou: «Que é que tu disseste?» «Pois, eu só acho que se

podia tornar a língua francesa mais fácil, mais lógic...» «Ouviram o que ele disse?» «Calma, não é preciso levarem as coisas tão a sério...». Não pude finalizar a frase, pois nesse momento ela me espetou uma nas ventas com tanta força que o meu nariz acabou furando a minha nuca.»]

À medida que o texto avança, descreve-se uma rocambolesca perseguição em que cada vez mais pretéritos de verbos são grafados com acento (*erreichté, sagté*, etc.), o que é ilustrativo do carácter inebriantemente dinâmico deste *Ultradeutsch*, mas também do perigo que reside em tentar convencer os fogosos latinos de que a sua língua já «deu o que tinha a dar», para certas coisas pelo menos.

Noutro dos seus livros (*Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk*, de que retomo aqui um excerto da p. 14), o autor encena-se como professor de línguas, no sentido de, precisamente, fornecer as regras ortográficas e gramaticais do chamado *Siegfriedisch* ou *Wunschdeutsch*. Porque, como o próprio título do livro indica: «o alemão ou é para ser bom, ou então mais vale pedir o dinheiro de volta!» Com a «autoridade» criativa dum estrangeiro residente em Munique, imbuído daquela ligeireza exótica tão apreciada pelos alemães nos brasileiros, o autor redige as suas «lições» num idioma por si recriado, não se inibindo de inventar (ou de simplesmente os preferir, quando existam, como no caso de *Rüsseltier*, termo usado em biologia, ou *lustwandeln*, que soa a arcaísmo literário), novos vocábulos «vernáculos» pelo recurso habilidoso a uma mestria que, se virmos bem, se encontra embutida no próprio sistema linguístico alemão (se bem que não na norma, na terminologia de Eugenio Coseriu). No que se segue, traduzi tudo, apenas assinalando com sublinhados os substantivos «germanizados» do autor:

O Rüsseltier

Lição nº 1 do manual

O que é isto? É um Rüsseltier. E o que é isto? Também é um Rüsseltier. O que fazem os Rüsseltiere? Vão lustwandeln. Onde vão lustwandeln? Na zona de bares/tabernas de Katzenmanndu. O que é Katzenmanndu? É a capital de Höchstbergien. De início, quando não os conhecemos bem, por uma questão de deferência é preferível que se diga Katzenmannsie. Onde fica Höchstbergien? Höchstberbien fica em Schlitzaugerdteil. E onde fica Schlitzaugerdteil? Schlitzaugerdteil

fica a leste. Onde fica o leste? No sítio onde o sol se levanta. Onde o sol se levanta?! Ó meu, abre mas é o Windauge e olha lá para fora!

Façamos uma explicação vocabular, apenas um pouco mais extensa do que a que o próprio autor fornece no fim da «lição»:

Rüsseltier = Elefant / elefante (à letra: «animal com tromba»);

Lustwandeln = passear (lust + wandeln = «cirandar por prazer»; hoje diz-se mais spazieren gehen);

Katzenmandu = Katmandu (Katze = «gato» + Mann = «homem» + du = «tu»);

Katzenmannsie = Katze + Mann + sie («devia» ser Sie, com maiúscula, na língua padrão, para a forma deferencial de tratamento «você / o senhor / a senhora», mas o facto é que no alemão de Zé do Rock quase não há maiúsculas)

Höchstbergien = Nepal (höchst + Berg + ien = «onde as montanhas são mais altas»)

Schlitzaugerdtail = Ásia (Schlitz + Auge + Erde + Teil; = «continente (Erdteil) [das pessoas com] olhos em bico» (Schlizaugen))

Windauge = Janela (Fenster, o termo hoje normal, vem do latim fenestra. Wind + Auge = «vento» + «olho» = «olho de vento / olho virado para o vento / olho que apanha vento» / «olho da casa por onde entra o vento». Trata-se portanto duma «repatriação» do termo a partir do inglês wind-ow (veja-se, no eslavo, o parentesco entre os termos para olho e janela, de acordo com o dic. de Grimm).

Tudo isto, e muito mais, para substituir os muitos «estrangeirismos» (incluindo aqueles que não o chegam a necessariamente a ser, como os nomes próprios ou os internacionalismos...) que pululam na língua teutónica, e a respeito dos quais proliferam, de há décadas ou séculos a esta parte, congressos e tomadas de posição diametralmente opostas por parte de linguistas e filólogos. Porventura descontente com a polémica que se gerou em torno da nova ortografia alemã¹⁰(entrada em vigor em 2005, após um conturbado período de transição iniciado em 1998, pautado por críticas veementes e mesmo pela rejeição por figuras públicas ou alguns jornais, mas com emendas já de 2006, Zé do Rock decidiu ir ao ponto de reinventar a escrita teutónica de forma tão absoluta quanto radical, criando as suas próprias regras com a eloquência de quem possui, afinal de contas, um conhecimento apurado do alemão e,

simultaneamente, de quem se movimenta à vontade em ambas as culturas. Relativamente ao hábito de germanizar palavras de origem estrangeira, afirma o seguinte:

*Wenn di reformagegner wirklich gegen eindeutshungen wären,
müssten si dafür eintreten, das man die horae zurück dret und alle
wörter, die nich ursprünglich aus dem deutschen kommen, originalis
scribit*

(Ufo in der küche, p. 182-3.)

*[Se os adversários da reforma estivessem mesmo contra a
germanização de termos, então teriam de defender que as horas / os
relógios andassem para trás, a fim de que todas as palavras que não
tiveram origem no alemão passassem a ser escritas na sua versão
original]*

Não me sendo possível alongar-me sobre questões de norma, ou acerca do que numa língua é correcto e incorrecto fazer, fico-me pela partilha com este auditório do genuíno prazer – inacessível a muitos leitores lusófonos, e em larga medida intraduzível... – que representa este pequeníssimo fragmento da cultura brasileira em alemão, e também da cultura alemã, através do filtro cultural dum escritor brasileiro (mas naturalizado alemão). Deparamo-nos com uma língua imprevisível e saltitante, um surpreendente «alemão-fique-à-vontade» (com «sotaque» brasileiro), não somente com açúcar, mas inúmeras vezes refinadamente apimentado. Interrogo-me como seria a escrita duma «Maria do Rock», ou se semelhantes ousadias gloto-estilísticas seriam expectáveis na pena duma mulher oriunda da diáspora lusófona! Desta leitura, feita embora em diagonal, retenho a convicção de que um certo caos lusófono, irmão gémeo daquela virtude intraduzível do «desenrascanço», faz imenso bem à rígida e circumspecta língua alemã, pois que, filtrada pelo olhar latino, esta acaba por se tornar muitíssimo mais alegre, não deixando esse olhar latino, «a-brincar-a-brincar», de permitir que se digam algumas boas verdades também.

A um estrangeiro que se abalance a ler Zé do Rock com poucos conhecimentos de alemão, este linguajar interlinguístico acaba por se revelar, por vezes, não menos intragável do que a versão canónica da língua alemã naquela área de actividade em

que parece ser mais útil aos portugueses e brasileiros que a estudam: a linguagem jurídica. Simular, em suma, a linguagem do «povão» (brasileiro) na língua teutónica constitui, afinal de contas, façanha de se lhe tirar o chapéu, uma prosa que corresponde a um uso literário ou ensaístico da língua alemã, numa variante *muito individual* da mesma, por parte dum cidadão culturalmente híbrido, mesmo que não formalmente estrangeiro. Não obstante tratar-se duma situação excepcional, não deixará uma tal realidade de corresponder um pouco ao que se apresenta, cada vez mais, no dia-dia linguístico em muitos lugares do mundo, e até por uma questão de resistência cultural. Mais tarde ou mais cedo, o trabalho intensivo com uma dada língua, ou a convivência de perto com uma cultura particular, acaba por moldar os falantes sujeitos a esses contextos, tornando-se imperativa uma maior receptividade para com identidades híbridas.

É em parte nesta zona de passagem entre culturas que se situa a actividade que vem sendo praticada no centro de investigação a que pertença, o Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, não estando portanto deslocada a minha presença num colóquio em que o tema é, em simultâneo, a Lusofonia, a Tradução e a situação de miscigenação linguística na qual se encontra hoje, também, a língua galega. A escrita de Zé do Rock demonstra-nos quão difícil se tornou adoptar uma perspectiva essencialista no estudo das línguas. Lendo o programa do Colóquio da Lusofonia de 2006, contendo passagens em alemão do séc. XVIII, deparei-me com aliás com mais uma prova de que a miscigenação acontece, mesmo quando se trata de actividades particularmente apreciadas, eruditas ou tidas em elevada consideração, por parte dos falantes duma comunidade linguística, e nessa medida cultivadas pelas elites: refiro-me à música a que, com razão (porque de difícil acesso a leigos), chamamos «erudita», aí descrita através dum excerto em alemão «pejado» de estrangeirismos (oriundos do francês ou do italiano) e, nessa medida, difícil de entender pelo «povo» de então (o que também seria, porventura, intencionado...).

Estamos hoje, igualmente, numa era de desconcertantes pontes ou intercepções entre estilos, registos e estratos sociais, sendo cada vez mais difícil definir o que se entende por um estilo ou registo «culto». Embora pouco do que disse até aqui o possa fazer adivinhar, aquilo que pretendi demonstrar é, todavia, que a proverbial dificuldade de acesso suscitada em Portugal por uma língua como o alemão não impede que existam escritores lusófonos extremamente criativos na língua de Goethe, mas também,

como veremos, que a dificuldade suscitada pelo português, nas suas variantes ditas cultas, será porventura para nós, e para o nosso tão depauperado sistema de ensino, porventura bem maior (e talvez a polémica em torno da TLEBS – Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário – sirva para o demonstrar). Em certas ocasiões, eu própria me dou conta de que não domino determinados registos da minha língua materna! É essa uma razão para dela desistir? E será que Zé do Rock desistiu da norma culta alemã, ao optar por escrever em «Siegfriedisch»? Uma coisa se pode concluir de todo este intróito: se a língua que a Pátria (mesmo que seja uma Pátria adoptada...) nos oferece nem sempre é totalmente *cosa nostra*, tal não quer necessariamente dizer que, com outra, ou mesmo com outra variante da nossa língua, estejamos necessariamente mal servidos. Tratemos de conhecer um pouco melhor a língua que tanto trabalho deu a Zé do Rock, não sem antes procedermos a uma incursão pela questão da diversidade linguística.

3. O MITO PORTUGUÊS DO MONOLINGUISMO FECHA-NOS EM CASA?

Tudo isto suscitou já uma série de considerações a respeito da «norma», do «normal», da gramática e seus pressupostos, cabendo agora reflectir acerca da língua como realidade por longos séculos inquestionada, a qual, em certos locais – um deles Portugal – se veio a plasmar numa outra evidência: a do país, ou nação, bem como na da respectiva independência e destino (não raras vezes concebido como expansionista). Se é lícito dizer-se que a Europa, porque multilingue, é intimamente devedora da diversidade, não devemos salientar este aspecto sem problematização. O confronto com perspectivas diferentes, precipitadamente catalogadas como inferiores, moldou desde o tempo das Descobertas as culturas e línguas de matriz europeia, e de alguma forma fez com que, até aqui, o mundo inteiro venha falando «europeu», por via da influência exercida pelas línguas de colonização, transportadas juntamente com as pessoas nas naus desde a época de Quinhentos (são elas: o português, o espanhol, o francês, o neerlandês, o inglês e também, mas de forma residual, o alemão). Todavia, o impacto da globalização sobre as línguas não trouxe consigo apenas benefícios. Foram os missionários, por exemplo no Brasil (como, também, em muitas outras partes do mundo), quem mais cedo se dedicou a descrever as línguas autóctones, registando-as em dicionários e gramáticas, e nessa medida prestando um inestimável serviço à Linguística. Convertendo as culturas locais, todavia, simultaneamente aniquilaram

aspectos fundamentais da sua especificidade linguística, até porque – gostemos ou não de o admitir – fazia parte do modo de ser de muitas línguas o facto de não possuírem escrita. Apesar de o bem-intencionado esforço missionário ter permitido preservar a memória de algumas dessas línguas, acabou sendo por sua intervenção que algumas delas se vieram a destacar relativamente às demais, adquirindo um estatuto de língua geral que, de outra forma, não alcançariam, o que não é necessariamente uma boa notícia, se o objectivo consistir na preservação do máximo de diversidade linguística. Não terá aliás sido no sentido de proteger os indígenas que Pombal expulsou os jesuítas do Brasil (assim fazendo cair no esquecimento os seus também muito meritórios esforços linguísticos), mas antes para promover a rivalidade geoestratégica entre o português e o espanhol, em linha com o tratado de Tordesilhas:

(...) no Brasil o português impôs-se como ferramenta de conquista da coroa lusitana. O padre José de Anchieta, que aqui chegou em 1554, tanto sabia disso que providenciou um idioma para a comunicação com os nativos. Sua famosa obra leva o título de A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil. A realização profunda e duradoura de Anchieta e seus companheiros jesuítas, justiça seja feita, pode ser testemunhada até hoje, como tive ocasião de comprovar recentemente em viagem a fronteira do Brasil com a Venezuela, pelo uso dessa língua geral até os dias atuais por indígenas brasileiros e por caboclos da Amazônia. A chamada língua boa, ou nheengatu em tupi, sobrevive até hoje mesmo tendo sido proibida em 1757 pelo Marquês de Pombal. Estrategista refinado, o marquês percebera que superado o Tratado de Tordesilhas e vigorando o de Madri que ampliou os domínios do império luso para o Oeste e para o Norte, o melhor a fazer seria transformar a língua em arma geopolítica para consolidar a presença portuguesa em rivalidade com a espanhola. Pombal proibiu o ensino da língua geral e expulsou os jesuítas seus criadores.

(Aldo Rebelo, «a globalização da língua»,
<http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling09.htm>,
pesquisado em Setembro de 2006).

Tidas como inferiores ou como recursos ao serviço dos interesses de quem detinha o poder, as línguas locais eram submetidas à administração territorial europeia e, não menos importante, ao poder entendido pelos autóctones como mágico da escrita, essencialmente no «livro dos livros», a Bíblia, que era onde à época se pressupunha existir «a verdade» (Mühlhäusler 1996: 212-240). Sobretudo nos países onde o movimento da Reforma se fez sentir, as línguas que davam corpo a essa verdade transcendente consignada pela escrita eram vistas como mais importantes. Sendo todas

iguais (ou «normais») perante Deus, umas acabavam por ser mais iguais («normais», melhores) do que outras, donde que um código, em rigor, secundário haveria de se tornar, para muitas funções do quotidiano, primordial, definindo por excelência, cada vez mais, aquilo que se entende por «cidadania». Sintomas de tal concepção de «normalidade», bem enraizados numa cultura particular (a cultura europeia), são expressões como: «palavras [não escritas] leva-as o vento», ou «nem tudo o que ela diz se escreve» (= é verdadeiro). Hoje deveríamos ter em atenção aquilo que *não* se escreve, e porventura *nunca* se poderá escrever em certos contextos ou de determinadas formas, mas que é verdadeiro e importante.

O chavão autoconfiante do português como «língua falada nos quatro cantos do mundo» suscita uma admiração algo ingénua, que não deveria ofuscar a interrogação acerca de quantas outras línguas e saberes não terão sucumbido no processo de dispersão geográfica da língua lusa (por muito que hoje se verifique o processo inverso: as diversas tentativas de recuperação dos crioulos de base portuguesa). É, não obstante, legítima a empatia para com aqueles que, face a um processo de colonização, se empenham na defesa da sua língua e cultura, mesmo que se arrisquem a fugir de Satanás para cair nos braços de Belzebu. A enorme tendência homogeneizadora trazida pela globalização fez com que a abertura de horizontes determinada pela expansão ultramarina, implicando até alguma consciência da diversidade, tenha decorrido, afinal de contas, não totalmente isenta de erros. A emancipação relativamente à *lingua franca* que foi na Europa, para muitos usos relevantes, na ciência ou na cultura, o latim, revelou-se incapaz de nomear exhaustivamente toda a complexidade do mundo que se abria perante os olhos renascentistas, não obstante, ao dar origem às várias línguas nacionais (inicialmente consideradas como as línguas do vulgo, ou do povo), ter também suscitado a emergência de alguma diversidade linguística. Tendência emancipatória análoga marcou a Europa mais a norte, ou a leste, onde os vernáculos conquistaram não só o mundo da religião, como o da ciência e da administração, prolongando-se ainda hoje este processo em vários locais da Europa onde ca da vez mais se busca maior visibilidade para línguas por vezes reduzidas folcloricamente a meras «especialidades» regionais (sobre outra noção de «especialidade» confronte-se **Ferreira 2007???**, in: **Actas do Colóquio da Lusofonia de Bragança de 2005**). Associando-se embora a um conceito emergente, em si oposto ao de império – o de

nação –, os vernáculos nacionais não deixaram de funcionar como instrumento para a consolidação deste, sob novas formas e noutros lugares.

O olhar do europeu sobre os demais habitantes do mundo acabou por se pautar, genericamente, por preconceitos antigos, um dos quais, segundo Ehlich (2006: 38-43), foi precisamente o preconceito monolingue. Portugal constitui, na Europa, uma realidade que o materializa de forma quase perfeita: entre nós, a língua parece ser decalcada da nacionalidade, sendo vista pelo comum dos cidadãos como realidade mais ou menos estável (ou antes: estabilizadora) e inquestionada (uma espécie de facto consumado, de evidência sobre a qual não é preciso questionarmo-nos). Mas tal como num supermercado é legítimo que nos interroguemos sobre se queremos comprar o produto ou antes a respectiva embalagem, em inúmeros casos excessiva, não menos útil é questionarmo-nos sobre se muitos dos «brindes» que nos vão sendo oferecidos como invólucro da nossa língua são realmente necessários. Ao associarmos simplisticamente em Portugal a língua quase estritamente à cultura *nacional*, junto dela tendemos a colocar, através da fugaz comunicação mediática, mas reificadamente, realidades como o futebol, o fado, a religião católica, o fiel amigo, a guitarra portuguesa, etc. Uma tal especificidade portuguesa na relação com a língua parece, além disso, ser sublinhada pelo facto de, ao contrário do que acontece noutros países europeus, boa parte dos estrangeiros que nos procuram (oriundos dos PALOP, do Brasil ou de Timor) falarem o *português* (a par de outras línguas). O preconceito monolingue sai também reforçado pelo facto de a língua em si se denominar *portuguesa* (e não galega ou brasileira), tal como nos Estados Unidos ou na Austrália se fala o inglês, e não o norte-americano ou o australiano. Por fim, algum provincianismo leva-nos a olhar sobranceiramente para o português das elites de Portugal como o paradigma da perfeição. Mas nada, nem ninguém, é perfeito.

Também sobre os portugueses Zé do Rock tem algo a dizer (*fom winde ferfeelt*, p. 137), num capítulo aliás intitulado «Africa». Nele começa por relatar a sua entrada em Portugal, vindo de Espanha (nessa fase, não se refere de forma especialmente elogiosa às tapas que em Espanha são «serbidas» (*serbiert berden*)... Quanto aos portugueses, se antes foram orgulhosos descobridores do mundo, e se por isso os reconhece, neste mesmo capítulo, como os melhores mediadores em África ou na Ásia (o que se deve precisamente à língua, que o autor partilha connosco), não deixa de os retratar como provincianos (porventura acompanhando com palavras a imagem, por certo lindíssima

e até bucólica, que se obtém quando se entra no país, de carro, pelo nordeste de Portugal). Aludindo às anedotas sobre portugueses que conhece do Brasil (também não especialmente elogiosas...), considera-os, ainda assim, os pais da palavra *saudade*, que definitivamente caracteriza os lusitanos como povo melancólico e triste, como se já não bastasse ser «mais pequeno e pobre do que a Espanha» – isto, apesar de, recentemente, um grupo musical galego, os Luar na Lubre, ter feito sair um CD lindíssimo, não menos melancólico, onde as diferentes melodias versam situações de desterro involuntário devido à pobreza que afectou durante muito tempo a região da Galiza... e cujo título de capa é, justamente, a palavra *saudade*! Zé do Rock chega mesmo a atirar um lacónico mas taxativo veredicto, a respeito dos hábitos quotidianos dos portugueses, que julgo poder resultar da sua longa convivência com a língua alemã, ao referir o seguinte episódio:

»Dasch prtgisische nationalgerischt isch die bacalhoad, ein cabliaueintopf. der cabliau wird ausch kälteren ländern importiert. da frag isch ein prtugeisch:»hör mal, euer nationalgerischt isch importiert. so wasch kann nur sein, wenn dasch volk ser reisch oder ser blöd isch.«»ja«, antwortet er, »Prtgaul isch ein armesch land.«(fom winde ferfeelt, p. 137)

[O prato nacional dos portugueses é a bacalhoad, um guisado à base de bacalhau. O bacalhau é importado de países frios. Pergunto então a um português: «Ouve lá, o vosso prato nacional é importado. Isso só é possível se o povo for ou muito rico, ou muito burro». «Sim», responde ele, «Portugal é um país pobre.»]

4. ALEMÃO, LÍNGUA «CASEIRA» MAS DIVERSA...

Se necessitamos de tecnologia encontramos, após uma ronda pela internet, explicações muito mais detalhadas em alemão do que em português. A tentativa de partilhar esse conhecimento com outros portugueses suscita porém, invariavelmente, reacções como: «Pois, *mas* está em alemão!». Fortemente associado ao *mas*, e ao preconceito de que dá trabalho a aprender, o alemão continua a ser visto como uma língua difícil. Quem em Portugal possui mais afinidades com o mundo anglossaxónico e latino-americano (após meio século de intensa exposição a uma cultura mediática

maioritariamente oriunda da América ou do mundo iberoamericano), tende a não atribuir qualquer importância a uma língua como o alemão. Devido a outros estereótipos que afectam negativamente a relação de muitos portugueses para com a língua alemã, impõem-se, no que se segue, algumas palavras a respeito da história desta língua, não sem antes partir dum exemplo do presente, retirado dum glossário europeu multilingue de terminologia ambiental¹¹. O resultado obtido para *particulate matter* (termo usado no contexto das discussões em torno das alterações climáticas e da poluição do ar no inglês) foi o seguinte:

Língua	Traduções
Bulgarian:	вещество под формата на малки твърди или течни частици
Czech:	jemné částice v ovzduší
Danish:	partikulært stof
Dutch:	stof in deeltjesvorm (vast of vloeibaar), fijn stof
English:	particulate matter
Estonian:	osakeseheide
Finnish:	hiukkaset
French:	particules
German:	Schwebstoff, Schwebstaub, Staubpartikel, Schwebepartikel, Schwebstoffteilchen, Schwebeteilchen
Greek:	σωματίδιο
Hungarian:	levegőben terjedő finom részecskés anyag
Icelandic:	smásæ efni
Italian:	sostanza particellare
Latvian:	cietvielu vai šķidrumu daļiņas atmosfērā
Lithuanian:	atmosferos kietos dalelės
Norwegian:	svevestøv
Polish:	cząstki stałe
Portuguese:	matéria particulada
Romanian:	Substanță în particule
Slovak:	sypká hmota, pevné částice
Slovenian:	trdni delci
Spanish:	materia particulada
Swedish:	partiklar

O facto de todas as línguas onde a influência dum vocabulário latino foi maior (inglês, italiano, português, espanhol, romeno e até o dinamarquês, acima assinalados a negrito) de alguma forma recorrerem a um tipo de linguagem claramente associado a um registo abstracto e erudizante permite-nos perceber quão importante é aprender línguas *realmente* diferentes, a fim de se perceber *como* está a ser referido determinado assunto, e assim melhor se compreender, de facto, a própria Lusofonia, bem como o conjunto mais vasto de culturas com as quais ela, de forma privilegiada, vem interagindo.

Traduzamos pois as palavras acima inventariadas da língua alemã, já de si em maior número do que as soluções encontradas para as restantes línguas¹². Além disso,

não nos preocupemos para já, na tradução, com questões de registo ou de adequação sociolinguística: trata-se simplesmente de, sem tabus de qualquer espécie e de mente aberta, recolher o que nos vem à mente quando confrontados com determinado termo. Obteremos, em português, uma série de traduções, algumas quase com laivos «poéticos», donde que a actividade tradutológica em domínios de natureza técnica também beneficia de alguma experiência criativa, possa ela considerar-se, ou não, verdadeiramente como «literária»:

- a) partícula volante / pairante (que paira no ar [schweben = pairar]);
- b) pó volante / pairante;
- c) partícula de pó;
- d) partículas de substâncias pairantes, ou: pedacinhos [minúsculos] de substâncias pairantes;
- e) [minúsculos] pedacinhos pairantes.

Curiosamente, a palavra *Staub*, que vemos em algumas das construções acima, é a mesma que qualquer dona de casa articula regularmente numa palavra como *Staubsauger* (à letra, *aspirador de pó*, se bem que, eufemisticamente ou não, apenas digamos *aspirador* em português). O elemento *Staub* faz parte, portanto, daquilo a que poderíamos chamar uma genuína «língua de proximidade» (*Nähesprache*), conforme a defini atrás, ainda que de forma muito incompleta. Dentro do domínio temático em questão procurei, no mesmo glossário, a palavra *Mitverbrennung*, que já tenho visto em documentação alemã, e que significaria o mesmo que *co-incineração* em português, caso as realidades designadas não fossem, também elas, necessariamente diferentes também. De imediato verifiquei que ela nem sequer ocorria neste glossário online, apenas se detectando a expressão mais recorrente em alemão *Müllverbrennung* («queima de lixo»), o que, a par de evidência adicional por mim recolhida ao longo dos anos, me leva a concluir que há zonas da terminologia ambiental em que a língua portuguesa parece ser, digamos, mais «papista que o papa», mas nem por isso mais transparente, devendo pois sublinhar-se, como manifestamente importante, a

abrangência e o interesse com que o tradutor acompanha, ao longo dos tempos, determinada temática de natureza técnica e/ou específica.

Que acontece, a este respeito, com a língua alemã? Regressemos, por uns instantes, a Zé do Rock, mais propriamente ao seu livro *UFO in der Küche* («um ovni na cozinha»), em que relata o regresso a Munique, vindo dum planeta distante, do herói Pé do Jazz, que assim se vem a deparar com uma realidade entretanto totalmente alterada, quer pela reforma ortográfica, quer ao nível dos mais diversos pormenores quotidianos (o autor chega inclusivamente a sugerir, no seu estilo jocoso, que nesse futuro, porventura não muito longínquo, até os automóveis viriam a ser movidos a lixo, no Brasil!). No que toca à língua alemã, não deixa de reconhecer o contributo das grandes figuras que a moldaram ao longo dos tempos, não para que ele seja preservado museologicamente, mas para que elas possam, de facto, servir de exemplo aos actuais utentes da língua, como se vê nos excertos a seguir, que um tanto dessacralizadamente pugnam, acima de tudo, pelo direito à criatividade linguística:

Martin Luther und Konrad Duden ham die deutsche rechtschreibung mer geändert als sich das ein heutiger reformer träumen könnte. Und sie ham immer dem Volk aufs maul geshaut, was reformgegner heutzutage »die sprache an halbanalfabeten anpassen« nennen würden (Zé do Rock, Ufo in der Küche, ein autobiographischer seiens-fikschen, p. 18).

[Martinho Lutero e Konrad Duden mudaram mais a ortografia alemã do que alguma vez um reformador de hoje o poderia imaginar. E «olharam sempre para a boca do povo» (Lutero), coisa a que os adversários da reforma hoje chamariam «adaptar a língua aos semi-analfabetos»]

Du kannst mit deiner sprache spilen! Si ham sie bereichert, der Luther, der Göte, in dem sie mit ir gespilt ham. (Ufo in der küche, p. 183)

[Podes brincar com a tua língua! O Goethe e o Lutero enriqueceram-na, brincando com ela.]

Übrigens, ich shreib »Göte«, weil er selber sein namen auf 4 vershidene weisen geshriben hat, und ich hab mich statt für die komplizirteste für die einfache version enthiden (Ufo in der küche, p. 182.)

[Aliás: eu escrevo «Göte» porque ele próprio escrevia o seu nome de 4 maneiras diferentes, e em vez de optar pela versão mais complicada escolhi a mais simples.]

No contexto germânico, um factor relevante no surgimento da língua alemã foi, efectivamente, a ousadia de Lutero ao traduzir a Bíblia, a fim de que pudesse ser compreendida pelo cidadão comum (pela mãe em casa, as crianças nas ruas e o homem no mercado). Também nessa altura (e à semelhança do que hoje acontece com o binómio informática-inglês), a tecnologia calhou associar-se à língua, uma vez que a magnitude deste evento foi multiplicada devido à invenção da imprensa (Stedje 1989: 120-128; Polenz 1970: 137-150; Walter, H. 1986: 310-311). No período que se seguiu, o número de publicações em língua alemã aumentou drasticamente (Betten: 37-40), pelo que se deve, em larga medida mas não exclusivamente, ao movimento da Reforma protestante, e também à actividade científica então emergente, o facto de a língua alemã se ter estabelecido, em boa parte do território dos países germanófonos, como língua da ciência e da cultura. Porém, de certa forma *a partir de baixo*, isto é, sem a intervenção centralista de algum governante. Se nem tudo durante este processo foram rosas (ou não tivesse ocorrido a devastação provocada pela Guerra dos Trinta Anos), a verdade é que o território a que hoje se chama a Alemanha, após um longo período de pulverização política, se caracteriza actualmente pelo federalismo (e, a nível linguístico, por significativas variações dialectais, todavia com tendência para se irem diluindo por interferência de uma vasta panóplia de factores sociais). Nenhum soberano ou governante, em território alemão, estaria em condições de decretar com sucesso, pela via estritamente administrativa, a defesa da língua alemã – ao contrário da França, onde se levou ao extremo uma cultura centralista, assente na valorização dum idioma entendido como o da *grande nation française*, e contraposto a tudo aquilo que era falado fora do círculo central parisiense, então descaracterizado como «patois» (cf. Born, 2006: 114; Ehlich 2006: 20 / 46). Se, também na gastronomia, se cultivou compensatória e criativamente o apreço pelo local, também no que toca às línguas, da mesma forma que nos movimentos em prol da *slow food* e das *slow cities*, se pode hoje observar atitudes de resistência cultural contra as acelerações da época moderna, em regra induzidas por um princípio organizativo fortemente centralista, sem o qual os dispensiosíssimos Concorde e TGV, bem como as centrais nucleares, não seriam possíveis.

O caso alemão, ao contrário do francês (e assim o demonstra Ehlich, 2006), ilustra que as línguas nacionais não crescem necessariamente por influência da

administração que delas se faz, sendo lícito interrogarmo-nos acerca do poder que possui a normalização emanada pelos centros de decisão linguística financiados (ou não) pelos Estados, e pelos interesses que se lhes associam. A consciência destas realidades (tanto no tocante ao excesso como à própria omissão) pode conduzir a uma certa rebeldia relativamente à administração da língua e sua «normalização», ou não fossem tantas vezes poetas e escritores, inerentemente desviantes relativamente àquilo que é a norma, os promotores indirectos (quantas vezes não intencionais!) da língua. Por tudo isto, o alemão, «língua sem estado» segundo Konrad Ehlich, e «policêntrica» na designação há muito estabelecida por Ammon (1995), uma vez que contempla vários centros difusores, constituídos pelos vários estados nacionais onde é falada, como a Alemanha, a Suíça ou a Áustria, não é exemplo a invocar por quem se empenhe em associar a língua nacional à ideia dum estado nacional, independente. No entanto, embora perca terreno, a língua alemã continua a ser atractiva em determinadas áreas do conhecimento (Ammon, 1998), observando-se também movimentos (é o caso do Verein für Deutsche Sprache), oriundos da sociedade civil, que, recentemente, visam «puxar» um pouco por esses, e outros «galões» da língua alemã (um pouco como acontece com a recentemente constituída Associação Galega da Língua Portuguesa).

É portanto necessário distinguir o produto «língua» (em muitos casos transnacional e envolvendo fronteiras fluidas entre variantes, bem como zonas de contacto com alguma hibridização) do produto «embalagem», muitas vezes fabricada artificialmente pelos Estados e interesses associados. Nem tão pouco se deve ignorar que um braço de ferro centralista é susceptível de conduzir a um acentuar, reactivamente, dos movimentos dispersivos. A meus olhos de portuguesa (como diriam alguns reintegracionistas galegos: falante de uma língua «normal»), não deixa de ser curioso que certas peculiaridades ortográficas adquiram na Galiza um valor de bandeira política, claramente extravasando aquilo que constitui uma língua, a qual supostamente deve desempenhar um número variado de funções, desde a gnoseológica à comunitária, e não apenas um conjunto restrito das mesmas, como acontece com uma tacanha *lingua franca* (Ehlich, 2006: 57-58¹³).

É ainda um pouco tabu falar em «nação» no contexto da Alemanha, se bem que o fenómeno futebolístico e outros aspectos da economia alemã recente tenham contribuído para um recolocar destas questões na agenda política. Perto de

Gelsenkirchen vi em Setembro, do comboio, uma série de bandeiras alemãs colocadas num jardim, óbvia remanescência do campeonato mundial de futebol em parte ali realizado. Ainda assim, é conveniente recordar que, não só a arrogância imperial que conduziu à 1ª Guerra Mundial deixou marcas profundas na paisagem europeia, como a loucura hitleriana haveria de descredibilizar por completo, e duradouramente, o projecto duma língua alemã intimamente ligada *apenas* a uma dada nação ou cultura. O facto de, desde o pós-guerra até aos anos 90 do séc. XX, terem existido dois estados alemães, aliás associados a projectos político-ideológicos diametralmente opostos mas falando a mesma língua, fez esbater as pretensões de associar o estado alemão que é hoje a República Federal da Alemanha à questão linguística. Ele funda-se, isso sim, numa série de outros aspectos, bem distintos da língua, pelo que, se a língua alemã é hoje prestigiada a nível mundial, e uma das mais aprendidas em todo o mundo por estrangeiros, tal se deve sobretudo à acção discreta do «milagre» alemão e ao gosto que os cidadãos germanófonos manifestam pela cultura e pelas viagens. Os apelos a uma vida mais sustentável, mas também a própria globalização, com a deslocalização de empresas poluidoras para regiões periféricas, fazem-se notar no facto de a paisagem alemã se achar hoje mais atraente do ponto de vista turístico do que em pleno período de industrialização, o que se constitui como outro atractivo a não menosprezar. Mais do que numa política cultural exacerbadamente assertiva, outra globalização da língua alemã parece estar patente em detalhes como o facto de, em qualquer local do mundo (até mesmo em zonas do chamado «Portugal profundo», onde nem mesmo a imprensa portuguesa chega...), ser hoje fácil aceder a canais em língua alemã na TV. Um mercado de 100 milhões de leitores falantes nativos, com toda a diversidade de escolhas – e de conhecimento – que isso implica no seio da União Europeia, faz desta língua uma «ferramenta» imprescindível para a Lusofonia. Não é, de resto, esse o argumento tão invocado por galegos no sentido de a esta acederem? E que têm todas estas considerações a ver com a *minha* relação linguística com a Galiza?

5. A MINHA LÍNGUA E A GALIZA

Devido ao *handicap* monolingue a que cada vez mais me vejo exposta, sinto necessidade de outras línguas, ou então de poder fazer uso da minha língua individual de formas (para mim) menos monótonas. Falo português desde os dois anos, e foi também em Portugal que fiz a minha escolarização. Aprendi, no entanto, o inglês ou o

alemão na universidade, e isso foi imprescindível para que me abalançasse a escrever certas coisas em português. De outra forma, no meu contexto cultural era provável que as calasse, atitude que me faz recordar um episódio observado numa piscina onde, em Agosto de 2006, levei os meus filhos mais novos: um homem português, na casa dos 30 anos, comodamente sentado numa espreguiçadeira, discorria longamente sobre modelos de automóveis, respectivos preços, características, consumos, etc., num claríssimo ostentar de língua. Duas mulheres que o acompanhavam permaneciam mudas, mas tinham todo o ar de somente fingirem ouvi-lo... Necessitamos de poder dizer coisas que o consenso social no qual estamos inseridos censura – se bem que, na maior parte das vezes, acabemos por as calar...

Que fazer? Que língua usar para escapar a um silêncio castrador? O facto de se ter uma língua a que chamamos *nossa* será sempre desejável? Eis pois o que me liga à Galiza: uma fronteira, uma barreira que se transpõe e que, como tal, *simbolicamente* nos faz falta. Se por cá me calo, para lá do «muro» já tenho algumas vezes falado... Tudo porque, tal como Zé do Rock (embora de modo necessariamente diferente), só concebo a minha língua em trânsito: é que em mim se foi ao longo dos tempos tornando *normal* não ser monolíngue. Tomada em exclusivo, a minha língua materna deixou portanto de me ser *normal*, tal como deixaram de fazer parte dela certos invólucros excessivos. Sinto-me *naturalmente* estrangeira onde quer que escreva, e talvez isso me aproxime um pouco de Zé do Rock. Aproxima-me também da Galiza, na realidade, a sua incontornável proximidade, isto é: o poder encontrar «lá fora» uma cultura tão próxima da nossa, ainda que também tão diferente... Daqui até eu ter o poder de criar a minha própria norma linguística, ou para decidir acerca da norma na Galiza, vai, no entanto, uma enorme distância!

BIBLIOGRAFIA

- Ammon, Ulrich (1995), *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz. Das Problem der nationalen Varietäten*, Berlin / New York: de Gruyter.
- Betten, Anne (1987), *Grundzüge der Prosasyntax. Stilprägende Entwicklungen vom Althochdeutschen zum Neuhochdeutschen*, Tübingen: Niemeyer.
- Born, Joachim (2006), «O confixo euro- nos países românicos e germânicos», in: Athayde, Maria Francisca (coord.), *Estudos sobre Léxico e Gramática*, Caderno do cieq n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 111-138.

Cáccamo, Celso Álvarez (1997), «Da Biolinguística à Ecolinguística: um câmbio de paradigma necessário», in: revista *Communicare. Revista de comunicação*, APECDA, sob a Direcção de Arnaldo Lucas, Porto, 87-92.

Dawkins, R. (1976), *The selfish gene*. Oxford. Oxford University Press.

Dawkins, R. (2006), *The God Delusion*, Bentham Press.

Delille, Karl Heinz (2003), « », in: Delille, Karl Heinz / Athayde, Maria Francisca, *Estudos de Linguística Contrastiva e Interdisciplinar*, Caderno do cieq n.º10, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

Dudenband 1 (2004), *Die deutsche Rechtschreibung*, Hg. v. d. Dudenredaktion, 23., völlig neu bearb. u. erw. Auflage. Mannheim, Leipzig.

Ehlich, Konrad (2006), »Die internationale Valenz des Deutschen und die europäische Sprachenpolitik« / «A valência internacional do Alemão e a política linguística europeia», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca / Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspectivas*. Caderno do cieq n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 9-61.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *Dito €-feito: (co)incineração, produção limpa e (crio)reciclagem. Ensaio de Ecolinguística Aplicada* (inclui a tradução portuguesa da brochura «Reciclar em vez de Queimar»). Caderno do cieq n.º 21, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

Ferreira, Adelaide Chichorro / Athayde, Maria Francisca (2006), «O Alemão em números – O ensino do Alemão na Região Centro», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca / Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspectivas*. Caderno do cieq n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos 63-82.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2007?), «O admirável mundo das linguagens de especialidade», in: Chrystello, Cr. (ed.?) / ???, *Actas dos encontros I-IV da Lusofonia de Bragança*.

Mühlhäusler, Peter (1996), *Linguistic Ecology*, London, New York: Routledge, 212-240.

Polenz, Peter v. (1970), *História da Língua Alemã*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Schreiber, Mathias (2006), *Deutsch for sale*, in: *Der Spiegel*, nº 40, 2.10.2006 (Título de capa: »Rettet dem Deutsch!« *Die Verlotterung der Sprache*), 182-198.

Stedje, Astrid (1989), *Deutsche Sprache gestern und heute*, München: W. Fink.

Walter, Henriette (1996), *A Aventura das línguas no Ocidente. A sua origem, a sua história, a sua geografia*, Lisboa, Terramar.

Zé do Rock (1995), *Fom winde ferfeelt, ain buch von Zé do Rock*, Edition Diá, Berlin.

– (2000), *Ufo in der küche. Ein autobiografischer seiens-fikschen*, München / Zürich: Piper.

– (2002), *Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk von do Rock*, München: Antje Kunstmann.

ANEXO

Descobrimientos

Adelaide Chichorro Ferreira, 28-29 de Setembro de 2006

A minha língua não é de todo normal
Nem mesmo sei se alguma vez nasceu
O ar que respira é o de Portugal
Mais além o futuro não é meu.

O copo da minha língua levantaste
(Lá dentro a bandeira a meia haste...)
Com a língua cruza sempre uma fronteira
Só assim eu sei que a trago inteira.

A minha língua não me contém só a mim:
Também contém quem não fala assim
Se nela cabe o que me é diverso
nela cabe certamente o universo.



Calando ou não, a minha língua estiola.
Resgato-lhe eu o som enquanto escrevo.
Carrego num saco verde a viola
Se me travam por cá, lá longe m' atrevo.

A minha língua não tem só o cheiro a mar
Não singraram nela somente as caravelas
Mais que a distância ou que o altar
fizeram-na assim as portas e as janelas.

¹ Embora não tenham podido estar presentes em nenhuma das ocasiões onde apresentei as comunicações que deram origem ao presente texto, dedico-o tanto à professora universitária que mais me ensinou a apreciar literatura, a Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille, recentemente jubilada pela Universidade de Coimbra, como ao seu marido Karl Heinz Delille, meu colega de Linguística e orientador na mesma universidade, mas também, durante muitos anos, activo e multifacetado director do Instituto Goethe (Casa Alemã) em Coimbra, de quem gostaria de ter herdado um milionésimo da capacidade para ver um pouco mais longe.

² Cf. Schreiber (2006).

³ Refiro-me ao encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* (GAL), que se realizou em Münster (Alemanha), de 21 a 23 de Setembro de 2006.

⁴ Nem mesmo posso partilhar esta realidade com os meus alunos, que, em virtude das tendências actuais ao nível do ensino de línguas em Portugal, são agora em menor número do que nas décadas de 80 e 90 do milénio passado, além de necessitarem de estar bem mais contextualizados linguística e culturalmente para poderem acompanhar com a devida profundidade alguns temas (cf. Ferreira / Athayde, 2006: 63-82).

⁵ Estão, com efeito, disponíveis no mercado duas versões, uma em alemão e uma em português, de um filme que produziu a respeito das comunidades germanófonas no Brasil (onde se refere, entre outras coisas, a uma cidadezinha brasileira de nome Schröder). Desde logo o título, «Deutschland liegt in Brasilien» («a Alemanha fica no Brasil»), é revelador do conteúdo: com muito humor, Zé do Rock desmonta a vida de brasileiros na Alemanha, assim como o modo de vida, lembrando as vivências ensolaradas de Copacabana, de muitos habitantes alemães – por exemplo, na faceta de imediatamente se dirigirem para a beira dos lagos, em bikini, mal faça um bocadinho de sol.

⁶ Embora muito mais bibliografia pudesse ser encontrada neste domínio, por razões históricas não podia deixar de citar aqui alguém, Celso Álvarez Caccamo, que pela primeira vez me fez aproximar da questão linguística galega, algo que aconteceu na sequência da leitura que fiz deste artigo: Caccamo (1997).

⁷ Cf. Zé do Rock (1995, 2000, 2002).

⁸ Sei também que o primeiro dos seus livros, *Fom winde ferfeelt*, conheceu uma edição brasileira, mas fui informada pelo autor de que ela se encontraria esgotada, pelo que não a pude ter em conta para a presente análise. Seria porventura interessante averiguar se se trata realmente duma tradução, ou antes de uma adaptação.

⁹ Desta forma aludo, não sem alguma ironia, ao conceito de «meme», trazido para a ribalta da ciência por um carismático, porém não menos controverso, biólogo inglês, Richard Dawkins (cf. Dawkins 1976, 2006).

¹⁰ Sobre esta reforma, veja-se também: Delille (2003), Dudenband 1 (2004).

¹¹ Disponível em: <http://glossary.eea.europa.eu/EEAGlossary> e pesquisado em Setembro de 2006.

¹² Curiosamente, não se inclui aqui o termo *Feinstaub*, que surgiu recorrentemente na imprensa alemã em 2005 (cf. Ferreira 2006: 88 e segs.), e a respeito do qual é possível encontrar inúmeras páginas *online* – termo este com manifesta semelhança formal para com um dos vocábulos neerlandeses constantes desta mesma lista: *fijn stof*. Dir-se-ia que quanto mais próximas as línguas, mais os seus falantes (ou quem os governa) insistem em as afastar entre si...

¹³ Numa mesa-redonda realizada no último dia do encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* realizado em Münster, em Setembro de 2006, dedicado ao tema da globalização e seu impacto linguístico, uma outra (pujante) função da linguagem, de que se vem falando nos debates em torno da protecção das línguas ameaçadas pelo inglês, foi salientada por Rudi Keller, a propósito da permeabilidade da língua alemã ao inglês, para efeitos de *marketing*. Referia-se este autor à ideia de que todas as línguas possuem a faceta de servirem para... *imponieren*. À função linguística correspondente eu chamaria «exibicionista».

A Edição Bilingue

Anabela Mimoso
(*Confraria Queirosiana*)
www.feq.pt

A partir do relato de uma experiência implementada em Bibliotecas do Norte de Portugal e da Galiza, pela Xunta da Galiza e pela Delegação Norte do Ministério da Cultura, no ano de 2005, chamada **Estafeta do Conto**, em que participaram quatro escritores galegos e quatro portugueses e de que resultaram dois livros escritos a quatro mãos, mas com ideias de mais de duzentas crianças do 2º ciclo, pretende-se mostrar que:

1º – o contacto entre as duas variantes da língua no seu registo oral ou escrito deve ser feito precocemente através da Literatura e com o envolvimento de bibliotecas municipais ou escolares, contando com a participação de escritores das duas nações;

2º – as edições das obras resultantes dessa colaboração devem ser bilingues, de maneira a que cada criança conheça melhor a sua variante linguística e a do outro;

3º – como já demonstrámos em anterior trabalho, entre falantes de variantes da mesma língua só as edições bilingues permitem que se proceda, simultaneamente, o conhecimento da outra variante, possibilitam o confronto entre as duas, bem como o trabalho de reflexão sobre a própria língua.

Se bem que estes Encontros sejam dedicados, essencialmente, à discussão das questões linguísticas, é evidente que as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza não se reduzem a essas questões, na medida em que a História e a continuidade geográfica entre as duas regiões propiciam a existência de muitos aspectos culturais comuns. No sentido de consolidar os laços culturais que unem a Galiza ao Norte de Portugal, a Junta da Galiza e a Delegação Regional da Cultura do Norte têm vindo, desde longa data, a trabalhar em conjunto.

Ao dar a conhecer estes programas de cooperação, como participante neles, pretendo testemunhar como, na prática, foi possível fomentar a aproximação entre os povos das duas regiões e, conseqüentemente, o melhor conhecimento da cultura de ambos, nomeadamente da literatura e da língua. As discussões académicas são úteis para o estabelecimento das normas que, por motivos históricos ou práticos, deverão ser seguidas, mas não serão essas discussões que hão-de modificar o *status quo* do galego junto das populações galegas ou das portuguesas, nem junto das populações do resto da Espanha.

Criar hábitos de contacto com a língua falada e escrita desde a mais tenra idade é o meio mais seguro para a vivificar e conservar. Confrontá-la com a norma seguida na

margem esquerda do Minho é um meio de a usar, de a fortificar, de a estudar, logo, de a manter. Por outro lado, deste contacto, a língua portuguesa sai também reforçado, pois pode reintegrar vocábulos há muito caídos em desuso, “emprestar” outros, enfim, reflectir sobre ela própria.

Obviamente que na avaliação destes programas há que ter em conta a limitação no tempo e no espaço da sua implementação, mas o que interessa é perceber qual o caminho que pode ser seguido e quais os resultados obtidos.

Graças ao programa Comunitário Interreg III – Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha – foi possível facilitar essa cooperação e possibilitar a realização de eventos culturais em zonas culturalmente mais carenciadas, uma vez que 75% dos custos totais do projecto, que ficou por mais de um milhão de euros, foram pagos com fundos europeus. Assim nasceu, em 2003, o projecto “Cultura sem Fronteiras”, subdividido em duas vertentes: “Maletas Viageiras” e “Caminho das Letras”, em torno da Literatura, e “Sendas”, dedicada à música, ao teatro, à dança e a congressos especializados. A “Cultura sem Fronteiras” - CUSEFRO - teve a duração de dois anos.

Este projecto visava, globalmente, lutar assim contra a «desertificação humana e o desenraizamento social e cultural, consequência do isolamento inerente a estas áreas contíguas» (CSF: 14), tentando «estimular o enraizamento da população, manter o património histórico, artístico e cultural, reforçar e melhorar o seu conhecimento» (CSF:16). Por sua vez, as “Maletas Viageiras” e “Caminho das Letras” visavam, especificamente: «provocar o conhecimento da língua e da literatura nestas duas regiões tão próximas, com o fim de aprofundar o seu estudo e favorecer a sua divulgação e transmissão entre as gerações mais novas, incumbindo-as de conservar a sua riqueza e vigência no futuro» (ECUS: 7,8) e é precisamente sobre estes dois programas que nos iremos debruçar um pouco mais atentamente.

Assim, no âmbito do “Caminho das Letras”, em 2003 e 2004, foram realizados vários roteiros em torno da vida e obra de escritores de ambas as regiões (Rosalía de Castro, Álvaro Cunqueiro, trovadores da Ria de Vigo - Mendinho, Martin Codax e Juan de Cangas -, Eça de Queirós, João de Araújo Correia, Miguel Torga, Teixeira de Pascoaes, Camilo Castelo Branco) permitindo assim o conhecimento dos grandes vultos das letras destas duas regiões, mas também o conhecimento da gastronomia, do património natural e cultural das áreas visitadas. Os seus destinatários eram os

professores do secundário e a bibliotecários que tinham como missão a divulgação destas experiências junto dos colegas, dos alunos e dos frequentadores das bibliotecas.

Por sua vez, as “Maletas Viageiras” eram constituídas por lotes de livros e material audiovisual e dirigiam-se ao público de todas as idades. Havia doze lotes de seis maletas cada (seis escritores galegos e seis portugueses) que percorreram as bibliotecas ou centros culturais das duas regiões. Cada lote era constituído por:

- Narrativas para adultos
- Literatura para adultos (outros géneros)
- Literatura Infantil
- Literatura infantil e juvenil
- Livros de viagens, guias, História e Geografia
- Música, vídeos e Dvds

As bibliotecas contempladas foram, na Galiza: Redondela, Rosal, Tui, Ribadavia, Salvaterra do Miño, Baiona, Celanova, A Guarda, Barro, Nigrán, Xinzo de Limia e Sandiás; em Portugal: Alijó, Tomás Figueiredo, Barcelos, Caminha, Chaves, Esposende, Forjães, Fafe, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Monção, Ponte de Lima, Valença, Vieira do Minho, Vila Pouca de Aguiar e Vila Verde.

Paralelamente realizaram-se encontros com escritores nas instituições que acolheram as maletas. Desta forma, os leitores galegos (crianças, jovens ou adultos) puderam conhecer e ouvir os escritores portugueses e os leitores portugueses puderam conhecer e ouvir os escritores galegos: Viale Moutinho, Miguel Miranda, Alexandre Parafita, Braga Amaral, Pires Cabral, Alexandre Honrado e Anabela Mimoso; Paco Martin, Xabier Docampo; António Garcia Teijeiro, Neira Cruz, Fina Casalderrey, Gloria Sanchez, Agustín Paz, Vazquez Freire, Yolanda Castaño, Luísa Castro, Marina Mayoral e Marilar Alexandre.

Particularmente importantes foram os encontros realizados com o público infantil ou juvenil nas bibliotecas ou nas escolas. As crianças puderam constatar que a língua, «com alguma corrupção» era a mesma e que era possível a um galego ler e perceber o português, bem como a um português ler e entender o galego, ao mesmo tempo que amadureciam e aprofundavam o conhecimento da sua própria língua.

Com este projecto conseguiu-se lograr um melhor conhecimento e difusão da literatura de ambas as regiões; o reforço de equipamentos culturais; a rentabilização dos espaços culturais; a criação (ou intensificação) de hábitos de intercâmbio cultural; o contacto entre criadores e entre estes e um público transfronteiriço, bem como uma aproximação à identidade cultural, mercê do melhor conhecimento de si e do outro. Pôde-se constatar através deste projecto, embora isso não possa ser mensurável, «um grande interesse pelo conhecimento da literatura do outro país, assim como da música», mas, mais importante ainda é que se pôde perceber que «o público mais interessado foi o de menor idade, porque os livros mais consultados foram os de literatura infantil e juvenil» (CSF: 139).

Se bem que o projecto não fosse, nem pudesse ser extensivo a todas as crianças de ambas as regiões, permite-nos esperar que no futuro um bom número dos seus cidadãos conhecer-se-ão melhor, mas também que estava aberta de par em par a porta para a segunda fase do projecto, levada a cabo no ano seguinte (2005): o programa ECUS, ou seja, Encontros de Culturas.

Os objectivos continuavam a ser os mesmos, portanto, «intensificar as relações culturais entre ambos os lados da fronteira e estabelecer canais fluidos de comunicação no âmbito da cultura» (ECUS: 8). O programa assumia três vertentes: “Musicarte”, “Encontros” e “Estafeta do Conto”. Obviamente que iremos centrar-nos na “Estafeta do Conto”, por ser esta a vertente dedicada à literatura e à língua.

Este projecto desenvolveu-se então em torno da ideia de favorecer o conhecimento da língua e da literatura galega e portuguesa. «Com este objectivo seleccionaram-se oito espaços culturais na Galiza e no Norte de Portugal, fundamentalmente bibliotecas, mas também escolas, casas de cultura ou espaços compatíveis para o efeito, em função da sua disponibilidade. Para os locais seleccionados enviaram-se diversos materiais como os denominados “Maletas Viageiras”, que já funcionaram no anterior projecto “Cultura sem Fronteiras”, renovando os lotes de livros, CDs, vídeos e DVDs existentes.

Para além de tudo isto, desenvolveu-se um novo projecto com o objectivo de conseguir o contacto directo com o mundo da criação através da presença de escritores e escritoras. Nesta parte do projecto, cada espaço foi visitado por um(a) escritor(a) que tinha como missão escrever uma parte de um conto, contando com a ajuda dos

meninos e meninas. Os textos resultantes foram publicados, acompanhados pelo trabalho gráfico de um ilustrador galego e outro português, nas duas línguas» (ECUS: 49). Participaram neste projecto oito escritores: Fina Casalderrey, Xabier Docampo, Paco Martín e Gloria Sánchez; Ana Luísa Amaral, Vergílio Alberto Vieira, João Pedro Messeder e Anabela Mimoso, divididos em duas equipas mistas (chamadas Barriga Verde e Salta Pocinhas): cada par era formado por um escritor galego e uma escritora portuguesa ou vice-versa: uma escritora galega e um escritor português. Nos espaços galegos o(a) dinamizador(a) era português ou portuguesa, nos espaços portugueses era galego(a). Nasceram assim dois livros: *Passos de Música*, *Caminhos de Água* e *Como um Golpe de Vento*, ilustrados, respectivamente, por Xosé Cobas e por António Modesto. O projecto envolveu cerca de meio milhar de crianças, além de professores e bibliotecários.

Foram visitadas na Galiza: Bueu, Ponteareas, Oleiros, Cambre, Xinzo de Limia, Celanova, A Guarda e Cangas e em Portugal: Chaves, Santa Marta de Penaguião, Ponte de Lima, Amares, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Celorico de Bastos e Amarante.

O que mais nos impressionou neste contacto directo com as crianças, foi o prazer que elas sentiram em poder dialogar com o(a) autor(a) da outra banda do Minho sem necessidade de intermediário (tradutor), sem constrangimentos, nem equívocos que não fossem fácil e prontamente resolvidos. Através deste envolvimento no jogo da “invenção” da história, estas crianças tiveram, no decurso da actividade, o ensejo de desenvolver o seu raciocínio (encadeamento lógico de ideias), a sua própria língua falada, a socialização, exactamente como se tivessem feito a sua entrada na “oficina” de um escritor. Mas, paralelamente, foi-lhes propiciado o conhecimento da língua falada e da cultura do outro, num claro exercício de democracia, permitindo descobrir e assumir na alteridade, a sua própria identidade.

Mais importante ainda é que esta actividade não se limitou às duas horas de contacto directo com os criadores de sonhos. Implicando as crianças no mecanismo de produção da narrativa, criou-se-lhes um vínculo com a obra que jamais esquecerão e que é recordado pelo nome de cada uma delas inscrito no livro. Ao transformar essa participação num livro pôde-se abrir o caminho para o contacto com a variante da língua escrita pelo outro, prática ainda menos frequente do que o contacto com a língua falada. Este contacto com o escrito é duplamente útil, pois, não só se dá acesso

ao conhecimento da variante utilizada na outra margem do Minho, como permite a reflexão sobre a sua própria língua, enriquecendo-a, tornando-a mais dúctil. Isto só foi possível porque a edição das duas obras apresentava, a par um do outro, os textos nas duas variantes da língua.

Como defendemos numa comunicação anterior, apresentada no 4º Colóquio de Lusofonia dedicado a Timor, no caso de se tratar de variantes ou normas de uma mesma língua, deve-se, sempre que possível, promover a edição de obras bilingues, pois, a acessibilidade a ambas as normas desperta a curiosidade, logo a descoberta das semelhanças e diferenças e, posteriormente, a reflexão sobre as razões da sua existência e o enriquecimento mútuo.

Se é verdade que o mercado do livro é mais reduzido ainda na Galiza do que em Portugal, então há que alargá-lo, somando os leitores portugueses (pelo menos os do Norte) aos leitores galegos, apostando nas edições bilingues. Aquilo que foi iniciado pelas instituições políticas pode, deve, ser retomado pela sociedade civil. A verdade é que esta não tem sabido dar resposta à questão. As editoras galegas, sobretudo no que diz respeito à literatura infanto-juvenil, têm, até agora, apostado nas traduções dos seus autores em português, mas esta estratégia meramente comercial não tem interesse para o conhecimento da língua. Convém também referir que não tem havido reciprocidade na aceitação da comercialização da tradução de obras dos escritores portugueses, pelo que não se pode falar em intercâmbio, mas sim numa tentativa de dominar o mercado português do livro. Claro que esta iniciativa, que em nada serve os interesses dos escritores e da literatura portugueses, torna-se pouco credível no nosso país.

De qualquer das maneiras, é fundamental, porém, que a tradução seja feita com especial esmero e não por um mero conhecedor de ambas as línguas, sobretudo no que diz respeito à literatura infanto-juvenil. Ela deve ser feita também por um escritor, de preferência, e conhecedor da obra do outro para que possa perceber e respeitar as características que o individualizam. Foi assim que os escritores envolvidos no processo procederam ao inteirar-se primeiro da obra do seu par. Claro que a tradução foi revista pelos oito autores, mas sobretudo pelo autor traduzido que, assim pôde sentir e ter voz activa no texto na outra variante da sua língua.

Mas a implementação da edição bilingue não se deveria limitar ao público português: deveria ser tomada também em relação às restantes línguas faladas em

Espanha: o castelhano, o catalão e o basco. Só assim se pode esperar que num futuro, não muito distante, o galego seja amado por sevilhanos, madrilenos, valencianos..., portugueses e galegos e só se ama o que se conhece.

BIBLIOGRAFIA:

Como um Golpe de Vento (2005), ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

Cultura Sem Fronteiras, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

ECUS, 2005, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

Passos de Música, Caminhos de Água (2005) ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

Línguas minoritárias e a importância da tradução

Barbara Terseglav

(Associação Eslovena de Tradutores Literários)

Na primeira parte falo da tradução e a interpretação e as diferenças entre elas. Depois, abordo o tema das novas tecnologias que representam um precioso instrumento de apoio tanto à tradução como à interpretação. Escrevo sobre os cursos de tradução e de interpretação nos países da União europeia e das diferenças que há entre os dois, da prioridade que dá a Europa unida à interpretação e dos meios que se investem na interpretação, que, por outro lado, escasseiam na área da tradução de, especialmente, literatura séria e de qualidade.

Na segunda parte trato o tema da tradução como instrumento de preservação e revitalização linguística. Tomo o exemplo do esloveno, comparando-o com o galego e também o português, para mostrar como é imprescindível preservar as línguas minoritárias através da tradução, onde se reflectem não só a língua mas também a cultura e os costumes das nações da língua da que se traduz e da língua-alvo. Falo da importância da formação do tradutor como vínculo entre as duas culturas, literaturas, nações. Saliento que as línguas minoritárias, que são as nossas, representam uma riqueza que é necessário preservar, e falo da multiculturalidade que existe na Europa. No mosaico dela incluem-se também as nossas duas línguas e os nossos países com as suas identidades. Sublinho que o aspecto intercultural é importante para a abertura do espírito do cidadão europeu. Dedico um ponto à apresentação da lusofonia na Eslovénia.

Concluo com a constatação de que o facto de a nossa língua materna ser uma língua minoritária tem de ser considerado como uma riqueza e que a tradução tem de ajudar a preservá-la de uma forma intensa e responsável.

1.1 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A tradução e a interpretação são irmãs mas têm caracteres muito diferentes. Uma mais solitária, mais analítica, lenta, meticulosa, outra mais exteriorizada, rápida, superficial. Ambas têm de ter os valores da outra mas desenvolver sobretudo aqueles, próprios a cada uma. A tradução é mais antiga, e, como, no passado, se ocupavam dela sobre tudo nos conventos, os tradutores modernos também se parecem aos monges e as monjas, que, em vez de ficarem sentados nas frias salas dos edifícios sacros ou nas celas, trabalham no seu canto em computador, sucessor das folhas de papel e das plumas. Das minhas experiências posso dizer que a tradução, esta paixão muito especial, não é para a gente que não pode ficar sentada horas a fio e que não tem paciência para aperfeiçoar as palavras e as frases durante horas. Mas, o que me dá mais prazer, é que os resultados deste trabalho cansativo são perenes e dão muita satisfação ao tradutor, porque o trabalho de tradução o transporta para outros mundos e o faz viver outras vidas, um pouco, acho, a experiência do

autor que escreve o livro, porque o tradutor, como finalmente fica reconhecido nos anos 70 do século XX, é também co-autor do texto e não uma simples “máquina” que reproduza o texto em outra língua. O seu trabalho é perene, porque o que nasce é um livro, um fruto que poderão colher, ler também os outros e assim começar a fazer parte destes mundos já visitados pelo tradutor. Assim, o tradutor dá a conhecer também uma cultura, um mundo diferente, um país que não é o seu à gente do seu país e desvenda outras identidades aos seus leitores. Como mencionarei à continuação, a tradução é também uma maneira de aproximar os países, os mundos, os costumes, as culturas diferentes e de nos conhecermos melhor a nós e ao nosso país.

A interpretação, por outro lado, é sobre tudo fruto da globalização, das relações e contactos cada dia mais frequentes por entre diferentes povos. É, por exemplo, uma das maiores despesas da União europeia porque, claro, cada país defende a sua língua (ao que tem direito) e não quer deixar perder a sua em favor das “grandes línguas” como são o inglês, o alemão e o francês. A interpretação exige sobre tudo um bom conhecimento da língua em que se reproduz a mensagem, normalmente se trata da língua materna do intérprete, ou seja uma “fluidez” na fala de uma língua, como costumam chamá-lo os profissionais. A interpretação não exige um aprofundamento, é muito mais superficial, o que conta é a mensagem e, para cada reunião, o conhecimento dos termos técnicos usados nas discussões. Exige muita concentração e muito treino, mas, segundo as minhas experiências, sobre tudo a interpretação simultânea, aquela na cabina, não te dá uma satisfação especial, só deixa ao intérprete exausto. A interpretação consecutiva é mais agradável porque o intérprete está em contacto com as pessoas com quem trabalha. O intérprete consecutivo tem a sensação de fazer parte do grupo, enquanto o intérprete simultâneo se sente mais como uma máquina, fazendo um trabalho muito duro mas a ficar fisicamente fora do “cenário”.

1.2 NOVAS TECNOLOGIAS – PRECIOSO INSTRUMENTO DE APOIO À TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

As novas tecnologias, os computadores e o software permitem trabalhar com mais facilidade; corrigir os erros, ordenar o texto, melhorar o texto simultaneamente em qualidade e em rapidez (comparando-o com as máquinas de escrever do tempo dos nossos pais, por exemplo). O tradutor dispõe de um corrector ortográfico, o que é imprescindível

sobre tudo quando traduz um texto longo. As novas tecnologias dão-lhe também a oportunidade de fazer consultas em dicionários instalados directamente no computador ou que facilita muito o seu trabalho (não precisa “treinar” tanto os músculos dos braços) e proporcionam também uma maior rapidez na execução do seu trabalho. Um bom dicionário é uma ferramenta indispensável do tradutor e uns bons dicionários em CD são uma ferramenta *sine qua non* no seu trabalho quotidiano. Outro recurso precioso do tradutor é sem dúvida a Internet onde pode encontrar praticamente todas as informações que precisa para trabalhar, os dicionários on-line (para os assuntos europeus é por exemplo indispensável o Eurodicautom), pode verificar as palavras, a construção da frase etc.

O tradutor/intérprete tem acesso às leis, à quase toda a regulamentação europeia, aos tratados, os convénios... tudo à distância de um clique. Somando todo o mencionado, o tradutor pode trabalhar de uma maneira mais eficaz, mais rápida, com uma palavra só – melhor. As minhas experiências mostram também que o correio electrónico facilita muito os contactos entre os autores e os tradutores, sobre tudo quando vivem nos países muito afastados. Na minha experiência, foi o caso de Mia Couto, do Moçambique, com quem pude aclarar as minhas dúvidas por este meio, por correio electrónico, de maneira fácil, rápida e também barata.

As novas tecnologias fazem o mundo mais pequeno e fazem-nos sentir as distâncias mais insignificantes. Nada e ninguém fica longe demais.

Temos de aproveitar bem as novas tecnologias porque são feitas para nos servirem, mas não devemos tornar-nos escravos delas e esquecer o mundo ao pé de nós. Muitas vezes, também na tradução, é muito preciosa a ajuda da gente que vive connosco ou perto de nós. Se perdemos o contacto com a realidade imediata também não podemos reproduzir fielmente as realidades da ficção que são, na maioria das vezes, nada mais, nada menos um reflexo da nossa realidade quotidiana.

1.3 CURSOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Surgiram vários cursos de tradução mas sobre tudo de interpretação, como impacto das necessidades na União europeia. Os países membros organizam vários cursos de tradução e de interpretação no âmbito das Faculdades de Letras, uns existentes já antes da adesão deles à União europeia, outros instaurados no tempo da candidatura à adesão à

União europeia. No meu país, a Eslovénia, antes não existiam cursos especiais de tradução ou de interpretação. No período da nossa candidatura à adesão à UE, as necessidades e as pressões foram tais que foi inaugurado um curso especial de interpretação no seio da Faculdade de Letras da Universidade de Ljubljana. Lá, formam-se os futuros intérpretes de conferência europeus. Pelo menos assim deveria ser, mas como constatam muitos, os cursos não são bem ajustados à realidade profissional e os jovens que terminam o curso não têm bastantes experiências para poderem efectuar o duro trabalho de interpretação. A interpretação é uma profissão que exige muita prática, melhor dizer muito treino. Acho que nas faculdades ainda se fazem demasiadas horas de teoria e poucas demais de prática. Um bom conhecimento de língua pode ajudar mas para interpretar bem precisa-se muito mais – uma boa concentração, uma boa preparação psicológica (para não ficar nervoso demais nas reuniões, sobre tudo naquelas mais importantes de alto nível), uma memória bem treinada, para enumerar só algumas das características mais importantes. Talvez os cursos devam ser orientados mais à prática, à simulação de reuniões verdadeiras, e se devam acrescentar também as aulas da psicologia, da língua materna (o que é importantíssimo, porque normalmente considera-se que os alunos já conhecem bem a sua língua materna, mas, em prática, a imagem resulta completamente diferente) e das técnicas de interpretação ou de tradução.

Falando do meu país, a situação no que respeita os cursos de tradução é a seguinte: praticamente não os há. Trata-se de uma profissão que se tem de aprender por si mesmo, uma vocação que se descobre em si e, depois, se desenvolve segundo os esforços de cada um. Como diz um dito popular esloveno: Cada um é forjador do seu próprio destino. Para dizer a verdade, a modernidade, o nosso mundo de hoje, não é muito favorável aos romances de qualidade, complicados e exigentes, se já favorece a literatura, então se trata dos livros “new age”, da assim chamada literatura “fast food”, do estilo da comida rápida, cuja leitura não exige muito esforço intelectual e “satisfaz” as massas. Assim também ficam prejudicadas as traduções das obras de grande valor porque há sempre menos dinheiro para elas, ou simplesmente cada vez menos editoras interessadas em publicações dos livros comprados pela elite intelectual que não é bastante grande para as editoras poderem sacar benefício dela. Sobre o Plano Nacional de leitura, lançado pelo Ministério da Cultura português há pouco tempo, o Premio Nobel português Saramago disse que não servia para nada porque “ler sempre foi e sempre será coisa de uma minoria”. A modernidade é então mais favorável à interpretação e ao seu financiamento e desenvolvimento porque se inclui

no âmbito das aspirações, esforços, iniciativas políticas da União europeia (vendo a situação através dos óculos da nossa grande família europeia). Comparando-a à tradução, dedica-se, no âmbito europeu, muitos mais meios, muita mais energia, cursos e atenção à interpretação que é uma das grandes preocupações da Europa unida.

2.1 TRADUÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

O que li sobre a língua galega e a situação da Galiza faz-me pensar na situação da minha língua materna, o esloveno. Têm muitas coisas em comum – as duas são línguas minoritárias, faladas num espaço bastante limitado. O esloveno, agora língua de um país independente a partir do ano 1991, era sempre uma língua bastante desfavorecida. Na História, durante diferentes soberanias (sobre tudo germânicas; por exemplo a dos Habsburgo, o Império austro-húngaro), a primeira língua era o alemão e o esloveno era uma língua do povo, até ao século XVI raramente escrita e quase sem livros para o povo (na maioria analfabeto) se formar nela e eventualmente poder lê-la. (A primeira literatura em língua eslovena, acessível ao povo, foi a tradução (!) da Bíblia no século XVI). Foram precisos séculos para o nosso povo se independentizar, ultimamente do estado comum com as outras repúblicas jugoslavas (a ex-Jugoslávia), onde tinha status de língua oficial, como o galego em Espanha, e era falado na nossa república e usado pelos meios de comunicação e nas escolas. Hoje em dia, o esloveno é falado por quase 2 milhões de pessoas. Vivemos na encruzilhada dos três mundos: eslavo, latino e germânico. A nossa língua, na base eslava, tem alguma influência latina e sobre tudo germânica. Do que temos por exemplo comparável com o latim, são as declinações (temos 6 casos, o vocativo, ainda vivo nas línguas das restantes repúblicas da ex-Jugoslávia, desapareceu), do alemão temos por exemplo a lógica da construção das frases, e temos também algumas particularidades. Uma delas, própria só da nossa língua (e a outra língua minoritária eslava na Alemanha perto da fronteira polaca e checa) é: o dual. Acho muito importante preservar as particularidades que tendem a desaparecer sobre tudo na língua falada. É uma prioridade incrível poder usar uma forma especial quando se fala de duas pessoas. O nosso povo persistiu graças a uma língua em redor da qual permaneciam firme os nossos antepassados sob tantos soberanos diferentes e durante tantos séculos da soberania estrangeira.

A tradução, feita bem e pelos tradutores competentes e cultos, ajuda a preservar a língua no seu estado mais puro, enriquecida das “boas” influencias modernas e rejeitando o que a empobrece e faz mais banal. O tradutor é um vínculo importante por entre diferentes culturas e povos mas também um elo importantíssimo da cadeia de preservação da língua materna e um guardador do seu brilho no céu das línguas mundiais.

A tradução é um instrumento preciosíssimo de preservação linguística e por isso, como já salientei, os tradutores têm de ser bem formados para poderem assegurar esta preservação, bem informados para proporcionarem a revitalização linguística e conscientes da sua responsabilidade pelo trabalho que fazem.

2.2 PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS – MULTICULTURALIDADE

Quais seriam as linhas de acção para a propagação e preservação das línguas minoritárias?

Tomemos como exemplo o esloveno, a minha língua materna, cuja situação conheço melhor. Na visita recente da Ministra da Cultura portuguesa na Eslovénia falamos também na diversidade das línguas e na importância da multiculturalidade. O ano 2008 será dedicado ao Diálogo intercultural, quer dizer à propagação de todas as línguas existentes na União europeia e aquelas da gente que vive de maneira permanente ou temporária na Comunidade europeia. Mas não só das línguas mas também das diferentes culturas, os costumes, as identidades com as quais cada um dos nossos povos pode orgulhar-se. Precisamente durante a presidência portuguesa no segundo semestre do ano 2007, serão finalizados os preparativos do Ano do Diálogo Intercultural e a sensibilização para este tema será feita por Portugal. Não só o galego mas também o português são línguas que não são muito presentes no céu europeu, o mesmo podemos dizer do esloveno. Durante a presidência portuguesa e logo a seguir, no primeiro semestre do 2008, durante a presidência eslovena, devemo-nos esforçar para mostrarmos ao mundo quanto valem no sentido cultural. São previstas várias iniciativas e diversos projectos conjuntos de Portugal e da Eslovénia que permitirão aos cidadãos dos nossos dois países conhecermo-nos melhor mas também teremos a oportunidade de mostrar a todos os europeus o que podemos oferecer, o que podemos dar e também fazer ouvir a nossa voz na Europa. Também no sentido literal; fazer ouvir as nossas línguas e

incentivar para que mais gente as aprenda. Acho que, tomando o exemplo do esloveno, a gente estrangeira não aprecia a língua (nem o país) porque não a/os conhece. Então, nos deveríamos perguntar o que podemos fazer para dar a conhecer as nossas línguas; o galego, o português, o esloveno, ao mundo? Como atrair, interessar as pessoas por elas? A propagação pode-se fazer se existe vontade política, as grandes campanhas e os grandes projectos só se podem fazer apoiados pelos Estados respectivos, mas nos, tradutores, autores, profissionais linguistas, temos a força da palavra para propagarmos a língua, a literatura, a cultura, a identidade dos nossos países e dos países que “representamos” conhecendo a língua deles. Assim, contribuímos para propagar e preservar, mas só com conhecimentos suficientes da língua materna e a língua-alvo, as duas culturas e os costumes. A qualidade não pode passar despercebida.

Outra coisa que acho importante é o debate sobre as línguas minoritárias nas ocasiões como esta – o Colóquio da lusofonia, onde se pode debater a lusofonia (neste caso) de maneira mais ampla – nos contextos diferentes e nas áreas geográficas distintas. Apresentar a lusofonia no seu entorno natural, em Portugal e nas áreas fronteiriças, mas também nos outros países da Europa.

2.3 LUSOFONIA NA ESLOVÉNIA

Na Eslovénia, conhece-se bastante mal não só a língua portuguesa mas também Portugal (e vice-versa) e ainda menos os outros países lusófonos, com excepção do Brasil. Mas, felizmente, em Setembro do ano passado (2005) abriu em Ljubljana, a capital da Eslovénia, a embaixada de Portugal. Em quase um ano de existência, já se pode notar um certo desenvolvimento, um progresso na aproximação dos nossos povos. Abriu um leitorado esloveno em Lisboa, já existiu um português na Faculdade de Letras de Ljubljana mas, por falta de meios, fechou, mas pelos vistos, reabrirá em breve, como concordaram os dois ministros da cultura.

Ambos os países são conscientes da importância do aprofundamento das relações e do importante papel que têm as duas línguas neste contexto. Ambas as nações podem aprender muito uma da outra e também prestar-se ajuda na preservação e propagação das línguas respectivas.

As línguas minoritárias e as nações mais pequenas têm de ser aliados nesta iniciativa nobre que é a preservação e a propagação da língua materna e a propagação da outra cultura, língua e literatura no seu país.

3. CONCLUSÃO

Todas as línguas são igualmente importantes. Mas, umas são mais divulgadas e faladas por mais pessoas e por isso mais fáceis por preservar. Também não é muito difícil propagá-las porque se propagam quase por si mesmas e porque usadas como línguas de comunicação entre as pessoas dos quais não são língua materna.

As línguas minoritárias não têm uma presença tão fácil no panorama das línguas mundiais. Mas, talvez porque menos presentes, menos espalhadas, podem ser consideradas como uma maior riqueza dos que as utilizam. Talvez as pessoas que se servem delas, as sintam mais como alguma coisa muito própria delas, muito mais enraizada nelas, o que as leva a preservá-las melhor (esperemos!). Temos de nos orgulhar por falar uma língua que falam só poucas pessoas no mundo e fazer tudo para que também os outros possam ouvi-la, conhecê-la, talvez ainda aprendê-la. Os tradutores são responsáveis pela propagação e a preservação da nossa língua e da língua, literatura e cultura da nação cuja língua traduzimos.

É uma responsabilidade bonita mas por isso não deixa de ser uma responsabilidade frente à língua materna e à língua da que traduzimos, frente aos dois povos que de certa maneira representamos, e frente a nós.

O lugar do tradutor no mundo hodierno

Isabelle Oliveira
(Université Lumière, França)

As práticas e as teorias da tradução fundamentam-se numa abordagem de linguagem múltipla, definida a partir da conceptualização e percepção que o homem tem de si próprio e do mundo que o rodeia. A linguagem utilizada pelo tradutor assenta portanto numa filosofia da linguagem que se diversificou ao longo dos séculos: objecto de debate que parte da dialéctica na Idade Média, das discussões do nominalismo, da teoria dos signos no século XVIII, da origem das línguas no idealismo alemão. Na época contemporânea, para certos linguistas, a linguagem torna-se frequentemente um sistema autónomo de dependências internas.

Defende-se uma simbiose entre terminologia e tradução que proporciona uma formação interdisciplinar nas áreas da teoria da tradução, das indústrias da língua, da terminologia e engenharia do conhecimento, da lexicologia e da linguística de corpora, com particular incidência nos domínios científico e técnico. Este ambiente de investigação completo cria condições necessárias para que os tradutores abordem os últimos desenvolvimentos nas áreas das novas tecnologias da linguagem humana. Os tradutores profissionais têm de saber situarem-se num contexto de modernidade para melhorarem as suas capacidades e para aprofundarem os seus conhecimentos em relação aos últimos desenvolvimentos na sua área de especialidade.

Para finalizar, a garantia das saídas profissionais no campo da tradução passa necessariamente pela afirmação, uso e consolidação da língua portuguesa no mundo das ciências e das técnicas.

Nesta nossa análise procurámos saber se existe alguma correlação entre a Formação do tradutor, o Trabalho do tradutor e as Saídas profissionais. Rapidamente, verificámos que em Portugal não existe, na nossa opinião, nenhuma relação entre as três componentes que apresentam alguns défices.

1. REFORÇAR O ESTUDO DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NAS ESCOLAS

No Livro Branco lançado em 1995, «*Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva*», a Comissão Europeia fixou um objectivo primordial para o desenvolvimento da comunidade europeia: encorajar e ensinar os cidadãos a dominarem três línguas europeias: a língua mãe e duas línguas estrangeiras. Este objectivo foi facilmente alcançado pela maioria dos países europeus, cujas políticas de organização do sistema educativo incluem o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras desde os níveis mais elementares da escolaridade.

É de salientar que Portugal também se associou ao Grupo Restrito de quinze países que, a partir de 1998, aderiram ao Projecto Políticas Linguísticas para uma Europa Multilingue e Multicultural. No quadro do Projecto acima referido foram elaborados dois Instrumentos de grande relevância e valor pedagógico. No âmbito de uma política linguística: *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas [QECRL]: Aprendizagem, Ensino, Avaliação e o Portfolio Europeu de Línguas.*" <http://www.dgidec.min-edu.pt/serprof/le_eur.asp>. Ficamos praticamente convencidos de que em Portugal, o ensino de línguas estrangeiras cumpre o QECRL, que já não há universidades nem escolas secundárias que utilizam um sistema de nivelação (I, II, III, etc.) que é perfeitamente desconhecido e não reconhecido no mundo inteiro, mas recorrem ao sistema europeu A1, A2, B1, B2, etc. A partida, acreditámos mesmo que Portugal tinha uma política de ensino de línguas estrangeiras, se não soubéssemos que, em média, 17% dos cidadãos da União Europeia aprenderam a primeira língua estrangeira (LE) na escola primária, contra os 2% que se regista entre nós; se não soubéssemos que o último relatório do Eurobarómetro (2006) nos confirma que dos 25 países da União ninguém tem menos competências do que nós e, pior do que isso, ninguém está interessado em aprender línguas estrangeiras, porque partimos do princípio que somos auto-suficientes em termos de comunicação linguística. Hoje, é sabido que 45% dos cidadãos europeus pode participar numa conversa numa língua diferente da sua língua materna e que 8 em cada 10 indivíduos no Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Suécia falam correctamente uma outra língua para manterem a comunicação com outros locutores estrangeiros. Em Portugal, Reino Unido e Irlanda, apenas cerca de um terço da população o consegue fazer. (Cf. <http://ec.europa.eu/education/policies/lang/languages/index_pt.html>). Não iremos querer seguir o sistema de ensino de línguas estrangeiras das Ilhas Britânicas, nem devemos ter como referência o facto de na Irlanda, Itália e Grécia apenas se ensinar, em regra, apenas uma LE durante os primeiros onze anos de escolaridade.

Com todos estes sinais de decadência linguística nacional, esperaríamos uma mudança séria em termos de política educativa para as línguas, esperaríamos que pelo menos fosse verdade que Portugal respeita os princípios do Livro Branco da Comissão Europeia, mas a recente reconfiguração do ensino de línguas nos nossos Ensino Básico e Secundário arrasta-nos para um pântano fechado sobre si, porque parece que gostamos de viver em águas escuras. Essa reconfiguração, no que respeita às línguas,

ilustra a falta de uma visão global para todo o sistema. Os ciclos de escolaridade não foram programados, uma vez mais na história recente das reformas educativas, de forma integrada.

Na actual configuração do sistema educativo português, apenas podemos esperar que os nossos estudantes terminem o Ensino Secundário com um nível elementar de conhecimento de uma LE, que se perderá rapidamente no tempo, se o estudante não procurar aperfeiçoar essa aprendizagem na etapa seguinte da sua vida académica ou profissional.

Aquilo que um responsável pela política educativa nacional devia perguntar é qual o verdadeiro nível de competência em línguas estrangeiras que os alunos portugueses vão conseguir atingir no final da sua escolaridade obrigatória? Esta questão não está ainda respondida por nenhum país da UE, por isso os Chefes de Estado e de Governo da União solicitaram, por ocasião do Conselho Europeu de Barcelona, que essa avaliação fosse uma promovida para medir com rigor o *status quo* de cada país. É fácil prever o resultado dos estudantes portugueses em matéria de aquisição de competências em LE, daqui a três anos, quando se completar este novo ciclo do Ensino Secundário a iniciar em 2006-07: na melhor das hipóteses, estarão no nível elementar de conhecimentos de uma LE, isto é, terão a capacidade de realizar uma comunicação básica e troca de informação simples e a capacidade para lidar com vocabulário simples e habilidade para se expressar em contextos familiares (nível A2.2 do QECRL), enquanto os seus colegas europeus, em média, terão esse mesmo nível numa terceira LE, porque terão uma formação mais sólida numa segunda língua, sendo capazes, como são já, de se exprimir embora com certas limitações, em situações familiares e saber lidar de uma forma geral com informação rotineira (nível B1.2, pelo menos).

cumprir o compromisso do Livro Branco da Comissão Europeia, que hoje tem um comissariado justamente com o título de “Educação, Formação, Cultura e Multilinguismo”. Basta que se ajuste a configuração do Ensino Secundário e se permita a todos os estudantes, qualquer que seja a sua formação, o poder continuar o estudo de uma língua mais forte (aquela cujas competências tenham sido adquiridas no final do 3º ciclo com maior acuidade) e continuar ou iniciar uma segunda LE. Parece e é simples. O que não é simples nem lógico é que se prefira que um estudante estuda uma língua no 1º ciclo (Inglês), continue com essa língua no 2º ciclo, escolha uma

outra língua (por exemplo, Francês) no 3º ciclo, mantendo o Inglês, e descontinue toda a sua aprendizagem no Secundário, escolhendo agora uma língua nova (por exemplo, o Espanhol), abandonando toda a formação anterior. Este quadro de aprendizagem em círculo fechado é um sintoma de falta de sensatez na organização do sistema educativo.

O lema actual da política da Comissão Europeia para as línguas é: *“Aprende línguas e serás alguém”*, mas em Portugal isso parece não fazer muito sentido, porque acreditamos antes que aquilo que somos como cidadãos modernos está contido na nossa competência exclusiva para falar apenas a língua materna e andar aos saltos nas outras línguas, o que significa que Goethe tinha razão quando referia que quem « não sabe línguas estrangeiras não sabe nada de si próprio ». Assim, esse défice de aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo da escolaridade manifesta-se mais tarde na universidade nos cursos de tradução. Com efeito, os tradutores necessitam de conhecer profundamente as línguas com as quais trabalham, principalmente a sua própria língua. Conhecer a cultura dos países onde essas línguas são faladas é também indispensável, nomeadamente no que se refere à sua actualidade política, económica e social. Todavia, isso não acontece em Portugal e a maior parte dos tradutores apresentam grandes competências tradutórias. Não nos esqueçamos que o trabalho do tradutor é um exercício de competências específicas, cultura geral, técnica e teoria, sem descurar a intuição e a sensibilidade (o que se entende por arte de traduzir) e as condições de trabalho.

Na nossa óptica, não basta dar uns rudimentos de tradução ministrados por professores de línguas e de literatura para formar tradutores profissionais (literários ou técnico-científicos). É necessário que a formação de tradutores seja encarada num quadro institucional que aponte para uma estabilidade do ensino e a sua evolução constante dentro da área do conhecimento.

2. A FORMAÇÃO DO TRADUTOR PROFISSIONAL

Na área da tradução o diploma não é suficiente para ser um excelente profissional. Sabemos que existem bons profissionais sem formação superior e licenciados que são péssimos tradutores. O que é essencial no campo da tradução profissional, é que o tradutor possua profundos conhecimentos da área do

conhecimento, sejam eles adquiridos através da experiência quotidiana ou pela formação.

Acontece que as estatísticas em Portugal e na UE indicam que cerca de 90% dos tradutores fazem traduções não-literárias. Seria de esperar que a formação incidisse sobre a tradução técnica ou de especialidade. O que que na prática não acontece. Em Portugal, ao contrário do que se passa nos outros países da UE, a maioria das escolas de tradução procuram formar tradutores literários e desprezam a tradução de especialidade. Devido a uma ausência de especialização no ensino tradicional, os tradutores técnicos muitas vezes conscientes de suas limitações são levados a cometerem um elevado índice de erros.

Em Portugal, os professores de Técnicas de Tradução limitam-se, geralmente, a ensinar a língua e a literatura. É obvio que estes professores são competentes na sua área de especialidade, mas não no domínio técnico-científico. Somos da opinião que sem experiência tradutora não é possível ensinar tradução. Pode-se ensinar línguas, teoria e história da tradução, mas não a tradução sem uma experiência na matéria. Devia-se pensar em abrir mais cursos em Terminologia e Tradução a fim de proporcionar uma formação interdisciplinar nas áreas da Teoria da Tradução, da Tradução, da Informática da Tradução, da Terminologia, da Lexicologia e da Linguística de Texto de Especialidade, com particular incidência nos domínios científico e técnico. Deste modo, pretende-se assim formar pessoal especializado capaz de satisfazer exigências terminológicas e de normalização (por exemplo tradução/redacção de normas) por parte da investigação e da indústria portuguesas, bem como de contribuir para a afirmação, uso e consolidação da língua portuguesa no mundo das ciências e das técnicas.

É de salientar que, por enquanto, os melhores tradutores especializados fizeram o ensino primário e secundário em colégios estrangeiros ou completaram o ensino tradicional com o estudo de línguas em escolas privadas e, mais tarde, especializaram-se no estrangeiros por falta de meios em Portugal. Deduzimos que para ser um bom tradutor é necessário viver no estrangeiro, onde é possível complementar estudo e uma actividade profissional, adquirindo com o decorrer dos anos uma consciência linguística diacrónica e sincrónica. O que se espera do trabalho do tradutor profissional é que domine perfeitamente e espontaneamente a língua estrangeira e a linguagem

especializada. O resultado do trabalho obtido dos tradutores com estas dupla formação é, obviamente, diferente das traduções técnicas feitas por licenciados em línguas e autodidactas na área do conhecimento. Há áreas onde podemos admitir erros na linguagem especializadas pois não têm repercussões graves, o que não é o caso das ciências da saúde.

Outra observação relevante, é a percentagem insignificante de tradutores profissionais que leccionam nas universidades. Será que não há tradutores profissionais com valor pedagógico ? Uma outra constatação de ordem geral, é que as universidades públicas dão-se ao luxo de leccionar programas completamente desfasados da realidade do mercado de trabalho. A maior crítica que se pode tecer à formação de tradutores em Portugal, é que as universidades (públicas ou privadas) se preocupam quase exclusivamente com o ensino das línguas quando o ensino da tradução começa onde acaba a aprendizagem das línguas.

3. A IMPORTÂNCIA DO CULTIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Poder-se-á realçar desde já que Portugal nunca se distinguiu por uma política linguística agressiva por oposição a outros países da Europa. As palavras que seguem inscrevem-se no coro de vozes que se têm manifestado em defesa da língua portuguesa e no apontar à necessidade urgente de uma política da língua. Podemos citar Eduardo Prado Coelho que afirma o seguinte: «temos uma retórica da língua portuguesa, temos uma gestão da língua portuguesa, temos demagogos da língua, temos mesmo “gansters” da língua, mas não temos uma política da língua». Um esforço terá de ser feito para tentar dar um colorido a este cenário sombrio da difusão e promoção da língua portuguesa que é, indiscutivelmente, relevante e suficientemente viva para que a sua valorização não seja descurada como apreciável veículo cultural e político que se estima para quase 260 milhões de enunciadores dentro de quinze anos. É importante promover a língua portuguesa para ser cada vez mais utilizada nas diferentes organizações internacionais como o Banco Mundial, o Conselho da Europa, a Cruz Vermelha, a EFA, a EFTA, a FOA, o FMI, o INTELSTAT, a NATO, os Médicos sem Fronteiras, a OMS, a OCDE, a ONU, a OIT, a UE, a UNESCO e a UNICEF. Assim, estes centros decisivos internacionais, potenciais mercados de trabalho, confiarão a tradução a um intermédio especializado: o tradutor institucional. Porém, relembramos que o

maior empregador é o Serviço de Tradução da Comissão das Comunidades Europeias, do Parlamento Europeu, do Conselho das Comunidades, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Comissão Económica e Social. Estes serviços de tradução estão organizados em cinco grupos temáticos situados em Bruxelas e no Luxemburgo. O subtítulo de um artigo de Mónica Yanakiew resume bem o que ela designa de “Babel comunitária”: “Sem tradutores, ministros não se entendem”.

4. A TRADUÇÃO AUTOMÁTICA E O LUGAR DO TRADUTOR

As primeiras "máquinas" para a tradução mecânica foram inventadas entre 1930 e 1940 por Georges Artsruni, um engenheiro francês (inventor do "Cérebro Mecânico") e pelo engenheiro russo P. Trojanskij que inventaram, isoladamente, aparelhos mecânicos para o *scanning* de uma banda perfurada com expressões numa língua natural e para relacionar essas "palavras" com palavras de outra língua contidas numa segunda banda perfurada. Só depois da Segunda Guerra Mundial, no final da década de 40, quando as primeiras grandes máquinas calculadoras começaram a ser usadas em matemática, é que os cientistas começaram a pensar que essas máquinas poderiam ter um uso além do numérico e poderiam servir, por exemplo, para decodificar mensagens codificadas ou para passá-las para a língua natural. No seu famoso Memorando para a Fundação Rockefeller em 1949, Warren Weaver fez a sua conhecida analogia entre tradução e decodificação. Contudo, nos anos seguintes, a tradução automática tornou-se mais complicada. Não se tratava simplesmente de relacionar um código ou um símbolo com outro, mas de organizar o significado gramatical e semântico da língua para poder traduzir de uma língua para outra (pode-se encontrar mais informação sobre a tradução automática em Hutchins, 1986). A primeira demonstração de um sistema de tradução automática que teve "sucesso" aconteceu no dia 7 de Janeiro de 1954 na Universidade de Georgetown, em Washington D.C. Foi implantado um sistema de tradução do russo para o inglês num *mainframe* IBM que continha um dicionário bilingue com aproximadamente 250 entradas. O sistema conseguiu traduzir com êxito um *corpus* de 60 frases simples em russo por um processo de substituição palavra por palavra, e com algumas regras adicionais para conseguir a ordem correcta das palavras em inglês. Dez anos depois, aproximadamente, o governo americano criou uma comissão para analisar o mercado da tradução e conhecer as últimas novidades em relação à pesquisa

e ao desenvolvimento realizados no âmbito da tradução automática. Este Comité de Assessoria no Processo da Automatização de Línguas publicou um relatório em 1966, o conhecido Relatório ALPAC, que passou a ser conhecido como o "Livro preto da tradução automática", também por causa da capa preta do documento. A Comissão chegou à conclusão de que não havia necessidade de dar apoio à pesquisa e ao desenvolvimento da tradução automática e que era mais importante investir na melhoria da qualidade da tradução tradicional que realizavam os tradutores humanos. É bom lembrar que quando se fala de tradução automática por oposição a tradução humana, esquecemo-nos que o conhecimento sobre tradução tem sido codificado e descrito por seres humanos (linguistas ou linguistas computacionais). Além disso, a nova geração de sistemas de tradução automática (ou de tradução assistida) recorre a *corpora* de traduções prévias (efectuadas por seres humanos), deste modo esbatendo ainda mais a pretensa oposição. Parece, pois, inútil insistir na primazia da actividade humana, e investir sim na melhoria da sua prática, assim como na ajuda preciosa que os computadores nos podem vir a dar nessa e noutras actividades intelectuais. Todavia, é imprescindível reflectir sobre os novos modelos computacionais de tradução. A principal lição a tirar é que não existe máquinas sem homens mas com homens. A tradução automática é, sem duvida, uma mais valia, mas sendo uma obra do ser humano terá sempre suas imperfeições e, neste momento, o tradutor profissional não precisa temer este tipo de concorrência.

CONCLUSÃO

Actualmente, as profissões de tradutor e de intérprete desempenham um papel importante no funcionamento das sociedades modernas, dado que estas necessitam cada vez mais de comunicar entre si, em virtude de fenómenos generalizados como a internacionalização da economia, a rapidez da circulação da informação pelo mundo ou o crescimento da concertação entre países perante questões mundiais (como a defesa do ambiente ou o respeito pelos direitos humanos, por exemplo). Neste contexto, o mercado de trabalho para os tradutores e intérpretes - que é bastante sazonal - conhece altos e baixos consoante a situação económica que as sociedades atravessam e apresenta perspectivas bastante variadas.

As novas exigências do mercado de trabalho, aliadas ao crescente número de pessoas que conhecem e utilizam línguas estrangeiras, têm conduzido a uma crescente especialização destas profissões. Deste modo, quem inicia uma carreira de tradutor e/ou de intérprete deverá deparar-se com um mercado de trabalho exigente e cujo acesso não é garantido pelo mero conhecimento de línguas estrangeiras. Deverá adquirir, por isso, técnicas especializadas em tradução/terminologia e/ou interpretação e é essencial que invista em conhecimentos técnicos e conhecimentos gerais, através, por exemplo, de estágios curriculares e profissionais no país e no estrangeiro e de um esforço constante na auto-formação.

O domínio aprofundado de um maior número possível de línguas estrangeiras é, entre outros, um trunfo importante que pode aumentar significativamente as hipóteses de trabalho. Apesar do inglês, do espanhol e do francês continuarem a ser línguas bastante requisitadas, a oferta dos que trabalham com esses idiomas é elevada, pelo que é aconselhável estudar outras línguas consideradas raras ou minoritárias que começam a ser cada vez mais utilizadas devido à integração dos novos membros na União Europeia.

Por último, é necessário criar uma regulamentação que dê acesso às actividades de tradução e de interpretação a fim de impedir que pessoas sem qualificação apropriada exerçam este tipo de actividade. Daí, o problema de uma mão de obra não qualificada e batata, sem os conhecimentos técnicos e linguísticos exigidos para assegurar o elevado nível de qualidade e rigor destes serviços, e que acaba por retirar oportunidades de trabalho e denegrir a imagem da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

García Y.V., *En torno a la traducción, Teoría, Crítica, Historia*, Editorial Gredos, Madrid, 1989.

Grellet F., *Apprendre à traduire – Typologie d'exercices de traduction*, Presses Universitaires de Nancy, Nancy, 1991.

Gouadec D., *Le traducteur, la traduction et l'entreprise*, Afnor, Paris, 1989.

Ladmiral J.R., *Traduire : Théorèmes pour la traduction*, Payot, Paris, 1979.

Larose R., *Théories contemporaines de la traduction*, Presses de l'Université du Québec, Québec, 1987.

- Lederer M., *La traduction aujourd'hui – Le modèle interprétatif*, Hachette, Paris, 1994.
- Magalhães F.J., *Da tradução profissional em Portugal*, Edições Colibri, 1996.
- Mounin G., *Les problèmes théoriques de la traduction*, Gallimard, Paris, 1963.
- Oliveira I., « La Métaphore terminologique sous un angle cognitif », *Meta*, Journal des traducteurs, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 2006, pp. 49-68.
- Oliveira I., « Pour une Approche de la métaphore terminologique », *La banque des Mots*, Revue de terminologie française, Conseil international de la langue française, Paris, pp. 23-49.
- Serres M., *La traduction*, Les Editions de Minuit, Paris, 1989.
- THOIRON Ph., & CLAS A., (eds), *Lexicomatique et dictionnaires* : in *Actes des IVèmes Journées scientifiques du Réseau L.T.T. (AUPELF-UREF)*, Beyrouth/ Montréal : FMA / Aupelf-UREF, 1997.

Os cursos superiores de tradução no Brasil e uma proposta para a introdução do ensino dos aplicativos computadorizados de auxílio à tradução

B.A. Lic. Prof. Kelson dos Santos Araujo

& B.A. Lic. Prof. Jacqueline H. Araujo

(Centro Univ. da Cidade – Soc. Educ. São Paulo Apóstolo, Brasil)

O presente trabalho pretende apresentar de forma breve alguns exemplos de grades curriculares extraídas de Cursos Superiores de Tradução oferecidos por instituições de ensino prestigiadas no Brasil. Os conteúdos de tais grades curriculares são analisados à luz do contexto acadêmico em que se inserem atualmente, tanto em termos das expectativas do corpo discente, como em termos das habilitações do corpo docente para levar a cabo sua missão de transmissão de conhecimentos no setor de Tradução. O trabalho prossegue apresentando uma lista dos mais novos recursos computadorizados de apoio ao Tradutor, muitos deles gratuitos e acessíveis à maior parte dos alunos para trabalhos práticos. O uso de tais aplicativos computadorizados vem sendo ensinado regularmente mediante diversos cursos particulares de curto prazo oferecidos nos grandes centros brasileiros, especialmente no eixo Rio-São Paulo. Sendo assim, como conclusão, considerando que existe de fato demanda da parte dos profissionais que querem ingressar no mercado de tradução, o presente trabalho inclui também uma proposta de fusão dos conteúdos dos Cursos Superiores com o conteúdo de tais cursos práticos, pelo menos em termos parciais inicialmente (conforme os recursos técnicos e humanos disponíveis), com vistas a se alcançar uma melhor adequação à realidade do mercado global que exige obrigatoriamente um bom domínio de diversas ferramentas de auxílio à tradução.

1. INTRODUÇÃO

Conforme reconhecido pelo Tema 2 do presente Colóquio Anual da Lusofonia 2006, existe atualmente uma abundância de cursos superiores de Tradução, porém o conteúdo acadêmico oferecido pela maior parte de tais cursos apresenta-se fora da realidade do mercado. Considerando que isto se constata em Portugal, a situação é ainda mais problemática no Brasil, país que, infelizmente por decisão estrategicamente política, permanece há décadas extremamente carente de recursos suficientes destinados à Educação e à formação adequada de Recursos Humanos em termos gerais.

O presente trabalho, então, apresenta inicialmente um breve apanhado do conteúdo médio geral das grades curriculares de alguns cursos superiores de Tradução de universidades brasileiras (consideradas de prestígio nacional) seguido de sua análise

correspondente. Tal análise transcorre à luz do contexto acadêmico em que as disciplinas oferecidas inserem-se atualmente, tanto em termos das expectativas do corpo discente, como em termos das habilitações do corpo docente para levar a cabo sua missão de transmissão de conhecimentos adequados à formação de bons profissionais da área de Tradução.

A partir daí, lembramos que, já por vários anos, o mercado global de tradução vem exigindo que o profissional tradutor tenha o domínio de diversas ferramentas computadorizadas de tradução, ferramentas estas capazes de lhe conferir agilidade, precisão e confiabilidade geral nos serviços por ele executados. Particularmente no caso de tradutores independentes (também conhecidos como autônomos ou *freelancers*), muitos dos quais trabalham para agências especializadas, a aquisição das habilidades anteriormente citadas representa um fator chave para seu sucesso no mercado de trabalho altamente competitivo que se nos apresenta. Vale também lembrar que não estamos somente considerando o mercado de traduções técnicas, mas também se inclui o mercado de traduções literárias pois as ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução são coadjuvantes fundamentais ao trabalho do tradutor literário no que toca a se manter a terminologia e estilo utilizados durante toda a extensão da sua tarefa.

O trabalho prossegue apresentando uma lista não definitiva de algumas ferramentas (aplicativos computadorizados) de auxílio ao tradutor que estão disponíveis de forma gratuita na Internet. Porém, tal gratuidade realmente não reflete o quão preciosos são no sentido de facilitarem enormemente as tarefas preliminares à tradução propriamente dita, entre elas: conversão de dados, elaboração de glossários, pesquisa em corpus, gestão de terminologia, enfim, tudo aquilo que contribui para o famoso trinômio-alvo: agilidade, precisão e confiabilidade que caracteriza o tradutor de sucesso. Infelizmente, como perceberemos mais à frente, poucos são os cursos superiores de tradução que preparam seus alunos para tirarem proveito destas ferramentas de apoio.

É importante notar que nem todos os estudantes que procuram um curso superior de Tradução desejam se formar com vistas a abraçar a carreira de ensino acadêmico, notadamente, objeto de muita vocação e extrema dedicação. De fato, embora os bons profissionais de línguas saibam que têm o seu lugar facilmente garantido nas posições

de professores ou de instrutores de idiomas em quaisquer Universidades ou Cursos de Idiomas, muitos outros querem graduar-se para poderem atuar bem como tradutores independentes em busca, obviamente, de uma pequena fatia do imenso mercado global de tradução, o qual gira em torno de 10 bilhões de dólares. Trabalhar como *freelancer* é uma das atividades consideradas mais atraentes pelos recém-formados, pois a oferta de trabalhos ainda é relativamente alta e o tradutor pode oferecer e executar seus serviços a partir da própria casa. Contudo, a situação atual com que se deparam os estudantes, especialmente no Brasil e, acreditamos nós, também em Portugal, consiste em serem obrigados a cursar um número elevado de disciplinas teóricas e de interesse exclusivamente literário que não atendem às suas expectativas técnicas e práticas. Reconhece-se também a necessidade de separar os currículos oferecidos em dois tipos distintos: graduação como tradutor de textos escritos e graduação como tradutor-intérprete, sendo que as necessidades de formação específica para este último tipo de graduação não será tratada aqui. Como é costumeiro, a escolha das disciplinas específicas para cada tipo pode ser feita a partir do terceiro semestre com as mesmas disciplinas básicas sendo cursadas nos primeiros dois semestres do período escolar.

Desta forma, faz-se mister que os profissionais acadêmicos, gestores das grades curriculares dos cursos superiores de Tradução, tomem providências no sentido de adequarem a preparação acadêmica que é fornecida aos alunos às reais demandas existentes. Do contrário, tais demandas continuarão a ser supridas apenas por parte de cursos independentes, de curta duração, os quais proliferam pelo eixo Rio de Janeiro-São Paulo justamente porque a procura pelo conhecimento da utilização dos aplicativos computadorizados de auxílio à tradução é imensa. Isto configura uma grande pena pois assim se perde a grande oportunidade de fornecer tal conhecimento aos estudantes ainda no ambiente universitário, quer público ou particular, com ou sem bolsas de estudos, de acordo com as provisões de cada instituição de ensino. Deste modo, o acesso às preciosas informações acaba ficando limitado a uma pequena parcela de profissionais que podem posteriormente pagar pelos cursos particulares de curta duração. Finalmente, não é arriscado afirmar que, sem o domínio satisfatório das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, o destino dos profissionais tradutores será semelhante ao daquele das máquinas de escrever e do antigo aparelho

de telex, ou seja, ainda hoje há quem faz uso dos seus serviços, porém em uma escala muito limitada.

2. EXEMPLOS DE GRADES CURRICULARES DE CURSOS SUPERIORES DE TRADUÇÃO OFERECIDOS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRESTIGIADAS NO BRASIL

Nossa pesquisa demonstrou que há cerca de 31 instituições de ensino superior listadas como oferecendo cursos de graduação como Tradutor e/ou Intérprete (Bacharelado). Deste total, apenas 11 instituições efetivamente podem ser consideradas como tituladoras da graduação em Tradução aos seus alunos devido à oferta de (algumas) disciplinas específicas. De fato, a Tabela 1 demonstra que há um desbalanceamento muito grande entre a quantidade de disciplinas orientadas para as formações geral/humanística, lingüística, literária e a quantidade daquelas disciplinas voltadas para a formação específica do tradutor, formação esta mormente relegada a apenas uma ou duas disciplinas de teoria e/ou de prática de tradução e que, mesmo assim, passam a estar presentes apenas a partir do segundo ano de estudos.

TABELA 1.

Exemplo de grade curricular com disciplinas
tipicamente oferecidas por Cursos Superiores de Letras
em Instituições de Ensino brasileiras com habilitação como Tradutor

Graduação: Bacharel em Letras - Tradutor	
Período/Semestre	Disciplinas
1	- CONCEITOS BÁSICOS DE LINGÜÍSTICA - INGLÊS I - LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL - LEITURAS ORIENTADAS I - LITERATURA BRASILEIRA I
2	- ELEMENTOS DE LATIM I - INGLÊS II - ESTUDOS LINGÜÍSTICOS I - LEITURAS ORIENTADAS II - LITERATURA BRASILEIRA II - NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA
3	- ESTUDOS LITERÁRIOS - INGLÊS III - ESTUDOS LINGÜÍSTICOS II - TEORIA DO TEXTO - LITERATURA BRASILEIRA III - TRADUÇÃO: TEORIA E TÉCNICA
4	- INGLÊS IV - LITERATURA BRASILEIRA IV - SINTAXE DO TEXTO - LINGÜÍSTICA E TRADUÇÃO - TRADUÇÃO DO INGLÊS I
5	- CULTURA INGLESA - INGLÊS V - PANORAMA DA LITERATURA PORTUGUESA - SEMÂNTICA DO TEXTO - TRADUÇÃO DO INGLÊS II
6	- CULTURA NORTE-AMERICANA - INGLÊS VI - PRODUÇÃO TEXTUAL I - TRADUÇÃO DO INGLÊS III - VERSÃO DO INGLÊS I
7	- ESTILÍSTICA DO INGLÊS - INGLÊS VII - PRODUÇÃO TEXTUAL II - TRADUÇÃO DO INGLÊS IV - VERSÃO DO INGLÊS II
8	- ESTÁGIO SUPERV. DE TRADUÇÃO DO INGLÊS - INGLÊS VIII - TERMINOLOGIA I - VERSÃO DO INGLÊS III

A partir da Tabela 1 podemos também constatar a total falta de atualização das poucas disciplinas específicas de tradução oferecidas pois nenhuma das ementas respectivas nem mesmo menciona, sequer na teoria ou na prática, as ferramentas computadorizadas de tradução indispensáveis ao profissional realmente capacitado. Outro aspecto preocupante na análise deste exemplo de grade curricular diz respeito à oferta de disciplinas que rezam sobre o tema da versão para a língua estrangeira, neste caso, o inglês. Nossa experiência demonstra que é totalmente desaconselhável que profissionais ainda sem extensa experiência com tradução para sua própria língua materna (como é o caso da imensa maioria dos alunos que procuram um Curso Superior de Tradução) venham a se aventurar em trabalhos de preparação de versões para sua segunda língua. Os resultados do ensino obtidos nesse tipo de disciplinas dificilmente refletiriam uma produção de textos com qualidade aceitável comercialmente.

Decerto que um Curso Superior para formação de Tradutores deva ser capaz de conferir os fundamentos básicos teóricos aos estudantes para que adotem uma postura reflexiva quanto à sociedade e aos desafios com os quais se depararão. Porém, o que se constata é que a teoria acadêmica vem sendo por demais privilegiada e o resultado acaba sendo a geração de profissionais diplomados com poucas chances de serem bem sucedidos no mercado globalizado de tradução. Mesmo mediante esta breve análise, não é temeroso afirmar-se que a quase totalidade dos cursos superiores de Tradução disponíveis no Brasil não oferece grades curriculares capazes de prepararem adequadamente seus alunos. A leitura das ementas das disciplinas específicas amplamente indica que nem sequer se faz menção da utilização da informática aplicada à tradução nem da especialização em novas tecnologias e muito menos ainda se fala sobre as tendências do mercado de tradução (veja a Tabela 2).

TABELA 2.

Exemplos das ementas de algumas disciplinas específicas sobre Tradução
oferecidas por Instituições de Ensino Superior brasileiras

Disciplina	Ementa
Teoria da Tradução I	Reflexão científica sobre a tradução. Fundamentos teóricos: elementos constitutivos da teoria de tradução. Terminologia e significado em perspectiva interlingüística. Questões fundamentais dos contatos de Língua. Linguagem, língua e cultura. Tipos e técnicas de tradução. O contato entre línguas e o problema da equivalência. O conceito de fidelidade: ganhos e perdas. Os limites da tradução.
Teoria da Tradução II	Tipologia do texto aplicado à tradução. Diferentes modelos de classificação de textos. Abordagem empírica de textos em diferentes línguas. Determinantes extralingüísticos e suas aplicações à tradução. Tipologia de culturas. Relações entre língua e cultura. Adequação do processo de tradução à língua de destino. A tradução literária. Problemas da tradução computacional.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Gerais	Introdução: problemas gerais de tradução. Características e diferenças das duas línguas. Exercícios e tradução de textos gerais sobre: organização social e administrativa; comércio, indústria, meios de transporte, serviços, meios de comunicação, sindicatos, assistência social.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Jurídicos	Natureza do discurso jurídico (discurso fechado): necessidade de precisão e de eliminação de ambigüidades. Tradução de textos da constituição, dos códigos civil, penal e comercial, de documentos jurídicos, acórdãos e pareceres, de textos jornalísticos sobre assuntos jurídicos. Natureza do discurso político: considerações sobre mensagem e estilo - frases de efeito, retórica. Diferenças de estilo no discurso político em inglês e português. Tradução de textos de análise política e de discursos. Pesquisa de bibliografia e formação de glossários de termos jurídicos.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Técnicos	Natureza do discurso científico e técnico: implicações para a tradução. Tradução de textos científicos e técnicos em diversas áreas. Pesquisa bibliográfica e formação de glossários de termos técnicos.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Literários	Textos literários: prosa, crítica comparativa de traduções existentes. Natureza do discurso literário: problemas específicos da tradução literária. Tradução de textos de prosa de autores contemporâneos.
Terminologia	Aspectos teóricos da pesquisa terminológica. Técnicas e atualidades. Exercícios práticos de pesquisa de terminologia. Terminologia mono e multilíngüe como atividade de apoio à ciência e à tecnologia e ao trabalho do tradutor/intérprete. Conceituação. Escolas terminológicas (correntes de pensamento). Problemas terminológicos dos países em desenvolvimento. O caso brasileiro. Relações com a lingüística geral e com os setores da lingüística (lexicologia, semântica etc. A pesquisa terminológica apoiada em recursos computacionais: terminologia informatizada. Polissemia e homonímia. A relação sinonímica. Sistematização terminográfica. Tipos de termos. Dicionários, vocabulários, tesauros etc. Padrões terminológicos nacionais e internacionais. Trabalho prático dos alunos.

Observamos que as breves menções do uso de computadores no trabalho do tradutor já vêm sob uma ótica desfavorável ("os problemas da tradução computacional", por exemplo) ou são abordados de uma forma muito superficial ("a pesquisa terminológica apoiada em recursos computacionais: terminologia informatizada"), dispersa entre uma grande quantidade de outros tópicos teóricos da mesma disciplina. Desta forma, uma rápida análise das ementas das disciplinas dos cursos oferecidos indica que não visam dar a conhecer aos alunos as ferramentas de auxílio à tradução, muito menos realizar tarefas práticas com elas, algo que seria de extrema valia para o futuro profissional formado. No universo de Instituições de Ensino Superior estudado, pouquíssimas são as que tentam implementar o ensino da teoria e da prática com memórias de tradução, da terminologia de áreas técnicas e com o estabelecimento de parcerias com empresas do campo da informática e/ou com agências de tradução. Estas últimas atividades representam um componente interessante do ponto de vista prático pois, por exemplo, pode envolver a prestação por parte dos alunos de serviços gratuitos de tradução e interpretação a projetos especiais de ajuda humanitária no Brasil e no exterior (serviço oferecido, de fato, por apenas uma das instituições de ensino pesquisadas cuja orientação possui cunho religioso), além de poderem atender, também, a instituições parceiras da instituição de ensino com oportunidade de remuneração real, ampliando seu portfólio e desde já conferindo aos alunos uma prévia de situações reais do mercado de trabalho. Apenas uma das instituições pesquisadas oferecia palestras virtuais com tradutores profissionais já estabelecidos cujos temas giravam ao redor do mercado de tradução e suas exigências. Tais instituições citadas anteriormente foram exceções à regra.

3. CURSOS INDEPENDENTES DE CURTA DURAÇÃO PARA TRADUTORES – UM NICHOS DE MERCADO

Dada a grande necessidade que têm os profissionais de Tradução, formados ou não em nível Superior, no tocante a se adequarem às exigências atuais do mercado (não somente por parte das agências de tradução, mas também por parte dos clientes finais), existe uma ampla variedade na oferta de cursos de curta duração, presenciais ou à distância, que abrangem exatamente a parte prática do ferramental que todo Tradutor profissional precisa dominar para tornar-se bem sucedido em sua carreira.

Alguns exemplos dos componentes curriculares oferecidos em tais cursos incluem: O Mercado de Tradução, Ferramentas de Tradução: Trados, Wordfast, Novas Estratégias de Pesquisa para o Tradutor: "Sites" de Busca, Internet, Pesquisa de Corpus e CD-ROMs Multimídia, Oficina: Uso de Corpus para Otimizar o Texto Traduzido, Corpus: Como Fazer seu Próprio Corpus: Tamanho, Balanceamento, Tipos, Representatividade, Prática de Tradução "Corpus Based", Word Avançado para Tradutores.

Percebe-se aqui que os conteúdos de tais cursos podem ser adaptados de forma a serem abrangidos no âmbito do sistema de créditos acadêmicos para cada semestre ou período escolar nas Instituições de Ensino Superior. Os alunos seriam beneficiados por não mais precisarem ter que recorrer a formação especializada adicional (após a obtenção do seu diploma) de forma a que possam começar efetivamente a trabalhar em nível profissional.

Além dos conteúdos de informática próprios do ensinamento prático das disciplinas específicas sobre tradução auxiliada por computador, vale ainda citar alguns aplicativos computadorizados disponíveis gratuitamente na Internet e que são de extrema importância para o trabalho do tradutor. Em um país como o Brasil em que o valor do salário mínimo nacional é aviltante (cerca de 100 euros líquidos), aplicativos gratuitos (e úteis) são quase que uma questão de sobrevivência ao tradutor autônomo iniciante. A Tabela 3 apresenta uma compilação não abrangente de alguns de tais aplicativos.

TABELA 3.

Alguns valiosos aplicativos computadorizados de auxílio ao trabalho dos tradutores

Aplicativo	Descrição	Utilidade	Disponível gratuitamente em
A.F.7 Merge Your Files 1.3	Funde o conteúdo de vários arquivos em apenas um.	Tradução de centenas de pequenos arquivos .htm que exigiriam trabalho de abrir, traduzir, salvar e fechar os arquivos um a um.	http://www.fauland.com/af7.htm
CSV to TMX Converter 1.0-7	Extrai o texto dos glossários bilíngües no formato CSV e o converte para o formato TMX compatível com Trados/ Wordfast.	Abastecimento de memórias de tradução com o conteúdo de centenas de glossários já prontos (da Microsoft, por exemplo).	www.maxiprograms.com
CSVed 1.3.11	Manipulador de arquivos CSV, delimitados com qualquer separador. Possui várias funções de edição, busca e substituição.	Para arquivos CSV cujo conteúdo não foi possível extrair com o aplicativo CSV Converter.	http://home.hccnet.nl/s.j.francke/software/software.htm
ApSIC Xbench 2.6	Permite fazer busca simultânea em múltiplas referências bilíngües (arquivos de texto tabulado, memórias TMX, .txt, .ttx, .rtf, .doc, SDLX .itd, dicionários e glossários nos formatos IBM TranslationManager, STAR Transit, Wordfast e Microsoft .csv)	Manutenção da mesma terminologia empregada em trabalhos anteriores para o mesmo cliente. Possibilidade de consulta fácil e rápida a corpus extremamente vasto com definição de prioridade de importância.	www.apsic.com
Convert 4.08	Conversor de unidades de medida.	Conversão rápida e fácil de diversos tipos de unidades de medida, sempre presentes em textos de traduções técnicas.	http://joshmadison.net/software/convert/
FreeBudget 4.1.1.0	Aplicativo para contagem de palavras em arquivos nos formatos RTF, MSWord, WordPerfect e TXT.	Geração de relatórios para orçamentos aos clientes com estimativa de tempo de execução dos projetos.	www.webbudget.com
Xpdf 3.01pl2	Visualizador de arquivos PDF.	Extração do texto, conversão de PDF para PostScript e outras.	http://www.foolabs.com/xpdf/download.html

4. CONCLUSÃO

No Brasil, algumas possíveis barreiras ao aprimoramento do conteúdo dos Cursos Superiores de Tradução incluem a falta de experiência do corpo docente na utilização avançada das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, deficiências crônicas na formação dos alunos que ingressam nos cursos (muitos pensam que irão aprender inglês ou espanhol nos cursos de Letras das Universidades quando, na

verdade, já deveriam apresentar conhecimentos avançados do idioma estrangeiro) e carência de equipamentos e de instalações adequadas ao ensino prático.

Contudo, tais barreiras não podem permanecer eternamente como estão. Elas existem, sim, e são de grande dificuldade, mas não intransponíveis. Como acreditamos que existe interesse na busca por qualidade nos cursos superiores de tradução, aquelas Universidades que, mesmo de forma tímida inicialmente, conseguirem começar a quebrar os paradigmas e assim incluírem em suas grades curriculares mais e mais disciplinas voltadas inteiramente ao atendimento das necessidades práticas do trabalho do tradutor moderno, serão as que mais se destacarão no meio acadêmico no quesito integração com o Mercado.

Algumas propostas de intervenção com o objetivo de atualização dos currículos das disciplinas oferecidos atualmente são:

a) a preparação adequada dos professores universitários do quadro atual das Instituições de Ensino Superior aproveitando a oferta dos cursos independentes de curta duração. Com os novos conhecimentos práticos adquiridos pelo corpo docente, a reelaboração das ementas das disciplinas poderá efetivamente adequá-las àquilo que realmente um tradutor recém-formado precisa saber atualmente para conquistar o seu lugar no mercado global;

b) o estabelecimento de parcerias/convênios com agências de tradução, nacionais e estrangeiras, sempre interessadas no aproveitamento dos melhores jovens profissionais para seus quadros, quer como efetivos, quer como tradutores autônomos. Isto permitirá também garantir a oferta de estágios de qualidade aos formandos que é uma parte importante e obrigatória dos parâmetros curriculares nacionais.

c) o estabelecimento de parcerias/convênios com fornecedores/fabricantes de equipamentos de informática para a criação ou reequipamento de laboratórios para o ensino prático sobre as ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução. Se a aquisição de licenças de utilização dos aplicativos for uma questão importante em termos de custos, é possível utilizar as versões de demonstração dos principais programas como o Trados, Wordfast, SDLX Light, Déjà Vu, entre outros.

Certamente, a análise da situação curricular atual da maior parte das Instituições de Ensino Superior de Cursos de Letras voltados para a formação de Tradutores no

Brasil demonstra que há um longo caminho a ser percorrido no tocante a modernização do conteúdo das disciplinas oferecidas com vistas a um melhor atendimento das necessidades do mercado global de tradução. A aparente cristalização teórica/acadêmica das matérias presentes no ensino universitário sobre tradução precisa ser quebrada. As tecnologias transformam o modo de trabalhar, de ensinar e de informar. Por conseguinte, os cursos universitários não mais devem deixar a parte prática relegada a um segundo ou terceiro planos pois o mercado somente acolherá bem os profissionais cuja formação tenha incluído o domínio das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, domínio este capaz de lhes possibilitar o fornecimento de serviços de forma rápida, confiável e de custo acessível aos seus clientes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Oren, T. (2004) 'Machine Translation and the Global Blogosphere' in 'Global Voices session' – Harvard Berkman conference. Disponível em <http://www.windsofchange.net/archives/006011.php>
- ABRAPT – Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (2006), 'Lista de Cursos de Tradução no Brasil'. Disponível em <http://www.abrapt.org.br>
- Lavor, Cecília S. de; Freire, Gustavo N. de; Gorovitz, Sabine (2006) in 'O Mundo na Ponta da Língua'. Disponível em <http://www.unb.br/portal/graduacao/cursos/sobre/letras.php>
- Excertos do 7º Prêmio União Latina/CBL de Tradução Especializada (2006) in 'As Novas Tecnologias e a Necessária Adaptação do Tradutor' – Seminário organizado na Bienal Internacional do Livro de São Paulo
- Stupiello, M.S. Prof. Érika N. A. (2006) in 'Letras - Tradutor e Intérprete' – Apresentação do Curso. Disponível em <http://www.unilago.com.br/graduacao/info/?Curso=9>

O tradutor e o problema da multiculturalidade

Regina Célia de Carvalho Pereira da Silva
(Università degli Studi Suor Orsola Benincasa, Itália)

"(...) Traduzir literatura é exercer a paixão literária: é seduzir a palavra, namorar a entrelinha, apalpar o silêncio, é esvaziar-se de si para deixar que o outro se manifeste, um pouco como num caso de amor. Trabalho difícil, tão fácil de criticar, tão pouco considerado, mas que se faz porque esse também é um preço a se pagar: em lugar de um emprego público, permanecer horas e horas no reino do seu pequeno escritório, com livros, discos, silêncios e cada vez mais indagações. (...)"

Luft, Lya, *Somos o material da nossa arte*. São Paulo. PUC, Imprensa Oficial, 1997:14

O fenómeno mundial da globalização, reduziu o mundo a uma aldeia global, a uma comunidade aberta a todos os povos, comunidade múltipla nas suas diferenças e no seu legado comum, estimulando contactos multiculturais que permitem uma dinâmica de reconhecimento recíproco cada vez mais estreito, no âmbito histórico e cultural.

O diálogo intercultural leva à comunicação, à informação, ao conhecimento dos diversos usos e costumes, das tradições, da história, da língua de um país. No mundo contemporâneo está-se a desenvolver uma atitude mental da pluralidade, da cultura do outro, da riqueza que constitui a identidade cultural de cada povo, de cada etnia.

O que é que a globalização tem a ver com a tradução?

Se entendermos o acto da tradução, como uma mera operação linguística e técnica, não se sabe que relação existe entre a globalização e o tradutor. Mas, se a entendermos como um acto de comunicação e de interpretação, o caso muda completamente de perspectiva.

As diferentes traduções que hoje se realizam podem ser classificadas, seguindo uma tipologia simples em: traduções técnicas, científicas e literárias. Diversos são os factores que levam à realização de uma determinada tradução. Mas, é em conformidade com esses factores que se pode definir a qualidade do trabalho realizado. É primordial conhecer a finalidade da tradução, porque muitas vezes, considera-se uma tradução de qualidade, aquela que corresponde inteiramente "às

exigências expressas pelo cliente", onde a tradução é vista como uma simples operação económica, uma simples troca de mercadoria.

Num mundo caracterizado pelo "*compra e vende*", a economia tende a dominar também a actividade de tradução. O critério é aquele de que o *cliente compra uma propriedade* e portanto, consequentemente, essa propriedade tem um carácter absoluto. Esta acção, não exige do tradutor um trabalho intelectual e ao mesmo tempo, afasta o cliente do pagamento dos Direitos de Autor previstos pela Lei. Através do pagamento da tradução, o tradutor perde o direito de decidir o que fazer com a sua tradução, seja ela de carácter técnico, científico ou literário.

Se em relação à tradução técnica e científica, é mais fácil aceitar este fenómeno, o mesmo não acontece para a tradução literária. Na tradução de um livro de instruções, ou de um texto de carácter jurídico, não é fundamental respeitar a personalidade artística do autor e a originalidade do estilo da obra.

Tratamos aqui, evidentemente, da tradução de obras literárias.

No início do século XIX, os estudos sobre a tradução desenvolveram-se principalmente na Europa do Oriente, onde a influência dos formalistas russos, do círculo linguístico de Praga e das teorias homskianas era mais forte.

O século XX, assiste a um notável florescer de estudos e investigações no âmbito da tradução. Lentamente a tradução deixa de ser considerada como um apêndice da ciência linguística ou da literatura comparada e começa a afirmar-se como uma disciplina autónoma, possuindo o seu próprio campo de investigação. O trabalho dos tradutores começa a ser visto com mais atenção.

Mas, o que provocou a expansão dos estudos de tradução no Ocidente, foi a perseguição de objectivos que miravam satisfazer os aspectos práticos e económicos no sentido da tradução automática realizada por máquinas e que considerava a tradução como uma actividade meramente mecânica. Esta visão da tradução vai determinar a realização de erros sucessivos, que levam a uma revisão de todo o processo até então, desenvolvido.

Durante os anos Trinta, incrementam-se contemporaneamente, a teoria tradutológica e os estudos que se orientavam para a automatização do trabalho da

tradução. De um lado, temos a União Soviética e do outro, os Estados Unidos d'América. Viviam-se uma conjuntura económica, social, política e cultural típica dos tempos da Segunda Guerra Mundial que exigia medidas imediatas para a resolução dos problemas militares daquele tempo. Existiam, então, razões diferentes que motivavam a tradução:

- a União Soviética desenvolvia a técnica da tradução, traduzindo a literatura mundial numa linguagem acessível à maioria da população, e fazia-o utilizando a língua russa, conhecida em todos os países pertencentes à União Soviética,
- os Estados Unidos d'América utilizavam já a informática para a realização de traduções.

Duas directrizes que seguiam estradas divergentes: a primeira, levou à tradução como criação artística e a segunda, à obtenção imediata de uma tradução.

"...os serviços secretos americanos sonhavam com um sistema capaz de traduzir rapidamente e a baixo custo as comunicações interceptadas aos soviéticos (...)" (J-F Dortier 1999 : 13).

Depois do grande interesse demonstrado pela tradução automática de textos não literários, com a utilização de computadores, a tradução que se fazia durante os anos Cinquenta, é definida como ciência. Um grupo de teóricos da informação, especialistas da linguística, matemáticos e engenheiros, procuraram aplicar ao acto de tradução a estatística e a teoria linguística.

"(...) A disciplina que se queria fundar foi denominada com diversos nomes, cada um dos quais reflectia uma certa perspectiva teórica. Na verdade, é suficiente percorrer a história destes nomes - ciência da tradução, teoria da tradução, tradutologia e finalmente translation studies - para conhecer os diferentes pontos de vista, com os quais se estudou o traduzir. "¹ (Nergaard 1995 : 3)

Nos anos Sessenta, assiste-se a uma verdadeira viragem, no que diz respeito, aos estudos da tradução. Roman Jakobson, é um dos principais actores desta mudança, e no âmbito do formalismo russo elabora novas teorias válidas ainda hoje. Segundo Jakobson, a tradução é um acto de comunicação, principalmente entre culturas diferentes, porque a tradução consiste em transpor o significado de uma palavra com

outras palavras; sem ela não seria possível o conhecimento de objectos que não pertencem a uma própria cultura. O autor fala do "*equivalente na diferença*".²

Portanto, a tradução deve ser entendida num sentido amplo como uma forma de comunicação. O tradutor além de dominar a língua de partida e aquela de chegada, tem de ser capaz de satisfazer os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho e pelo leitor, que hoje é de carácter multilingue e multicultural.

Explicar por outras palavras o significado de uma expressão, é um acto de interpretação que varia dependendo da pessoa que o faz e portanto, é sempre diferente de indivíduo para indivíduo. Todos sabemos, que existem diferentes interpretações de um mesmo texto, mas que no entanto, conservam o núcleo essencial do texto original. Trata-se portanto, de tudo aquilo que não se modifica ao nível do significado, por exemplo, o sentido de uma poesia, ou a visão do mundo que o autor deseja revelar ao leitor.

Contemporaneamente, o pensamento de Lotman abre a Escola de Telavive às teorias da tradução. Desta escola faz parte o estudioso Itmar Even-Zohar que abre novas perspectivas para o estudo da tradução.

A literatura traduzida é um elemento daquele complexo de sistemas interactivos, que se definem como cultura. Tornam-se determinantes os factores sociais, culturais, ideológicos, além dos literários e linguísticos. A tradução passa a ser considerada cada vez mais, como um fenómeno de comunicação intercultural e social.

Assim, a problemática global da formação do tradutor é essencial para o desempenho de uma profissionalidade de qualidade. O tradutor, além de possuir uma formação de dimensão técnica e científica deve desenvolver o seu trabalho de modo correcto e eficaz, procurando articular as duas componentes do "saber" e do "saber-fazer". Esta dimensão profissional supõe a existência de uma bagagem cognitiva e de uma aptidão eficiente, no que diz respeito à utilização dos conhecimentos úteis no momento certo.

A formação cultural do tradutor, constitui uma das componentes mais complexas, pouco definida, mas, fundamental para o exercício da profissão. Esta componente é reconhecida de modo inequívoco e unânime como uma parte intrínseca do desempenho correcto da profissão de tradutor.

Não é por acaso que, por exemplo, os currículos que se referem aos Cursos de tradução nas Universidades Portuguesas são analisados e discutidos pela Associação Portuguesa dos Tradutores e pela Representação Portuguesa do Serviço de Tradução da Comissão Europeia.

O trabalho dos tradutores manifesta-se de modo determinante na recepção das obras literárias, determinando contemporaneamente um enriquecimento linguístico e cultural do sistema de chegada, o qual amplia os seus horizontes.

O tradutor deve ter bem presente a cultura fonte e a cultura de chegada, respeitando a identidade e a diferença cultural. É necessário então, conhecer o conceito de cultura e de identidade cultural porque através da tradução são duas culturas que se comparam, que entram em contacto.

A cultura de um povo faz-se, através da sua língua, da sua literatura, dos seus usos e costumes, das suas memórias, das suas tradições, da sua história e dos seus feitos heróicos. Pertence à cultura de um país, os mecanismos que conduzem à concepção e à difusão de descobertas científicas, tecnológicas e de todas as formas de arte e de diálogo. O que é a alma, o que é o profundo social e mental das manifestações do espírito de um povo, isso também é cultura. Toda esta riqueza transparece nas obras literárias de um país. É necessário traduzi-la.

Dedicar maior atenção à dimensão cultural da função do tradutor é pois, indispensável. O desaparecimento das fronteiras culturais e políticas, típico do nosso tempo, atribuí consequentemente ao tradutor um papel social, especial.

Cada acto de tradução é uma actividade interpretativa, na qual as escolhas feitas pelo tradutor têm consequências em cadeia, como por exemplo, impedir determinadas potencialidades semânticas para evidenciar outras ou criar determinadas notas intratextuais ou intertextuais em vez de outras.

Inevitavelmente, cada acto de tradução sofre também as mudanças no tempo, pois a língua e a sociedade estão em constante devir; por isso, cada época sente a necessidade de traduzir novamente os mesmos textos já traduzidos anteriormente. Neste sentido afirma Maria Corti:³

"(...) Cada época produz um tipo próprio de sinais, que se manifesta nos modelos sociais e literários: apenas esses se consomem e a realidade parece esmorecer, novos sinais são necessários para cativar de novo, daí o valor informativo das estruturas dinâmicas da literatura. (...)" (Corti 1976 :183/4)

Portanto, é preciso pegar no texto original, lê-lo e considerá-lo em relação ao contexto político, histórico, social e cultural que o produziu.

Antes de começar a traduzir é preciso compreender o texto, interpretá-lo em todos os seus aspectos e examiná-lo nas suas diferenças entre os dois sistemas, o sistema fonte e aquele de chegada. A observação do texto de partida serve para entender a estrutura do texto, depois realiza-se uma leitura atenta que permite ao tradutor entrar na atmosfera mental do autor e de chegar a compreender realmente o texto. Segue-se então, a decodificação do texto, através da utilização de todos os instrumentos à disposição do tradutor.

Umberto Eco, afirma que a tradução é uma das formas de interpretação e que como tal, tem como finalidade a criatividade da intenção do texto, aquilo que o texto diz ou sugere em relação à língua na qual é expresso e o contexto cultural no qual nasceu. Só deste modo, se pode dizer que a tradução é "fiel", isto é, aceitável. Eco não fala de normas, mas aconselha a escolha alternativa dos diversos tipos de tradução, dependendo dos problemas apresentados pelo texto original a traduzir. O importante é que, o texto traduzido, mesmo se diferente, tenha o sentido, ou grande parte do sentido do texto original, isto é, o pensamento do outro, a alteridade fechada nele.⁴

*"(...) Para concluir [...], deve-se dizer que uma tradução satisfatória deve dar [isto é conservar muito imutado, e possivelmente aumentar sem contradizer] o sentido do texto original ... traduzir significa interpretar e interpretar quer dizer também aposar que o sentido que nós reconhecemos num texto é de algum modo, e sem contradições co-textuais evidentes, o sentido **daquele** texto.*

O sentido que o tradutor deve encontrar, e traduzir, não está depositado em nenhuma língua. É simplesmente o resultado de uma pura conjectura de interpretação [...] a decisão é tomada contextualmente, mas entender um contexto é um acto hermenêutico. (...)"⁵ (Eco, 1995:38)

O tradutor tem a responsabilidade de se manter distante das tradições nacionais e de agir como um agente intercultural. Ele funciona como um intermediário que põe em

contacto duas culturas diferentes, acto no qual, pode agir de maneira parcial ou imparcial. É necessário pois, recorrer ao campo da ética profissional e usar eticamente o poder e o papel de *agente intercultural*.

A prática da tradução profissional exige um modelo novo de formação, deve ser de carácter interdisciplinar, multidisciplinar. O ensino da componente - cultura - deve preparar o tradutor a não cometer erros de cariz histórico e cultural na tradução, e deve prepará-lo a agir numa realidade multifacetada, fornecendo-lhe todos os elementos metodológicos e teóricos de que necessita para compreender tal realidade.

Se um tradutor possui um texto original para traduzir, ao tentar compreender qual o contexto cultural que o originou, deve preocupar-se ao mesmo tempo, em conhecer mais sobre a época no qual o texto nasceu. Assim, realizará uma tradução o mais fiel possível ao texto original.

É indispensável pois, conhecer a história do país da língua de partida, para poder deste modo transmitir o sentir real do autor.

É importante, salientar ainda que, nem sempre o tradutor pertence ao conjunto dos factores sociais, culturais, políticos e históricos considerados desejados. Se o tradutor é de outro país, concerteza que não condiz o mesmo universo de referências intelectuais e culturais do autor. Se por acaso, pertence a outra época, o contexto histórico de referência não é o seu e pode até ser-lhe desconhecido.

O tradutor é considerado como um sujeito integrado num certo contexto cultural, ideológico, político e psicológico, que não pode ser ignorado ou simplesmente eliminado ao elaborar a tradução. A sua vivência no presente, influenciará sem dúvida, voluntária ou involuntariamente, a sua tradução. O tradutor pode encontrar-se completamente alheio aos princípios ideológicos e às correntes filosóficas e literárias que inspiraram o autor do texto.

É pois, exactamente nesta situação que o tradutor faz a sua escolha, realizando uma tradução literalmente "fiel", usando a sua competência linguística ou então procurando estabelecer uma atitude comunicativa, estudando as referências culturais que sustentam o texto, compreendendo o autor na sua época e integrado na sua história.

Por isso, deve existir uma convergência entre o texto original e o universo mental do tradutor.

Receber um texto para traduzir então, é como receber o próprio autor em casa carregado dos seus sentimentos e emoções.

Exagerado?!

O tradutor deve tentar analisar e compreender o universo interior do autor, para depois, conseguir transmitir realmente aquilo que o autor escreveu, através da utilização da linguística .

Quer isto dizer então que, para realizar uma tradução de qualidade é fundamental a realização de um trabalho de investigação, que vai dar **"personalidade"** à obra traduzida.

Não se trata portanto, de uma sucessão de palavras perfeita ou imperfeitamente ajustadas ao original, que deturpa a intenção verdadeira de comunicação do autor. A tradução ideal, pois, não é uma correspondência perfeita a nível de vocabulário.

Assim, é evidente que o objectivo principal do tradutor deve ser aquele de ficar o mais próximo possível ao original na sua totalidade e ser transparente no texto traduzido, isto é, a finalidade última é aquela de reproduzir o texto fonte noutro código linguístico.

A este propósito a estudiosa brasileira Rosemary Arrojo afirma:

"(...) traduzir [...] implica [...] em primeiro lugar, reconhecer seu papel essencialmente activo de produtor de significados e de representante e intérprete do autor e dos textos que traduz.

Além desse reconhecimento, é claro, cabe ao tradutor assumir a responsabilidade pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica. Ou seja, terá que estar sintonizado com o ideário do seu tempo e lugar e, consequentemente, com a visão que esse tempo e lugar lhe permite ter do texto e do autor que interpreta. (...)"⁶ (Arrojo, 1992:104)

Depois de quanto foi dito, é óbvio, que traduzir não significa apenas conhecer a língua de partida e aquela de chegada. É muito mais do que isso.

Esta é a consciência a adquirir para oferecer produtos de qualidade aos leitores e para poder competir no mercado de trabalho global.

O tradutor escolhido pela casa editora, certamente não pode ser o autor da obra a traduzir, mas também não poderá ser o estudante que fez apenas um exame de língua.

Infelizmente, este é um dos casos que ainda se verifica em Itália. Não último, o caso de algumas traduções apresentadas na Feira do Livro de Turim de 2006, onde Portugal era o país convidado. As Casas Editoras não pagam as traduções e por isso, muitas são confiadas a alunos de língua Portuguesa. Estes, não dominando a realidade cultural, social, história de Portugal e dos países de expressão portuguesa, cometem erros de tradução bastante graves.

Os Estudos Portugueses em Itália, estão a desenvolver-se muito neste momento. Existe um grande interesse manifestado pelos estudantes, a nível Universitário, pois o número de alunos inscritos nas diversas cadeiras de Língua, de Cultura, de Tradução e de Literatura está a aumentar.

Contudo, conhecer a Língua Portuguesa não quer dizer conhecer também a história, a cultura, as tradições e o sentir das gentes que se exprimem em Língua Portuguesa.

É necessária uma promoção correcta e eficaz da língua e da literatura lusófona. O Mundo Lusófono constitui um "desconhecido" para a maioria dos italianos. Vê-se sempre um ar de grande surpresa, nos rostos dos estudantes, quando descobrem que o Português, é uma língua na qual se exprimem muitos povos, muitas etnias, muitos países situados nos diversos continentes.

É urgente, a consciência da importância da nossa língua no mundo para assim poder promover traduções de qualidade que realmente divulguem a verdadeira Cultura Portuguesa e Lusófona. Para isso, é necessário e inevitável entrar na alma do povo Português.

Apesar de tudo, nos últimos anos, a relação do leitor italiano com os escritores portugueses tem aumentado. Esta aproximação à literatura portuguesa deve-se, sem

dúvida, à grande circulação de ideias e de notícias, proporcionada pela *Casa Comum*, que constituiu a União Europeia.

A Comunidade Europeia, facilita a circulação e o conhecimento das raízes culturais de todos os Países europeus e portanto também de Portugal.

Por outro lado, Portugal tem participado recentemente em grandes acontecimentos internacionais, que desenvolvem um papel de primordial importância. É o caso da Exposição Mundial realizada em Lisboa, denominada Expo 98, de "Porto Capital Europeia da Cultura" de 2001 e do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

O desenvolvimento da cidade de Lisboa, em 1998, foi motivado pela Exposição Mundial "Expo", que provocou um aumento enorme dos fluxos turísticos. Contemporaneamente, a política favoreceu o melhoramento das estruturas hoteleiras e o melhoramento do acolhimento dos turistas em Portugal.

Ainda, a atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao escritor José Saramago e o grande intercâmbio de notícias, levam a intensificar o número de traduções de obras literárias portuguesas endereçadas ao público italiano.

A acção divulgativa e de promoção da tradução de autores portugueses e de expressão portuguesa, feita nos últimos anos, pelo Instituto Camões e pelo Instituto Português do Livro, tem sido muito importante para o conhecimento de um acto de comunicação que exige o reconhecimento de territórios autónomos, que se estão abrindo a um diálogo intercultural.

O leitor italiano tem vindo a descobrir e a conhecer um "*mundo novo*" ligado à língua portuguesa, que de um modo inacreditável, é falada em vários Países. Esta, constituiu a maior *descoberta*.

Nos finais do século XIX, inícios do século XX, a tradução de obras literárias portuguesas em Itália, era realizada por estudiosos, eruditos italianos apaixonados pela realidade portuguesa.

No entanto, quando os Estudos Portugueses se afirmam nas Universidades Italianas essa realidade transforma-se.

Fundamental, foi a acção de promoção e divulgação da Língua Portuguesa realizada pelo Professor Giuseppe Carlo Rossi. Primeiro, como professor na Universidade de Roma, depois como impulsionador, durante 20 anos, do ensino da Língua Portuguesa no Instituto Universitário Oriental da cidade de Nápoles e em 1957, com a abertura da Cadeira Universitária dos estudos de Língua e Literatura Portuguesa.

A Giuseppe Rossi, muitos outros se seguiram no panorama da divulgação dos Estudos Portugueses nas Universidades Italianas. Mas incansável, divulgadora e colaboradora com a acção portuguesa de difusão e promoção da língua e da cultura, tem sido a actividade desenvolvida pela Professora Maria Luisa Cusati, apesar das grandes dificuldades que frequentemente se apresentam.

Começou assim, uma escola de lusitanistas em Itália, que se tem vindo a desenvolver, quer na vertente da investigação quer na vertente das traduções.

Antonio Paula, por exemplo, desenvolveu uma grande actividade de propagador da Cultura Portuguesa. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e fundou em Nápoles a Società Camoens, que viu a sua actividade diminuir com o início da Segunda Guerra Mundial, na qual a Itália, desenvolveu um papel muito dinâmico.

Actualmente, na livraria encontramos obras traduzidas não só de autores portugueses, mas já se entrevêem algumas obras de outros países de expressão portuguesa, nomeadamente de autores brasileiros, pois este país desperta muito interesse nas gentes italianas.

No entanto, como já foi dito, não é suficiente conhecer o vocábulo correspondente entre a língua fonte e a língua de chegada para realizar uma tradução de qualidade.

Uma das tradutoras de Português para Italiano, Rita Desti (que tem traduzido principalmente obras de José Saramago e de Paulo Coelho), define-se como uma grande defensora da fidelidade total à obra de partida. Por isso, ela nas suas traduções procura transferir o sentido de cada palavra e reproduzir o mesmo nível do texto. Trata-se de uma visão extremamente essencial. É necessário ter presente que uma palavra em língua portuguesa, muitas vezes não tem um significado estável inerente e talvez em italiano não exista a palavra correspondente, tendo o mesmo significado.

Este tipo de tradução, corre o risco de despir o texto traduzido da profundidade que ele apresenta no original.

Frequentemente a tradução da Literatura Brasileira, é realizada a partir de edições posteriores à primeira e muitas vezes não fiéis às intenções do autor. Traduzir Clarice Lispector ou Guimarães Rosa, exige um importante trabalho de investigação, para tentar compreender o interior destes autores e conseguir dar ao leitor italiano a profundidade das obras escritas por eles. Segundo alguns estudiosos italianos, como Alfredo Bosi, Luciana Stegagno Picchio, Antonio Candido, estes autores têm um tipo de narrativa que renova e fortalece a prosa brasileira.

O romance de Clarice Lispector "Perto do coração selvagem", foi traduzido pela Desti - *"Vicino al cuore selvaggio"* Editora Adelphi - respeitando a forma e sendo-lhe fiel, mas dificilmente transmite o sentido do mundo interior desta autora e ao mesmo tempo, não consegue manter o seu estilo narrativo.

Edoardo Bizzarri, na sua nota de tradução à obra de João Guimarães Rosa, "Grande Sertão: Veredas" de 1963 - *"Grande Sertão"* editado pela Editora Feltrinelli, em 1970⁷ - expõe a sua dificuldade em traduzir em língua italiana muitos dos vocábulos desta obra. Além disso, Bizzarri revela a sua dificuldade em introduzir o leitor europeu no mundo lírico-narrativo brasileiro e ainda por cima, aquele de Guimarães Rosa. A linguagem que funde estrutura e flexões da língua regional, com as novidades e o mundo natural, os sons que chamam a natureza tropical, não têm nada de semelhante na terminologia de um país europeu.

Muitas vezes, o tradutor recorreu à tradução de nomes de localidades e de pessoas, enquanto nomes correspondentes à flora, à fauna, às danças, à natureza, aos alimentos manteve-os escritos na língua original. A edição apresenta um glossário, mas seriam necessárias algumas notas, para introduzir mais o leitor no mundo do Grande Sertão.

Em relação à tradução de autores africanos e timorenses, muito lentamente se está despertando a editoria italiana.

No que se refere à Literatura Portuguesa as obras traduzidas são já de diversos autores. Através dos estudos realizados por Jaime Raposo Costa (naqueles anos Conselheiro Cultural da Embaixada Portuguesa em Roma) e da recolha feita pelo

Instituto Camões/Instituto Português do Livro e da Biblioteca⁸, temos um quadro geral das obras traduzidas em Italiano, entre as quais sem dúvida, os autores mais traduzidos são: Fernando Pessoa, que detém o primado; Eça de Queirós, que estimula o interesse do leitor italiano, segue-se Jorge de Sena e Eugénio de Castro.

A "língua" é o instrumento fundamental para o contacto entre os povos, e foi esse, o instrumento utilizado pelos portugueses durante a sua actividade marítima, durante os Descobrimentos. A língua portuguesa deu origem à criação de estudos gramaticais das línguas locais (no Oriente, por exemplo) para facilitar o contacto entre dois povos, entre duas culturas, para facilitar a comunicação.

Mas, cada obra literária é um texto único, original que detém os seus problemas intrínsecos. É necessário então que o tradutor dê o verdadeiro enquadramento social e cultural, aquele que o autor pressupõe. A língua portuguesa tem uma riqueza própria de léxico e um tipo de estrutura que resultam dos percursos históricos e culturais complexos e muitas vezes ibridos, que muitas vezes, podem não encontrar imediata correspondência na harmonia da construção da língua de chegada.

A Língua Portuguesa e a Língua Italiana possuem as mesmas raízes latinas, por isso, é possível realizar um trabalho de tradução respeitoso e digno.

Na sequência da minha experiência pessoal, penso que a tradução de obras literárias deve contar com um grupo de pessoas, onde o domínio da língua de partida e aquela de chegada, pressupõe também o conhecimento respectivo da história, das tradições, dos usos e costumes, numa palavra da cultura de um povo. Eis então que, expressões linguísticas, provérbios, modos de dizer antigos e sempre novos, encontram os seus específicos correspondentes na língua de chegada, mesmo se a tradução não corresponde palavra por palavra.

O sentido que o autor quis dar àquela frase e à sua obra é transmitido ao leitor.

Na formação do tradutor é indispensável portanto, a componente do saber que compreende campos como a história e a cultura de um país.

BIBLIOGRAFIA:

- Adragão, José Victor (1988) "A autonomia do tradutor", in Revista ICALP, vol. 1 Março, 24-33.
- Arrojo, Rosemary (1992) "O signo desconstruído", Campinas: Pontes. Disponível em www.cadernos.ufsc.br.
- Barreiros, José Colaço (2005) "O que é uma boa tradução", in Revista Babilónia, Ensaios, Junho, 129-145.
- Bassnett, Mc Guire, Susan (1993) *La traduzione. Teorie e pratiche*. Bompiani, Milão.
- Cossudovsky, Michel (2003) "A Globalização da pobreza e a nova ordem mundial", Editora Caminho, Lisboa. Disponível em www.solagral.org.
- Corti, Maria (1976) *Principi della comunicazione letteraria*, Bompiani, Milão.
- Costa, Jaime Raposo (1999) "Autori Portoghesi. Tradotti ed editi in Italia. Narrativa Poesia Saggistica (1898-1998), Catalogo Ragionato, Ambasciata del Portogallo-Roma.
- Cusati, Maria Luisa (1999) "L'uomo del paese azzurro" de Manuel Alegre, O Homem do País azul, Editora Liguori, Nápoles.
- Cusati, Maria Luisa (2006) "Quando il diavolo ci mette la coda, racconti fantastici portoghesi", Editora l'Ancora del Mediterraneo, Nápoles.
- Dortier, Jean-François (1999) "Pensée et langage: les limites de la traduction automatique", in Sciences Humaines, n° 90 Janvier.
- Eco, Umberto (1995), "Sulla traduzione". in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Even-Zohar, Itamar (1995) "La posizione della letteratura tradotta all'interno del polissistema letterario", in A.A. V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Furlan, Mauri (2004) "Tradutor ou co-tradutor", in Suplemento Cultural do Diário Catarinense, Novembro, Florianópolis.
- ICA/IPLB (2005), "Autores Portugueses e de Expressão Portuguesa, Traduzidos para italiano", Lisboa. Disponível em www.instituto-camoes.pt.
- Jakobson, Roman (1966) "Aspetti linguistici della traduzione", in Saggi di Linguistica Generale, Feltrinelli, Milão.
- Lispector, Clarice, (1998) "Perto do coração selvagem", Editora Rio de Janeiro: Rocco.
- Nergaard, Siri (1995) "Introduzione", in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Rosa, João Guimarães (1970) "Grande Sertão", Editora Universale Economica Feltrinelli, Milão.
- Pais, Carlos Castilho (2000) "Tradução, tradutores e traição na comunicação social", disponível em <http://premiotraducao.itds.pt/trabalho/seminario2000.htm>.
- Picchio, Luciana Stegagno (1997) História da literatura brasileira
- Torquato, Carolina (2001) "La traduzione dell'Intraducibile", in Cadernos de Tradução. Florianópolis: NUT, v. 2, n. 8, 81-96. Disponível em www.cadernos.ufsc.br/online/8/carolina.htm.

Veschi, Gabriella "Tra arte e scienza: il fascino della traduzione", disponível em <http://circe.lett.unitn.it/html>

Zurbach, Christine (2005) "Da Formação Cultural do tradutor no ensino Superior: Algumas reflexões", in Revista Babilónia, Ensaios, Junho, 43-55.

¹ Tradução realizada por mim.

² Jakobson, Roman (1966), "Aspetti linguistici della traduzione", in Saggi di Linguistica Generale, Feltrinelli, Milão, pg 56.

³ Tradução realizada por mim. Corti, Maria (1976) *Principi della comunicazione letteraria*, Bompiani, Milão, pgs183-184. (citada também por Bassnett).

⁴ Eco, Umberto (1995), "Sulla traduzione". in A.A.V.V. *Teorie contemporanee della traduzione*, Bompiani, Milão.

⁵ Idem. Tradução realizada por mim.

⁶ Arrojo, Rosemary (1992), *O signo desconstruído*. Campinas:Pontes, pg 104. Citada por Bolunovsky.

⁷ Tradução de Edoardo Bizzarri, Rosa, João Guimarães (1970) "*Grande Sertão*", Editora Universale Economica Feltrinelli, Milão, 7.

⁸ ICA/IPLB (2005), "*Autores Portugueses e de Expressão Portuguesa, Traduzidos para italiano*", Lisboa. Disponível em www.instituto-camoes.pt.

Dados biográficos

Adelaide Chichorro Ferreira

Nascida em 1960, Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é, desde 2003 Professora na Faculdade de Letras de Coimbra (Grupo de Estudos Germanísticos), tendo feito um doutoramento em Linguística Contrastiva, numa área de interface entre Linguagem e Ecologia. Foi leitora de português na Alemanha, e em Portugal tem leccionado Linguística, Tradução, Didáctica do Alemão ou Linguagem e Ambiente. Pertence a várias associações ligadas à Germanística, à Linguística e à Ecologia. É mãe de 4 filhos e, por vezes, escreve pequenos textos em jornais ou noutros meios de comunicação. É membro do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (CIEG <http://www.uc.pt/cieg/>). Mais recentemente vem-se dedicando, também nas suas aulas, à relação entre Linguagem e Ambiente.

Alexandre Banhos

FORMAÇÃO ACADÉMICA

- Licenciatura em sociologia, especialidade de População (demografia e ordenamento do território) (Complutense)
- Master em Gestom de Qualidade da Formação (UNED)
- Curso de especialização em Direito Tributário (Faculdade de Direito– Compostela)

OUTRA FORMAÇÃO

- Habilitação de Inspector de Serviços da Administração Pública
- Gestor de Pessoal
- Formação em matéria de Direito, especialmente administrativo o ligado a gestom de pessoal e tributário.
- Formação na análise de estruturas administrativas e dos seus processos internos.
- Formação prática na redação e elaboração de disposições administrativas, ordens, decretos, rascunhos de leis, elaboração de propostas organizativas.

ACTIVIDADES

- Membro da Comissom Geral de Formação Contínua nas Administrações Públicas (estado espanhol)(1999-2005), e Membro da Comissom Permanente da Comissom Geral. (Estatal)
- Membro da Comissom de qualidade nas administrações públicas (Estatal)
- Membro da Comissom de novas tecnologias nas administrações públicas (Estatal)
- Membro da FEMP, da sua comissom de acordos de gestom e modernizadores nos governos locais. (Fum pessoa consultada na elaboração do rascunho da lei das grandes cidades -logo de modernização do governo local).
- Membro da Subcomissom de Formação nas administrações locais da FEMP
- Membro do Conselho Reitor da EGAP (Escola Galega de Admom. Pública).
- Membro da Comissom de Planos de Formação da EGAP
- Membro do Conselho de Expertos do INAP em matéria de formação (Estatal)
- Membro do Comité latino-americano de Administração para o desenvolvimento (CLAD) (tendo participado activamente nos congressos de Buenos Aires, Lisboa, Madrid, Panamá)

Em representação de organismos do estado no âmbito da formação por duas vezes estiveram em Tesalónica na agência europeia de Formação, e outras duas na Direcção Geral de Educação da Comissom Europeia em Bruxelas.

ACTIVIDADES II

- Participei como relator nos Congressos sobre a língua galego-portuguesa na Galiza nº
III.– "A língua galega e as actividades sindicais"
IV.– "O modelo de normalização da Junta da Galiza um modelo de substituição linguística".
V.– "A ordenação do território e a língua na construção dum modelo linguístico dominante".
- Primeiro congresso da Galiza sobre segurança e higiene no Trabalho: "A política de custos sociais e a sua repercussom, e a segurança e higiene no trabalho"

Tenho pronunciado conferências sobre os mais variados temas e ante os mais variados auditórios.

- No Instituto Andaluz de Administración Pública (IAAP): "El Clima de las unidades administrativas y la evaluación del Rendimiento"
- Como formador de gestores de formação nas AALL organizada pola FEMP e a deputação de Alicante: " La selección de gestores y la detección de necesidades formativas"
- Em Valencia organizado polo INAP e a Generalitat Valenciana: "A formação contínua no estado espanhol"
- Na Universidade Católica de Lisboa " Galiza fronteira entre Portugal e Espanha"
- a convite da Câmara de Tomar. "Uma Proposta de ordenamento do território português desde uma perspectiva europeia"
- A convite das Câmaras de Braga e Vila Verde "Porque há que dizer não no referendo sobre regionalização"

- A Convite do movimento vizinhal do Porto: Porto eixo chave para a Galiza sermos nós em Portugal"
- Várias conferências e mesas redondas com os membros do sindicato local português Stal
- Múltiplas exposições públicas na Galiza sobre as mais diversas questões, por ex. Ano 2000 ano Castela, em várias localidades: Sobre a Vida e a Obra de Castela.
- Várias sobre "Como falamos, falamos de nós".

ACTIVIDADES III

- De Formador: dando aulas de direito, economia e tributação,
- Como membro de equipas de avaliação do desenvolvimento do trabalho na administração galega.
- Dando charlas formativas a empregados das administrações sindicalizadas na CIG, sobre diversas questões e membros de ANPAS..
- Na selecção de pessoal para a administração pública nos grupos A, B, em várias ocasiões e com uma variedade grande de conteúdos que foi desde examinar a licenciados em galego a valorar arquitectos.

ACTIVIDADES IV

- Publicação de artigos em revistas científicas, AGÁLIA e outras, sobre os seguintes temas:
- Linguísticos, sobre organização do território, política, história análises jurídicas económicas, ecológicas...
- Co-autor do livro editado em Portugal sobre o relacionamento da Galiza e Portugal ed. Arracada.
- Publicação de artigos em múltiplas revistas e jornais
- Colaborador habitual semanal d'A Nosa Terra de 1982 a 1989, publicando sob os nomes de CBA, ABC, CB, BC, CAB e artigos sem assinatura
- Editor e colaborador de imprensa sindical.
- Autor do primeiro plano de normalização linguística da Administração
- Autor dum informe para a Comissão Europeia sobre a situação linguística na Galiza.
- Autor de parte da denúncia do estado espanhol ante o Conselho de Europa pelo incumprimento da Carta Europeia das línguas.
- Autor dum modelo de detecção de necessidades formativas .
- Autor dumha carta de serviços dumha entidade pública.
- Autor da documentação técnica dumha concessão de águas vizinhal.
- Autor de varios estatutos de comunidades de montes e assessor de comunidades de montes
- Há que sinalar que tenho utilizado mais de meio centenar de pseudónimos, e tenho escrito milhares de páginas, muitas delas de intervenção imediata sobre os mais diversos temas, alguns dos meus heterónimos mais conhecidos som José Chão de Lamas, e César Munhiz.
- Colaborador actual de Novas da Galiza e a Peneira.

Anabela Mimoso

Licenciada em História, Mestre em Cultura Portuguesa, doutora em Cultura Portuguesa, pela FLUP

ACTIVIDADE LITERÁRIA

Livros para crianças e jovens:

História de um Rio Contada por um Castanheiro (esgotado); O Manuscrito da Grad' Ouro (co-autora), (esgotado) – Porto Editora; Era um Azul tão Verde (1992); O Tesouro da Moura (1993); Dona Bruxa Gorducha - (1995 e distinguido em 1996 pela Revista Whiteravens) – Colecção "Barquinhos de Papel" – Porto Editora (esgotados); "O Arrumador"- em Contos da Cidade das Pontes; O Último Período, (2002); Um Sonho À Procura De Uma Bailarina (2002); Parabéns, Caloiira! (2003); Quando nos Matam os Sonhos (2005) - ed. Âmbar; Como um Pé-de-Vento (co-autora), Xunta da Galiza (2005); O Tesouro do Castelo do Rei (2006), etc..

Outras obras:

1972/5 traduções para a Livraria Civilização Ed., "Colecção Hoje"; co-autora de manuais escolares para o ensino de Português do 5º,6º,7º,8º e 9º anos – Porto Editora (entre 1980 e 2000); Colaboração na colectânea de poesia da Associação de Escritores de Gaia, Antologia (1992) e com o conto "A Casa" na colectânea de Contos da Associação de Escritores de Gaia - Contos e Ditos -(1993); Coordenação da colecção "Barquinhos de Papel" – Porto Editora;

Autora dos trabalhos de investigação: "Contos e Histórias de Gonçalo Fernandes Trancoso - um Livro Exemplar" in Revista de Línguas e Literatura da FLUP, 1998; "O Papel dos novos/velhos desafios na recuperação da memória oral", in Pedagogias do Imaginário (coord. de Armindo Mesquita), Ed. Asa, 2002 (co-autora); "O Porto na Literatura Infanto-juvenil contemporânea", Malasartes, nº 10, Dezembro de 2002; "Didáctica de uma Visita", O Docente, Julho, 2004; "Para o Estudo da Paremiologia", Revista de Portugal, nº 1, 2004; "São brancas e vermelhas..." – texto para o catálogo da Expocamélia 2005; "Morte Redentora" – J.L. nº 900; "O Paratexto no séc. XVII: a folha de rosto" – Revista de Portugal, nº 2, 2005, etc.

ACTIVIDADE CULTURAL

Autora e apresentadora do programa Infantil **O Cantinho da Pequenada** na Rádio Clube de Gaia (1987) e coordenadora da página “Ensino e Educação” do jornal Contemporâneo (1988). Faz parte dos corpos directivos da Associação de Escritores de Gaia e da Associação Amigos do Solar dos Condes de Resende/Confraria Queirosiana; é mesária da Confraria Queirosiana; faz parte do conselho editorial da “Revista de Portugal”, e é membro associado do Gabinete de História, Arqueologia e Património, presidente do Clube Literário Queirosiano e da Comissão de Itinerários.

Tem feito comunicações em vários encontros de professores, escritores e bibliotecários, participado em Feiras do Livro e feito animação de bibliotecas públicas (em Portugal e Galiza) e escolares em encontros com os alunos em escolas portuguesas e galegas. Participou no projecto “Malas Viaxeiras” e “Estafeta do Conto” com a Junta da Galiza e a Delegação Norte do Ministério da Cultura

António Gil Hernández

Nado em Valhadolide (Castela-Spain), licenciado em "Filosofía y Letras" pela Universidade de Compostela. Estudou a obra do escritor Miguel Delibes, também valhisoleto. Desde os anos 80 está a trabalhar sobre o que se passa na Galiza: contribuindo para a fundação da AGAL e pertence a AAG-P. Publicada a obra 'Teses reintegracionistas' no volume coletivo QUE GALEGO NA ESCOLA? nas Eds. do Castro, SILÊNCIO ERGUEITO (1996). Em (2006) a Associação de Amizade Galiza-Portugal publicou TEMAS DE LINGÜÍSTICA POLÍTICA.

Ângelo Cristóvão

Nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, tendo-se dedicado a estudar os métodos e técnicas de investigação nas ciências sociais. A sua actividade no mundo empresarial não o impede desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura.

Em 1987 participa no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: “Uma escala de atitudes perante o uso da língua”, publicada posteriormente na revista Agália. Desde esse mesmo ano colabora activamente na Comissão Sociolinguística da AGAL, sendo o seu coordenador até 1990, em que publica na revista Naves de Sociolinguística (Barcelona) uma “Bibliografia de sociolinguística lusófona”, reeditada na revista Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística (Braga).

Em Novembro de 2004 publica a edição crítica (sob a sua responsabilidade) do primeiro livro em português do reconhecido sociólogo catalão Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. (AAG-P, Braga). O livro é lançado pelo autor em 26 de Novembro de 2004, durante a realização do II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal, em que e exerce a função de secretário.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES PUBLICADAS

(1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in Nós, núm. 16-20, pp. 139-146.

(1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in Agália, n.º 14 (Verão), pp. 157-177.

(1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. IV-V, n.º 14-20, pp. 123-127.

(1989): "Aspectos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in Actas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, pp. 237-254.

(1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in Naves de Sociolinguística, n.º 9, Barcelona, pp. 3-33.

(1992): "Language Planning: Atitudes", in Actas I Congreso de Planificación Lingüística, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

(1994): “Medição de variáveis: competência e uso linguístico”, in Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero". Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". Vol. I, Comunicações suprimidas, n.º 2.

(2003): “Paradoxos da Galiza”, Semanário Transmontano, 3 de Julho. Na internet: <<http://www.lusografia.org/paradoxos.htm>>

(2004): “Questione della lingua: introdução e bibliografia”, comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 16-17-18 de Setembro. Na internet: <<http://www.questione.org/node/view/210>>

(2004): (Org.) Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal. Braga.

António V. Bento

Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Massachusetts – Lowell, Estados Unidos. Fez curso de pós-mestrado em Psicologia Escolar na Universidade de Massachusetts – Boston, Estados Unidos e Mestrado em Educação na mesma Universidade. Os seus interesses de Investigação são os seguintes: Administração e Gestão Escolar, Liderança organizacional, Indisciplina nas escolas, Processos e métodos de investigação e Globalização da educação. É professor auxiliar no Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira.

Barbara Juršič Terseglav

Nascida a 20.06.1971 em Ljubljana, Eslovénia.

TRADUÇÕES LITERÁRIAS

do português:

- José Saramago, *Ensaio sobre a Cegueira* (editora Cankarjeva), 1997
- Paulo Coelho, *Manual do Guerreiro da Luz* (editora Vale Novak), 1998
- Paulo Coelho, *Verónica decide morrer* (editora Vale Novak), 1999
- Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego* (editora Cankarjeva), 2001
- Irmã Lúcia, *Apelos da Mensagem de Fátima* (editado pelo Secretariado dos Pastorinhos), 2003
- António Lobo Antunes, *Exortação aos Crocodilos* (editora Cankarjeva), 2003
- Mia Couto, *O último voo do flamingo*; (editora Študentska založba, Beletrina), 2005
- José Saramago, *Evangelho segundo Jesus Cristo* (editora Cankarjeva), 2005.
- Irmã Maria Celina de Jesus Crucificado, *Irmã Lúcia – a memória que dela temos*, 2006.

do espanhol:

- Laura Esquivel, *Como Agua para Chocolate* (editora Mladinska knjiga), 1999
- Enrique Barón, *Europa en el alba del milenio* (editora Vale Novak), 2002
- Carlos Fuentes, *Aura* (editora Celjska Mohorjeva), 2006.

EMPREGO ACTUAL

- Ministério da Administração Interna; tradutora e intérprete das línguas francesa, espanhola e portuguesa (desde 1996); muitas traduções técnicas.

EDUCAÇÃO

- licenciada em língua & literatura francesa e espanhola pela Universidade de Ljubljana, Faculdade de Letras
- diploma de estudos de língua e literatura portuguesa, Universidade de Coimbra.
- muitos artigos escritos ou traduzidos (sobre autores lusófonos, eslovenos, a cultura eslovena ou portuguesa, os dois países, temas actuais...) para jornais e revistas eslovenas e portuguesas, emissões para a Rádio Nacional.
- membro do Comité administrativo da Associação eslovena de Tradutores literários.
- membro do júri pela atribuição dos apoios aos tradutores literários.

Carlos G. Figueiras

Nascido em Chantada, em 1981. Formado em Estudos Portugueses pela Universidade de Santiago de Compostela (Prémio Extraordinário do Ministério de Educación e Ciência 2005), tem participado de diferentes colectivos de acção social como a Plataforma Nunca Mais-Lisboa, surgida após o afundamento em 2002 do petroleiro Prestige frente às costas da Galiza, o Movimento Defesa da Língua (MDL), de que foi porta-voz entre 2005 e 2006, ou a Associação Galega da Língua (AGAL), actualmente é membro do Conselho de Redacção da Revista *Agália*. Colaborador de meios de comunicação como o jornal *Novas da Galiza* ou o *Portal Galego da Língua* na internet e tradutor para castelhano de Wenceslau de Moraes, como poeta tem publicado em diferentes revistas (*Mea Libra*, *Revista das Letras*, *Escrita Contemporânea*, *Agália*...) e participado em recitais celebrados na Galiza e em Portugal.

Gerardo Uz Rodrigues

Nascido em Castro do Rei (Terra Chã - GALIZA), em 1983. É licenciado em Jornalismo pola Universidade de Santiago de Compostela, com as especializações em Jornalismo Multimédia e Jornalismo Audiovisual. Desde 2005 forma parte dos conselhos de redacção do periódico mensal NOVAS DA GALIZA (www.novasgz.com) mais do PORTAL GALEGO DA LÍNGUA (www.agal-gz.org). Devido aos seus estudos, entre 2005 e 2006 estagiou na Agência Galega de Notícias (AGN) e na Rádio Galega; e também participou noutros projectos impressos ou electrónicos, mas não só. Destarte, formou parte da equipa que constituiu em março de 2005 o INSTITUTO GALEGO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E DA PAZ (IGESIP), de cujo Núcleo de Estudos Mediáticos é secretário desde março de 2006, sendo um dos responsáveis pela linha de investigação sobre a aplicação das novas tecnologias a projectos de cooperação para o desenvolvimento.

Héctor Daniel Canto Veiga

É galego e tem 21 anos. Actualmente mora em Vigo já que está a estudar Telecomunicações na Universidade da cidade mas criou-se na beira do Mar Cantábrico em Burela. Proven de família labrega mas seus pais estiveram activos no movimento social dos anos setenta na Terra Chá e em Lugo. Desde a adolescência (15 anos) participa em diversas associações no eido da defesa e recuperação da cultura e da língua galega. Na sua faceta mais lúdica é gaiteiro afeccionado em vários grupos. É membro activo da "Plataforma para a emissão das rádios e televisões portuguesas na Galiza" desde 2005.

Isaac Alonso Estraviz

Licenciado em Filosofia pelas Universidades de Comillas (1973) e Complutense de Madrid (1974) e em Filologia Românica na mesma (1977). Doutor em Filologia Galega pola Universidade de Santiago de Compostela (1999) com a tese *O Falar dos Concelhos de Trasmiras e Quedro*. Em 1986, assistiu como observador ao *Encontro sobre Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*, 6-12 Maio de 1986 no Rio de Janeiro. Professor Titular de Didáctica da Língua e Literatura Galegas na Universidade de Vigo. É membro da Comissão Linguística da AGL e do Conselho de Redacção da Revista *Agália*.

LIVROS PUBLICADOS

- *Contos con reviravolta: arando no menceiro*, Castrelos, 1973
- *Dicionário galego ilustrado "Nos"*, Nos, 1983
- *Dicionário da língua galega*, Alhena, 1986
- *Estudos filológicos galegoportugueses*, Alhena, 1987
- *Dicionário da língua galega*, Sotelo Blanco, 1995
- *Os intelectuais galegos e Teixeira de Pascoas: epistolário*, junto com Eloísa Álvarez, Ed. do Castro, 2000
- *Seis Projectos de Expressão Artística Globalizada, para crianças de 6-8 anos* (em equipa), Vigo 2002

ALGUNS ARTIGOS

- «Variantes dialectais portuguesas normativizadas no galego do ILG(RAG)», in *Actas III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, 1992, pp. 49-61.
- «Interferências linguísticas em textos castelhanos dos séculos XVI a XIX no Concelho de Cea», in *O uso das línguas minoritárias na perspectiva da Europa Comunitária*, Agal, 1993, pp. 21-47.
- «Modalidades do Galego nos Concelhos de Trasmiras e Quedro», in *Actas IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Agal, 1996, pp. 11-20.

- «Identidade Cultural Luso-Galaica», in Actas Congresso Internacional Identidade Cultural e Cooperação Transfronteira, 1995.
- «A Literatura Popular Cantada nas Aulas de Didáctica da Língua e Literatura», in Língua, Literatura e Arte. Aspectos Didácticos, 1996.
- «A Lengalenga Popular Galega como Meio de Ensino». in Actas del VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Didáctica de la Lengua y la Literatura, Corunha, 2004, pp. 291-302.

Isabelle Oliveira

Licenciada em “Langues, Littératures & Civilisations Etrangères” e doutorada em Linguística – Terminologia pela Université Lumière Lyon2, é docente do Depto de Línguas Românicas desta faculdade desde 2005. É também investigadora científica no CNRS, desde 2006, tem-se dedicado, em particular, ao estudo da metáfora em ciência como processo linguístico e cognitivo, em modelização e no tratamento automático das línguas. Publicou, entre outros, *La Métaphore terminologique en cardiologie*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p.250 (sous presse); «La Métaphore terminologique sous un angle cognitive», *Meta*, Journal des traducteurs, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 2006; «Pour une approche de la métaphore terminologique», *La Banque des mots*, Revue de terminologie française, Paris, 2006, pp.59-80; «La Metáfora: estratégia de aprendizaje e sistema de conocimiento», in *Actes de AETER «Comunicar y enseñar a comunicar el conocimiento especializado»*, Centro Virtual Cervantes, Universidad de Alcalá, Madrid, 2006; «Le Rôle de la métaphore dans les interactions entre médecin et patient», *Terminologies*, Revue de l'Association de Terminologie Portugaise, Lisbonne, Université Nouvelle de Lisbonne, 2000, pp.11-23; «O Caso da metáfora : um indicador de diversidade cultural», in *Actes de «IX Simposi Iberoamericà de Terminologia. La Terminologia al segle XXI: contribució a la cultura de la pau, la diversitat i la sostenibilitat»*, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, (sous presse).

Jacqueline Heggdorne Araujo

Professora formada em Letras, habilitação português/inglês pelo Centro Universitário da Cidade, Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo, Rio de Janeiro, possui ainda a habilitação de Formação de Professores de primeira à quarta Séries do primeiro Grau (Brasil) pelo Instituto de Educação de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Produziu e apresentou em âmbito acadêmico várias palestras/aulas de 50 minutos de duração sob temas de Educação e Ensino de Línguas e Literatura. Tradutora dos pares francês/espanhol/português sendo usuária de ferramentas de tradução buscando constante aprimoramento das técnicas de apoio computadorizado. Iniciará seu Curso de Mestrado em Sociologia da Educação e Políticas Educativas na Universidade do Minho a partir de Outubro de 2006.

José Luís do Pico Orjais

Nasceu em O Grove (1969) embora se considere natural da Ilha de Arouça. Atualmente combina a sua atividade profissional como docente no CEP Brea Segade de Taragonha (Rianjo) com os estudos universitários de Antropologia. É também professor de Teoria e Método do Folclore no Conservatório de Música Tradicional e Folque de Lalim e de Historiografia da Música Tradicional Galega no curso de posgraduação «Especialização em Música Tradicional» organizado pela Universidade de Santiago de Compostela.

Foi membro fundador do grupo folque *Leixapré*, agrupação com a que gravou os discos *Na festa do boi* e *Gáitropos* e recebeu o primeiro prémio na *Muestra Nacional de Folk para Jóvenes Intérpretes* organizado pelo *Instituto de la Juventud* (Ministerio de Cultura de Espanha).

Faz parte do *Colectivo Arma-danças* e da *Sociedad Ibérica de Etnomusicología*. Tem dado palestras sobre o folclore galego-português por toda a Galiza, para além de os seus artigos serem publicados em imprensa e revistas especializadas como **Raigame**, **Enclave**, **Murguía**, sendo o seu último artigo «Metodologia e análise da música patrimonial» publicado no volume número 4 da revista **Etnofolk**, exemplar que ele mesmo coordenou junto com Ramon Pinheiro Almuinha. Também foi coordenador do monográfico sobre música popular e tradicional da revista *Murguía*, *Revista Galega de Historia* e dirigiu a investigação que deu no disco *Os Dezas de Moneixas. As cartas sonoras*, publicado pela editora galega Ouvirmos.

Em 2005, a editorial Difusora de Letras publicou a sua edição crítica do cancionero «Cantos e bailes da Galiza» de José Inzenga.

Kelson dos Santos Araújo

Professor formado em Letras, habilitação português/inglês pelo Centro Universitário da Cidade, Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo, Rio de Janeiro, é Consultor de Empresas e Tradutor Técnico para clientes no Brasil, EUA, Inglaterra e Espanha desde 1988. Atuou como contrapartida brasileira em dois projetos da Organização das

Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) no Brasil com vistas a transferência de tecnologia nas áreas técnica e educacional. Participa regularmente de Feiras, Seminários e Congressos Técnicos e Acadêmicos em suas áreas de especialização com trabalhos já publicados nas revistas Química Têxtil e Cerâmica Industrial. É também Formador de Instrutores pela Metodologia CEFE - Competência Econômica via Formação de Empresários, Centro CAPE - Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor, Luso Consult Ltda., Cooperação República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha. Membro actuante da ABQCT (Associação Brasileira de Químicos e Coloristas Têxteis, São Paulo - Brasil) e membro patrocinador da AATCC (American Association of the Textile Chemists and Colorists, EUA) e membro da SDC (The Society of Dyers and Colorists, Reino Unido).

Lino Moreira da Silva

Professor no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho e presença habitual nos Colóquios da Lusofonia.

Luís Fontenla Figueiroa

Licenciado em Filologia Portuguesa/Estudos Portugueses. Activista linguístico, tem participado em diferentes movimentos e projectos sociais e culturais, sendo membro do MDL desde 1998. Actualmente trabalha no âmbito da tradução para empresas e particulares.

Maria Vilariño

Nacín o 15 de marzo de 1980 n'A Coruña. Licenciouse en Filoloxía Hispánica no 2002 e en Filoloxía Galega no 2004 na Universidade da Coruña (UdC). Actualmente estou a cursar o segundo ano dos meus estudos de doutoramento no programa “Estudos lingüístico-literarios do galego e do portugués” nesta mesma institución, centrando o meu traballo na investigación literaria, en especial na configuración do campo literario galego.

No 2005 obtiven unha bolsa de investigación no Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades (CIRP) onde participo no proxecto denominado: “Recuperación de textos xornalísticos e poéticos”. Adscritas a este proxecto de investigación teño publicado como editora diferentes revistas da emigración galega en América do Sur: “Notas lingüísticas” en *A Gaita Gallega*, *A Habana* (1885-1889), *Galicia Nueva* (Montevideo, 1918-1919), *Arazua* (Montevideo, 1929-1930) / *Raza Celta* (Montevideo, 1934-1935), *Alma Gallega*, órgano oficial de Casa de Galicia (Montevideo, 1919-1967) e *Galicia* (Caracas, 1952-1954), no prelo. Teño publicado ademais os artigos “Lorenzo Varela: a paixón amorosa e a paixón recreadora” en *El Ideal Gallego* e “Manuel Lugrís e a Real Academia Galega: a renovación frustrada” en *El Ideal Gallego* con obxecto do Día das Letras Galegas de 2005 e 2006 e o libro *Escolma do Día das Letras Galegas. De Rosalía a Manuel Lugrís Freire* (1963-2006) xunto coas investigadoras María Xosé García Merino e Marta González Miranda publicado pola Xunta de Galicia. Recentemente teño presentado a comunicación “Alma Gallega, órgano oficial de Casa de Galicia (1919-1967)” no Congreso Internacional *Galicia: éxodos e retornos*, organizado polo Consello da Cultura Galega. Colaborei tamén na tradución do español ao galego da enciclopedia escolar *A aula na casa*.

Marisa Moreda Leirado

Nacín en Foz (Lugo) un 2 de outubro de 1981. Estou a cursar o segundo ano dos meus estudos de doutoramento no programa “Estudos lingüístico-literarios do galego e do portugués” na mesma universidade na que licenciéi en Filoloxía Galega (2004), a Universidade da Coruña. A partir de entón a miña actividade investigadora desenvólvese fundamentalmente no ámbito da lingüística galega con traballos sobre “Recuperación da información en bibliotecas dixitais” e “algoritmos de stemming para o galego”, publicados en revistas especializadas. Alén disto, teño publicado algún artigo en *El Ideal Gallego* e realizado o volume de lingua e literatura galega da enciclopedia escolar *A Aula na Casa*.

En marzo deste mesmo ano comecei a traballar como bolseira no Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades no proxecto “Recuperación de textos xornalísticos e poéticos”. En relación con este colaboro como editora na revista venezolana *Galicia* (Caracas, 1952-1954), no prelo.

O meu interese pola pragmática aparece tras a miña experiencia como profesora de galego para estranxeiros na Universidade da Coruña (2006), e na actualidade estou a traballar no estudo dos marcadores discursivos, co obxectivo de comezar en breve a miña tese sobre os mecanismos de cortesía do galego actual.

Martinho Montero Santalha

Nasceu em Cerdido (Galiza) em 1941. Frequentou o Seminário de Mondonhedo e, em Itália, realizou estudos de Teologia e Filosofia (Universidade Gregoriana de Roma). Doutorou-se em Filologia com uma tese sobre as rimas da poesia trovadoresca (em 2000, Universidade da Corunha).

Muito cedo aderiu aos movimentos a prol da reintegração linguística, convertendo-se num dos principais promotores. Durante a sua estadia em Roma (1965-1974) participou no grupo “Os Irmandinhos”, preocupados pela recuperação do galego na liturgia e na sociedade em geral. Nessa altura foi um dos assinantes do “Manifesto para a supervivência da cultura galega”, publicado na revista Seara Nova (dirigida por Rodrigues Lapa) em setembro de 1974. A começar da década de 80 participou na fundação de diversas associações culturais galegas, como as Irmandades da Fala, Associação Galega da Língua e Associação de Amizade Galiza-Portugal.

Tem publicado numerosos estudos em diversas revistas e congressos internacionais, sendo um dos autores mais prolíficos e respeitados da Galiza lusófona. Actualmente é catedrático de Língua e Literatura galega na Universidade de Vigo (Campus de Ponte Vedra).

Alguns dos seus textos mais representativos são:

Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa. Ferrol, 1979.

Método Prático de Língua Galego-Portuguesa. Ourense: Galiza Editora, 1983.

Carvalho Calero e a sua obra. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1993.

«A lusofonia e a língua portuguesa da Galiza: dificuldades do presente e tarefas para o futuro». Temas de O Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, Ponte Vedra-Braga, Vol. VII-IV, nums. 27-38 (1991-1994), pp. 137-149. Na internet: <http://www.lusografia.org/mmontero.htm> ou <http://www.questione.org/node/405>

Oxalá voltassem tempos idos! Memórias de Filipe de Amância, pajem de Dom Merlim. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1994.

As rimas da poesia trovadoresca galego-portuguesa: catálogo e análise. Corunha: Universidade da Corunha, Faculdade de Filologia, 2000, 3 volumes, 1796 pp.

Regina Célia de Carvalho Pereira da Silva

Licenciada em História (variante de Arqueologia), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Especialização no curso “Qualificação em Ciências da Educação” realizado na Universidade Aberta do Ministério da Educação.

Vence o concurso do Prémio Jornalístico Internacional “Theodor Mommsen 2001” – Sezione Coppa di Nestore - Campi Flegrei (NA), com o artigo: “Il vino Porto”- “O vinho do Porto”, in Notiziario Flegreo Pozzuoli 07/08 – nov. 2001 (NA).

Desde 1977, realiza traduções da língua portuguesa para a língua italiana e vice-versa.

Prática de traduções e de simultâneas: Italiano- Português, Inglês- Italiano, Francês-Italiano, Espanhol- Italiano.

Prática de intérprete de Italiano- Português .

Intérprete oficial de língua portuguesa, do Tribunal Penal de Nápoles, Itália.

Durante 4 anos desenvolveu a função de Lectora de Português no Instituto Universitário Suor Orsola Benincasa – Nápoles.

Hoje é:

– Docente de Língua e Cultura Portuguesa no Instituto Universitário Suor Orsola Benincasa – Nápoles ao abrigo do Protocolo de Cooperação realizado com o Instituto Camões de Lisboa.

– Docente de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade dos Estudos de Palermo – Faculdade de Letras e de Filosofia, onde realizou uma Conferência sobre a influência dos Descobrimentos na música lusófona moderna.

ALGUMAS PUBLICAÇÕES

“Cuma – colónia miceneia” in “Cronache di Napoli”, 05/11 – nov. 2001 (NA).

“O vinho do Porto” in Notiziario Flegreo Pozzuoli, 07/08 – nov. 2001 (NA).

“A Falangina D.O.C. – o seu porquê” in Notiziario Flegreo Pozzuoli, 09 – nov. 2002 (NA)

Tradução

"Benvenuti a Napoli" Diritti degli immigrati, Edizione Laboratorio Città Nuova, Napoli (Italiano - Português 2000).

"Eça de Queiroz - O Homem. A Obra." In Actas do Congresso "Eça de Queiroz e a Europa". Org. Consolato del Portogallo a Napoli, I.U.Orientale e I. S. O. Benincasa, 2000.

Rudesindo Soutelo

Natural de Tui (Galiza), estudou nos Conservatórios de Vigo, Madrid e Winterthur (Suiça). Discípulo de Rodolfo Halffter e Agustín González de Acilu em composição, e de Janos Meszaros em fagote. Em 1976 com o grupo Letrinae Musica apresenta em Compostela e Vigo o movimento novo-neo-new-dadá *Quadrado de Pi* para sacudir a infâmia que deitara no país o excrementíssimo ditador. E em 1980 funda a editora de música Arte Tripharia (www.artetripharia.com) onde gera um amplo catálogo de partituras e na actualidade publica o Corpus Musicum Gallæciæ.

Também promoveu revistas polémicas como "La Matraca", feita por estudantes do Real Conservatorio S. de Música de Madrid, e "Da Capo" (Panfleto musical independente del país). Alguns dos títulos das suas obras como o "Oppius dei" parecem ter uma intencionalidade beligerante, mas são só uma maneira algo irreverente, divertida e sonora de se rir das capelinhas de medíocres que controlam a música. Como compositor considera-se autoexcluído das máfias e grupos de poder.

Das suas últimas obras podemos destacar: *Prelúdio da Montanha Mágica*, homenagem a Thomas Mann (Piano); *Como a noite é longa*, homenagem a Fernando Pessoa (Flauta-Oboé-Clarinete); *Lábios de sabor a mar*, (Coro a cappella, com versões para Quinteto de Metais, e para Voz e Piano); *Quod nihil scitur*, homenagem ao filósofo Francisco Sanches 'o céptico' e in memoriam J.M. Álvarez Blázquez (Órgão); *Tálamo e túmulo*, homenagem ao polígrafo Ricardo Carvalho Calero (Orquestra de Cordas). *Borobó* e *Manuel María*, (duos de Gaitas de fole); *Brêtema de Dom Quixote* e *André*, (Piano).

Assim mesmo tem publicada uma colectânea de 93 artigos aparecidos na secção 'O Bardo na Brêtema' do hebdomadário galego A Nossa Terra.

Teresa Carro Sobral

Licenciada em Filologia Portuguesa pela Universidade de Santiago de Compostela, faz parte do Movimento Defesa da Língua (MDL) praticamente desde a fundação deste, partilhando esta actividade com outras de tipo social e cultural. Actualmente trabalha na distribuição de livros em língua portuguesa, combinando isto com o seu trabalho de Tradutora e Intérprete para distintos organismos e empresas.

Xavier Vilhar Trilho

Nascido em 1943, na vila de Cée (Galiza), embora a sua infância e adolescência transcorreu na também galega cidade da Corunha, é professor de Ciência Política na Universidade de Santiago de Compostela. Tem realizado estudos após-graduação em Itália (na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma e no Instituto Universitário Europeu de Florença). Está especializado na investigação do federalismo e das políticas linguísticas presentes na regulação legal do uso público das línguas das chamadas *nacionalidades históricas* do Reino da Espanha. Sobre a temática do federalismo cabe salientar a publicação da que poderíamos qualificar a sua *opera magna*, *A remodelação "federal-confederal" do Reino da Espanha* (Editorial Laiovento, Santiago de Compostela, 2001). Sobre a temática das políticas linguísticas tem publicado inúmeros artigos, alguns deles na *Revista de Llengua i Dret* (editada pela Escola de Administração Pública da Generalidade de Catalunha), a mais prestigiosa publicação existente no Estado espanhol no campo da análise dos direitos linguísticos e das políticas linguísticas. O professor Xavier Vilhar Trilho foi membro das *Irmandades da Fala de Galiza e Portugal* e da *Comissão para a integração ortográfica da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada de 1990 para a Língua Portuguesa*. Fez parte do Conselho de redação de *Nós* (Revista Internacional da Lusofonia) e faz parte do conselho científico de *Agália* (Revista de Ciências Sociais e Humanidades da *Associação Galega da Língua*) desde a sua fundação. Actualmente é presidente da *Associação de Amizade Galiza-Portugal*.

Xosé Manuel Sánchez Rei

Natural da Corunha (1973) é Professor Titular na Área de Filologia Galega e Portuguesa na UDC.

PUBLICAÇÕES (LIVROS)

– Se o vós por bem teverdes. A interpolación pronominal en galego (1999, Laiovento).

- O fidalgo e o teatro. Tres textos dramáticos de Ramón Otero Pedrayo (1999, Biblioteca-Arquivo Teatral "Francisco Pillado Mayor").
- Os pronomes demostrativos: do latín ao galego contemporáneo (2002, Monografía 1 da Revista Galega de Filoloxía).
- A lingua literaria galega no século XIX (em colaboración con Xosé Ramón Freixeiro Mato e Goretti Sanmartín Rei) (2005, UDC).
- Curso de Linguística Xeral de Ferdinand de Saussure. Introducción, tradución e notas de... (2005, Laiovento).
- A lingua galega no cancionero de Pérez Ballesteros (2006, Laiovento).

Xosé Ramón Freixeiro Mato

Doutorado em Filologia Galego-Portuguesa pela Faculdade de Humanidades da Universidade da Corunha.

PRÊMIOS E TÍTULOS

- 1979 – Concurso para professor de Língua e Literatura Española. Ensino Secundário
- 1984 – Concurso para catedrático de Língua e Literatura Galegas. Ensino Secundário
- 1993 – Concurso para professor de Filologia Galega. Universidade da Corunha
- 1993 – Obtenção do 7º Prémio Literário “Ánxel Fole” com a obra “Da montaña o corazón (Producción literaria e lingua en Noriega Varela)”.
- 2006 – Obtenção do Prémio da Crítica na modalidade de investigação com a obra “Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos do galego escrito”.
- 2006 – Obtenção do 20º Prémio Literário “Ánxel Fole” com a obra “Cucou o cuco cuqueiro (Lingua e estilo na obra de Manuel María)”.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

5.1 – Produção bibliográfica

5.1.1 – Trabalhos completos em eventos

- FREIXEIRO MATO, X. R. “A lingua en Rafael Dieste”. In: *Congreso Rafael Dieste*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1995, pp. 137-188.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “O diminutivo entre a Galiza e Portugal”. In: *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera*, vol. 2, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1996, pp. 101-121.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “Sobre o infinitivo xerundial galego-portugués”. In: *Actas del Congreso Internacional de Lengua y Cultura en la Frontera*, Universidad de Extremadura, vol. 2, 2000.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “A misión galeguizadora de Dieste e a conformación da lingua literaria moderna”. In: *Xornadas sobre Rafael Dieste*, Xunta de Galicia, 1999, pp. 49-87.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “O pensamento lingüístico de Castelao”. In: *Castelao. Co pensamento en Galiza*, AS-PG/Concello de Pontevedra, pp. 245-258.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “Murguía, testemuña do declive do galego e adaíl da súa dignificación”. In: *Congreso sobre Manuel Murguía*, Xunta de Galicia, 2001, pp. 247-277.

5.1.2 – Trabalhos completos publicados em revistas

- FREIXEIRO MATO, X. R. “Vicente Risco en familia: cartas inéditas ao seu curmán Sebastián”. Vigo, *A Nosa Terra* - Extra nº 14, Decembro 1993.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “A lingua de Crecente Vega (*Codeseira*, 1933): un paso adiante no proceso de estandarización do idioma”. A Coruña, *Cadernos de lingua*, nº 8, 1993, pp. 25-54.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “Unha visión das relacións culturais galego-portuguesas nos anos vinte a través da correspondencia entre Teixeira de Pascoaes e Noriega Varela”. Santiago de Compostela, *Boletín Galego de Literatura*, nº 11, 1994, pp. 71-98.
- FREIXEIRO MATO, X. R. “Interferencias e niveis de uso dalgunhas construcións con pronome posesivo en galego”. A Coruña, *Revista Galega de Filoloxía*, nº 2, 2001, pp. 69-88.

- FREIXEIRO MATO, X. R. "A imposición legal do principio de unidade de lingua". Santiago de Compostela, *Terra e Tempo*, nº 17, 2001, pp. 20-28.

5.1.3 - Livros publicados

- *A cara oculta de Noriega Varela*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1992.
- *Da montaña o corazón*. Lugo, Fundación Caixa Galicia/El Progreso, 1993.
- *Sebastián Martínez-Risco na cultura galega*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1994.
- *Rafael Dieste*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1995.
- *Os diminutivos en galego*. Vigo, A Nosa Terra, 1996.
- *Lingua galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela, Laiovento, 1997, 5ª ed. 2002.
- *Gramática da Lingua Galega I. Fonética e fonoloxía*. Vigo, A Nosa Terra, 1998.
- *Gramática da Lingua Galega III. Semántica*. Vigo, A Nosa Terra, 1999.
- *Gramática da Lingua Galega II. Morfosintaxe*. Vigo, A Nosa Terra, 2000.
- *Manual de Gramática Galega*. Vigo, A Nosa Terra, 2001.
- *Gramática da Lingua Galega IV. Gramática do texto*. Vigo, A Nosa Terra, 2003.
- *A lingua literaria galega no século XIX* (con X.M. Sánchez Rei e G. Sanmartín Rei). A Coruña, Universidade da Coruña.
- *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos do galego escrito*. A Coruña, Monográfico 3 da Revista Galega de Filoloxía, Universidade da Coruña.

5.1.4 – Capítulos de libros publicados

- FREIXEIRO MATO, X. R. "Os diminutivos na poesía en galego de Rosalía de Castro". In: *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*, vol. 2, Universidade da Coruña, 1996, pp. 837-862.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Sobre os usos do infinitivo flexionado e do futuro de Subxuntivo no galego moderno". In: *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Alonso Montero*, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Noriega Varela, poeta lusófilo". In: *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, vol. 2, Parlamento de Galicia / Universidade de Santiago de Compostela, 2000, pp. 275-299.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Algunhas cuestións arredor da transitividade en galego". In: *Professor Basilio Losada. Ensinar a pensar con liberdade e risco*, Xunta de Galicia / Universitat de Barcelona, 2000, pp. 387-395.

5.1.5 – Livros organizados ou edicións:

- *Antonio Noriega Varela. Estudio e edición da obra completa*. Lugo. Deputación Provincial, vol I e II, 1994. Autor e editor.
- *Sebastián Martínez-Risco, ensaísta e poeta (Obra inédita e esquecida)*. Sada-A Coruña, Edicións do Castro, 1996. Autor e editor.
- *Antoloxía da prosa literaria medieval*. Vigo, AS-PG/A Nosa Terra, 1996. Autor e editor.
- *Os séculos escuros e a Ilustración galega. Antoloxía*. Vigo, AS-PG/A Nosa Terra, 1996. Autor e editor.
- *Poesía e teatro interseculares. Poesía. Antoloxía. A ponte*. Vigo, AS-PG/A Nosa Terra. Co-autor e co-editor.
- *Cos pés na Terra. Personalidade e obra inédita ou esquecida de Manuel García Barros*. A Estrada, A Fouce, 1999. Autor e editor.
- *Castelao na Galiza do século XX*. Asociación Socio-Pedagóxica Galega / Departamento de Filoloxías Francesa e Galego-Portuguesa, A Coruña, 1999. Coordinador e co-editor das actas do Simposio.
- *Historia da literatura galega*. Vigo, AS-PG/A Nosa Terra, 1996-1997. 5 volumes e 50 antoloxías. Membro da Comisión Científica.

5.1.6 – Textos em jornais de notícias:

- FREIXEIRO MATO, X. R. "Noriega Varela no *Gaiteiro de Lugo*. Sobre a autoria de tres textos poéticos escritos en galego durante a guerra civil". Vigo, *A Nosa Terra*, 26/11/1992.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Os intentos da Academia por elaborar gramática e normas ortográficas do galego a partir de 1960". Vigo, *A Nosa Terra*, 16/12/1993.
- FREIXEIRO MATO, X. R. "Manuel García Barros, un rebelde con causa". Vigo, *A Nosa Terra*, 17/2/1994.

ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS

- *O xénero en galego*. Tese de doutoramento de Xoán Carlos Lagares Diez, Universidade da Coruña, 2000.
- *Os demostrativos en galego*. Tese de doutoramento de Xosé Manuel Sánchez Rei, Universidade da Coruña, 2001.

Zenóbia Collares Moreira

Nascida em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, é Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade Nova de Lisboa. Realizou Pós-Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. Em 1975, com o apoio de uma bolsa concedida pelo governo francês, fez curso de aperfeiçoamento em pedagogia e métodos de ensino da língua francesa e, em 1985 foi contemplada com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian para desenvolver pesquisa sobre a literatura de autoria feminina nos acervos bibliotecários portugueses. É professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte onde lecionou Literatura Portuguesa e Literatura Comparada no Curso de Letras e no Mestrado em Ciências da Linguagem. Em 2003, foi eleita para a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte.

OBRAS PUBLICADAS

Pequeno Dicionário do Português Medieval (em parceria com o Prof. Anecildo Batista de Carvalho), Natal EDUFR, 1993.

A poesia maneirista português. Natal: EDUFRN, 1999 (2ª. Edição, Natal: Central de Cópias-Editora, 2002).

O Pré-Romantismo Português. Natal: Central de Cópias-Editora, 2000.

A poesia pré-romântica portuguesa. Natal: Central de Cópias-Editora, 2000.

O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão. Lisboa: Editora Colibri, 2001

O auto da barca do inferno de Gil Vicente, Natal: Central de Cópias-Editora, 2003.

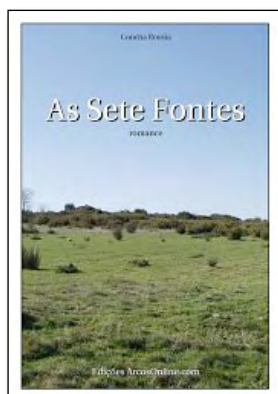
Humor e crítica no teatro de Gil Vicente. Natal: RN-Econômico-Editora, 2005.

Comédias da vida privada: Gil Vicente. Natal: RN-Econômico Editora, 2005.

Dicionário da língua portuguesa arcaica. Natal: EDUFRN e RN-Econômico-Editora, 2005.

Algumas obras de autores galegos

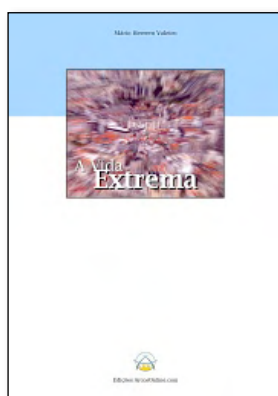
(disponíveis gratuitamente em www.arcosonline.com)



As Sete Fontes (romance)

Concha Rousia

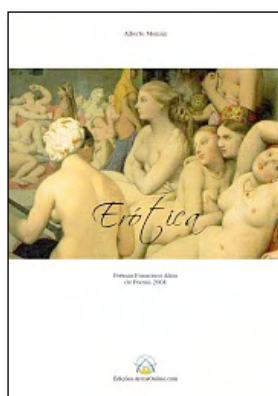
A acção deste romance anda à volta do misterioso desaparecimento de uma peça de arte sacra em exposição no Museu Arqueológico de Ourense. O estranho sucedido é acompanhado de forma entusiástica pela comunicação social e pela população, dando origem a um conjunto de acontecimentos hilariantes. Dois estranhos investigadores começam também a investigar o caso, interrogando os habitantes das redondezas. Entretanto, um padre fora de actividade, um pedreiro e um alcaide com problemas de consciência percorrem no silêncio das noites os caminhos da província, numa peregrinação que fará a sua passagem por sete fontes, até chegar a...



A Vida Extrema (poesia)

Mário Herrero Valeiro

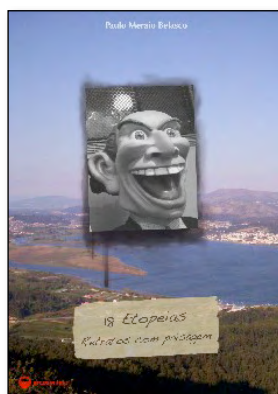
A *Vida Extrema* é um poemário inquietante e perturbador. À nitidez rítmica do seu verso livre, o poeta Mário Herrero Valeiro alia a profundidade de uma linguagem verdadeiramente poética e o alcance de uma temática universal. A vida e a morte – que mais não são, afinal, senão as duas faces de uma mesma moeda – constituem-se como o tema central da obra, cujos versos nos falam «do inferno, que é a cidade, que é o fedor imundo do capital, que é uma casa, que é a geometria de um corpo quebrado, dos poros estilhaçados, que é a memória».



Erótica (poesia)

Alberte Momán

O poeta galego Alberte Momán brinda-nos nesta obra com uma excelente poesia de temática erótica, matizada por um lirismo pleno de significações. *Erótica* foi a obra vencedora do Prémio Francisco Añón de Poesia 2004. Saiba porquê...



18 Etopeias – Retratos com paisagem

Paulo Meraio Belasco

18 etopeias – retratos com paisagem é uma obra, no mínimo, invulgar. E isso nota-se desde logo no próprio prefácio, quando o autor afirma que “as etopeias devem ser lidas em doses de uma a uma” e que “entre elas deve passar um algo de tempo (minutos, horas, dias, semanas)”. Ao leitor, Paulo Meraio Belasco recomenda uma leitura lenta e compassada, sempre em pequenas doses, porque “a ingestão excessiva, ou mesmo uma errada administração, pode ser causa de envenenamento”.

Narrativa

1. ode a um poeta naturalista
Victor Domingos

2. A Busca Entre o Vazio
Rubens da Cunha

3. Antes do Fim
Nuno Gomes

4. Histórias Que Acabam Aqui
(contos para a infância)
Texto: Teresa Lopes
Ilustrações: Sara Costa

5. As Sete Fontes (romance)
Concha Rousia
(prólogo de Isaac Estraviz)

6. Sobras de Deus
Floriano Martins

7. Para Sempre Contigo
Pedro Miguel Palma

8. O Salústio Nogueira (romance)
Teixeira de Queirós
(posfácio de David Mourão-Ferreira)

9. 18 Etopeias – Retratos com paisagem
Paulo Meraio Belasco

Humor

1. O Bando dos 6 ou 7
José Domingos Costa

2. O Malogrado Capitão Osório
José Domingos Costa

Poesia

1. O Livro Verde das Verdades
Cezar Esturba

2. é preciso calar o monólogo
Victor Domingos

3. A Vida Extrema
Mário Herrero Valeiro

4. Erótica
Alberte Momán

5. Monte Maior Sobre o Mondego
Xavier Zarco

Actualidade e cultura

1. A Língua Portuguesa no Alto Minho
Victor Domingos

2. European Writings on Psychology
Victor Domingos (org.), A. De Acutis, Cátia Rodrigues, Cedric E. Ginestet, Cláudia Barbosa, Paula Marques, V. Skepeneit

3. Galiza: Berço da Lusofonia
(Actas do V Colóquio Anual da Lusofonia)
Helena e Chrys Chrystello (org.)

Estamos a preparar para si...

– Uma História Por Contar

– Magazine ArcosOnline

<http://blogs.arcosdigital.com/magazine>